UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL–PPGEA

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

THAÍS ALVES DA SILVEIRA

A PRAIA DO CASSINO/RS E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS: UMA LEITURA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA GESTÃO PÚBLICA DA COSTA LITÔRANEA

Rio Grande, 07 de junho de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL–PPGEA

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

THAÍS ALVES DA SILVEIRA

A PRAIA DO CASSINO/RS E A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS: UMA LEITURA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA GESTÃO PÚBLICA DA COSTA LITÔRANEA

Trabalho de tese apresentado para o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental- PPGEA. Doutorado em Educação Ambiental da Universidade do Rio Grande - FURG.
Orientadora: Professora Doutora Lúcia de Fátima Socoowski Anello.

Banca Avaliadora:

Profa. Dra Dione Iara Silveira Kitzmann
Profa. Dra. Letícia D`Ambrosio Camarero
Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Dra. Clara da Rosa Pereira
Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado

Rio Grande, 07 de junho de 2023.

Ficha Catalográfica

S587p Silveira, Thaís Alves da.
A praia do Cassino/RS e a constituição dos sujeitos : uma leitura no contexto da educação ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea / Thaís Alves da Silveira. – 2023.
220 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2023.
Orientadora: Dra. Lúcia de Fátima Socoowski Anello.

1. Educação ambiental não-formal 2. Constituição dos sujeitos 3. Gestão ambiental pública 4. Costa litorânea I. Anello, Lúcia de Fátima Socoowski II. Título.

CDU 504:37(816.5)

Catalogação na Fonte: Bibliotecária Vanessa Ceiglinski Nunes CRB 10/2174

Thaís Alves da Silveira

"A praia do Cassino/RS e a Constituição dos Sujeitos: Uma leitura no contexto da Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea."

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Lúcia de Fátima Socoowski Anello (PPGEA/FURG)

gov.br Documento assinado digitalmente
DIONE IARA SILVEIRA KITZMANN
Data: 21/07/2023 20:57:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Dione Iara Silveira Kitzmann (PPGEA/FURG)

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS ROBERTO DA SILVA MACHADO
Data: 19/07/2023 17:01:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado (PPGEA/FURG)

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS FREDERICO BERNARDO LOUREIRO
Data: 24/07/2023 14:07:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro (PPGE/UFRJ)



Prof.ª Dr.ª Letícia D`Ambrosio Camarero
(Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, marítima e costeira Del CIPAC na Universidade de La Republica)

gov.br Documento assinado digitalmente
CLARA DA ROSA PEREIRA
Data: 26/07/2023 12:12:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Clara da Rosa Pereira
(FURG)

RESUMO

Esse trabalho estudou a constituição dos sujeitos no ambiente praial, como elemento essencial, para ressignificar de forma mais abrangente a concepção de praia, considerando a relevância da articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea. Para tanto, a fundamentação teórica da pesquisa foi ancorada na perspectiva materialista histórica dialética, que possibilitou compreender e fazer a análise da história e das evoluções econômicas e políticas, bem como possibilitou perceber a necessidade de um pensamento que afere a realidade de modo diferente, e em oposição, à concepção idealista da história. O desenvolvimento da pesquisa considerou o processo histórico sócio-cultural, a estrutura, a concepção, os impactos, as políticas públicas e os sujeitos que englobam o "universo" praial, principalmente, na praia do Cassino/RS, bem como foram expostos os elementos teóricos e práticos da Educação Ambiental crítica e sua relevância no processo de gestão ambiental pública. Os resultados obtidos corroborraram para a análise teórica sobre a influência do sistema capitalista na gestão ambiental pública, na constituição dos sujeitos e no modo como desenvolveram a sua relação com a praia. Ainda, possibilitou alcançar os objetivos da pesquisa, onde o conceito de praia foi ressignificado e visa colaborar para a efetividade da participação social na gestão ambiental pública das praias em articulação com a Educação Ambiental crítica.

Palavras-chave: Educação ambiental não-formal. Constituição dos sujeitos. Gestão ambiental pública da costa litorânea.

ABSTRACT

This work studied the constitution of subjects in the beach environment, as an essential element, to give a broader meaning to the concept of beach, considering the relevance of articulation with critical Environmental Education in the public management of the coastline. To this end, the theoretical foundation of the research was anchored in the dialectical historical materialist perspective, which made it possible to understand and analyze the history, economic and political developments, as well as making it possible to perceive the need for a thought that assesses reality in a different way, and in opposition to the idealist conception of history. The development of the research considered the socio-cultural historical process, the structure, the conception, the impacts, the public policies and the subjects that comprise the beach "universe", mainly, in the beach of Cassino/RS, as well as the elements exposing the theoretical and practical aspects of critical Environmental Education and its relevance in the process of public environmental management. The results obtained corroborated with the theoretical analysis on the influence of the capitalist system on public environmental management, on the constitution of subjects and on the way they developed their relationship with the beach. Still, it was possible to achieve the research objectives, which aimed to collaborate for the effectiveness of social participation in the public environmental management of the beaches in articulation with critical Environmental Education.

Keywords: Non-formal environmental education. Constitution of subjects. Public environmental management of the coast.

Dedico esse trabalho à minha família, minhas
amigas e amigos, aos meus animais de estimação,
por todo amor que recebo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ser à base de tudo, minha inspiração, minha força e minha fé.

Agradeço aos meus pais, Tânia Mara Alves da Silveira e Domingos Moraes da Silveira, pois me fazem trilhar os caminhos menos dolorosos e acreditam em meus sonhos e convicções, por meio de ensinamentos amáveis sempre me inspiram para colaborar com respeito e atitudes virtuosas.

Ao meu irmão, Thiago Alves da Silveira, por me ensinar a escutar rock desde criança, por acreditar nas minhas escolhas e por me dar apoio quando tenho que trabalhar.

Aos funcionários e secretários do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (Doutorado) da Universidade do Rio Grande - FURG, pela dedicação, pelo profissionalismo, pelo apoio e carinho com todos os alunos.

À minha orientadora, Professor Doutora Lúcia de Fátima Socoowski Anello, pela dedicação e apoio, por transmitir seu conhecimento por meio da dialética e da práxis, sempre com muito carinho e cuidado, transformando e educando sujeitos de forma atenciosa e cordial.

À banca avaliadora, pelo comprometimento e pelas considerações que foram essenciais na elaboração da pesquisa.

Aos demais professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (Doutorado) da Universidade do Rio Grande - FURG, pelos ensinamentos e apoio.

À coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES) pela bolsa de estudos.

Aos meus animais de estimação que estão o todo tempo ao meu lado e emitem tranqüilidade e amor.

À todos os meus amigos e amigas, pois com eles me liberto e sou feliz.

“Aquilo que se faz por amor, está além do bem e do mal.”

Friedrich Nietzsche

Sumário

Introdução 1

i) A pesquisadora, sua pesquisa e a trajetória acadêmica. 6

ii) Questão de pesquisa 9

iii) Hipóteses 10

iv) Objetivos 10

v) Metodologia 11

CAPÍTULO I – Caracterização ambiental da área de estudo. 20

1.1. Descrição estrutural: conceito, características ambientais e morfodinâmicas da praia do Cassino/ RS. 20

1.2. Campo de dunas costeiras da praia do Cassino/RS. 31

1.3. A biodiversidade ecológica da praia do Cassino/RS. 37

CAPÍTULO II – Praia do Cassino/RS: a imensidão litorânea do Extremo Sul do Brasil 48

2.1 A fundação da Estação Balnear "Vila Siqueira". 48

2.2 Os banhos de Mar na "Costa do mar grosso" – "A mangueira". 64

2.3 Episódios marcantes na praia do Cassino/RS: mitos, contos e fatos históricos. 76

CAPÍTULO III - A constituição dos sujeitos no ambiente praial e a conjuntura das novas demandas ambientais do século XXI 96

3.1 O encontro dos sujeitos com o ambiente praial. 96

3.2 A constituição e a visão de mundo dos sujeitos na praia do Cassino/RS. 107

3.3 Principais riscos, danos e impactos ambientais na praia do Cassino/ RS. 128

CAPÍTULO IV - Instrumentos legais: Gestão ambiental pública das praias no Brasil. 146

4.1 Legislação Brasileira que versa sobre a proteção e gestão ambiental das praias. 146

4.2 Os instrumentos legais e a gestão ambiental pública na praia do Cassino/ RS. 157

4.3. O Poder Público Municipal e a gestão ambiental pública da praia do Cassino/RS. 164

CAPÍTULO V – A Relevância da Educação Ambiental Crítica na Gestão Ambiental Pública da Costa Litorânea 177

5.1 A Educação Ambiental Crítica no processo de gestão Pública. 177

5.2 Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública da costa litorânea.....185
5.3 Concepção de praia para além das exposições técnicas. 193
CAPÍTILO VI - Considerações finais 202
REFERÊNCIAS 205

Lista de Quadros

Quadro 1 - Roteiro das entrevistas 13

Quadro 2 - Categorização dos sujeitos da pesquisa. 14

Quadro 3 – Sujeitos Participantes da pesquisa 16

Quadro 4 - Navios naufragados no extremo Sul do Brasil. 78

Quadro 5 – Quadro esquemático fases de implementação do Projeto Orla. 156

Lista de Figuras

Figura 1. Imagem de satélite da extensão litorânea do extremo Sul do Brasil. 24

Figura 2. Costa litorânea entre Tramandaí e Chuí. 25

Figura 3. A chegada da tempestade e o largo pós-praia. 33

Figura 4. Após tempestade, dunas frontais erodidas pelo avanço do mar. 33

Figura 5. Dunas frontais erodidas pela ação das ondas após tempestade. 34

Figura 6. O campo de dunas coberto pela margarida-das-dunas. 38

Figura 7. Filhote de tuco-tuco nas dunas da praia do Cassino. 39

Figura 8. Mariscos-brancos na beira-mar. 40

Figura 9. Carcarás em busca de carcaças a beira-mar. 41

Figura 10. A garça-branca-pequena (*Egretta Garzetta*). 42

Figura 11. Vôo rasante do gavião-chimango. 42

Figura 12. Quero-quero 43

Figura 13. Filhote de leão-marinho na praia do Cassino. 44

Figura 14. Filhote de lobo-marinho ao sair do mar para descansar. 44

Figura 15. Concha (*Adelomelon brasiliana*). 46

Figura 16. Mãe-d água (*Lychnorhiza lucerna*) encontrada na praia do Cassino/RS. 46

Figura 17. Embarque e desembarque no Porto velho do Rio Grande, em Julho de 1865, antes da reforma. 50

Figura 18. Porto Velho do Rio Grande, registro de 1876, após a reforma. 51

Figura 19. Comércio em frente ao Porto Velho do Rio Grande. Registro do ano de 1865. 51

Figura 20. Construção dos Molhes da Barra, década de 1910. 53

Figura 21. Construção dos Molhes da Barra, década de 1910. 53

Figura 22. Mapa da estrada de ferro entre Rio Grande –"Mangueira" 58

Figura 23. Avenida principal do balneário, no ano de 1905 58

Figura 24. Ao fundo trem na Avenida principal e a construção das primeiras casas, no ano de 1908. 59

Figura 25. Ônibus da “Vila Siqueira”. 60
Figura 26. Bondes da Empresa Balnear, na Avenida principal do balneário. 60
Figura 27. Estação Férrea da “Vila Siqueira” registro realizado em meados de 1930. 61
Figura 28. Salão de Baile do “Hotel Casino” em 1908. 62
Figura 29. “Hotel Casino” em 1908. 62
Figura 30. Anúncios que enalteciam o “Hotel Casino” 63
Figura 31. Folheto Guia dos Banhistas de 1890. 66
Figura 32. Bonde chegando na “Vila Siqueira” e as dunas ao fundo. 67
Figura 33. Camarotes a beira-mar, 1908. 68
Figura 34. Chalé e Restaurante na “Mangueira”. 68
Figura 35. Movimento na praia da “Mangueira”. 69
Figura 36. Charrete a beira-mar na “costa Mangueira”. 71
Figura 37. Descanso nas barracas, um luxo para os mais abastados. 72
Figura 38. Movimento na praia. Detalhes da charrete para passeios e ao fundo as barracas. 73
Figura 39. Recorte do jornal “Mascara”. 74
Figura 40. Navio Altair e na praia destroços do acidente. 81
Figura 41. Navio Altair e no primeiro plano da imagem de um dos botes que serviram para o resgate da tripulação. Fonte: Museu Histórico da Cidade do Rio Grande. 81
Figura 42. Torres do farol Sarita. 84
Figura 43. Ruínas do Hotel El Duar em meio as dunas da Praia do Cassino. 86
Figura 44. Campo de lançamento de foguetes na praia do Cassino. 87
Figura 45. Rampas de lançamento de foguetes na base da praia do Cassino, 1966. 88
Figura 46. Foguete lançado da base da praia do Cassino. 88
Figura 47. Festa de Iemanjá na praia do Cassino/RS. 90
Figura 48. Culto a beira-mar em homenagem a Iemanjá na praia do Cassino/RS. 90
Figura 49. Procissão da Nossa Senhora dos Navegantes em direção aos Molhes da Barra. 90
Figura 50. Embarcação “Solana Star” carregada com de 22 toneladas de maconha. 92

Figura 51. O cozinheiro Stephen Skelton sendo entrevistado, logo após ser detido. 92
Figura 52. As latas e o produto encontrado. 92
Figura 53. Cena do primeiro crime cometido pelo *Serial Killer* da praia do Cassino 94
Figura 54. Carro de banho, Inglaterra no ínicio do século XIX. 105
Figura 55. Praia do Cassino/RS, inverno, agosto de 2022. 117
Figura 56. Verão na praia do Cassino/RS, 2018 118
Figura 57. Sujeito na praia com vestimenta típica gauchesca – Setembro de 2022. 119
Figura 58. Praia do Cassino – verão de 2014. 122
Figura 59. Praia do Cassino – verão 2021. 122
Figura 60. Pescaria nos Molhes – 27 de Agosto de 2022. 124
Figura 61. Navio Altair – 18 de Março 2022. 124
Figura 62. Estátua de Iemanjá, setembro de 2022. 125
Figura 63. Salva-vidas envoltos pela lama-fluída. 134
Figura 64. Manifestação do movimento contra a lama-fluída na praia “S.O.S Cassino”, no ano de 2018. 134
Figura 65. Manifestantes formam a frase “lama não” durante protesto na praia em 2018. 135
Figura 66. Lama na praia, 2014 (esquerda) e 2021 (direita) 135
Figura 67. Trânsito de motocicletas sobre as dunas costeiras - imagens de julho de 2019 e maio de 2022, respectivamente. 137
Figura 68. Veículo estacionado sobre as dunas – 29 de agosto de 2022. 137
Figura 69. Imagens do Parque eólico na praia do Cassino/RS. 138
Figura 70. Acúmulo de lixo na beira-mar – 05 de out. de 2022. 140
Figura 71. Placa em rua de acesso a praia. Out de 2021. 142
Figura 72. Maré metereológica atinge carros na beira-mar em 14 de mar. de 2020. 143
Figura 73. Maré metereológica atinge carros na orla no verão de 2016. 143
Figura 74. Maré metereológica atinge carros na orla no verão de 2014. 144
Figura 75. Erosão costeira no Hermenegildo. 145
Figura 76. Operação de máquinas na orla adentram o cordão de dunas. 173

Figura 77. Veículos ultrapassam a área delimitada pelos montes de areia.....173

Introdução

A temática do estudo em tela diz respeito a constituição dos sujeitos no ambiente praial como elemento essencial para atribuir um novo significado a concepção de praia, considerando a relevância da articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea.

Optou-se pela praia, essencialmente a praia do Cassino/RS, como objeto de estudo, pois esse ambiente, no decorrer do processo histórico civilizatório, vem sofrendo modificações por conta de ações antrópicas pautadas no sistema capitalista. São inúmeras as pressões sobre as praias, como as explorações imobiliárias, a crescente implementação de indústrias e portos, os esforços do setor turístico, que transformam as praias em territórios cada vez mais urbanizados, a falta de consciência ambiental por parte dos usuários da praia, que degradam a natureza pelo acúmulo de rejeitos e dejetos, as mudanças climáticas alteram o nível do mar e causam erosão, eventos extremos e elevação da temperatura do mar e acidificação dos oceanos, entre tantos outros.

A preocupação em planejar a ocupação e o uso do espaço praial é relativamente recente no Brasil. Em parte pelo lapso de reação entre a percepção de problemas na ocupação e uso das praias e a busca de soluções decorre da extensão do litoral brasileiro. Sob o ponto de vista geomorfológico, a linha de costa fica caracterizada por instabilidade decorrente de alterações por efeitos naturais e pela ação humana, que se traduzem em bruscas modificações tanto na disponibilidade dos sedimentos, quanto no clima de ondas e na altura do nível relativo do mar. As praias respondem através de mudanças de forma e de posição, que podem causar consequências econômicas indesejadas quando resultam em destruição do patrimônio ou em custos elevados, quando se trata de interromper ou retardar o processo de reajuste morfológico.[1]

Não obstante, perante os crescentes problemas e conflitos socioeconômicos e socioambientais, no ambiente praial, aumenta também o interesse de profissionais e estudantes, de inúmeras áreas do conhecimento, que buscam soluções de forma adequada e integrada, no âmbito de suas especialidades, para a reversão de tais assimetrias.

Sabe-se que, no Brasil, o principal instrumento de gestão de praias é o Projeto ORLA, implementado no ano de 2001 e que passa a responsabilidade da gestão de praia para os municípios e tem como principal objetivo a compatibilização entre as políticas ambientais

[1]MUEHE, Dieter. ***Geomorfologia Costeira***. *In*: GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista Da. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 14º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 254.

e patrimoniais do Governo Federal. A metodologia do Projeto ORLA é abalizada na avaliação da paisagem, dinâmica geomorfológica, padrões de uso e ocupação do litoral e um amplo diagnóstico socioeconômico e político que provêm subsídios para a criação de panoramas que procuram descrever a situação futura desejada. A participação pública é considerada um elemento fundamental nesse processo. O Projeto ORLA é a única política pública costeira que apresenta em sua metodologia como deve sobrevir essa participação. Ademais, como resultado final do processo é formulado um Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI), que pode atender as necessidades da orla do município como um todo ou focar em trechos específicos.[2]

No entanto, o processo de gestão ambiental pública das praias no Brasil ainda é recente e envolve inúmeros déficits que vão desde a implementação até o planejamento, o manejo e a gestão dos recursos naturais desses espaços. Ainda, a participação popular apesar de ser expressa na legislação, na maioria dos casos, não é efetiva.

Isto posto, salienta-se que, é imprescindível entrar em recurso com a Educação Ambiental crítica na gestão pública das praias, a sua teoria complexa, dialética e as suas metodologias participativas, como meio para a conscientização popular, para a análise, a interpretação e as possíveis soluções para as problemáticas decorrentes dos conflitos socioambientais e socioeconômicos. A Educação Ambiental crítica na gestão pública, a partir de seu caráter transformador e emancipatório, contribui do ponto de vista educativo para potencializar a justiça ambiental, a sustentabilidade e o fortalecimento da cidadania.

Freire assinala que, determinadas concepções e práticas "fixistas", "imobilistas" e reacionárias desconhecem os sujeitos como seres históricos, enquanto, nas práticas críticas, dialéticas e problematizadoras parte se do caráter histórico e da historicidade dos sujeitos e os reconhecem como seres que *"estão sendo"*, seres inacabados, inconclusos diante uma realidade que, por também ser histórica, é inacabada. Diferente dos outros animais que são inacabados e não históricos, os sujeitos têm consciência de sua inconclusão e por meio da consciência que possuem desse processo, se distinguem dos demais animais pela capacidade de aprender e realizar mudanças na realidade por meio do diálogo e da práxis.[3]

Dessa forma, que considerar a constituição dos sujeitos no ambiente praial, possibilitou uma perspectiva dialética da compreensão dos sujeitos e das suas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais. Significou, de forma geral, pensar e refletir

---

[2]OLIVEIRA, M. R. L. & NICOLODI, J. L. ***A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público.*** Revista da Gestão Costeira Integrada. v. 12, n. 1, p. 89-98, 2012. p. 90 e ss.

[3]FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido.*** Ed.17º. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1987. p.72 e 73.

sobre o ambiente praial através das forças que atuam na constituição da subjetividade dos sujeitos, pois geraram explicações para compreender as conflituosas relações estabelecidas na praia, que exercem influência nas decisões e escolhas dos sujeitos e na forma como concebem sua visão de mundo nesse espaço. Em outras palavras, não partiu-se do conceito de praia para entender os sujeitos que dela se utilizam e sim partiu-se do entendimento das dinâmicas socioculturais para então conceber um conceito mais abrangente deste imenso universo de análise, que também engloba os mecanismos que o capital dispõe para consolidar seus modelos e estratégias.

Pela fundamentação teórica dessa pesquisa, pautada no materialismo histórico dialético, consta-se que, não se possibilitou constituir os sujeitos como seres definidos e limitados apenas à sua individualidade. A intenção foi atribuir os sujeitos coletivamente considerando suas relações sociais, políticas, culturais, econômicas com e no meio ambiente, por meio da historicidade. Nesse sentido, o processo de entrevistas com os sujeitos moradores e frequentadores da praia do Cassino/RS colaborou com a construção da pesquisa, onde seus relatos, apontamentos e sentimentos em relação a praia foram expostos ao longo do trabalho. As visões e concepções sobre o ambiente praial foram de extrema relevância para compreender as relações dos sujeitos com a natureza e as relações que se estabelecem nesse ambiente, foi possível verificar que os sujeitos não são apartados da praia, pois se constituem nesse local formando sua cultura e seu modo de vida e firmam as relações entre si no e com o meio ambiente.

O desenvolvimento da pesquisa iniciou com a compreensão das características ambientais da Praia do Cassino/RS, objeto de estudo do trabalho em questão, pois, por meio do conhecimento do meio ambiente, sua dinâmica, suas peculiaridades morfodinâmicas, as funções ecológicas, a biodiversidade e as interações entre as espécies que habitam esse local, é possível entender os desafios que se apresentam para a realização de seu uso de forma sustentável. São informações previlegiadas, que se compreendidas, se tornam essenciais para o planejamento, o manejo e o gerenciamento integrado e ações e as práticas de Educação Ambiental crítica na gestão pública desse espaço.

A contextualização histórica, sobre a praia do Cassino/RS, por meio de descrição interpretativa e explicativa, permitiu compreender de que forma o sistema capitalista influenciou as relações dos sujeitos com a praia e as formas de uso do ambiente. Ainda, revelou, através da historicidade, episódios peculiares que romperam as barreiras entre o passado e o presente, que marcam a cultura e os costumes dos sujeitos constituídos na praia do Cassino/RS.

Para a aprofundar o estudo sobre a constituição dos sujeitos no ambiente praial, seguimos o rumo da história que conta-nos como foi o encontro dos sujeitos com as praias e as primeiras concepções formadas sobre esse ambiente, que abalizaram a visão dos sujeitos no decorrer do processo histórico civilizatório, influenciando gerações, formando culturas e o modo de vida no litoral. Além do mais, foram utilizados os elementos da teoria Vygotskiana que apontam os sujeitos constituídos e constituintes no processo histórico sócio-cultural onde a subjetividade é a interface desse processo. As obras de Karl Marx, Friedrich Engels e Antoni Gramsci também serviram de aporte teórico para colaborar com a análise a cerca das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e educacionais que se desenvolveram/desenvolvem ao longo da história da relação dos sujeitos com a praia do Cassino/RS. Fato que propiciou analisar de que forma ocorreu a constituição dos sujeitos nesse local.

Tendo em vista a nova conjuntura do século XXI, em relação as praias e o litoral, as reflexões seguiram em direção as problemáticas decorrentes da crise ambiental, que afetam diretamente o ambiente praial, por meio das explorações capitalistas que visam o lucro e o crescimento econômico em primeira instância. Dessa forma, os impactos, riscos e danos ambientais que ocorrem na praia do Cassino/ RS foram evidenciados, com vistas a contribuir com informações que tendem a despertar o interesse dos sujeitos locais e alertar os órgãos públicos para que firmem o processo de conscientização e gestão ambiental pública da praia de forma integrada e com a participação comunitária.

A legislação brasileira que atribui significado a concepção de praia e os instrumentos legais que versam sobre a gestão ambiental desse ambiente foram expostos no trabalho, com intuito de verificar quais são medidas cabíveis para manter o meio ambiente equilibrado e a sadia qualidade de vida. O Projeto ORLA ganhou destaque em nossas ponderações, pois é a principal política pública sobre a gestão das praias e, portanto, fez se indispensável sua análise sob o ponto de vista crítico, para colaborar com o desenvolvimento de ações e práticas que visam a efetividade desse instrumento.

Por conseguinte, tratou-se dos instrumentos legais, à nível local, que ditam a proteção e gestão ambiental pública da praia do Cassino/RS, bem como foi explicitado o atual momento da política ambiental brasileira, que apresenta retrocessos e déficits, principalmente, quando se trata da atuação do poder público nas três esferas (municipal, estadual e federal) e dos interesses políticos, que envoltos em aspirações capitalistas, em muitos casos, desconsideram os interesses da coletividade e a proteção ambiental fica em segundo plano.

Frente as problemáticas quanto a participação cidadã nas causas ambientais que afetam diretamente os sujeitos e o meio ambiente em que vivem e os descasos e abusos do sistema político e de um processo de gestão ambiental pública das praias que não seja apenas um emaranhado de leis e instrumentos que servem apenas para codificar juridicamente, mas que seja efetivo em prol da justiça social e ambiental, tornou-se necessário salientar a importância da Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública.

Para tanto, foram resgatadas as principais ações que foram incisivas na consolidação da Educação Ambiental crítica no processo de gestão ambiental pública, bem como os principais elementos práticos e epistemológicos da Educação Ambiental crítica foram expostos, onde os subsídios teóricos para o desenvolvimento do tema foram encontrados nas obras de autores brasileiros que versam sobre o tema como: Carlos Frederico Loureiro e José Quintas. Ademais, o cenário da Educação Ambiental Crítica na gestão pública da costa litorânea foi contextualizado, para cumprir com o objetivo desse trabalho, ou seja, realizar uma leitura ressignificada do conceito de praia, considerando a constituição dos sujeitos nesse ambiente e a relevância da sua articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea.

E por fim, foram revisitados alguns aspectos já discutidos durante a pesquisa, com intuito de reunir os elementos necessários para a construção de uma leitura ressignificada e mais abrangente do conceito de praia, pois nossa hipótese aponta que este conceito está calcado em uma visão técnica e simplista, onde esta limitação teórica afasta as condições ético-filosóficas, tampouco considera a constituição dos sujeitos e a visão de mundo da coletividade sobre esse ambiente, que se manifesta no plano real, na vida em sociedade.

A escolha pela metodologia materialista histórica dialética foi imprescindível, uma vez que, afasta as correntes e métodos que impedem os grupos sociais de determinar sua própria concepção de mundo, por abranger um perfil subjetivista, dogmático, simplista, mecânico e dualista, fruto da consciência das classes dominantes, onde a reflexão e a crítica não se manifestam por meio do reconhecimento do processo histórico da civilização, e sim, através de elementos fragmentados e isolados como expressões do senso comum em prol de soluções somente práticas que perdem com isso o sentido de totalidade da realidade.

Contudo, a relevância do trabalho foi de cunho social e acadêmico, pois abrange a importância da constituição dos sujeitos, das relações econômicas, políticas, culturais e sociais que estabelecem os meios para adequar os processos da gestão de praia e proteção da diversidade biológica, bem como a relevância da Educação Ambiental crítica nesse processo. Ainda, a tese apresentada vincula-se à linha de pesquisa do PPGEA – Educação Ambiental

não-formal (EANF). Destaca-se dentre os objetivos dessa linha e que nesse trabalho se enquadram: as questões sócio-ecológico-ambientais e a compreensão da interligação dos espaços ambientais, da saúde coletiva e da qualidade de vida dos sujeitos e das instituições e organizações sociais. Assim como, a participação de comunidades integradas nos processos decisórios do manejo de ecossistemas, em busca da construção coletiva de sociedades sustentáveis e utopias concretizáveis.

i) A pesquisadora, sua pesquisa e a trajetória acadêmica.

No decorrer da minha jornada acadêmica que iniciou com o título de Bacharel em Direito e, posteriormente, com o título de Mestra em Direito, com ênfase em Direito Ambiental, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul - UCS e Mestra em Gerenciamento Costeiro pelo Programa de Pós-Graduação em Oceanologia da Universidade Federal do Rio Grande- FURG, sempre optei pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas que propiciaram descrever, compreender e explicar acerca: da cultura política ambiental brasileira em suas diferentes manifestações ideológicas, históricas, culturais e sociais; das relações entre Estado brasileiro, sociedade, justiça ambiental e os direitos de cidadania na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento humano, político, social, cultural e ambiental. Os principais enfoques das minhas pesquisas sempre foram o exercício de cidadania, a resolução de conflitos e as políticas públicas participativas ambientais.

Nesse sentido, a Educação Ambiental, em suas múltiplas dimensões, sempre esteve vinculada em minhas pesquisas acadêmicas de forma direta e indireta. Ao conhecer o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG), através das disciplinas ofertadas pelo curso de Mestrado em Gerenciamento Costeiro (Educação Ambiental no gerenciamento costeiro e fundamentos de ecologia de sistemas) despertou-me o interesse em dar continuidade aos meus estudos no curso de Educação Ambiental (PPGEA-FURG), com intuito de argumentar, defender e sustentar temas importantes para a discussão e a reflexão em torno das práticas cidadãs e da gestão ambiental pública em conjunto com a Educação Ambiental crítica, que em sua base epistemológica, de acordo com Loureiro, se refere "à possibilidade de negação teórico-prática e de superação dialética das relações alienadas inerentes ao modo de produção capitalista. Essas mesmas relações sociais constituem o metabolismo do capital, mediando à vida social em sua totalidade".[4]

[4]LOUREIRO, Carlos Frederico B. ***Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política.*** São Paulo: Cortez, 2012.p. 45.

No presente trabalho de tese buscou-se levantar, analisar e trazer soluções para minimizar os problemas nesse campo, bem como foi possível apresentar razões baseadas na evidência dos fatos, dentro de um processo histórico, com o objetivo de provar se as hipóteses levantadas foram falsas ou verdadeiras.

A temática escolhida foi construída pelo desejo de dar continuidade a pesquisas já realizadas no decorrer da minha trajetória acadêmica, onde foi constatada pela análise dos procedimentos da gestão ambiental pública que ocorre à falta de integração e diálogo entre Poder Público, governo e a sociedade civil. E tendo em vista que, a Educação Ambiental crítica na gestão pública é uma realidade no Brasil e ao visar à relevância da sua articulação nesse processo, despertou-me a vontade em ter conhecimento e investigar a respeito do ambiente praial, pois se sabe que recentemente ganhou destaque frente às políticas públicas que visam o seu desfrute como um bem de uso comum do povo, dessa forma, deve-se adequar seus diferentes usos considerando a sustentabilidade.

Algumas indagações foram constatadas, ao considerar a visão de mundo, a historicidade e a realidade dos sujeitos nesse local, especificamente na praia do Cassino/RS, foram elas: Como se constituíram os sujeitos nesse local? Como os sujeitos conceituam esse ambiente? Quais são as diferentes percepções dos sujeitos frente ao ambiente de praia? Para qual público são destinadas as praias? Quais as atividades desempenhadas na praia? Quais são os impactos, riscos e danos impostos a este ambiente? Há uma gestão de praia que visa à minimização dos impactos, riscos e danos? Para que e para quem são direcionadas as ações de gestão de praia? Existem educadores ambientais envolvidos no processo de gestão de praia?

Ademais, a praia do Cassino/RS foi escolhida como objeto de estudo, pois neste local me constitui/constituo-me como sujeita e criei minha concepção de mundo envolta no ambiente praial. Não lembro a primeira vez que vi o mar, a praia. E hoje a pesquisadora que aqui escreve, e dentro dessa subjetividade, lamenta não trazer na memória esse instante de descoberta perante a imensidão litorânea, ao avistar suas paisagens deslumbrantes, a conexão e as sensações que despertam nos sujeitos ao mirar a praia pela primeira vez.

No entanto, compreendo que esse momento não estava reservado a mim, pois nunca fui apartada do ambiente praial. A dicotomia entre sujeita e objeto não se satisfez, pois, a realidade sobre minha concepção de praia se produziu inconscientemente, fato que, permitiu rearticular a relação entre sujeita e objeto. Assim, considero-me uma “cassineira”, ou seja,

criada de pés descalços correndo em direção ao mar e desfrutando das relações com o meio ambiente e das relações sociais que ali são/foram construídas.

Todavia, outras memórias e recordações ainda seguem ativas, como a primeira vez em que ganhei uma prancha de *surf* (aos sete anos de idade), ou então o sentimento de alegria quando chegava o verão e eu sabia que os dias diante do mar iriam trazer prazer e muita diversão. Passava os dias em conexão com a água do mar, surfando e ainda, na atualidade, desenvolvo essa habilidade, que depende da praia como elemento principal para sua prática. E como todo surfista aprende: no mar, assim como na vida, é preciso mergulhar fundo para ultrapassar as mais bravas e imensas ondas. Tal qual realizei nesse momento da minha trajetória acadêmica, ao estar disposta a desvendar por meio da pesquisa científica as qualidades, a cultura, os hábitos, os sujeitos e as formas de minimizar as intempéries que abarcam este vasto local.

Pelas lembranças mais antigas e tenras considero que estar na praia é "(a) mar", é lazer, prazer, descanso, contemplação, refúgio e algumas vezes nostalgia e solitude. Atualmente, a visão que possuo sobre o ambiente praial, não mudou, mas acrescenta-se aí o despertar de uma pesquisadora, que se funde com o eu sujeita, em busca de conhecimento aprofundado sobre a praia do Cassino/RS, que há muito sofre mudanças (positivas e negativas) advindas das ações antrópicas e do comportamento dos sujeitos nesse ambiente. Como dito, anteriormente, não lembro a primeira vez que avistei o mar, no entanto, dele não quero lembrar a última vez que o verei.

Para o desenvolvimento da pesquisa recorreu-se à Educação Ambiental crítica, as teorias complexas e dialéticas e as metodologias participativas como meio para a reflexão, análise, interpretação e soluções para a minimização das problemáticas decorrentes dos riscos, impactos, danos e da concepção restrita de praia. A Educação Ambiental crítica e transformadora, seus fundamentos e princípios foram expostos no trabalho em questão, como meio para se contribuir, do ponto de vista educativo, para a reversão das assimetrias sociais nos usos e apropriações da natureza e no exercício dos direitos do cidadão, com intuito de potencializar a justiça social, ambiental e a sustentabilidade.

Por fim, ressalta-se a importância do trabalho para a área estudada, principalmente em relação a Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea, tendo em vista que essa é uma temática pouco explorada no contexto acadêmico, é necessário discutir, academicamente, a relevância da Educação Ambiental crítica para a minimização das intempéries ambientais no ambiente praial, com intuito de contribuir por meio de ações

político-pedagógicas, de vertente crítica, na gestão ambiental pública das praias, uma vez que esse território sobre com riscos, danos e impactos advindos das ações antrópicas.

ii) Questão de pesquisa

Pensar sobre o ambiente praial e sobre sua concepção, para que seja possível adequar estratégias que contemplem os elementos teóricos e práticos da Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea, em prol da gestão de praia participativa e integrada, não pode limitar-se apenas a referir-se a esse conceito como um suporte material de atividades humanas, tampouco abarcá-lo apenas como um espaço físico e material. Nesse sentido que, a questão de pesquisa foi saber: Qual a leitura possível a ser pensada para o conceito de praia considerando a constituição dos sujeitos nesse ambiente e a relevância da articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão pública?

Ressalta-se a importância do problema de pesquisa, devido à atual configuração da sociedade que, voltada para o consumo exacerbado, acaba por utilizar sem controle dos recursos naturais e, conseqüentemente, não possui plena consciência sobre a seriedade em preservar e proteger o meio ambiente. Pautados em uma visão antropocêntrica e por meio da sua individualidade os sujeitos tendem a se afastar da natureza. Sendo assim, desintegram-se do todo e não adquirem uma visão completa sobre a realidade que os circunda. Agir de forma desarmônica com a natureza gera desequilíbrios ambientais.

Ademais, a constituição dos sujeitos no ambiente praial e a relevância da articulação com a Educação Ambiental na gestão pública da costa litorânea, especificamente, na praia do Cassino/RS, permite a busca dos elementos necessários para uma construção mais abrangente sobre o que é uma praia, tornando mais fácil o processo de gestão desse território. Possibilita inclusive antever as reações e as atitudes da sociedade em relação à tomada de decisões. Deixa-se exposto que, neste trabalho a intenção não foi contrariar as outras formas de conceber a praia, mas sim de expandir tal conceito, ou seja, ressignificar com o intuito de repensar novos valores e saberes.

Contudo, a relevância da articulação entre Educação Ambiental crítica e a gestão ambiental pública da costa litorânea, pela dialética e pela práxis, possibilita pensar uma nova forma de conceber o mundo e os sujeitos como uma coletividade, onde resulta um novo processo cultural que unifica o movimento prático e teórico, que não reserva apenas aos grandes intelectuais a concepção de mundo, mas tende a se tornar popular de caráter concretamente global e que transforma a mumificada cultura popular por meio da reflexão e

da ação para que atuem conscientemente e participem da vida pública reivindicando e implementando seus direitos.

iii) Hipóteses

Apresenta-se dois grupos de hipóteses, articuladas entre si, quais sejam:

A concepção de praia no Brasil, calcada em uma visão técnica, mostra-se insuficiente, pois esta limitação teórica e política compreendem este conceito como unicamente normativo ou como um suporte material de atividades humanas em um espaço físico, despindo-a das suas condições ético-filosóficas, tampouco considera a constituição dos sujeitos e a visão de mundo da coletividade sobre esse ambiente, que se manifesta no plano real, na vida em sociedade, ou seja, afasta a reflexão e a crítica que se manifestam por meio do reconhecimento do processo histórico da civilização.

Considerar a constituição dos sujeitos no ambiente praial e a relevância da articulação com a Educação Ambiental critica na gestão pública da costa litorânea possibilita a reunião de elementos para a reflexão almejada acerca de uma leitura ressignificada da concepção de praia, pois parte-se de uma perspectiva dialética da compreensão do homem e das suas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais.

iv) Objetivos

Objetivo Geral

Construir uma leitura ressignificada do conceito de praia considerando a constituição dos sujeitos nesse ambiente e a relevância da sua articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea.

Objetivos Específicos

- Caracterizar socioambientalmente a área de estudo considerando a história desde a criação do balneário do Cassino/RS contextualizando o ambiente dos sujeitos da praia.

- Analisar criticamente o debate teórico sobre a constituição dos sujeitos no ambiente praial, diante da conjuntura, das novas demandas e dos conflitos socioambientais do século XXI.

- Investigar os principais instrumentos legais sobre a gestão de praia no Brasil, as ações, as estratégias discursivas e práticas e os mecanismos de atuação política.

- Analisar os elementos teóricos, práticos e epistemológicos da Educação Ambiental crítica na gestão pública, na abordagem materialista histórica e dialética, propícios à reflexão sobre uma leitura contemporânea do conceito de praia.

- Apresentar os elementos para propor uma leitura ressignificada do conceito de praia na atualidade brasileira, considerando a constituição dos sujeitos nesse ambiente e a relevância da articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea.

v) Metodologia

Compreende-se que, a metodologia é o caminho para a construção e, conseqüentemente, realização de uma pesquisa. Pode-se dizer que, a metodologia é, acima de tudo, uma reflexão sobre os diferentes métodos e tem como objetivo analisar as diversas facetas dos diferentes métodos indispensáveis. Sánchez Gamboa, ao referir-se sobre metodologia e método, aduz:

> A formação do pesquisador não pode restringir-se ao domínio de algumas técnicas de coleta, registro e tratamento dos dados. As técnicas não são suficientes, nem constituem em si mesmas uma instância autônoma de conhecimento científico. Estas têm valor como parte dos métodos. O método, ou o caminho do conhecimento é mais amplo e complexo. Por sua vez, um método é uma teoria de ciência em ação que implica critérios de cientificidade, concepção de objeto e de sujeito, maneiras de estabelecer essa relação cognitiva e que necessariamente remetem a teorias de conhecimento e a concepções filosóficas do real.[5]

Sendo assim, o método desta pesquisa foi referenciado pelo materialismo histórico dialético, abordando a Educação Ambiental por meio de uma visão crítica e com a intenção de transformar e agregar novos saberes e valores a realidade. O Materialismo Histórico Dialético, de acordo com o consenso de diversos estudiosos marxistas, surgiu a partir da publicação do livro escrito por Marx e Engels no ano de 1845, “A Ideologia Alemã”, em que os autores realizam uma profunda crítica aos “jovens hegelianos” e ao conceito de idealismo, fato que ainda, na atualidade, é uma das principais referências do materialismo dialético

[5]SÁNCHEZ GAMBOA, S. ***Epistemologia da Pesquisa em Educação***, Campinas; Práxis, 1996. p.8.

marxista. Para os autores, nesta obra, os filósofos idealistas alemães abstraem o mundo às ideias humanas, sem levar em conta o contexto em que surgiram, isto é, de forma não-histórica, bem como pontuam que a ideologia é uma forma de observar o mundo imposto pela classe dominante, para não oportunizar aos oprimidos enxergarem as desigualdades sociais. Nas palavras dos autores, tem-se que:

> Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas da cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. [6]

Tendo em vista o pensamento marxista, expresso nos livros que foram publicados por Marx e Engels, em contraposição ao surgimento da sociedade capitalista-industrial do século XIX, optou-se pelo método materialista histórico dialético, pois por meio dele é possível compreender e fazer a análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas, bem como permite perceber a necessidade de um pensamento que afere a realidade de modo diferente, e em oposição, à concepção idealista da história.

O desenvolvimento da pesquisa foi de caráter social qualitativo, pois possibilitou a compreensão dos fatos que se desenvolveram ao longo do trabalho. Através dos dados qualitativos foi possível compreender os sujeitos da pesquisa como agentes de sua vida e da sua relação com a praia, pois por meio da investigação científica que foca no caráter subjetivo do objeto aqui analisado, as particularidades, experiências individuais e coletivas foram expostas pelos sujeitos.

Com a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas, os sujeitos ficaram livres para apontar os seus pontos de vista sobre o objeto de estudo. Por meio das análises qualitativas as respostas não foram objetivas e o propósito não foi de contabilizar quantidades como resultados, mas conseguir compreender o comportamento do grupo-alvo. Ressalta-se que, a realização do processo de entrevistas ocorreu quando o projeto foi aprovado pelo Comitê de ética, etapa imprescindível para a realização das entrevistas.

Para a produção das coletas de informações, o projeto teve como ferramenta a análise documental e bibliográfica, além de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos moradores e frequentadores da Praia do Cassino/RS. Entende-se que, as entrevistas por meio dos métodos

[6]MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. ***A Ideologia Alemã***. Trad. Luciano Cavani Martorano, Nélio Schneider, Rubens Enderle. Editora: Boitempo. 2007. p.94.

qualitativos produziram uma interação social com a pesquisadora e oportunizou ao interlocutor aprofundar sobre assuntos que não ficaram claros e que foram de suma importância para a pesquisa. As entrevistas instigaram a pesquisadora a seguir com outros questionamentos, cujas respostas exigeram novas abordagens e demandaram ainda mais empenho para elucidar a pesquisa.

Os sujeitos foram entrevistados por meio de conversas, as quais foram gravadas e alguns temas foram de máxima importância para compreender a visão dos sujeitos sobre o ambiente de praia. Aponta-se que, as entrevistas foram realizadas no local objeto do estudo do trabalho, ou seja, na praia do Cassino/RS, especificamente na orla. Para as entrevistas houve a garantia de sigilo e a reserva de um local em espaço aberto em que os sujeitos sentiram-se confortáveis para explanar suas respostas.

Ademais, para essa etapa da pesquisa, foi respeitado o exposto na legislação vigente a respeito das pesquisas que envolvem seres humanos, quais sejam: Resolução número 510 de 2016, (Resolução CNS no 466/2012, item III; Resolução CNS no 510/2016, Art. 23 e a Instrução Normativa PROPESP/FURG no 06/2019, Art. 5o, item II, subitem d).

Para a realização das entrevistas utilizamos um roteiro temático abordando os seguintes assuntos sobre o ambiente praial:

Tema	Intenção
i) o conceito de praia	Saber qual a visão de mundo adquirida e formada sobre o ambiente praial.
ii) a gestão ambiental da praia	Compreender como os sujeitos vislumbram a necessidade de manter a qualidade ambiental da praia.
iii) as relações sujeito e natureza	Entender quais sentidos que o ambiente praial desperta nos sujeitos.
iv) as relações sociais desenvolvidas no ambiente de praia	Compreender os diferentes usos e a cultura local por meio das relações sociais.
v) veranistas	Entender qual a visão dos sujeitos a respeito dos veranistas e o impacto que causam no ambiente e perante as relações sociais e econômicas.
vi) a relevância da Educação Ambiental na gestão pública da costa litorânea	Saber se os sujeitos reconhecem a Educação Ambiental como elemento fundamental para a gestão de praia.

Quadro 1 - Roteiro das entrevistas

Os sujeitos foram categorizados por grupos, conforme o quadro abaixo:

Sujeitos coletivos	Sujeitos individuais
Extrativistas	Pescadores artesanais
Religiões e seitas	Religiosos de matriz africana, católicos e evangélicos neo-pentecostais
Comerciantes e outros trabalhadores	Vagoneteiros, pequenos empresários, ambulantes, catadores e recicladores de resíduos sólidos, faroleiros
Contempladores	Apreciadores da natureza (por do sol, luar, mar, nascer do sol...), pedestres e sujeitos que circulam com veículos automotores.
Pesquisadores e cientistas	Biólogos, oceanólogos e demais profissionais acadêmicos que utilizam a praia como objeto de estudo
ONG´s	Ativistas
Esportistas	Corredores, jogadores de esporte de areia surfistas, trilheiros...

Quadro 2 - Categorização dos sujeitos da pesquisa.

Ressalta-se que, os entrevistados foram informados sobre o tema da pesquisa, bem como foram expostos no documento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, todas as suas garantias éticas, riscos e benefícios e seus direitos garantidos. Ademais, para a população idosa o documento TCLE foi entregue com a fonte da letra maior (14) e espaço para digital (caso não fosse alfabetizado), conforme a Instrução Normativa PROPESP/FURG no 06/2019, Art. 5o, item III, parágrafo 8o. A população com menor idade foi excluída da pesquisa, uma vez que, acreditamos não estar capacitada para responder as informações relevantes da pesquisa. Ainda, foram realizadas todas as medidas que visam garantir a liberdade de participação, a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que possam identificá-lo, especialmente, a privacidade, sigilo e confidencialidade e o modo de efetivação.

As perguntas norteadoras para a entrevistas foram: 1. Qual o conceito de praia em seu entendimento? 2. Você sabe o que é gestão de praia ? 3. Qual é a sua relação com a praia e quais sentimentos são despertados nesse ambiente? 4. Como você faz o uso da praia? 5. Qual sua opinião sobre a chegada de veranistas? 6. Você conhece o que significa e a importância da Educação Ambiental ?

O questionário foi entregue ao participante da pesquisa logo após ser abordado. Assim, iniciou-se um diálogo com o participante, que se apresentou e após houve a apresentação da pesquisa e qual sua importância social e acadêmica. Depois de realizadas as apresentações entre pesquisadora e entrevistado (a), o diálogo se deu com base nas perguntas norteadoras. Foi utilizado o tempo máximo de 30 (trinta) minutos para cada participante

responder as entrevistas que foram gravadas. Destaca-se que, as entrevistas gravadas foram expostas ao longo do trabalho, com intuito de inserir os participantes na pesquisa, por meio de seus relatos e depoimentos, para colaborar com o desenvolvimento do trabalho e abarcar a visão dos sujeitos sobre os assuntos discutidos.

Os sujeitos entrevistados foram escolhidos, uma vez que, por meio do método observacional, realizado durante o período de 4 (quatro) anos, verificou-se que eram sujeitos que frequentavam a praia do Cassino/RS diariamente, dessa forma, colaboraram para entendimento sobre a visão de mundo e as concepções sobre o ambiente praial.

Importante destacar que, foram cumpridas: a Resolução CNS no 466/2012, capítulo IV; Resolução CNS no 510/2016, capítulo III e Instrução Normativa PROPESP/FURG no 06/2019, Art., 5o, item II, subitem i), que tratam sobre o processo de consentimento e de assentimento livre e esclarecido. Para tanto, a pesquisadora respeitou os protocolos de garantem a dignidade humana, ou seja, nenhum participante foi obrigado a responder o questionário, apenas os participantes interessados foram entrevistados de forma livre, espontânea, consciente e esclarecida. Para tanto, foi necessário buscar o local e o momento adequado para explicar e esclarecer ao participante o motivo da pesquisa e sua importância nesse processo. Tais informações foram passadas de forma clara e objetiva, em linguagem acessível que respeitou a cultura, a faixa etária, as condições socioeconômicas e a autonomia dos convidados a participar da pesquisa.

O tempo estipulado para a entrevista visou respeitar o processo do participante para refletir e responder de forma livre e esclarecida. Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para todo o participante da pesquisa, conforme as normas expostas na Resolução CNS no 466/2012, capítulo IV.

Em relação aos riscos da pesquisa, tem-se que, as entrevistas com os moradores e frequentadores da praia do Cassino/RS puderam acarretar riscos mínimos, como: acionar memórias que despertam sentimentos que estavam ocultos nos sujeitos e que transbordam cargas emocionais ambíguas, ou seja, tanto positivas como negativas. Os participantes também poderiam ter a preocupação de se expor perante os assuntos que abordam os conflitos socioambientais que englobam a praia do Cassino/RS, bem como opiniões contraditórias poderiam surgir diante dos relatos dos sujeitos. Nesse sentido, garantiu-se assistência imediata, integral e gratuita aos participantes conforme a Resolução CNS no 466/2012, item II.3 e item V,subitem V.6; Resolução CNS no 510/2016 Art. 3, item.

Dessa forma, apresentamos abaixo o quadro com os sujeitos participantes da pesquisa. Explica-se que, pelo tempo disposto para a realização da pesquisa, não houve a

possibilidade de entrevistar sujeitos coletivos e tampouco de expandir as entrevistas para alcançar maior número de sujeitos participantes, no entanto a categoria dos sujeitos individuais foram de extrema relevância para contribuir com a pesquisa, pois possibilitou compreender qual a visão de mundo dos sujeitos na praia do Cassino/RS, ampliando e corrobrando com o desenvolvimento do trabalho.

Para manter o sigilo da identidade dos participantes, os classificamos em ordem albabética, conforme exposto:

Sujeitos individuais	Sujeitos coletivos
Entrevistada "A" – 48 anos Profissão: petroleira	Religiões e seitas
Entrevistado "B" – 67 anos Profissão: pescador artesal	Extrativistas
Entrevistada "C" – 32 anos Profissão: Professora Universitária	Pesquisadores e cientistas
Entrevistado "D" – 49 anos Profissão: Ecologista, ativista	ONG´s
Entrevistada "E" – 31 anos Profissão: pequena empresária	Comerciantes e outros trabalhadores
Entrevistada " F" – 31 anos Profissão: estudante universitária	Esportistas
Entrevistado "G"- 70 Anos Aposentado	Comtempladores

Quadro 3 – Sujeitos Participantes da pesquisa

No tocante ao orçamento da pesquisa, foi realizado de acordo com o recebimento da bolsa de estudos provida pela CAPES. Assim, temos que: Os custos relacionados a material de escritório (folhas, impressão, canetas, xerox, planilhas, material de identificação da pesquisadora, crachás e vestimenta específica) foram de: R$3.000 reais. Os custos de translado foram de: R$ 3.500 reais. Para a previsão de ressarcimento dos participantes da pesquisa foram guardados: R$ 20.000 Reais. Ademais foi realizada uma reserva no valor de R$ 5.000 reais para suprir possíveis pequenos imprevistos e um valor de R$ 10.000 reais para custear a alimentação durante as saídas de campo, que ocorreram durante o período de 4 (quatro) anos.

Para o desenvolvimento da pesquisa o primeiro passo foi realizar pesquisa bibliográfica e descrever a Praia do Cassino/RS estruturalmente, ou seja, foi realizada a caracterização ambiental da área de estudo, com intuito de reconhecer o meio ambiente, com enfoque nos objetos de interesse para este trabalho, como: o conceito de praia, as características ambientais e morfodinâmicas, as dunas costeiras e a biodiversidade ecológica, pois foi preciso compreender seus limites, funcionamento e vocações, para, posteriormente,

ser possível abarcar as principais pressões a que está submetido. Dessa forma, possibilitou-se entender os desafios que se apresentam para o seu planejamento, manejo e gerenciamento ordenado. Para tanto, recorreu-se aos principais estudos e pesquisas realizadas nesse âmbito por importantes autores nacionais e estrangeiros como SHORT, A.D.; CALIARI, Júlio; ASMUS, Milton; VILLWOCK, J.A; TOMAZELLI, L. J.; entre outros autores renomados que versam a respeito do conteúdo.

Para a compreensão do objeto de estudo o método observacional foi empregado. Essa técnica de pesquisa oportunizou a coleta de dados que não consistiu apenas em ver e ouvir, mas examinar fatos e fenômenos. A aproximação com o campo de estudo possibilitou a pesquisadora adquirir uma visão mais profunda e um olhar mais refinado sobre o ambiente praial, pois as observações diárias, realizadas a partir do ano de 2019, instigaram os sentidos para buscar através do que se vê, ouve, sente e percebe, elementos para embasar as argumentações e adquirir um conhecimento claro e preciso para auscultar os fatos.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o método observacional oportunizou a pesquisadora a interpretar a forma como o ambiente funciona e por meio dos elementos visualizados, como primeiro resultado, foram realizados registros fotográficos que ilustram a pesquisa com a intenção de contextualizar o meio ambiente e as espécies que compõe o ambiente praial da cidade do Rio Grande/RS. Salienta-se que, as imagens visuais não têm o mesmo estatuto do texto escrito, porém, é necessário observá-las como um diferencial, ou seja, como um interlocutor privilegiado do texto escrito, compartilhado no texto cultural, com suas especificidades materiais e formais. O registro de imagens é o reflexo do olhar da pesquisadora, bem como de um tempo que partilha cultura e as especificidades de uma história própria.

O segundo passo da pesquisa foi explorar historicamente a Praia do Cassino/RS, por meio de descrição interpretativa e explicativa, pois dessa forma foi possível compreender e fazer a análise da história, ou seja, das evoluções econômicas, culturais, sociais e políticas que se firmaram no perpassar do tempo. Para tanto, a pesquisa bibliográfica ocorreu através de registros de jornais e periódicos da época, bibliografias referentes ao tema, fotografias, gravuras, mapas e acervos históricos que carregam as verdades e os mitos da imensidão litorânea do extremo Sul do Brasil. Fatos históricos como a fundação da Estação Balnear "Vila Siqueira", atual Praia do Cassino/RS, a criação da cultura sobre os banhos de mar na "costa do mar grosso" – "a mangueira" e os episódios marcantes foram coletados e descritos.

Ademais, foi realizada uma análise a respeito da constituição dos sujeitos no ambiente praial, principalmente na Praia do Cassino/RS, considerando a conjuntura das novas

demandas e dos conflitos socioambientais do século XXI. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico autores que versam sobre o assunto, como Alain Corbin, principalmente a obra intitulada "Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental, pois a partir dessa referência foi aprofundado o estudo a respeito da constituição do sujeito no ambiente praial, ou seja, como os sujeitos entraram em contato como esse ambiente, quais as primeiras impressões e concepções dos sujeitos sobre a praia e quais os tipos de relações, comportamentos e cultura se desenvolveram ao longo dos séculos. Ainda, sobre a constituição dos sujeitos, foram utilizados os principais elementos das obras de Lev Vygotsky, que versam sobre o tema, prioritariamente, os aspectos da teoria Vygotskiana que apontam o sujeito constituído e constituinte nas e pelas relações sociais, ou seja, o sujeito como uma unidade múltipla, que se realiza na relação Eu - Outro, sendo constituído e constituinte do processo histórico sócio-cultural onde a subjetividade é a interface desse processo. Para corroborar com essa etapa do trabalho foi imprescindível recorrer às obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Paulo Freire, entre outros autores renomados, pois em suas teorias abarcam uma densa discussão a respeito do tema e consideram que os sujeitos são compreendidos como um modelo da sociedade, pois nele se reflete a totalidade das relações sociais e conhecer os sujeitos significa conhecer o mundo inteiro em todas as suas conexões.

Por conseguinte, foi de extrema relevância investigar os principais riscos, impactos e danos que ocorrem na praia do Cassino/RS, onde o intuito foi revelar aos sujeitos e aos órgãos públicos que esse ambiente precisa de um processo de gestão ambiental pública comprometido com a coletividade e que considera os instrumentos de participação cidadã e articula ações de Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública da costa litorânea, para promover conscientização de forma contínua e integrada.

Os instrumentos legais sobre a gestão de praia no Brasil, as ações, as estratégias discursivas e práticas e os mecanismos de atuação política foram apresentados, onde posteriormente, analisamos as públicas políticas em nível municipal que versam sobre a gestão de praia, bem como as medidas já implementadas nesse ambiente. Uma análise crítica sobre a política ambiental brasileira, na atualidade, também foi exposta, devido aos déficits e descasos com a proteção ambiental, principalmente, quando se trata dos interesses políticos e as falhas da administração pública na gestão ambiental das praias. O principal aporte teórico foi explorado a partir da legislação brasileira constitucional e infra-constitucional.

Tendo em vista que, a Educação Ambiental crítica é uma realidade no Brasil, foi imprescindível traçar um panorama sobre a consolidação da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental pública, bem como abordar os elementos epistemológicos, teóricos e

práticos da Educação Ambiental crítica na gestão pública, com enfoque na gestão da costa litorânea, em sua dimensão materialista histórica dialética das correntes marxistas, através de bibliografias de autores nacionais e estrangeiros como Karl Marx, Antonio Gramsci, Paulo Freire, Friedrich Engels, Carlos Frederico B. Loureiro e José da Silva Quintas entre outros.

E por fim, a partir dos resultados obtidos, foram revisitados alguns aspectos já discutidos durante a pesquisa, para a realização da reflexão almejada a respeito de uma leitura ressignificada da concepção de praia, considerando a constituição dos sujeitos no ambiente praial e a relevância da articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão Pública. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi cumprido, após a compilação e análise das respostas dos entrevistas, bem como diante dos resultados e análises expostas ao longo do trabalho.

Contudo, Partiu-se do reconhecimento da história humana e da transformação das relações sociais e não da análise dos fenômenos apenas quantificáveis da natureza, nessa medida se intranquiliza os conformados e se perturba os pragmáticos, utilitaristas e tecnocratas, pois exige que as mediações do que é real sejam respeitadas pela ação revolucionária que visa à emancipação da sociedade das correntes manipuladores de determinadas teorias e concepções construídas, ao longo do desenvolvimento das ciências, que restringe o pensar e o comportamento humano. Através da metodologia escolhida foi possível enxergar os diferentes aspectos da realidade que se entrelaçam e em diferentes condições dependem uns dos outros. Não há como compreender as coisas no mundo de forma isolada, uma por uma, sem levar em conta a conexão com que cada uma delas sustenta com coisas diferentes. A dialética não se extingue em contradições irracionais e na repetição do conflito em teses e antíteses, entre afirmações e negações, o que sobressai é a superação tanto da afirmação como da negação prevalecendo à síntese, ou seja, a negação da negação.

CAPÍTULO I – Caracterização ambiental da área de estudo.

Neste capítulo, indicador dos elementos teórico-analíticos fundamentadores da tese levantada, tem-se que, nas últimas décadas, o ambiente marinho e praial passaram a receber maior atenção científica, á medida que a sociedade contraiu uma consciência mais abrangente sobre a importância desses ambientes para a humanidade e qualidade ambiental. As questões ambientais, como a importância da sustentabilidade e da preservação das regiões costeiras ganham destaque nos âmbitos sociais, culturais, políticos e econômicos. Os sujeitos não são alheios ao mar, assim as motivações sociais e econômicas são englobadas como mais um elemento/ator desses ecossistemas, notadamente, pois a capacidade de impactar, alterar e esgotar os recursos naturais não pode ser ignorada. No presente capítulo, foi caracterizada a área de estudo, com enfoque nos objetos de interesse para este trabalho, que visa compreender o ambiente, seus limites, funcionamento e vocações, bem como as principais pressões a que está submetido, pois, dessa forma, possibilitou-se entender os desafios que se apresentam para o seu planejamento, manejo e gerenciamento integrado, pois o manejo dos recursos naturais da região costeira deve ocorrer de forma sustentável.

1.1. Descrição estrutural: conceito, características ambientais e morfodinâmicas da praia do Cassino/ RS.

No presente capítulo iremos adotar o conceito de praias arenosas para designar o ambiente praial, tal concepção representa ambientes de praias oceânicas abertas, com alta energia e também ambientes estuarinos extremamente protegidos. As praias arenosas são

ambientes presentes na zona costeira[7] ao redor do mundo e servem de palco para inúmeras atividades humanas, como turismo, lazer, prática de esportes, ócio, trabalho, entre outras. De maneira abrangente, consideram-se praias arenosas uma área do litoral aberta para o oceano, com sedimento inconsolidado e constantemente retrabalhado pelas ondas. [8]

Caracterizam-se esses ambientes pelo dinamismo, em virtude da mobilidade dos sedimentos sob os efeitos constantes das ondas, das marés, dos ventos e correntes litorâneas, onde essa interação com o material formador das praias determinam as características morfodinâmicas de um sistema praial.[9] Ainda, são considerados ambientes frágeis, uma vez que, reagem rapidamente às modificações ambientais sujeitas aos fatores morfodinâmicos naturais e as ações antrópicas.[10]

A formação da praia do Cassino/RS está atrelada aos eventos paleogeográficos da Planície Costeira[11] do Rio Grande do Sul. A formação da Planície Costeira do Rio Grande do Sul (PCRS) começou a se esquematizar através do transporte dos sedimentos clásticos terrígenas[12], originários das partes mais elevadas, para o interior da Bacia de Pelotas, sob a ação dos processos físicos costeiros e influência da variação relativa do nível do mar, que ocorreu desde o final do Neógeno (escala de tempo geológica, cerca de 5 milhões de anos) até o presente, em que os sedimentos se acumularam em uma grande variedade de ambientes deposicionais compondo o mosaico geomorfológico que atualmente se observa nessa região.[13]

---

[7]As zonas costeiras são as faixas onde ocorrem as interações entre o mar e a terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, na qual os seus usos afetam diretamente o espaço oceânico e vice-versa. Pressupõe-se que todas as atividades humanas devam ser consideradas na zona costeira, no intuito de se prever uma matriz de inter-relações quando se tratar de desenvolvimento relacionado à área portuária". Ver em: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Os 25 anos do gerenciamento costeiro no Brasil: Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).*** *Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Resolução CIRM Nº 01/90, de 21 de novembro de 1990*. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/publica%C3%A7%C3%B5es. p.93.

[8]VALENTIN, Jean Louis; MUELBERT, José Henrique. ***Ambientes Marinhos***. *In*: Introdução as Ciências do mar. Org. Jorge Pablo Castello e Luiz Carlos Krug. Pelotas: Ed. Textos,2015. p.327.

[9]Morfodinâmica praial é um método de estudo que integra observações morfológicas e dinâmicas numa descrição mais completa e coerente da praia e da zona de arrebentação. Ver em: CALIARI, J.L ; Et Al. ***Morfodinâmica praial: Uma breve revisão***. Revista brasileira, oceanografia 5l (único): 63-78, 2003. p. 64.

[10]CALLIARI, L. J. ; KLEIN, A. H. F. ***Características Morfodinâmicas e Sedimentológicas das Praias Oceânicas entre Rio Grande e Chuí. RS.*** In: Pesquisas em Geociências. 20 (1): 48-56,1993. p. 50.

[11]Planícies costeiras são superfícies relativamente baixas e planas, localizadas junto ao mar, e cuja formação resultou da deposição de sedimentos marinhos e fluviais. Ver em: MUEHE, Dieter. Geomorfologia Costeira. In: GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista Da. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 14º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 287.

[12]Sedimentos clásticos terrígenas (clásticas/siliciclásticas) ou detríticas. São definidos como aqueles em que as partículas clásticas ou detríticas – fragmentos de rochas e minerais – são originarias de rochas silicicosas preexistentes, formando mais de 50% do sedimento ou da rocha. Ver em: Blatt, H., Middleton, G. V. & Murray, R. C.. ***Origin of Sedimentary Rocks.*** Prentice Hall Inc., Englewood Cliffs, 1972. p.121.

[13]VILLWOCK, J.A. E TOMAZELLI, L.J. ***Geologia Costeira do Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: Instituto de Geociências, CECO/UFRGS,1994. p.23.

A linha de costa atual dessa planície costeira se estende por uma distância de aproximadamente 620 km (seiscentos e vinte quilômetros), desde Torres, ao norte, até a desembocadura do Arroio Chuí, ao sul. Sabe-se que, sua constituição ocorreu durante o Quartenário[14] através de dois fatores, ou seja, pelos depósitos de leques aluviais na parte mais interna e pelas transgressões e regressões do mar, que ao retrabalhar sedimentos formaram um complexo sistema deposicional do tipo Laguna-Barreira, onde se destacam: a Lagoa dos Patos, a Lagoa Mirim e a Lagoa Mangueira. [15]

O sistema de leques aluviais engloba o conjunto de fáceis sedimentares[16] que resultaram dos processos de transporte associados aos ambientes de encosta das terras altas adjacentes a planície costeira. Os depósitos são resultantes de processos dominantemente gravitacionais, como a queda livre de blocos, o fluxo e o rastejamento de detritos que graduam para depósitos transportados e depositados em meio aquoso (aluviões). No tocante ao sistema Laguna-Barreira, tem-se que este é formado por quatro subsistemas (Barreira I, Barreira II, Barreira III e Barreira IV), onde cada um desses subsistemas representa o ápice de uma transgressão marinha e sua posterior regressão, ocorridos, respectivamente, há 400 (quatrocentos), 325 (trezentos e vinte e cinco), 120 (cento e vinte) e 6 (seis) mil anos atrás aproximadamente.[17]

A atual configuração morfológica da praia do Cassino/RS tem relação intrínseca aos processos geológicos conexos ao desenvolvimento do mais recente sistema deposicional

---

[14]O período Quartenário teve início há 2,6 milhões de anos e compreende desde a época pleistocênica (de 2,6 milhões de anos até cerca de 10 mil anos atrás, referindo-se aos depósitos pós-pliocênicos) até a época holocênica (10 mil anos atrás até os dias atuais, incluindo fósseis de espécies existentes), estando dentro da Era Cenozóica. Compreende depósitos sedimentares juntamente com restos de animais e vegetais que vivem ainda hoje, espécies de mamíferos placentários (permitindo observar ancestrais de cavalos, e elefantes). As características mais marcantes deste período foram as glaciações e o aparecimento do ser humano, há apenas 1,8 milhões de anos. Ver em: NUNES, F. C; BOAS, G. S.V.; SILVA, E.F. ***Mudanças climáticas e seus reflexos na paisagem do quaternário: primeiras reflexões***. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2012. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/950779/1/Doc157MudancasQuaternario.pdf. Acesso em: 23 de set. 2021.

[15]TOMAZELLI, L. J. ; VILLWOCK, J. A. ***O Cenozóico no Rio Grande do Sul: Geologia da Planície Costeira.*** In: HOLZ, Michael, DE ROS, Luis Fernando (Ed). Geologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2000, p.375-406. Recebido em 18 de outubro de 2018. Revisão aceita em 01 de dezembro de 2018. p. 379.

[16]Fácies sedimentares se refere ao conjunto de características específicas de uma rocha sedimentar ou de um sedimento e que se refere a processos de transporte, deposição e/ou diagênese próprios de determinado ambiente ou bacia geológica e seu estudo está ligado determinação de sistemas deposicionais. Ver em: http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/facies_sedimentar.htm. s/p.

[17]TOMAZELLI, L. J. ; VILLWOCK, J. A. ***O Cenozóico no Rio Grande do Sul: Geologia da Planície Costeira.*** In: HOLZ, Michael, DE ROS, Luis Fernando (Ed). Geologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2000, p.375-406. Recebido em 18 de outubro de 2018. Revisão aceita em 01 de dezembro de 2018. p.403.

Laguna-Barreira, ou seja, a Barreira IV, formada durante o holoceno[18], em que os sedimentos juntamente com cascalhos bioclásticos se apresentam como importantes constituintes dos depósitos da praia, entre os municípios de Rio Grande e Chuí. A Barreira IV é caracterizada por extensas barreiras arenosas que isolam diversos corpos lagunares no norte do estado do Rio Grande do Sul e uma extensa lagoa (Mangueira) no litoral sul, com aproximadamente 100 km (cem quilômetros) de extensão.[19]

Localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no município do Rio Grande, a praia do Cassino encontra-se, precisamente, na latitude de -32º 12" Sul e longitude de - 52º 10" Oeste, ao Sul da desembocadura da Lagoa dos Patos[20], onde se desenvolve uma extensa barreira arenosa que compreende 220 km (duzentos e vinte quilômetros) de extensão e possui como limite ao sul o Arroio Chuí[21]. As imagens, a seguir, apresentam a área de estudo, bem como regiões próximas e os principais pontos de localização:

[18]Na escala de tempo geológico, o Holoceno ou Holocénico é a atual época do período Quaternário da era Cenozóica do éon Fanerozoico que se iniciou há cerca de 11,65 mil anos antes do presente, após o último período glacial, que concluiu com o recuo glacial holocênico. Ver em: Bianchi, G.G.; McCave, I.N.. ***Holocene periodicity in North Atlantic climate and deep-ocean flow south of Iceland***. *Nature*. 397 (6719): 515–517, 1999. p. 516.

[19]CALLIARI, L. J. ; KLEIN, A. H. F. ***Características Morfodinâmicas e Sedimentológicas das Praias Oceânicas entre Rio Grande e Chuí. RS.*** In: Pesquisas em Geociências. 20 (1): 48-56,1993. p. 49.

[20]A Lagoa dos Patos é considerada a maior laguna costeira estrangulada do mundo, possui como limite Sul a Barra do Rio Grande, por onde se comunica com o Oceano Atlântico, o limite norte, onde termina, localiza-se na Foz do Rio Guaíba. A região estuarina é formada pela entrada de água salgada do Oceano Atlântico no interior da lagoa e fica localizada na desembocadura da Barra do Rio Grande/RS. Ver em: MÖLLER, Osmar; FERNANDES, Elisa. Hidrologia e hidrodinâmica In: ***O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações***. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 17.

[21]O arroio Chuí é um pequeno curso de água localizado na fronteira entre o Brasil e o Uruguai e é conhecido como o ponto mais ao sul do Brasil. O arroio nasce num pequeno pântano no município de Santa Vitória do Palmar e, inicialmente, corre de norte para sul. Ver em: https://www.chui.rs.gov.br/turismo/visualizar/id/1002. Acesso em: 21 de set. 2021.



Figura 1. Imagem de satélite da extensão litorânea do extremo Sul do Brasil.
Fonte: SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. *Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.* Rio Grande**:** Ecoscientia, 2004. p.13.



Figura 2. Costa litorânea entre Tramandaí e Chuí.
Fonte: SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. *Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.* **Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 86.**

O ambiente praial é classificado conforme a declividade e a intensidade da quebra de ondas, pois a quantidade de energia liberada na arrebentação condiciona a distribuição dos grãos de areia. Assim, consideram-se praias arenosas refletivas aquelas que possuem grande declividade, tamanho de grãos maior e incidência de ondas com alta energia sobre a face da praia[22]. As praias arenosas dissipativas são aquelas que apresentam uma ampla região de

[22]Face da praia ou face praial corresponde, normalmente, a região mais inclinada da praia. Por regra, as partículas de sedimentos mais grosseiras concentram-se na base da face da praia. Geralmente, na zona em que a

quebra de ondas, em que a energia vai se dissipando e na face da praia a energia de ondas é baixa, com granulometria mais fina e pouca declividade. Já as praias arenosas intermediárias abrangem todas as praias que ficam entre os extremos dissipativos e refletivos. [23]

A praia do Cassino/RS é considerada quanto à sua classificação, preliminarmente, dissipativa com baixa declividade, podendo variar ao longo da costa litorânea para a classificação intermediária e também refletiva. Pontua-se que, tal configuração se dá, pois a praia é um complexo sistema de interações entre os elementos marinhos, continentais e atmosféricos, uma região de alta complexidade, sujeita tanto aos fatores morfodinâmicos naturais quanto às ações antrópicas. [24]

O estado dissipativo da praia do Cassino/RS está relacionado com a própria geomorfologia[25] da costa, que está exposta a tempestades. Por outro lado, seu estado intermediário está relacionado à boa disponibilidade sedimentar da região. Salienta-se que, o estado morfodinâmico da praia possui como principal característica uma plataforma larga, com declividade suave, uma vasta zona de arrebentação[26] e as dunas frontais bem desenvolvidas.[27]

A composição textural da praia do Cassino/RS é concebida por uma areia fina quartzosa, bem selecionada, de alta maturidade com "moda de 2.88 phi ou 0,16 mm, a qual, nas estações quentes, migra no largo pós-praia[28] de baixa declividade e forma as dunas embrionárias".[29] Aponta-se que, os sedimentos mais grosseiros, compostos de areia e cascalho biodetrítico, estão situados na localidade dos Concheiros, ao sul do farol do Albardão (setor

---

onda rebenta forma-se um pequeno ressalto topográfico, denominado por degrau de rebentação. Ver em: https://www.aprh.pt/rgci/glossario/facedapraia.html. Acesso em: 20 de set.2021.

[23]VALENTIN, Jean Louis; MUELBERT, José Henrique. ***Ambientes Marinhos***. *In*: Introdução as Ciências do mar. Org. Jorge Pablo Castello e Luiz Carlos Krug. Pelotas: Ed. Textos, 2015. p. 327.

[24]CALLIARI, L. J. ; KLEIN, A. H. F. ***Características Morfodinâmicas e Sedimentológicas das Praias Oceânicas entre Rio Grande e Chuí. RS.*** *In*: Pesquisas em Geociências. 20 (1): 48-56,1993. p. 49.

[25]Geomorfologia estuda a origem e a estrutura das formas de relevo. A formação de elementos da superfície terrestre é identificada pelo clima, fatores endógenos e exógenos e pela natureza das rochas. Ver em: BRASIL, Divisão de Sensoriamento Remoto Coordenação-geral de Observação da Terra. ***Geologia e Geomorfologia***. Disponível em: http://www.dsr.inpe.br/DSR/areas-de-atuacao/topicos-de-pesquisa/geologia-geomorfologia. Acesso em 21 de set.2021.

[26]Zona de arrebentação corresponde à diminuição de profundidade, a qual provoca a arrebentação das ondas e pode ser mais ou menos larga consoante as características da onda (declividade). Ver em: https://www.aprh.pt/rgci/glossario/zonaderebentacao.html. Acesso em 20 de set.2021.

[27]CALLIARI, L. J. ; KLEIN, A. H. F. ***Características Morfodinâmicas e Sedimentológicas das Praias Oceânicas entre Rio Grande e Chuí. RS.*** *In*: Pesquisas em Geociências. 20 (1): 48-56,1993. p. 51.

[28]Pós-praia é a região da praia em que está fora do alcance das ondas e marés, só é alcançada pela água quando da ocorrência de marés muito altas ou tempestades. Ver em: MUEHE, Dieter. ***Pós-praia não deve ser traduzido como backshore – uma revisão da terminologia brasileira do sistema praia – antepraia.*** Quaternary and Environmental Geosciences, [S.l.], v. 10, n. 1/2, dez. 2019. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/abequa/article/view/69217. Acesso em: 04 out. 2021.

[29]TOZZI, H.A.M; CALLIARI, L.J. ***Morfodinâmica da praia do Cassino, RS.*** *In*: Pesquisas em Geociências. 27 (1): 29.42, 2000. p.31.

da praia que fica, aproximadamente, a 150 km ao sul da Lagoa dos Patos). Já entre os molhes da Barra e o farol Sarita a praia apresenta areia mais fina, por estar sob influência da descarga de água da Lagoa dos Patos. A região dos Concheiros apresenta características de uma praia refletiva e fica particularmente suscetível a erosão, devido à estreita zona de arrebentação, que possui reserva mínima de sedimentos e há pouca mobilidade dos sedimentos, pelo fato de serem mais grosseiros.[30]

Quanto às ondas oceânicas, sabe-se que, são a principal fonte de energia para a zona costeira. Assim, o conhecimento do clima de ondas, ao menos em um trecho de costa, é condição primordial para estudos do ambiente costeiro. A praia do Cassino/RS apresenta regime de micromarés (marés inferiores a dois metros) e caracteriza-se por ser uma costa dominada por ondas de energia média e elevada, pois a configuração da praia, praticamente retilínea, sem irregularidades maiores e sem reentrância proporciona um caráter aberto que lhe confere essa característica. Há baixa influência de marés astronômicas (geradas exclusivamente pela atração gravitacional), sendo compensado pela alta influência de marés meteorológicas (geradas por influência meteorológica, pressão atmosférica e vento), que ocasionam elevações rápidas no nível do mar, esse feito gera grandes alterações na morfologia da praia e ocorrem com maior frequência durante o período de inverno.[31]

A ecologia do ambiente praial é categoricamente influenciada pela maré baixa e pela maré alta. Na praia do Cassino/RS o avanço e o recuo do mar dependem mais da meteorologia, uma vez que, há pequena amplitude da maré local. As frentes frias quando passam em um período de 6 (seis) a 10 (dez) dias apresentam ventos fortes do quadrante Sul que impulsionam a água do mar para a costa e muitas vezes encobrem toda a largura da praia. No período entre as frentes frias, quando há predominância do vento de nordeste a água do mar recua e a praia se torna exposta e larga.[32]

Para além da influência das ondas, os ventos são instrumentos cabais na formação da imensidão litorânea do extremo Sul do Brasil e são responsáveis pela dinâmica costeira, pois além de serem a causa das ondas e das correntes litorâneas que modelam as zonas costeiras, atuam de forma marcante no desenvolvimento e imigração do campo de dunas costeiras. Os ventos do quadrante sul são responsáveis pela erosão da areia das grandes planícies úmidas na

---

[30]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 35.
[31]DAVIES. J. L. ***Geographical Variation in Coastal Developmcnt.*** 2º cd: Longman Londres, 1980. p. 221.
[32]VILLWOCK, J.A. E TOMAZELLI, L.J. ***Geologia Costeira do Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: Instituto de Geociências, CECO/UFRGS,1994. p.42.

frente de campos de dunas móveis. Os ventos do nordeste podem propulsar as dunas móveis, que podem migrar até 50m (cinquenta metros) por ano.[33]

De acordo com TOZZI & CALLIARI, na praia do Cassino/RS os quadrantes de incidência de ondas diferenciam-se em setores, no Sul, no Sudeste e no Leste. No quadrante Sul são conferidos ventos com maior energia de ondas, em que as ondulações (ondas mais regulares, de cristas mais arredondadas e que derivam de centros de geração longe da região costeira) misturam-se as vagas (ondas que resultam da ação dos ventos locais soprando dentro da área costeira) geradas pelos ventos locais de Sul, Sudoeste e Oeste. As médias de altura significativa dessas ondas variam entre 1,5 m a 2,0 m (um metro e meio a dois metros), em que os períodos de pico ficam entre 12s e 15s (doze segundos a 15 segundos). No quadrante Sudeste a dinâmica das ondas é mais homogênea, com ondas de menor esbeltez (altura significativa de 1,0 metros e máxima de 2,5 metros) e os períodos são mais determinados, ou seja, variam em torno de 12s (doze segundos). No quadrante Leste a característica é de menor energia de ondas, onde a altura atinge 0,5 m (meio metro) e com períodos em torno de 9s (nove segundos). [34]

Outro importante fator a ser destacado é o regime de correntes, pois tem relevância tanto na configuração sedimentar da praia, quanto para estratégias de conscientização da população sobre os perigos que a praia apresenta aos banhistas. No litoral do extremo sul do Brasil as ondas chegam à praia e geram uma série de correntes, em que o padrão depende do ângulo de incidência que fazem com a linha de praia. As ondas quando batem paralelamente a linha de costa, um padrão de circulação celular se desenvolve através das correntes de retorno que surgem perpendicularmente à praia, dessa forma, voltam ao mar as águas que se empilham continuamente e produzem uma série de reentrâncias na linha de praia. Quando as ondas batem obliquamente a linha de costa desenvolvem as correntes litorâneas (induzidas pelas ondas e ventos) por meio das quais as massas de água se deslocam paralelamente a linha de praia. As correntes litorâneas conduzem os sedimentos que foram postos em movimento através da ação das ondas ao longo de amplos trechos da costa. Tal movimento de areia é designado como deriva litorânea e se estabelece em um dos processos mais expressivos de transporte de sedimentos ao longo das costas arenosas.[35]

---

[33]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 22.

[34]TOZZI, H.A.M. & CALLIARI, L.J. ***Morfodinâmica da Praia do Cassino, RS.*** Pesquisas, 27: (1). 29-42p. 2000. p. 32.

[35]VILLWOCK, J.A. E TOMAZELLI, L.J. ***Geologia Costeira do Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: Instituto de Geociências, CECO/UFRGS,1994. p.31.

O clima na região pode ser considerado como subtropical de verões quentes, onde sofre uma forte influência do Anticiclone do Atlântico Sul que atua de forma mais intensa nos meses de verão, se trata de um sistema de alta pressão do tipo permanente, estabelecido sobre o Atlântico Sul com centro em torno de 30”S. No inverno a região sofre influência dos anticiclones móveis de origem polar, que se propagam para baixas latitudes com grande mobilidade e quando inicia seu deslocamento as massas de ar apresentam umidade e baixas temperaturas. Esses dois sistemas são responsáveis por controlar a circulação dos ventos e massas de ar na região, em que predominam os ventos de nordeste-NE (mais constantes) e os ventos de sudoeste-SW (maior intensidade).[36] Apesar da direção mais frequente ser dos ventos de nordeste-NE, a maior intensidade dos ventos de sudoeste-SW explica-se pela região estar em território plano e aberto, distante de qualquer efeito relacionada à topografia.[37]

A temperatura na praia do Cassino/RS é constituída, praticamente, por um período quente (verão) e um período frio (inverno), em que as médias no verão podem variar entre 20° e 24°C (vinte e vinte quatro graus Celsius) e as máximas podem atingir entre 40° a 42°C (quarenta a quarenta e dois graus Celsius). Durante o inverno ocorre à entrada de massas de ar frias que ocasionam o arrefecimento térmico e as temperaturas mínimas podem atingir abaixo de 0°C (zero graus Celsius). A temperatura média diária, nos períodos de inverno, se mantém em torno de 14°C (catorze graus Celsius).[38]

Em relação à acreção da praia, de forma abrangente, tem-se que, no verão pela presença de moderada energia de ondas preponderam perfis de acreção com bermas[39] bem acentuados. No período de inverno, quando a frequência de tempestades e a energia das ondas são altas, prevalece o perfil praial de erosão. Destaca-se que, a construção dos molhes da Barra, para a fixação do canal da lagoa dos Patos, bloqueou a corrente de deriva litorânea predominante, fato que propiciou a acreção da praia do Cassino em uma extensão de 10 km (dez quilômetros) a partir da base dos molhes da Barra. Outro fator que coopera para a

---

[36]SARILHO, K. A. ***Diagnóstico Sócio-ambiental do Balneário Cassino e Áreas Adjacentes - Rio Grande-Rs: Subsídio ao Gerenciamento Costeiro Integrado Local.*** (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003. p.60.

[37]TOMAZELLI, L. J. ***O regime de ventos e a taxa de migração das dunas eólicas costeiras do Rio Grande do Sul, Brasil***. Pesquisas, 20 (1), 18 -26, 1993. p.19.

[38]NOBRE, C.A; Et Al. ***Aspectos da climatologia dinâmica do Brasil***. INEMET, volume especial, 1986. p. 69.

[39]Berma de praia ou berma praial é a zona da praia quase horizontal, constituída pela deposição de sedimentos pelas ondas, e que, em geral, apresenta suave pendor em direção ao continente, e pendor mais abrupto em direção ao mar. Correspondem a acidentes fisiográficos não permanentes, sendo normalmente destruídos / construídos durante ou após temporais. Algumas praias não têm bermas, enquanto que outras apresentam duas ou mais bermas. Ver Em: https://www.aprh.pt/rgci/glossario/bermadepraia.html. Acesso em: 23 de set.2021.

acreção da praia é a existência de depósitos de lama fluída em frente à praia em baixas profundidades, que amortecem a energia das ondas e diminuem a taxa de erosão.[40]

Outra feição morfológica de grande importância da praia do Cassino/RS são os sangradouros, responsáveis pela drenagem dos campos litorâneos e dos banhados adjacentes. É um sistema hídrico de transição entre o campo e a praia. Junto a essas feições são encontradas comunidades vegetais, aves marinhas e aves de banhados que procuram alimento nesses cursos d'água. A distribuição espacial dessas feições é arrolada a morfologia das áreas posteriores ao primeiro condão de dunas frontais, a fisiografia dos sistemas de dunas frontais e as características morfodinâmicas da praia. No tocante a distribuição temporal, os sangradouros podem ser efêmeros, ou seja, consequentes da ação instantânea das precipitações pluviométricas onde sua permanência no sistema praial acontece durante e logo após a chuva. Podem ser também permanentes, quando permanece com provisão de água durante todo o ano, devido ao nível relativamente estável do lençol freático. E são intermitentes quando possui água em determinada época do ano e seco em outros períodos, seu comportamento é sazonal, portanto, depende da variação do nível do lençol freático para o seu abastecimento de água.[41]

Os campos litorâneos não fazem parte do ambiente praial, no entanto, interagem com o mesmo, por meio do aporte de água doce abastada em nutrientes, através dos sangradouros. A formação desses ambientes ocorreu durante a fase regressiva do mar no holoceno, em que a barreira arenosa, formada no máximo transgressivo, progradou lateralmente e se desenvolveu, principalmente, através dos cordões litorâneos (áreas pós-duna). A expressão geomorfológica dos cordões litorâneos mostra-se como uma série de feixes, aproximadamente, paralelos a linha de costa, que formam uma sequência alternada de cavas e cristas. [42]

As cristas dos cordões litorâneos obedecem a antigas posições da progradação da linha de costa e são concebidas por areia fina. As cavas (banhados) são locais de acúmulo de água da chuva e áreas de interceptação do lençol freático, onde são responsáveis pela formação de pequenos cursos d'água, ou seja, arroios e sangradouros. Denota-se que, os campos litorâneos exercem um importante serviço ambiental para o balneário Cassino, qual seja, a regulação

---

[40]CALLIARI, L. J. Et Al. ***Fine grain sediment transport and deposition in the Patos Lagoon–Cassino beach sedimentary system. Continental Shelf Research***, v. 29, n. 3, p. 515–529, 2009. p. 517.

[41]PEREIRA DA SILVA, R. ***Comportamento Morfodinâmico dos Sangradouros entre a praia do Cassino e Chuí.*** Trabalho de conclusão de curso. Oceanologia. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 1995. p. 42.

[42]TOMAZELLI L. J. & VILLWOCK J. A. ***Mapeamento Geológico de Planícies Costeiras: o Exemplo da Costa do Rio Grande do Sul.*** GRAVEL v. 3 p. 109-115, 2005. p. 111.

hídrica, onde o excesso de água da chuva é drenado por esses ambientes e escoado para o estuário da Lagoa dos Patos ou então para a praia, por meio de sangradouros.[43]

Contudo, após a descrição conceitual e a apresentação das principais características ambientais da praia do Cassino/RS, no próximo item do capítulo que segue, aprofundou-se o estudo a respeito do campo de dunas e suas principais características. Uma vez que, as dunas costeiras são de máxima importância ecossistêmica, bem como para a proteção da costa, pois servem como barreiras naturais. Igualmente, sua beleza paisagística além de inspirar momentos de reflexão e lazer para os sujeitos, abriga inúmeras espécies de flora e fauna que são consideradas indispensáveis para o equilíbrio do ambiente praial.

1.2. Campo de dunas costeiras da praia do Cassino/RS.

Típicas em praias arenosas, as dunas são feições eólicas responsáveis por diversas funções, tais como: proteção de áreas adjacentes (campos, banhados, marismas, cursos d'água e zonas urbanas); contra os efeitos de marés altas; ventos e invasão de areia inconsolidada; depósito de areia para substituir a areia erodida por ondas ou levadas por tempestades e a garantia da estabilidade, em longo prazo, da frente da praia. Ademais, exercem uma barreira contra a penetração de água salgada no nível freático, mediante a pressão de água doce que armazenam. Além disso, servem como habitat de diferentes espécies de fauna e flora, algumas sob ameaça de extinção.[44]

As dunas são formadas por sedimentos de origem marinha transportados pelo mar, onde as areias são geralmente compostas por quartzo, materiais extremamente resistentes e de difícil desgaste químico. Os grãos de areia têm aspecto arredondado por conta da abrasão pela qual passam. A formação das dunas costeiras é devida a interação de três elementos, quais sejam: o vento, areia e a vegetação. O vento é o agente transportador de areia seca, que ao encontrar a vegetação perde a força, sendo assim, a areia é depositada, concomitantemente, as plantas por meio da porção rastejante rizomatosa[45] e as raízes cooperam para a fixação da areia e auxiliam no crescimento adicional das dunas.[46]

---

[43]SARILHO, K. A. ***Diagnóstico Sócio-ambiental do Balneário Cassino e Áreas Adjacentes - Rio Grande-Rs: Subsídio ao Gerenciamento Costeiro Integrado Local.*** Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003. p.123.

[44]CARVALHO, R. V., DA SILVA, K. G., CRIVELLARO, C. V. L. 2008. ***Gestão ambiental das dunas costeiras – conservação e manejo.*** Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental. Rio Grande: NEMA, 2008. p.

[45]Rizomatosa é a vegetação de caule subterrâneo, geralmente horizontal, que cresce paralelo ao substrato, sendo o eixo principal da planta, de onde partem ramos e/ou folhas. Ver em:

Na praia do Cassino/RS são encontradas as dunas Livres, do tipo barcana[47], e as dunas vegetadas que são subdivididas em dunas frontais (estabelecidas) e dunas embrionárias (incipientes). Consideram-se dunas embrionárias (incipientes) as elevações de areia que possuem até 1m (um metro) de altura e apresentam baixa diversidade de espécies. Salienta-se que, esses tipos de dunas podem ser temporários, uma vez que, são facilmente destruídas pelas intensas tempestades e ressacas de inverno. No tocante as dunas frontais (estabelecidas) são elevações de areia paralelas à costa, cuja altura e forma são variáveis e podem atingir até 6m (seis metros) de altura. São habitualmente dominadas por espécies de gramíneas que se adaptam a areia e formam coberturas vegetais monoespecíficas.[48]

Na área de estudo as dunas frontais são bem desenvolvidas devido à maior ação do vento do quadrante nordeste – NE, que beneficia o transporte de sedimentos perpendicularmente a costa. Durante os eventos de ressacas e tempestades as ondas atingem as dunas frontais e podem erodir a face voltada para a praia, onde esse perfil é suavizado pelo posterior processo de acumulação de areia que corresponde à etapa de crescimento das dunas embrionárias. Entre os depósitos podem ocorrer interrupções geradas pela presença de sangradouros ou depressões que formam bacias de deflação[49]. Na praia do Cassino/RS apenas os fortes eventos de tempestades alcançam as dunas frontais. Tal fato ocorre devido à considerável largura da região de praia, que facilita a efetiva dissipação da energia das ondas.[50]

Pelas imagens abaixo é possível observar o efeito descrito acima, em que as tempestades fazem com que as ondas alcancem as dunas frontais causando a sua erosão:

---

http://www.unirio.br/ccbs/ibio/herbariohuni/glossario-da-colecao-didatica-do-canto-das-flores. Acesso em 03 de out. 2021.

[46]CORDAZZO, C.V. & SEELINGER, U. ***Guia Ilustrado da Vegetação Costeira do Extremo Sul do Brasi***l. Ed. FURG, 1998. p.57.

[47]Dunas barcanas ocorrem em ambiente com estoque limitado de areia e ventos moderados e em única direção. Possuem forma de meia-lua, com dobras voltadas para o mesmo sentido do vento. Raramente formam campos com grande extensão, embora, comumente, sejam encontradas em grupos. Ver em: http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/barcana.htm. Acesso em: 03 de out. 2021.

[48]CORDAZZO, C. V. & SEELIGER, U. ***Guia ilustrado da vegetação costeira no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande. Editora FURG 1995. p. 97.

[49]Deflação ocorre no campo de dunas e é erosão eólica que retira, preferencialmente, o material superficial mais fino (areia, silte). Ver em: http://sigep.cprm.gov.br/glossario/verbete/deflacao.htm. Acesso em: 04 de out. 2021.

[50]SARILHO, K. A. ***Diagnóstico Sócio-ambiental do Balneário Cassino e Áreas Adjacentes - Rio Grande-Rs: Subsídio ao Gerenciamento Costeiro Integrado Local.*** 368 p. (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003. p. 123.



Figura 3. A chegada da tempestade e o largo pós-praia.
Fonte: Arquivo pessoal de julho de 2020.



Figura 4. Após tempestade, dunas frontais erodidas pelo avanço do mar.
Fonte: Arquivo pessoal de julho de 2020.



Figura 5. Dunas frontais erodidas pela ação das ondas após tempestade.
Fonte: Arquivo pessoal de julho de 2020.

As tempestades fazem com que as ondas atinjam as dunas frontais e ocasionam a erosão de grande parte dos sedimentos. As areias erodidas pelas ondas são, de forma gradual, repostas a praia durante os períodos de regime normal. Outra parte dessas areias são reincorporadas as dunas frontais pela ação dos ventos que sopram desde a praia e também podem ser transferidas para dunas interiorizadas, onde abandonam, definitivamente, o prisma ativo de sedimentação praial. Os processos de acumulação gradual da areia, que correspondem à fase de crescimento das dunas embrionárias, contribuem para amenizar novamente o perfil até que outro evento de tempestade recomece o processo. As considerações a respeito das dunas frontais ressaltam a importância do seu papel para a proteção da costa contra os eventos das ondas de tempestades, bem como para a manutenção do equilíbrio sedimentar entre os sistemas praial e eólico. [51]

As dunas livres, ou seja, não vegetadas, do tipo barcanas se desenvolvem, sobretudo, nos meses de primavera e verão e em menor escala no período de inverno. As dunas de verão podem ser alimentadas tanto pela areia da praia, quanto pelas dunas frontais. A fonte de alimentação vai depender da incidência do vento, que varia entre nordeste – NE e leste- E. Sob a ação de tais ventos a face de deslizamento se localiza voltada para os quadrantes

[51]TOMAZELLI, L. J. ***Morfologia, Organização e Evolução do Campo Eólico Costeiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil.*** Pesquisas 21 (1) : 64-71 p. p.70.

sudoeste – SW e oeste –W e assim migram, nesse sentido, durante o período de verão. Durante o outono e parte do inverno esses tipos de dunas podem desaparecer, devido ao transporte das areias que podem se reincorporar as dunas frontais ou por serem transferidas para os lençóis de areia por meio das depressões existentes na faixa das dunas frontais.[52]

As dunas vegetadas fazem um importante papel como barreiras naturais contra a ação dos ventos de tempestades e podem ser consideradas fixas ou parcialmente fixas, dependendo da densidade da cobertura vegetal. Assim, a presença da vegetação fixadora é o aspecto mais significante ao se considerar a necessidade de preservar esses tipos dunas. A cobertura vegetal possui a função tanto na gênese como na estabilidade das dunas costeiras, pelo fato da sua capacidade de aumentar a rugosidade do terreno, onde acarreta a neutralização local do transporte. O sistema radicular e foliar da vegetação firma a estrutura física do substrato, dessa forma, umidifica e compacta o sedimento arenoso. Sem a vegetação esses sedimentos seriam remobilizados.[53]

As dunas embrionárias se encontram no pós-praia, na base das dunas frontais e são constituídas pela presença de vegetação rasteira que retêm as areias transportadas pelo vento. Esses tipos de dunas possuem um caráter efêmero, pois, após alcançar um determinado grau de desenvolvimento são totalmente destruídas, por ocasião dos eventos de tempestades, quando as ondas alcançam a base das dunas frontais.[54]

Importante ressaltar que, a legislação federal vigente, por meio da Lei Federal de nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que se refere ao Código Florestal, aponta as dunas costeiras como APP - Área de Preservação Permanente.[55] A resolução CONAMA de nº 341, de 25 de setembro de 2003 prevê a proteção jurídica para as dunas não vegetadas.[56] Na cidade do Rio Grande, a Lei Municipal de nº 5.261 de 18 de setembro de 1998 considera as dunas e o

---

[52]PUCINELLI, da Silva. ***Evolução geomorfológica e Morfodinâmica das Praias Estuarinas e Oceânicas Adjacentes ao Molhes da Barra do Rio Grande, RS***. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS. p. 73.

[53]SARILHO, K. A. ***Diagnóstico Sócio-ambiental do Balneário Cassino e Áreas Adjacentes - Rio Grande-Rs: Subsídio ao Gerenciamento Costeiro Integrado Local.*** 368 p. (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003. p. 137.

[54]TOMAZELLI, L. J. ***Morfologia, Organização e Evolução do Campo Eólico Costeiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil.*** Pesquisas 21 (1):64-71 p. p. 69.

[55] BRASIL, ***lei 12.651 de 25 de maio de 2012***. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 07 de set de 2021.

[56]BRASIL, ***Resolução CONAMA nº 341 de 25 de setembro de 2003***. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2003/res_conama_341_2003_ocupacaodunas.pdf. Acesso em: 07 de set. de 2021.

conjunto ecológico que formam, como patrimônio ambiental, cultural e paisagístico do município.[57]

As dunas costeiras ocupam toda extensão da praia do Cassino/RS, cabe destacar que, os processos dinâmicos por meio dos depósitos arenosos holocênicos que constituem a Barreira IV demonstram marcante variação morfológica ao longo da costa. Dessa forma, na região de praia ao sul do estuário da Lagoa dos Patos, entre o farol do Albardão e a praia do Hermenegildo é possível observar expressivos campos de dunas que variam até 5m (cinco metros) de altura, bem como é possível observar uma barreira de dunas transgressivas (não vegetadas que migram para o interior da costa, cobrindo ou transgredindo terrenos mais antigos) formadas por extensos campos de dunas que migram no sentido do continente. Ademais, os processos erosivos nessa região são atribuídos a subida do nível do mar. Esses processos erosivos contribuem para o desenvolvimento dessas dunas e também promovem o aporte de fósseis de inúmeros organismos, marinhos e terrestres, que são provenientes dos depósitos submersos na plataforma continental interna.[58]

Pelo exposto, tem-se que, as dunas costeiras são importantes para a manutenção do equilíbrio dinâmico costeiro e também são o hábitat e local de repouso de inúmeras espécies animais nativos e migratórios, como aves, insetos e mamíferos, bem como guardam registros paleontológicos e geológicos. A beleza paisagística e a natureza, por vezes intocada, no setor da praia mais ao sul, lhe atribuem grande potencial para uso sustentável, como por exemplo, o ecoturismo.

Contudo, no próximo item do capítulo que segue, iremos aprofundar o tema sobre a biodiversidade ecológica encontrada na praia do Cassino/RS. Para além da beleza cênica incontestável do campo de dunas, tem-se que, também abriga uma grande diversidade de espécies de fauna e flora litorânea. O fascínio pelo ambiente praial pode ser ainda maior quando conhecemos a complexidade desse ecossistema. São diversos organismos incríveis com adaptações morfológicas, fisiológicas e comportamentais desenvolvidas para resistirem à hostilidade contínua das ondas, dos predadores e do sobe e desce das marés e das ações antrópicas.

---

[57]BRASIL, ***Lei Municipal de nº 5.261 de 18 de setembro de 1998***. Disponível em: https://camara-municipal-de-rio-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/523643/lei-5261-98#art-1. Acesso em: 07 de set. de 2021.

[58]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p.35.

1.3. A biodiversidade ecológica da praia do Cassino/RS.

O ambiente praial do extremo sul do Brasil com seus 220 km (duzentos e vinte quilômetros) de extensão compreendidos entre a Barra da Lagoa dos Patos e o Chuí, na fronteira do Brasil com o Uruguai, é considerado um valioso bem ambiental com significantes atributos ecológicos e elevada biodiversidade ecológica, composta por mais de 300 (trezentas) diferentes espécies de plantas e animais, sendo que muitas estão sob ameaça de extinção e também são consideradas espécies raras.[59]

A região do campo de dunas além da importância e influência ecossistêmica contorna uma paisagem única e de extrema riqueza visual, em que abriga uma grande variedade de espécies de fauna e flora. Há nesse ambiente predominância de insetos e colônias de plantas herbáceas. As vegetações arbóreas ficam restritas as dunas interiores mais antigas. Denota-se que, são encontradas mais de 67 (sessenta e sete) espécies vegetais herbáceas nas dunas costeiras e 25 (vinte e cinco) espécies arbóreas em dunas interiores mais antigas. As dunas também guardam a flora do ambiente praial, pois a região do pós-praia é um ambiente inóspito para o crescimento de plantas, pois concentra um grande estresse salino. Dentre as plantas herbáceas, perenes ou anuais, as principais representantes no campo de dunas, devido à biomassa e abundância são: o capotiraguá (*Blutaparon portulacoides*), o capim-das-dunas (*Panicum racemosum*), o Algodoeiro-da-praia (*Androtrichum trigynum*), a eruca-marítima (*Cakile marítima*), o capim-colchão (*Andropogon arenarius*), o chapéu-de-cobra (*Hydrocotyle bonariensis*) e o capim-salgado (*Spartina ciliata*). [60]

No período do ano em que começa a primavera as dunas da praia do Cassino/RS ganham uma nova coloração, devido à presença da margarida-das-dunas (*Senecio crassiflorus*), que embeleza a paisagem com suas pétalas amarelas. Abaixo, o registro ilustra esse cenário:

---

[59]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p.12.

[60]CORDAZZO, C. V. & SEELIGER, U. ***Guia ilustrado da vegetação costeira no extremo sul do Brasil.*** Editora da FURG. Rio Grande. 2º Ed. 275 pp, 1995. p.102.



Figura 6. O campo de dunas coberto pela margarida-das-dunas.
Fonte: Arquivo pessoal de 12 de Setembro de 2021.

Quanto às inúmeras espécies de insetos que habitam as dunas, destacam-se os formicídeos, os coleópteros, os dípteros e os himenópteros. Nas areias inclementes das dunas as encorpadas moitas de capim-salgado são um importante hábitat para as formigas, aranhas, besouros e as cigarras que se desenvolvem, nos períodos do inverno e primavera, entre as raízes e se abrigam nas folhagens durante o verão. Nas dunas incipientes (embrionárias), apesar da pouca permanência devido à movimentação dos sedimentos, as moscas-das-tocas (*hapopleudes vogti*) se utilizam das folhas de *bluthaparon*, que com suas densas raízes e hastes formam essas dunas, para construir o hábitat onde desenvolvem suas larvas, assim deixam as folhas esbranquiçadas, acrescentando outra tonalidade ao cenário.[61]

As dunas frontais são o hábitat de inúmeras espécies de vertebrados, como os ratos das dunas (*Calomys laucha),* o tuco-tuco (*Cetnomys flamarioni),* a cobra (*Lystrophis dorbignyi),* o lagarto (*Liolaemus occipitalis),* a rã da areia (*Pleurodema darwini)* e o sapo (*Bufo arenarum*).[62]

O rato das dunas e o tuco-tuco habitam escondidos em amplas galerias de túneis, onde as folhas do capim-das-dunas são utilizadas para a construção dos ninhos subterrâneos e também são extremamente importantes para a alimentação animal. Destaca-se que, as

[61]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p.24 e ss.
[62]GIANUCA, N. M. ***Invertebrados Bentônicos da Praia.*** In: SEELIGER, U. ; ODEBRECHT, C., et al (Ed.). Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil Rio Grande - RS: Ecoscientia, 1998. p.127-130. p. 129.

sementes são consumidas tanto pelos ratos das dunas quanto pelas larvas de algumas formigas e besouros. Resta deixar claro que, perante a biodiversidade ecológica do campo de dunas existem espécies que, ocasionalmente, realizam excursões noturnas para caçar no entorno dessa região, como as corujas (*Speototyto cunicularia*), as lebres (*Lepus capensis*) e os tatus (*Euphractus sexcintus*).[63]

A seguir, ilustramos o trabalho com o registro de um filhote de tuco-tuco (*Ctenomys flamarioni*) encontrado nas dunas da praia do Cassino/RS. Este registro pode ser considerado raro, pois este "simpático" roedor está na lista de espécies em perigo de extinção (EN):[64]



Figura 7. Filhote de tuco-tuco nas dunas da praia do Cassino.
Fonte: Arquivo pessoal de 10 de setembro de 2020.

A fauna na praia do Cassino/RS é constituída por inúmeros grupos, na região do pós-praia há presença abundante e diversa de organismos de fauna e macrofauna bentônicos, que se alimentam de microalgas e de outros organismos que compõem o plâncton da coluna de água, os mais recorrentes são: o caranguejo (*Ocipode quadrata*), o isópode (*excilorana armata*), o poliqueta (*Euzonus furciferos*), a pulga-da-praia (*Orchestoidea brasiliense*) e a bolacha-da-praia (*Mellita quinquiesperforata*).[65] Nessa região, também há presença de

[63]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 56.
[64]BRASIL, Rio Grande do Sul. ***Decreto Estadual n° 51.797, de 08 de setembro de 2014.*** Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
[65]NEVES, L. P. D. ***Variação espaço-temporal da macrofauna bentônica na Praia do Cassino, extremo sul do Brasil***. Mestrado Pós-Graduação em Oceanografia Biológica, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006. p.64.

organismos de origem terrestre, onde predominam os insetos do grupo dos coleópteros, *v.g* os besouros.[66]

Enterrados na areia da zona varrida pelas ondas do mar, ocultos da vista, habitam uma vasta quantidade de mariscos-brancos. Há também a presença de pequenos moluscos bivalvos (*Donax hanleyanus*), tatuíras (*Emerita brasilienses*) e poliquetas (*Scolelepis gaucha*). Esses organismos emergem da areia e seguem a subida e a descida da maré para que possam se alimentar das diversas espécies de plâncton na água e no decorrer da maré alta são predados pelo siri-chita (*Arenaeus cribarius*), pelos moluscos gastrópodos (*Buccinanops duartei e Olivancillaria auricularia*) e por pequenos peixes.[67] A seguir o registro mostra duas espécies de mariscos-brancos em seu habitat:



Figura 8. Mariscos-brancos na beira-mar.
Fonte: Arquivo pessoal de 10 de outubro de 2021.

A praia do Cassino/RS também abriga uma elevada abundância de aves costeiras, organismos carismáticos e conspícuos que apresentam cores e cantos agradáveis aos seres humanos. Há ocorrência de 33 (trinta e três) espécies de aves. Sendo que, 11 (onze) são

[66]GIANUCA, N. M. ***Invertebrados Bentônicos da Praia.*** *In*: SEELIGER, U.;ODEBRECHT, C., et al (Ed.). Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil Rio Grande - RS: Ecoscientia. p.127-130, 1988. p.129.
[67]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 34.

espécies migratórias do Norte, 9 (nove) são espécies migrantes do Sul e 13 (treze) são as espécies residentes.[68]

As aves migratórias, em sua maioria, são espécies que nidificam em regiões polares e subpolares da América do Norte durante o verão boreal e invernam no sul da América do Sul. Entre elas, destacam-se as espécies de maçaricos (*Scolopacidae*), as batuíras (*Charadriidae*), os trinta-réis (*Sterna Hirundo e Sterna paradisea*), as gaivotas-rapineiras (*Stercorarius parasiticus*, *Stercorarius pomarinus*, *Stercorarius longicaudus*), as andorinhas (*Hirundo rustica, Riparia riparia*), o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) e a águia-pescadora (*Pandion haliaetus*), entre outras. As aves migrantes do sul da América do Sul incluem espécies nativas da região patagônica como, a batuíra-de-coleira-dupla (*Charadrius falklandicus*), a gaivota-de-rabo-preto (*Larus atlanticus*), a gaivota-de-manto-negro (*Larus dominicanus*) e a trinta-réis-de-bico-vermelho (*Sterna hirundinacea*).[69]

Um fato curioso está relacionado às carcaças, encontradas na beira-mar, de alguns animais que não resistem e apesar do odor e do aspecto brusco são uma importante fonte de alimento e manutenção para a vida de diversos organismos que vivem ou frequentam a praia. Destaca-se que, durante todo o ano as gaivotas, os gaviões-chimango (*Milvago chimango*) e o carcará (*Caracara Plancus*) que rapinam em busca das carcaças. Pela imagem abaixo é possível observar os carcarás (*caracara Plancus*) alimentando-se das carcaças a beira-mar:



Figura 9. Carcarás em busca de carcaças a beira-mar.
Fonte: Arquivo pessoal de 10 de outubro de 2021.

[68]VOOREN, C.M & A. CHIARADIA. ***Seazonal Abundance and Behaviour of Costal Birds on Cassino Beach, Brazil.*** Ornitologia Neotropical, 1:9 -24, 1990. p.13.
[69]DIAS, R. A.; BASTAZINI, V. A. G.; GIANUCA, A. T. ***Bird-habitat associations in coastal rangelands of southern Brazil Bird-habitat associations in coastal rangelands of southern Brazil***. Iheringia - Serie Zoologia, v. 104, n. June, p. 200–208, 2014. p. 200 e ss.

As aves são importantes componentes do ecossistema praial, onde ocupam diversos níveis tróficos e nichos ecológicos e desempenham funções chave para a manutenção desse ambiente, que inclui a dispersão de sementes e polinização, redução populacional das espécies-presa, ciclagem e dispersão de nutrientes, além de constituírem recurso alimentar para outros predadores. Ademais, destaca-se a presença sazonal de espécies de aves pelágicas, que chamam atenção dos frequentadores da praia e dos pesquisadores, tanto pela "simpatia" e beleza dos animais, quanto pela importância para o ecossistema, são elas: os pétreis, os albatrozes, a garça e os pingüins-de-magalhães (*Spheniscus magellanicus*) que saem da costa da Patagônia na Argentina, em busca de alimentos, onde, geralmente, acabam por morrer famintos na praia durante o inverno.[70]

A seguir, a imagem ilustra a pesquisa com algumas espécies de aves que compõe a biodiversidade ecológica da praia do Cassino/RS:



Figura 10. A garça-branca-pequena (*Egretta Garzetta*).
Fonte: Arquivo pessoal de 12 de Agosto de 2021.



Figura 11. Vôo rasante do gavião-chimango.
Fonte: Arquivo pessoal de 12 de setembro de 2021.

[70]BUGONI, L. ***Seabird bycatch in the Brazilian pelagic longline fishery and a review of capture rates in the southwestern Atlantic Ocean***. Endangered Species Research. v. 5, p. 137–147, 2008. p.137 e ss.



Figura 12. Quero-quero
Fonte: Arquivo pessoal de 23 de agosto de 2020.

Outro importante grupo que compõe a biodiversidade ecológica da praia do Cassino/RS são os mamíferos marinhos, como os leões e lobos-marinhos, as toninhas e os botos. Aponta-se que, os botos e as toninhas (cetáceos aquáticos), nadam na região costeira próximo a praia, porém, vivem grande parte de suas vidas no estuário, nas águas próximas aos molhes da Barra. Os lobos e leões-marinhos, denominados pinípedes, distribuem-se descontinuamente desde o Peru, pelo Oceano Pacífico até o Rio Grande do Sul no Oceano Atlântico e diferente dos cetáceos, podem passar muitas horas fora d'água, enriquecendo o cenário local com sua presença, em que atraem os olhares de curiosos e amantes da natureza, geralmente, o descanso ocorre junto às pedras dos molhes da barra e também nas areias "tranquilas" da praia.[71]

A seguir registros do descanso dos filhotes de lobos-marinhos (*Arctocephalus australis*) nas areias da praia do Cassino/RS:

[71]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p.31.



Figura 13. Filhote de leão-marinho na praia do Cassino.
Fonte: Arquivo pessoal de 10 de julho de 2019.



Figura 14. Filhote de lobo-marinho ao sair do mar para descansar.
Fonte: Arquivo pessoal de 22 de agosto de 2020.

Outrossim, as muralhas submersas dos molhes da Barra servem como substrato duro para macroalgas, moluscos e crustáceos que chegam de regiões tropicais mais ao norte ou de regiões frias mais ao sul e que precisam fixar-se para sobreviver. Do mesmo modo, cardumes de peixes menores e garoupas encontram proteção e alimento ao longo das pedras submersas.

Na parte superior dos molhes, que é atingida apenas pelo borrifo das ondas, as baratas-da-água (*Ligia exótica*) se escondem entre as rochas cobertas por determinadas algas vermelhas (*Porphyra sp* e *Bangia atropurpurea*). Na região onde as ondas lavam as pedras, cracas (*Balanus improvisus* e *Chthamalus bissinuatos*), moluscos (*Littorina ziczac*) e chapeus-chinês (*Shiponaria lessoni* e *Collisella subrugosa*) dividem o espaço com as macroalgas (*Enteromorpha sp*, *Ulva lactuca* e *Gymnogongrus griffithsiae*).[72]

As tartarugas marinhas, espécies migratórias, também encontram nas águas costeiras do extremo sul do Brasil um habitat de alimentação e desenvolvimento. Há registros de frequentes e grande número de espécies de tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), tartaruga-cabeçuda (*Carreta carreta*) e da tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*). Enquanto as tartarugas-oliva (*Lepidochelys olivacea*), ainda que frequentes, ocorrem em menor número e as tartarugas-pente (*Eretmochelys imbricata*) são ocasionais. Dentre as espécies citadas a tartaruga-verde é a mais costeira e utiliza os molhes da Barra como local de abrigo e alimentação. [73] Denota-se a importância dessas espécies, uma vez que, as tartarugas marinhas são consideradas, globalmente, ameaçadas de extinção, onde a tartaruga-de-pente é classificada como criticamente em perigo, a tartaruga-verde em perigo e as tartarugas-cabeçudas, oliva e de couro como vulneráveis a extinção.[74]

Uma das principais características da praia do Cassino/RS está relacionada com a cor da água do mar na zona de arrebentação que, por vezes, apresenta uma coloração marrom, popularmente conhecida pelos frequentadores da praia como “mar de chocolate”. Tal fato se desenvolve devido à ação dos fortes ventos do quadrante sul, no período da passagem de frentes frias, que suspendem os sedimentos submersos e movimentam um grande número de células da microalga diatomácea (*Asterionellopsis glacialis*), que pela densidade de suas florações acarreta esse fenômeno. Salienta-se que, também são trazidas pelas ondas das tempestades, no período de verão, principalmente, às mães-d'água (*Lychnorhiza lucerna*) e pequenas velelas (*vellela vellela*), as cápsulas com ovos de moluscos, ovos de raias e pedaços de madeira com Lepas (*lepas sp*) provenientes de águas tropicais vindas do Norte e também conchas vazias de menores profundidades (*Adelomelon brasiliana e Tonna galea*). [75]

---

[72]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 66.

[73]MEDEIROS, L. Et Al. ***Origin and foraging ecology of male loggerhead sea turtles from southern Brazil revealed by genetic and stable isotope analysis.*** Marine Biology, v. 166, p. 76.

[74]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente – ***Portaria, MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014***. Disponível em:https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Portarias/p_mma_444_2014_lista_espécies_ameçadas_extinção.pdf. Acesso em: 29 de set. 2021.

[75]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 36 e ss.

Abaixo, o registro da concha vazia (*Adelomelon brasiliana*) e da mãe-d água (*Lychonorhiza lucerna*), encontradas na praia, onde uma acrescenta beleza natural a paisagem e a outra é o temor dos banhistas, devido as queimaduras ocasionadas quando do contato com seus tentáculos:



Figura 15. Concha (*Adelomelon brasiliana*).
Fonte: Arquivo pessoal de 23 de agosto de 2021.



Figura 16. Mãe-d água (*Lychnorhiza lucerna*) encontrada na praia do Cassino/RS.
Fonte: Arquivo pessoal de 14 de outubro de 2021.

Pelo exposto, tem-se que o conhecimento acerca da biodiversidade ecológica, da descrição estrutural da praia, da formação do campo de dunas e dos demais aspectos que são imprescindíveis para entender a dinâmica desse ambiente são informações preciosas que, se devidamente analisadas, contribuem para a avaliação, manejo e para ações e práticas de

Educação Ambiental crítica na gestão pública da costa litorânea. Contudo, no próximo capítulo da tese em tela, será desvendada e revelada, através do processo histórico da civilização, a contextualização acerca da fundação da Praia do Cassino/RS, para que seja possível compreender, posteriormente, como os sujeitos se constituíram nesse ambiente e qual a visão de mundo que criou a cultura, o modo de vida e o comportamento dos sujeitos nesse ambiente.

CAPÍTULO II – Praia do Cassino/RS: a imensidão litorânea do Extremo Sul do Brasil

Neste capítulo, a praia do Cassino/RS, objeto da pesquisa em questão, foi explorada historicamente, por meio de descrição interpretativa e explicativa, através do método referenciado pelo materialismo histórico dialético, pois, dessa forma é possível compreender e fazer a análise da história, ou seja, das evoluções econômicas, culturais, sociais e políticas, bem como possibilita perceber a necessidade de um pensamento que examina a realidade em oposição à compreensão idealista da história. A contextualização histórica, sobre a praia do Cassino/RS, ocorreu através de registros de jornais e periódicos da época, bibliografias referentes ao tema, fotografias, gravuras, mapas e acervos históricos que carregam as verdades, os mitos e as lendas da imensidão litorânea do extremo Sul do Brasil. Repleta de belezas naturais, de riqueza ecossistêmica e biodiversidade de fauna e flora terrestre e marítima, esse ambiente revela, entre o passado e o presente, um "abismo horizontal", ou seja, um modo de vida singular que compõe a vida a beira-mar.

2.1 A fundação da Estação Balnear "Vila Siqueira".

A leitura histórica sobre a praia do Cassino/RS apresenta algumas particularidades. Aponta-se que, na época da inauguração do balneário, no ano de 1890, era conhecido como Estação Balnear "Vila Siqueira", a terminologia "Costa Mangueira" ou "Mangueira" se referiam à praia, "Casino" se referia ao empreendimento conhecido, atualmente, como Hotel Atlântico e os banhos de mar eram chamados de "banhos no mar grosso". Cabe deixar exposto que, durante a pesquisa foram encontradas duas formas para expressar o nome do balneário na época, alguns autores, bem como os registros históricos se referiam ao balneário, ora como "Vila Siqueira", ora como "Villa Sequeira". Nesse estudo, adotaremos as duas formas encontradas nas bibliografias e registros históricos, com intuito de apresentar a pesquisa de forma autêntica e fidedigna.

A fundação do balneário Cassino ou praia do Cassino, como é conhecida na contemporaneidade, remonta ao final do século XVIII e meados do século XIX, em um período onde não existiam balneários na costa oceânica brasileira. Portanto, é considerado o

balneário mais antigo do Brasil.[76] No decorrer desse período histórico (1870-1920), a cidade do Rio Grande/RS foi impulsionada cultural, econômica, política e socialmente pelo modernismo industrial advindo do modelo europeu, o qual conduziu uma série de transformações no modo de vida dos habitantes do local. Sobretudo, a categoria mais alta da sociedade foi grande influenciadora e promotora do processo de urbanização, por meio da instalação de comércios e indústrias. Destaca-se que, a experiência européia por meio da revolução francesa[77] serviu de base para essa modificação, por apresentar um modo de produção inovador, que buscava novas tecnologias a favor da aceleração e expansão do mercado.

Tal fato ocorreu, pois a cidade do Rio Grande/RS concentrava um grande número de imigrantes europeus (franceses, ingleses, espanhóis, portugueses, alemães, entre outros), por causa da sua posição geográfica junto à costa litorânea e pela riqueza de seus ecossistemas costeiro e marinho, fatores que fascinaram os estrangeiros que, sem delongas, começaram a explorar economicamente a região. A zona costeira era utilizada como canal natural para exportação e importação de mercadorias, bem como para a projeção do desenvolvimento de novas indústrias.[78]

No entanto, haviam dificuldades para urbanizar a cidade do Rio Grande/RS, por estar localizada em uma península espremida entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, em meio a restingas ativas na planície costeira, na presença de lençóis de areia e dunas, de banhados, de sequências lagunares, de vegetação campestre improdutiva e com ventos intensos e constantes. Mesmo perante este panorama, os colonizadores estrangeiros e a burguesia local atuaram contra as intempéries da natureza e iniciaram a ampliação do processo de industrialização, urbanização e implementação de um sistema portuário.[79]

---

[76]PEREIRA, Maria Cecília. ***Memórias de um balneário: Patrimônio edificado do Cassino***. 2. Ed. Rio Grande: SALISGRAF, 2005. p.22.

[77]A revolução francesa foi um dos principais eventos da história mundial, que serviu de parâmetro para a organização de inúmeros países após o século XIX. O evento marcou o fim do absolutismo na França, entre os anos de 1789 e 1799. Assim, importantes transformações políticas, sociais e econômicas foram incentivadas, tendo como causa a conquista do poder pela classe burguesa. O principal ponto do evento foi à queda da Bastilha, no dia 14 de julho de 1789, destaca-se que a Bastilha era uma prisão instalada em Paris, para onde eram levados os prisioneiros políticos que desagradavam à realeza absolutista francesa. Sua queda também derrubou o poder dos reis franceses e marcou o inicio do processo revolucionário. A revolução francesa estendeu-se por um período de 10 (dez) anos, e dentre os seus processos e resultados, houve a aceleração em prol da industrialização, urbanização, das descobertas cientificas e expansão das atividades econômicas. Ver em: HOBSBAWM, Eric. ***A Era das Revoluções 1789-1848***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 114 e ss.

[78]SEELIGER, Ulrich. ***O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações***. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 12

[79]SALVATORI, Elena et al. ***Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande***. Revista do IBGE, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n1.pdf. Acesso em: 06 de jun. de 1989. p. 27.

O Porto Velho do Rio Grande, construído no ano de 1823, com apenas um cais e trapiches em precário estado de conservação, virou porta de entrada tanto para as modas e os estilos que acompanhavam os estrangeiros recém chegados, quanto para importações e exportações de mercadorias. Ainda, a ampliação das charqueadas[80] e o fomento da agricultura contribuíram para a intensificação do comércio marítimo. À vista disso, no ano de 1872, as atividades portuárias estavam em pleno desenvolvimento e foi preciso reformar o Porto Velho, para ampliar o movimento de cargas e passageiros. A entrega da obra ocorreu em 11 de outubro de 1876, ano em que, também, sobreveio a diversificação da economia com a instalação das primeiras indústrias e comércios. Os registros fotográficos, abaixo, ilustram alguns fatos descritos acima e estimulam o imaginário, por meio de imagens, a realizar um "transporte" ao tempo passado:

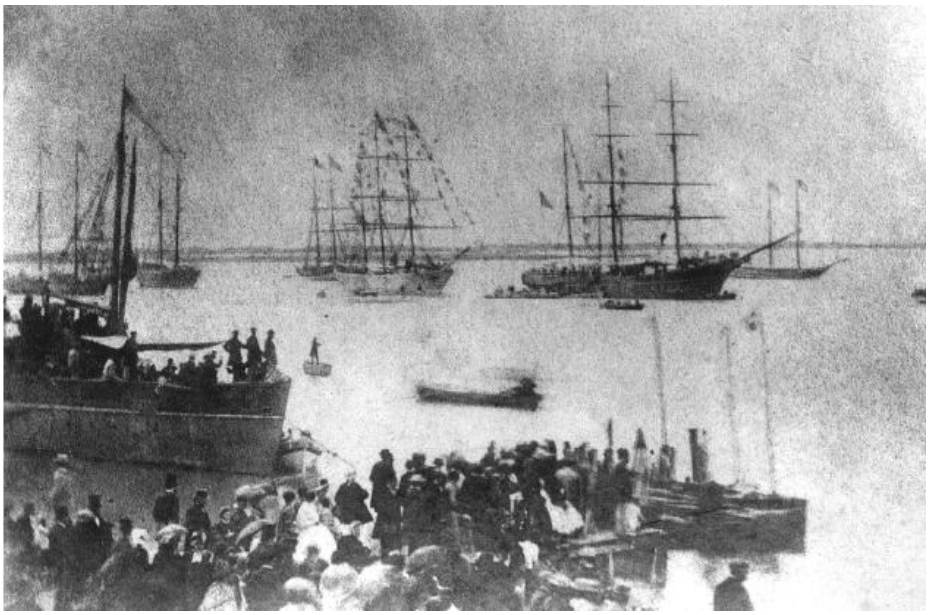


Figura 17. Embarque e desembarque no Porto velho do Rio Grande, em Julho de 1865, antes da reforma.
Fonte: TORRES, Luiz Henrique. Rio Grande: imagens que contam a História. 2º Ed. rev. e ampl. Rio Grande: Pluscom Editora, 2018. p. 35.

[80]As charqueadas eram as áreas rurais em que se produzia o charque (carne salgada e bovina valorizada comercialmente), eram galpões cobertos, onde a carne salgada era exposta para cumprir o processo de desidratação do produto. Denota-se que, inicialmente, toda a produção de charque era baseada no trabalho escravo, atualmente, poucas, entre antigas charqueadas, ainda existem, restando apenas as instalações que representam um marco turístico da região sul do Brasil. Ver em: DA FONTOURA MARQUES, Alvarino. ***Episódios do Ciclo do Charque.*** Porto Alegre: Edigal, 1987. p.52.



Figura 18. Porto Velho do Rio Grande, registro de 1876, após a reforma.
Fonte: TORRES, Luiz Henrique. Rio Grande: imagens que contam a História. 2º Ed. rev. e ampl. Rio Grande: Pluscom Editora, 2018. p.41.



Figura 19. Comércio em frente ao Porto Velho do Rio Grande. Registro do ano de 1865.
Fonte: TORRES, Luiz Henrique. Rio Grande: imagens que contam a História. 2º Ed. rev. e ampl. Rio Grande: Pluscom Editora, 2018. p.54.

Entretanto, os desafios impostos pelos ciclos naturais eram recorrentes e os colonizadores tiveram que lidar, mais uma vez, contra as intempéries naturais. Haviam problemas relacionados ao canal de acesso à Barra do Rio Grande, que era considerado um acesso perigoso e causador de naufrágios. Os navios encalhavam por conta da formação de bancos arenosos no estreito canal da Lagoa dos Patos. Tais problemáticas foram enfrentadas, sistematicamente, e não foram medidos esforços para encontrar soluções, pois era basilar possibilitar a entrada de navios maiores no porto do Rio Grande/RS e garantir segurança para

as embarcações, com vistas a maximizar os lucros perante o comércio marítimo. Deste modo, no ano de 1885, foi encaminhado ao governo o relatório da comissão do engenheiro Honório Bicalho, que tratava sobre a construção dos molhes da Barra do Rio Grande. Após a aprovação da obra, o Ministro da Agricultura, na época, contratou a empresa francesa *"Societé de Travaux Publics et Construction"* que ficou encarregada de realizar o empreendimento.[81]

Os molhes da Barra foram constituídos por dois quebra mares, com aproximadamente 4 km (quatro quilômetros) de extensão e concluídos no ano de 1917. É considerada uma obra de engenharia marítima extremamente complexa, que permitiu a aceleração do fluxo das águas e a retirada dos bancos arenosos, por meio de dragagens de aprofundamento e manutenção, as quais são necessárias até o tempo presente. A manutenção do calado passou à profundidade de 10 m (dez metros) e garantiu a segurança das navegações. Nesse período, o estuário da Lagoa dos Patos passou a servir de abrigo para embarcações de todas as bandeiras, fato que marcou a aceleração do crescimento demográfico e econômico na região. Nesse viés, de expansão econômica, que em 02 de junho de 1910 foi iniciada a implantação do Porto Novo, o qual entrou em operação em 15 de novembro de 1915, com a entrega ao tráfego dos primeiros 500 metros de cais.[82]

Pelas imagens abaixo, é possível observar a complexidade da obra de construção dos molhes, que dependia de maquinários de grande porte, os quais seguiam por trilhos que percorriam a partir da entrada da Barra do Rio Grande e adentravam o oceano. As pedras, de aproximadamente 10 (dez) toneladas, eram lançadas ao mar e foram extraídas das cidades de Capão do Leão e Monte Bonito e eram transportadas por meio de uma linha férrea de 90 km (noventa quilômetros) construída para a execução do projeto. Foram totalizadas, no final da obra, o transporte de 4 (quatro) milhões de toneladas de pedras. E contou com o trabalho de 4 (quatro) mil operários.

[81]PEREIRA, Maria Cecília. ***Memórias de um balneário: Patrimônio edificado do Cassino***. 2. Ed. Rio Grande: SALISGRAF, 2005. p.22.
[82] SEELIGER, Ulrich. ***O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações***. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 16.



Figura 20. Construção dos Molhes da Barra, década de 1910.
Fonte: HTTPS://prati.com.br/rio-grande/rio-grande-construcao-dos-molhes-da-barra-decada-1910.html.



Figura 21. Construção dos Molhes da Barra, década de 1910.
Fonte: Acervo do Museu Histórico do Rio Grande.

Porém, é importante ressaltar que, a construção dos molhes da Barra do Rio Grande foi apontada, alguns anos depois, com o avanço das ciências do mar, como uma expressiva interferência humana no estuário, pois surtiu impactos irreversíveis na circulação dos fluxos de água do sistema da Lagoa dos Patos, que por sua vez, provocaram variações na salinização do estuário. Tais variações promoveram impactos nos processos ecológicos, na estrutura das

comunidades marítimas e na pesca, pois a baixa salinidade da água alterou o nicho espacial das espécies que precisam de águas salgadas[83].

Evidencia-se que, apesar dos benefícios econômicos sobrevindos da expansão industrial e comercial na região, os projetos de desenvolvimento econômico, incididos pelo modelo europeu, também, expandiu a interferência humana sobre os ecossistemas na zona costeira. Nesse período, nenhum tipo de manejo ecológico havia sido constatado, fato que ocasionou a perda gradativa da biodiversidade costeira e marinha, principalmente, quanto às espécies de peixes que foram sendo reduzidas[84].

O fascínio pela aceleração do processo de desenvolvimento econômico e industrial, no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, atraiu um grande público à cidade do Rio Grande/RS, que chegava à busca de oportunidades de emprego. No entanto, a cidade não estava preparada para receber novos habitantes. Havia necessidade de realizar projetos urbanísticos, bem como existia preocupação sobre como cuidar da saúde e da higiene pessoal da população, pois era preciso controlar o risco de epidemias, as quais eram recorrentes na época. Importante lembrar que, o hábito de tomar banho era destinado a burguesia, uma vez que, era necessário ter poder aquisitivo para desfrutar de lavandas e demais produtos de higiene pessoal. [85]

Para sanar tais preocupações, sucedidas pelo estilo de vida urbano europeu, foi preciso realizar mudanças tanto na estrutura da cidade, quanto no modo de vida social. A primeira etapa foi transformar os espaços públicos em locais de entretenimento e lazer, pois os sujeitos passavam as horas vagas em suas casas ou realizavam visitas apenas em espaços privados. Tal maneira de convívio social deveria ser convertida, pois, conforme as experiências dos imigrantes europeus, após a revolução industrial[86], os efeitos colaterais da industrialização iriam surgir, como o aparecimento de doenças. Foi preciso incentivar a

---

[83]MÖLLER, Osmar; FERNANDES, Elisa**.** ***Hidrologia e hidrodinâmica***. *In:* O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 21 e ss.

[84]SEELIGER, Ulrich; COSTA, Cesar Serra Bonifácio. ***Impactos Naturais e humanos***. ***In: Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil.*** Rio Grande/RS: Ed. Conscientia, 1998. p. 226.

[85]ENKE, Rebecca Guimarães. ***Balneário Vila Siqueira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)***. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História). Unisinos, São Leopoldo, 2005. p.34.

[86] A revolução industrial foi um período de grande desenvolvimento tecnológico que garantiu o surgimento da industrial e que consolidou o processo de formação do capitalismo. O marco da revolução industrial se deu nos países europeus no inicio do século XVIII. Esse período ocasionou grandes mudanças no mundo ao acelerar o processo de produção de mercadorias, bem como expandiu a exploração dos recursos naturais, fato que desencadeou uma série de intempéries, tanto para o meio ambiente, como para a sadia qualidade de vida, *v.g*, esgotamento dos recursos naturais e o surgimento de doenças. Ver em: HOBSBAWM, Eric J**.** ***A Era das Revoluções 1789-1848.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 59.

realização de passeios e exercícios físicos em ambientes públicos em prol de uma vida saudável.[87]

A burguesia da época, dentre seus privilégios, buscava se adaptar aos novos costumes através da prática de hábitos saudáveis ao ar livre. Não obstante, viagens a Europa e ao Uruguai, em busca de novidades, eram realizadas pela classe burguesa, que trouxe a ideia de construir uma estação balnear, conforme já existiam nas localidades visitadas. A Companhia Carris Urbanos do Rio Grande, que acompanhava as inovações européias e tendo em vista que já possuía concessão do governo provincial pelas estradas de ferro, entre as cidades de Bagé e Rio Grande, em que transportava passageiros e produtos variados, aproveitou para planejar o prolongamento dos trilhos até a "Mangueira", com intuito de explorar uma estação de banhos. Para tanto, a Carris Urbanos necessitava de novos investidores e passou a realizar reuniões com os membros da classe alta da sociedade. De acordo com o periódico *"*A Federação: Orgam do Partido Republicano*"*, publicado no ano de 1884, uma nota deixa explícita a busca da Companhia Carris por novos acionistas e seu desejo de criar a estação balneária:

> No relatório que a Companhia Carris Urbanos do Rio Grande apresentou à assembléia de accionistas lê-se o seguinte:
> "Desejariamos aproveitar a presente sessão da assemblea provincial para obtenção do alargamento de nossa zona até a costa do oceano, na Mangueira, a fim de, por uma linha de cerca de 13 Kilometros, crearmos uma estação balneária".[88]

Dentre os sujeitos envolvidos no planejamento e na exploração da nova Estação Balnear "Vila Siqueira" estavam os imigrantes ingleses, os comerciantes portugueses, industriais alemães e integrantes da classe burguesa da cidade do Rio Grande/RS, os quais investiram capital nas ações da Companhia Carris Urbanos. A seguir, alguns nomes que faziam parte da sociedade de dirigentes do balneário: Antonio Candido Sequeira, que era o diretor gerente da Carris Urbanos; o Comendador Antonio da costa Correa Leite; Antonio M. Lemos Júnior; Albino Cunha, diretor da fábrica Moinho Rio-Grandense; Comendador Carlos Guilherme Reighantz; Carlos A.C. Laudares e M. Affonso Reis, que eram médicos.[89]

Em meio às vantagens apresentadas pela sociedade envolvida na exploração do balneário haviam argumentos como: Grande movimento de visitantes e turistas aos hotéis e casas, que movimentariam o comércio e estimulariam o consumo; aplicação de capital em

---

[87]ENKE, Rebecca Guimarães. ***Balneário Vila Siqueira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)***. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História). Unisinos, São Leopoldo, 2005. p.

[88]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira. ***A Federação: Orgam do Partido Republicano.*** Ed.00255, 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Esta%C3%A7%C3%A3o%20balnear%20Vila%20Siqueira&pasta=ano%20189&pagfis=825. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

[89]ENKE, Rebecca Guimarães. ***Balneário Vila Siqueira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)***. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História). Unisinos, São Leopoldo, 2005.p. 65.

edificações e indústrias; poupança nos gastos gerados pelas visitas em outras praias; possibilidades de novos residentes; desenvolvimento da indústria bovina; compra do pasto cortado para sustento dos animais e transporte de areia para aterros, esse serviço era o principal foco de exploração, pois o manancial estava desaparecendo do limite conveniente.[90]

Pelo exposto, fica notável que o planejamento do balneário se sucedeu perante a transformação econômica, cultural, social e política que a cidade do Rio Grande/RS enfrentava. Um momento de intensa expansão das atividades econômicas, por meio de uma visão puramente capitalista. E resta claro que, a Estação Balnear "Vila Siqueira" seria um atrativo para a casta mais alta da sociedade.

Por meio de uma deliberação do Poder Público, através da Lei Provincial de nº 1.551 de 17 de janeiro de 1885, a Estação Balnear "Vila Siqueira" começou a virar realidade e o engenheiro conhecido como "Sr. Delmit" iniciou os estudos para desenvolver a linha férrea até a "Mangueira", nesse mesmo ano. Após a extensão dos trilhos até a praia, 4 (quatro) anos depois da determinação do Poder Público, a Estação Balnear "Vila Siqueira" foi fundada, no ano de 1890.[91]

Ainda, a Lei Provincial de nº 1870, instaurada no dia 18 de julho do ano de 1889, declarou como utilidade pública uma área de aproximadamente 3.000 m (três mil metros) de extensão na costa do mar, por 2.400 m (dois mil e quatrocentos metros) de fundo, cortada ao meio pela linha férrea. Essa área foi adquirida pela Companhia Carris Urbanos, porém, cabe revelar que, os terrenos que ocupavam esse espaço eram de propriedade de sujeitos que ali estavam instalados antes da fundação do balneário. Os registros históricos apontam que os terrenos não foram desapropriados, mas adquiridos "amigavelmente" pela Carris Urbanos.[92] Abaixo, um trecho do folheto "Guia dos banhistas: Informações sobre a praia de banhos na Villa Sequeira", que será explorado, posteriormente, nesse trabalho, demonstra a declaração da Companhia Carris Urbanos sobre a argumentação em relação a aquisição dos terrenos:

> Tornou-se necessário a Companhia empregar avultado capital na acquisição de innumeros pequenos lotes de terra pertencentes a antigos possuidores, os quaes de forma alguma valorisaram estas terras, - do que resultou que a sua aparência era agreste, os caminhos intransitáveis, e constante a invasão das areias vindas do mar grosso cuja agglomeração occasionava o alagamento das baixadas do terreno por effeito das chuvas.

---

[90]PEREIRA, Maria Cecília. ***Memórias de um balneário: Patrimônio edificado do Cassino***. 2. Ed. Rio Grande: SALISGRAF, 2005. p.25.

[91]PINHEIRO, Maria Terezinha Gama. ***Fundação do Balneário Cassino no final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX.*** Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Geografia). UFSC. Florianópolis, 1999.

[92]SALVATORI, Elena et al. ***Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande***. Revista do IBGE, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n1.pdf. Acesso em: 06 de jun. de 1989. p. 44.

> Entre os campos onde assentavam as habitações dos pequenos criadores ou estancieiros, e o mar grosso, media-se 3000 metros de terreno, ora alagadiço, ora dominado pelas areias movediças.
> E para augmentar o mal resultante da pobreza do terreno que pouca vegetação expontanea sustenta, - accrescia a invasão, por essa planície abandonada, de porção de gado entregue a seus próprios instinctos, e devorando a rara vegetação, que única sopitava a marcha das areias.[93]

Entretanto, a Companhia Carris Urbanos foi surpreendida quando, por meio de uma interpelação judicial, a Companhia "*Southern Brazilian Rio Grande do Sul"* reivindicou a necessidade de alistar outra corporação para empreender na estrada de ferro que seguia até a "Mangueira", por considerar ilegal a exploração da linha férrea pela Carris Urbanos. A alegação fazia alusão à concessão da estrada de ferro, que não oferecia direitos permanentes para a exploração do trajeto pela Carris Urbanos. Para reverter a situação e adquirir tais direitos pela linha férrea, Antonio Candido de Sequeira, o gerente e maior acionista da Companhia Carris Urbanos, em conjunto com os demais acionistas criaram a "*Bonds Suburbanos da Mangueira"*, que possuía capital originário da Carris Urbanos e passou a operar a linha férrea que seguia até a praia.[94]

Observa-se que, apenas o nome da empresa mudou, a administração permaneceu e os interesses ainda eram os mesmos desde a criação da Carris Urbanos. Portanto, ao longo do texto, utilizaremos a nominação Carris Urbanos, por ser a mais citada pelos registros históricos e que contempla o processo de criação da Estação Balnear "Vila Siqueira" desde 1884, quando a criação do balneário ainda estava em trâmite legal.

Abaixo, apresentamos o mapa da linha férrea que fazia o trajeto entre Rio Grande e a "Costa Mangueira" e alguns registros fotográficos que mostram o trem circulando pela estrada de ferro e as primeiras casas construídas na extensão da Avenida principal do balneário. O trem que percorria através da linha Rio Grande - "Mangueira", era um privilégio para os abonados, que desfrutavam horas de lazer entre conversas, apreciação das paisagens, "fofocas" e "trocas de olhares". Haviam 4 (quatro) vagões destinados ao transporte de passageiros e tinham vagões utilizados para o transporte de cargas, que variavam entre animais (porcos, carneiros e aves), cereais, pasto verde, materiais para construção de casas, entre outros materiais e produtos que serviam para abastecer o balneário.

---

[93]***Guia dos banhistas: informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p.4.
[94]ENKE, Rebecca Guimarães. ***Balneário Vila Siqueira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)***. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História). Unisinos, São Leopoldo, 2005.p.54.

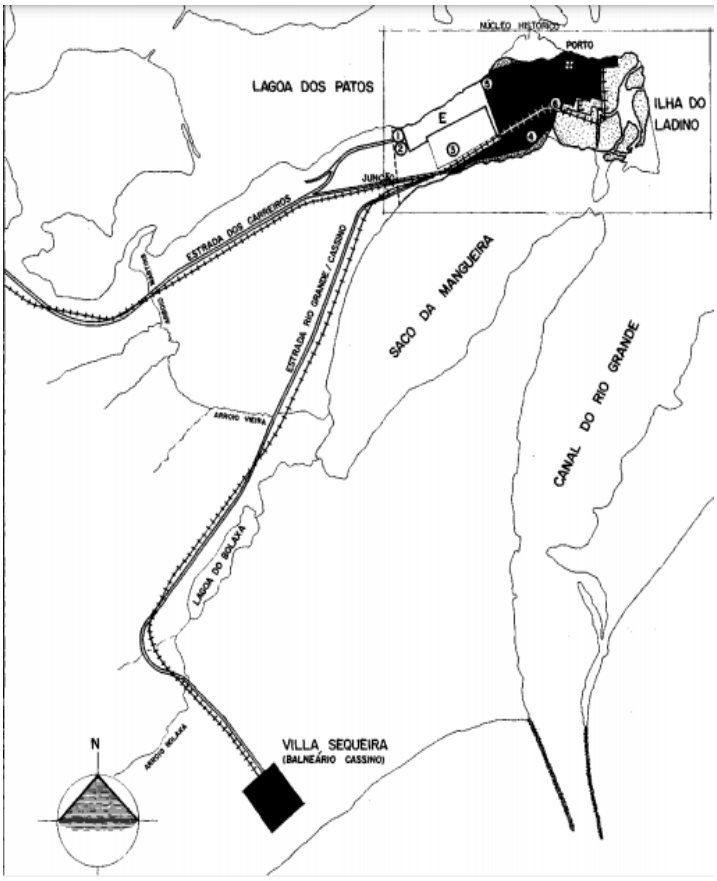


Figura 22. Mapa da estrada de ferro entre Rio Grande –"Mangueira".
Fonte: Salvatori, Elena et al. Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n1.pdf.



Figura 23. Avenida principal do balneário, no ano de 1905.
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande.



Figura 24. Ao fundo trem na Avenida principal e a construção das primeiras casas, no ano de 1908.
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande

Conforme o periódico Almanak Literário e Estatístico, de 1905, o ramal da estrada de ferro para a "Villa sequeira" contava com 5 (cinco) Estações, nas seguintes distâncias de Rio Grande até o ponto final: Junção (4.500 metros), Vieira (10.500 metros), Senandes (16.500 metros), Bolacha (18.500 metros), Villa Sequeira (20.500 metros) e a Parada da praia (21.300 metros).[95]

Registra-se que, na "Vila Siqueira" as estradas eram de saibro e serviam apenas para o tráfego de carroças, charretes e bondes puxados por mulas. Somente no dia 22 de maio de 1927 foi inaugurada a primeira frota de ônibus. No tocante as estradas de asfalto, surgiram no início da década de 40, novidade que chegou do México.[96] Abaixo constam, registros fotográficos de um dos veículos que compunham a primeira frota de ônibus que circulava no balneário e do bonde puxado por mulas:

[95]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira. ***Almanak Literário e Estatístico***. Ed.00014: Rio Grande do Sul, 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829447&pesq=ESTA%C3%87AO%20BALNEAR&pasta=ano%20190&pagfis=4308. Acesso em: 05 de jun de 2021. s/p.
[96]RAMIRES, Paula Florêncio. ***Dimensão Humana da Qualidade Ambiental: Balneário Cassino, Rio Grande RS***. Dissertação de Mestrado. ICHI- Instituto de Ciências Humanas e da Informação Programa de Pós-Graduação em Geografia. FURG: Rio Grande, 2011. p.44.



Figura 25. Ônibus da "Vila Siqueira".
Fonte: Museu Virtual do Rio Grande. Disponível em:
http://www.riograndeemfotos.fot.br/museuvirtual/antigas007.html.



Figura 26. Bondes da Empresa Balnear, na Avenida principal do balneário.
Fonte: https://prati.com.br/fotosantigas/albuns.

Na época da inauguração da Estação Balnear "Vila Siqueira" havia água encanada e luz e os bondes puxados por mulas circulavam pelo balneário e transportavam os sujeitos até a "Mangueira". Os primeiros chalés, construídos sob influência da arquitetura européia, já estavam estabelecidos na Avenida principal, bem como o empreendimento chamado "Hotel Casino" considerado moderno para a época. A partir dessas condições, o balneário se transformou em um espaço social de referência para a burguesia. E no decorrer do tempo,

novas casas e hotéis foram construídos, novos hábitos e costumes marcaram a urbanidade na Estação Balnear "Vila Siqueira". [97]

O "Hotel Casino" situado em um local estratégico, nas imediações da estação do trem, além de hospedar turistas, estrangeiros e a classe burguesa, era considerado um ambiente de distração e entretenimento. Colaborava com a movimentação no balneário ao ofertar em seu salão de baile, um piano e palco para apresentações de orquestras, espetáculos teatrais e de danças, que eram contratados de outras localidades do Brasil e do mundo. O nome "Hotel Casino" era devido ao salão de jogos, que reunia uma gama de interessados nas apostas junto às roletas e as mesas para jogos de cartas. Os jantares e as dependências do hotel serviam para estender as conversas entre a elite da cidade do Rio Grande/RS. As atividades do hotel encerravam a meia noite e davam espaço para as famosas serenatas, onde os rapazes se declaravam para suas amadas e o flerte empolgava aqueles que assistiam as declarações amorosas.[98]

Abaixo ilustramos a pesquisa com registros fotográficos da estação férrea na "Vila Siqueira", que teve a linha Rio Grande - "Mangueira" desativada na primeira metade do ano de 1960. E algumas imagens do "Hotel Casino", que funcionou pouco tempo como um lugar para apostas em jogos, pois foi interditado pela polícia. No entanto, ainda funcionava como hotel. Atualmente, permanece no mesmo local sob o nome de Hotel Atlântico:



Figura 27. Estação Férrea da "Vila Siqueira" registro realizado em meados de 1930.
Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/vilasiqueira.htm

[97]RAMIRES, Paula Florêncio. ***Dimensão Humana da Qualidade Ambiental: Balneário Cassino, Rio Grande RS***. Dissertação de Mestrado. ICHI- Instituto de Ciências Humanas e da Informação Programa de Pós-Graduação em Geografia. FURG: Rio Grande, 2011. p.44.
[98] PEREIRA, Maria Cecília. ***Memórias de um balneário: Patrimônio edificado do Cassino***. 2. Ed. Rio Grande: SALISGRAF, 2005. p.43 e ss.

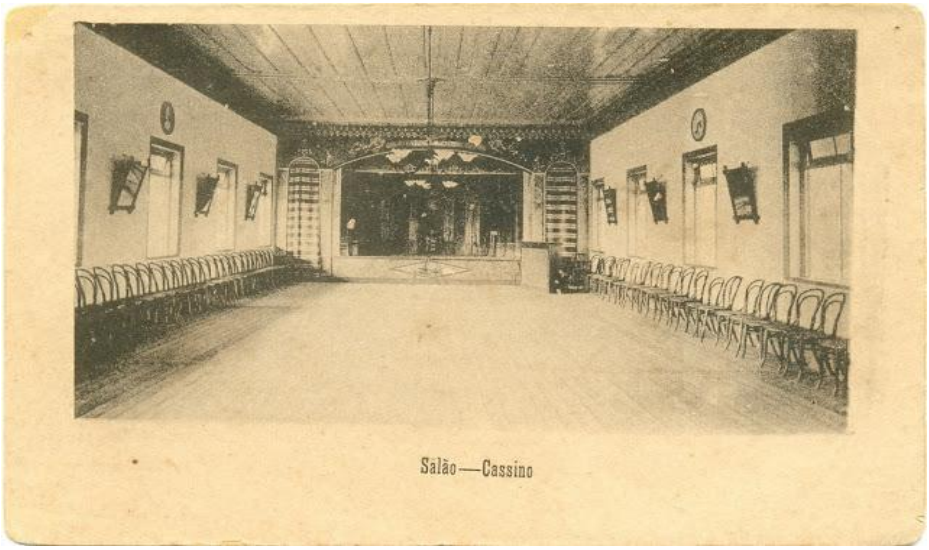


Figura 28. Salão de Baile do "Hotel Casino" em 1908.
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande.



Figura 29. "Hotel Casino" em 1908.
Fonte: Acervo Museu da Cidade do Rio Grande.

As novidades da Estação Balnear "Vila Siqueira" eram noticiadas, corriqueiramente, pela imprensa. Os anúncios a respeito do "hotel Casino" destacavam o lugar pela luxúria de suas acomodações. Era revelado como o mais importante do Brasil, uma vez que, ofertava os mesmos serviços encontrados nos hotéis europeus. Suas dependências incluíam: 136 (cento e trinta e seis) quartos, 8 (oito) lojas, banheiros para higiene pessoal, conforto, bares e restaurante com bebidas variadas, espaços ao ar livre, varandas cobertas e uma linha telefônica, tudo para o usufruto de quem ali se hospedava. As festas que aconteciam no hotel eram informadas nas colunas sociais que descreviam a alegria dos convidados em festejar naquele local deleitoso e com uma estação de banhos glamorosa na "Mangueira". Em

pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional Digital, encontramos alguns desses anúncios, no jornal "A federação: Orgam do Partido Republicano:



Hotel Casino

Hoje distribuimos com o nosso jornal um prospecto avulso do regimento d'este importante hotel, fundado com as mais aperfeiçoadas accommodações, na villa Sequeira, estação balnear inaugurada na costa sul da cidade do Rio Grande.

Pedimos a attenção dos nossos leitores para o prospecto d'esta estação de banhos de mar, que, segundo estamos informados, é a mais importante do Brasil, e mesmo superior á maior parte das da Europa, não só pelas qualidades especiaes da agua, como pela pureza e suave declividade da praia arenosa e pelas commodidades que os banhistas encontrarão em todos os sentidos.

Annexo a esta empreza balnear e installado na cidade do Rio Grande, foi tambem ha pouco inaugurado um excellente e confortavel hotel, sob a denominação de Hotel Internacional, com espaçosos e bem montados commodos para passageiros.

Consta-nos haver já grande numero de quartos tomados para a actual estação.

Aos srs. viajantes

Estação balnear

Arborisada, bonitos jardins, com arrabaldes pitorescos e bellos chalets

Situada na costa do mar grosso, na villa Siqueira e á curta distancia da cidade do Rio Grande.

Hotel Cassino

Offerece as melhores accommodações, optima cosinha, a par dos hoteis de 1ª ordem e por preços modicos.

Pensões com quartos, serviço, almoço e jantar de 125$000 a 180$000; diarias de 5$000 a 8$000, conforme a estadia e condições dos commodos.

Alugam-se casas completamente mobiliadas com cinco peças a 60$ por toda a estação ou 200$000 mensaes, com agua e serviço de hygiene.

Os trens da Viação Ferrea fazem 3 viagens diarias, obedecendo ao seguinte horario:

Empreza Balnear Atlantica

Casino — Villa Sequeira — Rio Grande

RECOMMENDA-SE ESTA EXCELLENTE PRAIA PARA A ESTAÇÃO BALNEAREA 1919 — 1920

Os quartos e salões foram completamente reformados e pintados, possuindo abundante ventilação e MOBILIARIO NOVO e confortavel

A cozinha tem nova o propria installação e é servida por pessoal habilitado e sob direcção de um profissional chefe da cozinha, que exerceu essas funcções com grande exito em varios grandes hoteis da Europa — Buenos Ayres e Porto Alegre. A empreza não poupou esforços para bem servir a sua clientella, contractando este competente profissional, que acaba de ser chamado novamente por um dos seus antigos patrões para dirigir uma grande cozinha.

Todo serviço do Hotel-Restaurant-Bar, etc., está sob a direcção de **C. Binter**, conhecido fundador do Metropole-Hotel-Restaurant de Porto Alegre.

INFORMAÇÕES em PORTO ALEGRE:

Sr. Ernesto Jung — Caminho Novo N. 27 e **Agencia da União Fabril** — Rua 15 de Novembro, 5 e 7 ou por cartas dirigidas directamente á

Empreza Balnear Atlantica

Casino — Villa Sequeira — Rio Grande

Figura 30. Anúncios que enalteciam o "Hotel Casino"

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal "A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcarvalho_499350.3330042.DocLstX&Pesq.

Ressalta-se que, essa visão sobre o balneário, de um lugar luxuoso para o desfrute de lazer e diversões em meio à natureza, era sob o olhar da classe burguesa. As classes inferiores não tinham a mesma percepção sobre a "Vila Siqueira", pois para os menos abastados o balneário era conhecido como um lugar deserto e pacato, em que não havia diversão, apenas trabalho na área rural e a noite os únicos ruídos eram de animais, como o coaxar dos sapos, o canto dos galos, dos pássaros e os latidos de cães.

Além do mais, os noticiários revelavam a ocorrência de muitos assaltos no trajeto que levava a Estação Balnear "Vila Siqueira". O alto poder aquisitivo dos frequentadores do local atraia sujeitos dispostos a causar confusão e armar ciladas para os moradores e visitantes, que sofriam agressões e tinham seus bens subtraídos. Muitos procurados pela justiça achavam abrigo no balneário, pois o local era de difícil acesso e a extensão da praia colaborava para servir de esconderijo aos infratores que vinham de outras localidades. Em seguida, uma nota do Jornal Echos do Sul, que relatou um desses momentos de angústia e temor:

> Ante-hontem, de madrugada, quando seguia desta cidade para Villa Sequeira, o italiano Jóse Palmere e sua mulher foram atacados por um grupo de vagabundos que esbordoam muitíssimo Palmere; sua mulher também foi maltratada cobardemente pelos miseráveis bandidos.
> Palmere acha-se em lastimável estado.
> Consta-nos que foi preso um dos assaltantes.[99]

[99]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira. ***Jornal Echos do Sul***. Ed. 00029.1893. Disponível em:

A história da fundação da Estação Balnear “Vila Siqueira” é um convite para desvendar esse local para além de uma borda do mar que se encontra com a terra, pois permite que a imaginação “navegue” em um mar profundo de episódios que constituíram o modo de vida perante a imensidão litorânea do Extremo Sul do Brasil. Através do tempo passado percorremos em busca do saber a respeito de quem são os sujeitos que se denominam “cassineros” e que carregam consigo as lembranças que firmaram sua cultura e seu estilo de vida singular.

Portanto, no próximo subitem do capítulo que segue, será aprofundada a pesquisa a respeito da construção do cenário de praia, com intuito de desvendar esse lugar que representava a solidão para os primeiros desbravadores, um local místico e algumas vezes perigoso, um lugar para acalmar e para curar, um lugar para o lazer e para trabalhar. Todo lugar tem seus mistérios e sua história singular e o litoral do Rio Grande/RS não poderia ser diferente, muitos sujeitos por aqui passaram, índios, pessoas escravizadas, marinheiros, estrangeiros, andarilhos, curiosos, viajantes e turistas, que deixaram registros no decorrer do tempo, deixaram sua cultura e um pouco de si mesmos, deixaram uma visão de mundo invadida pela alegria, bem como lamentaram dores e perdas.

2.2 Os banhos de Mar na “Costa do mar grosso” – “A mangueira”.

A primeira concepção sobre o universo litorâneo do extremo Sul do Brasil era de um lugar solitário, obscuro e perigoso, causador de sofrimentos e perdas, um cenário a beira-mar que servia apenas para abrigar os destroços das embarcações que deixavam a herança de dias amargos por aqueles que se aventuravam no mar. A praia era distante da realidade dos sujeitos. Os afogamentos, os enjôos e as catástrofes enfrentadas pelos antigos tripulantes das embarcações que adentravam a “barra diabólica”, como era conhecida a Barra do Rio Grande/RS, fixaram a ideia de que o litoral era um lugar “mortalmente triste”. Os relatos dos marinheiros espanhóis e portugueses firmaram essa visão negativa sobre a costa litorânea

Nesse viés, que acentua o medo do mar, há um mito que revela que a construção da cidade do Rio Grande/RS ocorreu de “costas” para o mar, porque as influências de tais relatos atormentavam os sujeitos da época, que visualizavam o oceano como arena de tragédias. O

---

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=825379&pesq=Villa%20Siqueira&pasta=ano%20189&pagfis=2. Acesso em: 04 de jun. de 2021.

jornal “O artista”, do ano de 1886, através de um discurso dramático, enfatizou alguns momentos de transtorno e medo pelo qual passavam os tripulantes dos navios que encostavam à Barra do Rio Grande/RS. Conforme o recorte transcrito abaixo:

> Chegou a Rio Grande, depois de uma longa e perigosíssima viagem, a barca portugueza Lopes Duarte, da qual é capitão o sr. José Ferreira Lopes.
> Acossada por temporaes successivos andou por cerca de um mez bordejando a costa desta província sem poder chegar à barra.
> Num dos momentos em que mais se fez sentir a bordo o effeito da borrasca, deu-se um desastre lamentabilíssimo, do qual resultou a morte de dois tripulantes, de nomes Manoel Francisco e José Maria dos Santos, ambos de nacionalidade portugueza.
> Na occasião em que estes infelizes ferravam uma vela, rebentou com impetuosa desenvoltura um furacão que os precipitou da verga onde se achavam ao convez do navio, morrendo ambos instantaneamente, em conseqüência da queda.[100]

Era comum esse tipo de notícia nos periódicos e jornais da época, fatos que impressionavam os leitores e corroboravam para que os sujeitos se mantivessem distantes do universo marítimo, pois, a costa litorânea era julgada como um lugar de tensão e catástrofes naturais. No entanto, essa representação foi sendo desconstruída pela apreciação da paisagem a beira-mar, pelos novos estudos dos fenômenos meteorológicos e pela curiosidade em desbravar e enfrentar os mistérios que envolviam o ambiente praial. Outro importante fator, que contribuiu para a nova visão sobre o litoral, remete as experiências realizadas nas praias européias, no início do século XVIII, primeiramente na Inglaterra e depois na França, em que a medicina européia aconselhava os banhos em águas salgadas para curar todas as doenças. Na Europa estar à beira-mar significava cuidar da saúde e da higiene pessoal. A nova concepção sobre a praia era de um lugar romântico, místico e terapêutico, onde apreciar a paisagem e tomar banho nas águas salgadas significava se curar de todo e qualquer mal, tanto físico, quanto espiritual. [101]

Esse argumento medicinal e terapêutico, advindo da Europa, foi utilizado como “pano de fundo” por Antonio Candido de Sequeira, o diretor da empresa Carris Urbanos, para construir a estação de banhos na “Mangueira”. Evidencia-se, esse ponto vista, uma vez que, nesse período histórico, a cidade do Rio Grande/RS era moldada pela visão desenvolvimentista e capitalista, que também foi algoz da criação da estação de banhos na “Mangueira”, pois além dos banhos de mar “curadores” de doenças, eram oferecidos terrenos para alocar casas e empreendimentos, fato que visava lucros para a “Vila Siqueira” e os empresários investidores.

---

[100]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira. ***O artista***. Ed. 00189,1886. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=Mangueira&pagfis=2991. Acesso em 13 de jun. de 2021.

[101]ENKE, Rebecca Guimarães. ***Balneário Vila Siqueira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)***. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em História). Unisinos, São Leopoldo, 2005. p.57.

A estação de banhos na “Vila Siqueira” foi inaugurada no dia 26 de janeiro de 1890, quando foi aberta a primeira temporada de verão na “Mangueira”. O arquétipo do mar “devorador”, o medo e a fobia perante as águas salgadas do oceano passaram a representar cura e lazer. A relação com a “costa Mangueira” era de prazer, apreciação e bons hábitos, um lugar pitoresco com a deleitosa brisa do oceano e vivificante oxigênio[102].

Para atrair o público até a praia de banhos na “Mangueira”, a Companhia Carris Urbanos se inspirou em folhetos europeus (principalmente das praias de Portugal e França) que serviam como orientação para os banhistas, pois apresentavam os benefícios da nova forma de contato com o universo marítimo. Foi então criado para a “costa Mangueira” o folheto: “Guia dos banhistas: Informações sobre a praia de banhos na Villa Sequeira”, que na pesquisa em tela serviu de aporte para revelar como eram os banhos de mar na “Mangueira”, no período da fundação da Estação Balnear “Vila Siqueira”.

O folheto foi impresso no ano de 1890 e era um manual com regras estabelecidas para os veranistas e turistas que queriam usufruir da ação terapêutica calmante, tonificante e sedativa dos banhos no “mar grosso”. Orientações sobre como aproveitar as comodidades ofertadas pela “Vila Siqueira” e a necessidade de um comportamento adequado e civilizado eram informados com detalhes. Ainda, esclarecia sobre a infraestrutura moderna e sofisticada construída a beira-mar para troca de roupas e o convívio social, que sustentava a privacidade e o lazer dos sujeitos frequentadores da praia. As imagens abaixo mostram as 2 (duas) primeiras páginas do folheto:

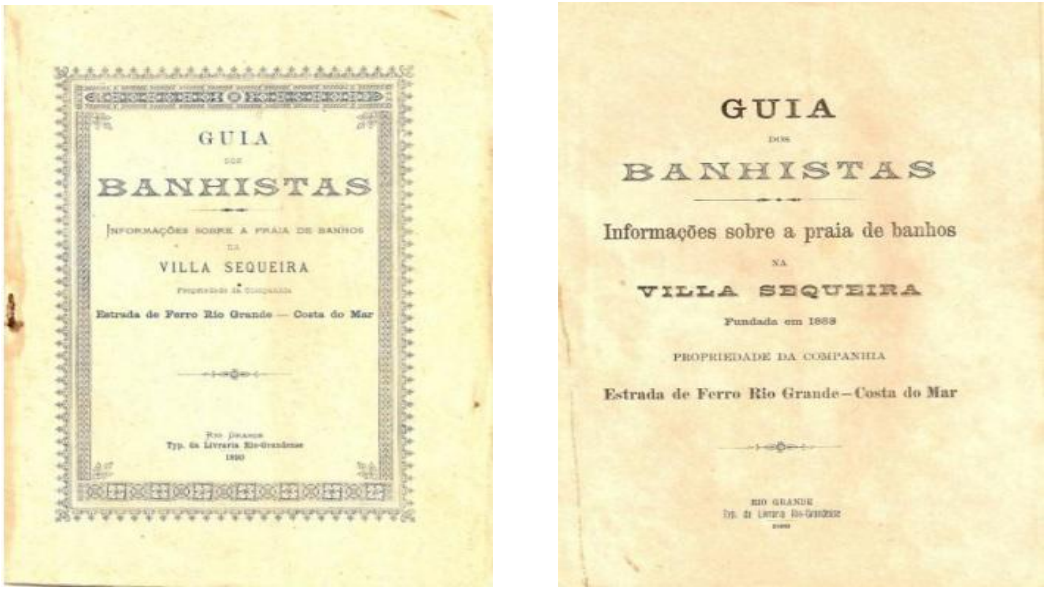

GUIA
DOS
BANHISTAS
INFORMAÇÕES SOBRE A PRAIA DE BANHOS
NA
VILLA SEQUEIRA
Estrada de Ferro Rio Grande — Costa do Mar
GUIA
DOS
BANHISTAS
Informações sobre a praia de banhos
NA
VILLA SEQUEIRA
Fundada em 1888
PROPRIEDADE DA COMPANHIA
Estrada de Ferro Rio Grande—Costa do Mar

Figura 31. Folheto Guia dos Banhistas de 1890.
Fonte: Acervo do Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Rio Grande – CDH/FURG.

[102] GUIA DOS BANHISTAS***: informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p.9.

O "guia dos banhistas*"* não apresentava declaração de autoria e foi impresso pela "Typographia da Livraria Rio-Grandense" em uma única edição. Era composto por 23 (vinte e três) páginas e apresentava 6 (seis) capítulos, onde os 2 (dois) primeiros capítulos faziam menção ao livreto "As praias de Portugal - Guia dos banhistas e viajantes*"* de autoria do português Ramalho Ortigão, publicado no ano de 1876. Ademais, o guia dos banhistas poderia ser adquirido na chegada à praia ou na recepção do "Hotel Casino". [103]

As informações contidas no livreto eram sobre a extensão da praia, a natureza local, o arruamento, as medidas a serem tomadas para firmar melhorias, as comodidades e habitações da "Vila Siqueira", bem como sobre as medidas de precaução para aproveitar os banhos de mar na "Mangueira" e sobre a localização geográfica da região. O folheto revelava o balneário como um lugar hostil e abandonado e justificava tal fato ao alegar que os antigos moradores não valorizavam as terras resultando em um cenário rústico. Ainda, enfatizava que os gados, que pertenciam aos poucos criadores do local, se alimentavam da vegetação colaborando para o avanço das areias. Dessa forma, foi realizado o processo de arborização (acácias, eucaliptos, pinheiros, entre outras espécies) ao longo da "costa do mar Grosso" e nas redondezas por onde passava o bonde, com o objetivo de conter que areias.[104] Na imagem abaixo é possível perceber o bonde chegando na "Vila Siqueira" e no plano de fundo da imagem, à direita, as dunas de areia que avançavam pela via principal:



Figura 32. Bonde chegando na "Vila Siqueira" e as dunas ao fundo.
Fonte: Acervo do Museu Virtual do Rio Grande. Disponível em:
Museu Virtual do Rio Grande (riograndeemfotos.fot.br).

[103]FERREIRA, Felipe Nóbrega. FREITAS. José Vicente de. ***Diálogos Atlânticos: O guia dos banhistas e a invenção da praia na planície costeira do Rio Grande do Sul.*** Revista Braspor, (S.I), T.7, 2018. Disponível em: https://www.redebraspor.org/livros/2018/Braspor%202018%20-%20Artigo%203.pdf. p. 50.
[104]GUIA DOS BANHISTAS***: informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p.3 e ss.

Apesar da solidão e da calmaria que invadia a estação balnear durante os períodos mais frios do ano, a inauguração da praia de banhos na "Mangueira" foi de imenso sucesso. Os turistas vinham de Porto Alegre, de Pelotas, de Bagé e de outras localidades do Brasil, fato que desferiu um intenso movimento na "Vila Siqueira. Nesse período, de acordo com o "guia dos banhistas*",* a infraestrutura construída para receber os veranistas contava com as seguintes instalações, para atender, aproximadamente 500 (quinhentas) pessoas: 100 (cem) camarotes de primeira classe para homens; 100 (cem) camarotes de primeira classe para senhoras; 20 (vinte) camarotes de segunda classe para homens; 20 (vinte camarotes) de segunda classe para senhoras; 50 (cinquenta) barracas sobre rodas; leiteria, restaurante moderno com elegante "*à la carte"* e rouparia onde eram adquiridas as roupas de banho.[105]



Figura 33. Camarotes a beira-mar, 1908.
Fonte: Museu Histórico da Cidade do Rio Grande.



Figura 34. Chalé e Restaurante na "Mangueira".
Fonte: Museu Histórico da Cidade do Rio Grande.

[105]GUIA DOS BANHISTAS: ***informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p.15.



Figura 35. Movimento na praia da "Mangueira".
Fonte: Museu Virtual do Rio Grande. Disponível em: http://www.riograndeemfotos.fot.br/museuvirtual/fotos/antigas2/56.html.

Pelas imagens acima, é possível visualizar a estrutura construída para oferecer conforto aos turistas e veranistas, bem como a movimentação no local. O restaurante era de propriedade de René Pascal, também proprietário do conhecido hotel Paris, localizado na cidade do Rio Grande/RS. A inauguração do restaurante denominado *"Chalet-Buffet*" ocorreu no dia 4 (quatro) de fevereiro de 1891 e seu "desaparecimento" sucedeu na década de 1940. O chalé possuía uma arquitetura excêntrica, construído para se adaptar ao ambiente e compor a panorama de praia. As amplas varandas de 3 m (três metros) rodeavam o chalé e serviam para colocar as mesas em que eram servidas as refeições, sem aglomerações. Quanto aos camarotes, eram considerados elegantes, construídos com madeira de lei para impressionar o público-alvo, ou seja, a classe burguesa da época que vinha em busca das propriedades terapêuticas sobrevindas dos banhos no "Mar Grosso".[106] No tocante a leiteria, o jornal "A Opinião Pública", publicado no ano de 1891, descreveu que sua inauguração ocorreu de forma glamorosa e que o recinto tinha um aspecto agradável, as cores da pintura e da mobília eram brancas e o curral apresentava serviço de limpeza rigoroso. O leite era vendido em copos ou em garrafas, sendo retirado de 30 (vacas), as quais eram consideradas as melhores vacas leiteiras da região.[107]

Sem embargo, o "guia dos banhistas*"* trazia em seu texto informações sobre as ações terapêuticas ofertadas pelos banhos de mar. E elencava que, o tratamento marítimo

[106]RAMOS, Érica Souza. ***Uma Leitura Turística da Formação da Vila Sequeira através da imprensa do século XIX.*** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) do Curso de Turismo Binacional. Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Santa Vitória do Palmar, 2014. p.42.
[107]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***A Opinião Pública***. Ed. 00008, 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123340&pesq=Praia%20do%20casino&pasta=ano%20191&pagfis=468. Acesso em: 13 de Jun. de 2021.

apresentava duplo caráter, ora como um agente "hydroterapico" quando a duração do banho era curta e a temperatura da água do mar era fria, ora como agente "medicamentoso" quando a duração do banho era mais longa e a temperatura da água do mar era mais elevada. A contra-indicação era feita para os banhos frios aos acometidos por doenças cardíacas, reumatismos e a doença da "gotta". [108] Abaixo, expõe-se um trecho do "guia dos banhistas*"* que continha tais orientações, principalmente, para as mulheres e as crianças, que eram consideradas frágeis e dependentes de determinados cuidados:

> A constituição lymphatica, a infância, o sexo feminino, todos os estados pathologicos que se ligam ao enfraquecimento geral do organismo, à insufficiencia do sangue, à repressão do systema nervoso, constituem o domínio especial do banho de mar.
> Os escrophulosos e os nevrálgicos ordinariamente mandados para os banhos de mar como para um curativo supremo, encontraram n`elle um coadjuvante precioso. Mas não um remédio decisivo. N`estes casos um tratamento thermal bem dirigido é muito mais profícuo, principalmente se os efeitos dos banhos sulphureos, forem sufixados em seguida com os banhos de mar.[109]

Quanto à descrição da praia, o folheto revelava a impressionante sensação que era presenciar, pela primeira vez, um espetáculo ao ar livre, pois a vista era deslumbrante. No sentido Nordeste era possível avistar os principais estabelecimentos da praticagem da Barra do Rio Grande, o farol e a atalaia. Na direção sudoeste era possível observar o mar e a praia lisa, que era resistente aos passos humanos e as rodas dos veículos que ali transitavam. Advertia ainda que, o trânsito de veículos não causava impactos sobre a areia da praia, pois mais parecia ser coberta por cimento. Ao mirar a direção Sudeste o imenso oceano se descortinava atraindo a atenção dos observadores por um longo período, onde a apreciação da sua beleza trazia momentos de reflexão a respeito das virtudes e os segredos dessa riqueza natural e "selvagem", a qual já havia retirado muitas vidas. O cenário era composto pela arrebentação das ondas que se lançavam umas sobre outras, "como se despenhassem dos rochedos de uma cascata". O fundo do mar era arenoso e inclinado, fato que permitia a escolha da profundidade dos banhos na "Mangueira".[110]

Para que os banhos de mar não carreassem transtornos era preciso que as precauções fossem seguidas, onde a primeira delas era "não afoitar-se" e os nadadores deveriam cuidar as marés de ressaca que poderiam arrastar os sujeitos para os locais mais profundos dificultando o retorno a praia, afogando-os. A segunda precaução se referia aos alimentos ingeridos antes

[108]GUIA DOS BANHISTAS: ***informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p.
[109]GUIA DOS BANHISTAS: ***informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p. 8 e ss.
[110]GUIA DOS BANHISTAS: ***informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p. 6.

dos banhos de mar, o bife de vitela e as xícaras de chá eram os mais indicados, uma vez que, o café com leite e o pão com manteiga eram considerados indigestos. A melhor maneira para desfrutar a praia era realizar um passeio ao ar fresco da manhã e beber, em jejum, um copo de água. A terceira precaução era sobre a higiene, onde os banhistas deveriam estar limpos, ou seja, ir diretamente da cama para o mar era tido como um ato anti-higiênico.[111]

Além dos banhos de mar, a praia era palco para competição de jogos esportivos, que reuniam inúmeros atletas da região, como corrida de 100 m (cem metros), salto à distância, futebol, corridas de bicicleta, entre outras modalidades. O jornal "A opinião Pública", na edição de 1910, fazia referência aos jogos de praia organizados pelo "Club Casinense" e destacava o brilhantismo dos eventos que ocorriam próximo aos camarotes da praia. Nesse local eram colocados bancos para as famílias e para os torcedores e as bandeiras dos times enfeitavam a festa. Uma banda alegrava o evento que reunia aproximadamente 400 (quatrocentas) pessoas, vindas de Rio Grande e Pelotas para prestigiar os atletas. Os jogos eram realizados pela comissão esportiva do "Club Casinense", que tinha como presidente Arthur Cecil Lawson. A noite havia baile para a entrega dos prêmios aos primeiros colocados.[112]

Outras formas de lazer viraram costume entre os frequentadores da praia, eram as cavalgadas e as corridas a cavalo, atividades preferidas pelos homens e os passeios nas charretes eram o lazer favorito entre as mulheres. Abaixo o registro reproduz a imagem de um desses passeios:



Figura 36. Charrete a beira-mar na "costa Mangueira".
Fonte: Museu Virtual do Rio Grande. Disponível em: http://www.riograndeemfotos.fot.br/museuvirtual/fotos/antigas2/53.html.

[111]GUIA DOS BANHISTAS***: informações sobre a praia de banhos na villa sequeira***. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890. p.12.
[112]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***A Opinião Pública***. Ed.00059, 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123340&pesq=Praia%20do%20casino&pasta=ano%20191&pagfis=672. Acesso em: 13 de Jun. de 2021.

No decorrer do século XIX, a imprensa fazia questão de enaltecer a Estação Balnear "Vila Siqueira" como um local requintado, um ponto turístico indispensável, tanto pela infraestrutura que era oferecida aos turistas e viajantes, quanto pelo cenário da praia, um ambiente de extrema imensidão, onde no horizonte mar e terra se confundiam. Cabe enfatizar que, o lazer e as "horas livres", após longas jornadas de trabalho, passaram a fazer parte do cotidiano da população. No entanto, os banhos de mar eram um privilégio da classe burguesa, que podia arcar com as despesas do veraneio, como hospedagens, passagens para os bondes, aluguel de camarotes e demais mercadorias e "futilidades elegantes" para o sustento da rotina a beira-mar.

No periódico "Mascara", em uma publicação do ano 1918, uma nota advertia que o veraneio na "Mangueira" era aristocrático e apesar da concorrência com outras praias, que estavam formando estruturas no Estado do Rio Grande do Sul, como Cidreira, Tramandaí e Torres. A Estação de banhos na "Vila Siqueira" ainda mantinha seu *status* como a praia mais procurada pelos veranistas.[113] A seguir imagens do movimento na praia e de alguns prazeres considerados luxuosos para época:



Figura 37. Descanso nas barracas, um luxo para os mais abastados.
Fonte: Acervo do Museu digital do Rio Grande. Disponível em: http://www.riograndeemfotos.fot.br/museuvirtual/fotos/antigas2/54.html.

[113]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***Mascara***. Ed.00003, 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=174181&Pesq=praia%20do%20casino&pagfis=102. Acesso em: 15 de jun. de 2021.



Figura 38. Movimento na praia. Detalhes da charrete para passeios e ao fundo as barracas.
Fonte: Acervo do Museu digital do Rio Grande. Disponível em: http://www.riograndeemfotos.fot.br/museuvirtual/fotos/antigas2/57.html.

Outro fato curioso está relacionado com uma publicação encontrada no jornal supracitado, que se referia as mulheres do local e acentuava a visão que alguns sujeitos tinham sobre o gênero feminino. Na matéria, o jornal trazia o lamento que era ver o cair das folhas de plátanos durante o inverno, uma espécie audaciosa que se despia durante a estação mais fria do ano e relaciona esse episódio com as vestes das mulheres em época de veraneio, as quais moldavam os seus corpos maravilhosamente. A queixa era que as mulheres durante o inverno tomavam atitudes "friorentas", se tornando "felinas" e mais medrosas, onde seus trajes sofriam mudanças bruscas. Logo, para os homens que amavam as mulheres pelo que elas tinham de "decorativo ou como uma "obra de arte, frágil, deliciosa e frívola" deveriam aguardar o próximo veraneio ou então era preciso se aproveitar da fragilidade que as acompanhava durante a estação fria para desfrutar de seus "encantos".[114]

Os passeios na praia e os banhos de mar estimulavam a sociabilidade, do mesmo modo que despertava paixões. Os homens procuravam desenvolver a musculatura para impressionar as mulheres e a praia era o cenário ideal para os flertes, que nesse período aconteciam às escondidas. As mulheres precisavam tomar seus banhos na "Mangueira" à longa distância dos homens, pois para arrumar um "bom partido" não poderiam exibir seus

[114]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***Mascara***. Ed.0005, 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=174181&Pesq=praia%20do%20casino&pagfis=194. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

corpos frente à sociedade.[115] Esse era um ato que se realizado causava vergonha as famílias por desmitificar a pureza feminina e sua imagem de mulheres "belas, recatadas e do lar"[116]. Tal visão foi advinda da sociedade patriarcal e machista que, desde a época até a contemporaneidade, segue em curso por meio de ações e discursos nos quais as mulheres sofrem preconceito pelo simples fato de pertencerem ao gênero feminino.

Períodos obscuros provenientes das contradições da sociedade industrial assolaram a cidade do Rio Grande/RS, que foi tomada pela gripe espanhola quando a embarcação cujo nome era "Itajubá" atracou no Porto do Rio Grande/RS, com 38 (trinta e oito) tripulantes com sintomas da doença epidêmica que estava instaurada na Europa e no sudeste do Brasil. Alguns dias depois, o navio "Itaquera", com mais 32 (tinta e duas) pessoas doentes representou a disseminação da epidemia no Rio Grande do Sul, no ano de 1918. Perante as incertezas frente à desconhecida doença e as formas para tratá-la, a imprensa do Rio Grande do Sul apontava os banhos na conhecida "praia do Casino" na "Vila Siqueira" como um lugar seguro, instigando os sujeitos de localidades vizinhas e da capital a realizar a reclusão social, imposta na época. O turismo na "Vila Siqueira", perante a crise de saúde, ainda era crescente, principalmente, durante o verão.[117] Em seguida, por meio de uma pesquisa realizada na plataforma brasileira da Biblioteca Nacional Digital, na sessão da Hemeroteca Digital, uma nota do jornal "Mascara", do ano de 1918, explana os fatos descritos:

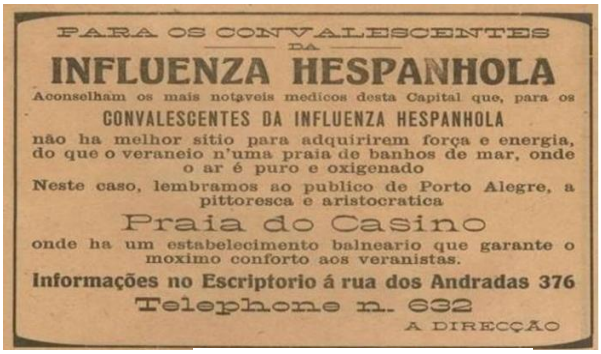

PARA OS CONVALESCENTES
DA
INFLUENZA HESPANHOLA
Aconselham os mais notaveis medicos desta Capital que, para os
CONVALESCENTES DA INFLUENZA HESPANHOLA
não ha melhor sitio para adquirirem força e energia, do que o veraneio n'uma praia de banhos de mar, onde o ar é puro e oxigenado
Neste caso, lembramos ao publico de Porto Alegre, a pittoresca e aristocratica
Praia do Casino
onde ha um estabelecimento balneario que garante o maximo conforto aos veranistas.
Informações no Escriptorio á rua dos Andradas 376
Telephone n. 632
A DIRECÇÃO

Figura 39. Recorte do jornal "Mascara".
Fonte: BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***Mascara***. Ed. 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=174181&Pesq=praia%20do%20casino&pagfis=1516. Acesso em 12 de jun. de 2021.

[115]ENKE, Rebecca Guimarães. ***Balneário Vila Siqueira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)***. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, 2005. p. 38 e ss.
[116]Expressão utilizada na contemporaneidade, que causou polêmica e repercutiu na mídia quando foi atribuída para se referir esposa do Vice- Presidente da República Michel Temer, na época. A expressão foi considerada pela população como misógina e atrasada por objetificar as mulheres e causar a impressão de que são submissas aos homens e devem permanecer belas perante qualquer circunstância e se restringir as obrigações do lar obedecendo às regras sociais de comportamento em que devem manter a postura e possuir vestimentas que não exponha seus corpos.
[117]OLINTO, Beatriz Anselmo. ***"Uma cidade em tempo de epidemia" Rio Grande e a gripe espanhola.*** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Florianópolis, 1995. p. 42.

Após os primeiros 20 (vinte) anos do século XIX, a estação balnear "Vila Siqueira" passou a ser conhecida com a nominação "praia do Casino", que foi incidida em virtude do "Hotel Casino" instalado no local e famoso pelo seu salão de jogos. Além do mais, o sucesso da praia já não era o mesmo desde sua inauguração, no ano de 1890, pois outras praias do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, tal qual da região sudeste do Brasil estavam atraindo à atenção dos veranistas e viajantes, pois eram consideradas novidade e ofertavam outras atrações, não encontradas na região.

Para manter o intenso movimento no verão no decorrer dos anos (1920-1940), os empresários apostavam em festas, que eram realizadas de forma improvisada, em todos os horários do dia. Os eventos eram anunciados e o balneário era descrito como "um belíssimo sitio na costa do mar, á entrada da majestosa barra do Rio Grande do Sul". Dentre as festas mais cobiçadas estavam os bailes de carnaval a fantasia que aconteciam no "hotel Casino" e também na praia. Todavia, os empresários ainda estavam sob o efeito dos primeiros veraneios que foram de intensa movimentação e apogeu, principalmente, por recepcionar sujeitos "ilustres". A idéia de que a "praia do Casino" era a mais bela, a maior, a inatingível, a mais estruturada e de natureza intocável e magnífica não ficava no passado para os administradores do local. Não houve, em um primeiro momento, a percepção de que outros locais na costa litorânea do Brasil e do Uruguai estavam em voga e que era necessário mudar a estratégia para atrair o público. As melhorias no balneário foram aceleradas, como o calçamento da avenida principal que possibilitou a passagem de carros pelas duas vias, atraindo novo público.

O periódico "Estado do Rio Grande: Companhia Editora Rio Grandense", publicado no ano de 1929, anunciava que o "bondezinho" que levava o público até a praia era puxado por animais cansados e velhos e que este havia sido substituído pelos ônibus. O intuito era incentivar os veranistas de outras localidades a frequentar a praia novamente. Outras melhorias foram exaltadas pelo periódico como: a nova arborização que havia deixado o local mais agradável pelas sombras que produziam as copas das árvores e a construção do primeiro posto de socorro a beira-mar. Um profissional foi contratado para observar o mar e cuidar dos banhistas. As condições do mar para o banho eram demarcadas com bandeiras e se necessário o profissional era capacitado para atender o público em caso de perigo, pois nos anos anteriores, havia diversos relatos sobre banhistas que perderam a vida, pela imprudência ao adentrar o mar revolto.[118]

[118]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***Estado do Rio Grande: Companhia Editora Rio Grandense.*** Ed.00104, 1929. Disponível em:

Sem embargo, a vida na praia no final do século XVIII e no início do século XIX, era usufruída pela classe burguesa de princípios tradicionais e conservadores. Era um espaço elitizado, em que os frequentadores desfilavam pela Avenida principal, pelos hotéis e pela praia exibindo suas vestimentas, seu jeito de andar e seu comportamento que eram pautados nos costumes europeus. O local abrigava essa elite que não estava disposta a compartilhar tais momentos de lazer com os sujeitos pertencentes a outros grupos sociais. Nesse período, a procura pelos banhos ultrapassava a fronteira terapêutica, devido às opções de lazer e interação social. Os banhos de mar e o ambiente da praia passaram a configurar o modo de vida da sociedade e marcaram a constituição dos sujeitos da época, seus hábitos, sua cultura e seus costumes, que formaram a nova relação sujeito-praia.

Contudo, sabe-se que, a constituição da praia do Cassino/RS revela suas peculiaridades e a importância da sua história, no decorrer do tempo, possibilita contemplar seus mitos e os episódios marcantes, conforme será exposto no subitem do capítulo que segue. A praia do Cassino, com 220 km (duzentos e vinte quilômetros) de extensão, eleita pelo *Guinness Book*[119] do ano de 1994, a mais extensa do mundo, além de revelar paisagens e ecossistemas que muitas vezes são invisíveis aos olhares dos sujeitos, pela imensidão de seu espaço, que se confunde entre a paz e a solidão, agrega fatos e vivências que possibilitam compreender as permanências e as transformações sociais, culturas, políticas, econômicas e educacionais dos sujeitos e da geografia local.

2.3 Episódios marcantes na praia do Cassino/RS: mitos, contos e fatos históricos.

Contextualizar o litoral do extremo Sul do Brasil é mostrar outra historicidade, é desvendar os sujeitos como alvitres de si mesmos. É como esperar o vento que sopra a brisa do mar, a areia da praia e faz parecer trazer consigo vozes do passado, um diálogo de temporalidades onde o sujeito e o objeto se fundem construindo a História. A praia do Cassino/RS com sua grandeza, ora pela extensão do litoral, ora pela beleza ecossistêmica e sua riqueza natural formou o modo de vida de inúmeras gerações. São episódios que rompem as barreiras entre o passado e o presente, pois fixaram moradas na memória dos sujeitos e marcaram a cultura e os costumes dos viventes da imensidão litorânea. Apesar de mais um

---

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093203&pesq=praia%20do%20Casino&pasta=ano%20192&pagfis=1842. Acesso em: 14 de jun. de 2021.

[119] *Guinnes Book*, atualmente conhecido como *Guinnes World Records* é um livro publicado anualmente, desde de 1950, que apresenta uma coleção de recordes e superativos que são reconhecidos internacionalmente, tanto em termos de performances humanas, quanto para os extremos da natureza. Ver em: https://www.guinnessworldrecords.com.br/about-us/our-history.

século passado, desde a sua fundação, ainda guarda seus mitos e fatos históricos constituindo a singularidade do modo de vida na Praia do Cassino/RS.

Há revelações históricas que apontam a ocorrência de inúmeros naufrágios na praia do Cassino/RS, antes da fundação do balneário no ano de 1890. A costa litorânea do Rio Grande não possuía abrigo, tampouco acesso, fato que tornou a navegação, na época, perigosa e desencadeou uma série de naufrágios e catástrofes, que atingiu marinheiros, tripulantes, passageiros e pescadores. O vento Sul-Sudeste era considerado o grande causador dos naufrágios e passou a ser conhecido pelo codinome "carpinteiro da Costa", por arremessar os pedaços de madeira das embarcações na beira-mar e a Barra do Rio Grande/RS era conhecida como "cemitério de navios".

Desde 1525 há relatos sobre os naufrágios na costa Atlântica entre a barra do Rio Grande/RS e o Chuí, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. De acordo com NEVES, ocorreram 73 (setenta e três) naufrágios na Barra do Rio Grande/RS, entre os anos de 1847 e 1889, onde 38 % (trinta e oito por cento) dos naufrágios foram de embarcações brasileiras e 22 % (vinte e dois por cento) foram de navios ingleses.[120] No quadro 4 estão listadas algumas embarcações naufragadas ao longo da costa litorânea no extremo Sul do Brasil; conforme registro da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul.

Nome da embarcação	Ano do Naufrágio	Local do Naufrágio
Adele	1868	Rio Grande (barra)
Adelia	1945	Rio Grande (barra)
Altair	1976	Ao sul da barra do Rio Grande
Amarante	1938	Rio Grande (barra)
Antônio Delfino	1800	Albardão
Araçatuba	1933	Rio Grande (barra)
Arcadian	1800	Albardão
B-51	1944	Rio Grande (barra)
Bom Jesus	1776	Rio Grande (barra)
Brasil (Brigue)	1911	Rio Grande (barra)
Cymbeline	1905	Albardão
Dameboog	1907	Rio Grande (barra)
Due Fratelli	1868	Albardão
Eittéa	1868	Rio Grande
Eubée	1936	Ao norte da barra do Rio Grande
Expedição	1776	Rio Grande (barra)
Filippus Cornelius	1862	Rio Grande (barra)
Galera Francesa	1897	Albardão
Graça	1800	Albardão
Hans	1907	Rio Grande (barra)
Helena	1854	Rio Grande (barra)

[120]NEVES, Hugo. ***A insegurança e os naufrágios na Barra do Rio Grande (1822-1889)***. In: ALVES, Francisco das Neves. Náufragos e Naufrágios no Litoral do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2001, p.28.

Helianthus	1854	Rio Grande (barra)
Highland	1891	Albardão
Horácio	1897	Albardão
Leonor	1800	Albardão
Marta C. Craig	1897	Rio Grande (barra)
Miroastro	1978	Rio Grande (barra)
Nancí	1908	Rio Grande (barra)
Olinda	1939	Rio Grande (barra)
Powerful	1865	Albardão
Prince of Wales	1861	Albardão
Quarai	1900	Rio Grande (barra)
Reinhardt	1868	Albardão
Rio Apa	1887	Rio Grande (barra)
Rio Chico	1968	Rio Grande (barra)
Rovigno	1923	Albardão
Sarita	1897	Albardão

Quadro 4 - Navios naufragados no extremo Sul do Brasil.
Adaptado de: https://www.marinha.mil.br/cprs/naufrars

Dentre os inúmeros naufrágios registrados na costa litorânea do extremo Sul do Brasil, alguns permanecem marcados na história da praia do Cassino/RS. Serão retratados três naufrágios que, até os dias atuais, são relembrados pela dimensão e repercussão dos acidentes. O primeiro naufrágio a ser revelado, ocorreu no ano de 1861, se trata da embarcação "Prince of Wales", navio inglês que partiu de Glasgow, cidade escocesa, com destino a Montevidéu, capital do Uruguai. Porém, no mês de junho, ao se aproximar da localidade conhecida como Albardão, situada na praia do Cassino/RS, a 96 km (noventa e seis quilômetros) de distância da cidade do Rio Grande/RS, a embarcação afundou e ocasionou a morte de toda a tripulação. O Albardão é uma região de difícil acesso, inóspita e por esse motivo não há registro do dia exato em que a embarcação naufragou.[121]

O filho de Bento Venâncio Soares – juiz de paz do Distrito do Albardão- foi o primeiro a alertar sobre a tragédia. O menino de 9 (nove) anos de idade foi até a praia e avistou 10 (dez) cadáveres junto à beira-mar, imediatamente, retornou para casa e informou o ocorrido para o seu pai e o seu cunhado, cujo nome era Faustino José Silveira – inspetor do Albardão, que convocou 5 (cinco) guardas nacionais para se deslocarem até o local em que estavam os corpos.[122]

A notícia chegou até o cônsul inglês Henry Prendergast Vereker, que na época morava na cidade do Rio Grande/RS, este convocou 8 (oito) pessoas para com ele seguir até o

[121]MARQUES, Juliano de Leon Viero. ***O caso do Prince of Wales na perspectiva da imprensa rio-grandina (1861-1862).*** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRS: Porto Alegre, 2010. p. 28.
[122]GRAHAM, Richard. ***Escravidão, Reforma e Imperialismo***. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.91.

Albardão, dentre as pessoas que o acompanharam estavam oficiais da alfândega e soldados da polícia. Quando chegaram ao local avistaram, por uma longa extensão da praia, os restos do naufrágio, como bagagens, barricas, caixas, cestos, pedaços de madeira e pertencentes dos tripulantes do navio, muitos desses objetos haviam sido abertos ou corrompidos devido à força das ondas. Para o cônsul inglês o mais importante era encontrar os cadáveres que estavam na praia, entretanto, apenas 4 (quatro), entre os 10 (dez) corpos avistados na praia, foram achados. Prontamente, os cadáveres encontrados foram retirados da praia e levados a cidade do Rio Grande/RS onde foram sepultados. O cônsul inglês não satisfeito por não ter encontrado os demais cadáveres instaurou um inquérito sobre o caso. O inspetor do Albardão justificou o sumiço dos corpos pela ação das areias movediças que teriam soterrado-os. Para Vereker, a situação se tratava de pirataria e assassinato.[123]

No final das investigações sobre o caso, 3 (três) pessoas foram indiciadas, sendo que 2 (duas) delas fugiram para o Uruguai e não foram mais encontradas. Os representantes do governo inglês acusaram as autoridades locais por negligência. E um ano após o acidente, o ministro inglês William Dougal Christie que atuava no Brasil, fez o pedido para abertura de uma nova investigação e compensação para os donos da "Prince of Wales" e para as famílias dos tripulantes. Christie reclamou da demora em relação à primeira notícia sobre o naufrágio e condenou o subdelegado de polícia do Rio Grande/RS, o juiz de paz e o inspetor, ambos do Albardão, mesmo diante das provas que comprovaram o naufrágio. Esse episódio é lembrado, até os dias atuais, pela dimensão da catástrofe e por ter gerado um conflito diplomático entre o Brasil e a Inglaterra nominado como "Questão Christie".[124] Importante salientar que, o conflito diplomático anglo-brasileiro se deu, primeiramente, devido ao naufrágio do "Prince of Wales, onde William Christie exigiu pedido de desculpas formais e ameaçou fechar a Baía de Guanabara com navios da marinha britânica, também outras dificuldades romperam as relações diplomáticas entre os dois países, as quais não são temas deste trabalho.

Outro naufrágio que ficou marcado na memória dos sujeitos e na história da praia do Cassino/RS foi referente à embarcação Rio Apa, que era procedente do Rio de Janeiro e prosseguia em direção ao seu destino final em Corumbá, município de Mato Grosso do Sul. O acidente ocorreu no dia 11 (onze) de julho do ano de 1887, a embarcação de cargas e passageiros foi mais uma vítima do "carpinteiro do mar", que tirou a vida de

[123]GRAHAM, Richard. ***Escravidão, Reforma e Imperialismo***. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.92.
[124]GRAHAM, Richard. ***Escravidão, Reforma e Imperialismo***. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.86.

aproximadamente 126 (cento e vinte e seis) pessoas, sendo considerada a maior tragédia de perda de vidas humanas na história da barra do Rio Grande/RS.[125]

No dia do acidente, o navio a vapor Rio Apa se aproximou da barra do Rio Grande/RS pela manhã, porém não conseguiu adentrar devido ao intenso nevoeiro que cobria a região e às 9h (nove horas) da noite, uma intensa tempestade de sudeste formou ondas de até 6m (seis metros) de altura, até a madrugada do dia seguinte, contribuindo em desfavor da entrada da embarcação na barra. Nesse momento, o comandante da embarcação esperava pelos sinais da torre de sinalização da praticagem (atalaia) e poucas horas depois o sinal foi perdido e a embarcação não foi mais avistada. No dia 16 de junho de 1887 muitos cadáveres começaram a aparecer ao longo da praia, fato que gerou extrema comoção por parte da população e das autoridades da época. Maior parte da tripulação era composta por militares residentes na cidade do Rio de Janeiro/RJ e após o acidente discussões sobre a insegurança das navegações perante as tempestades do litoral Sul foram iniciadas e geraram novos estudos meteorológicos, pois o intuito era de modificar esse cenário de catástrofes.[126] Ademais, no mesmo dia da tragédia com o vapor Rio Apa, no mínimo, outros 4 (quatro) naufrágios foram catalogados no litoral do extremo Sul do Brasil, quais sejam o naufrágio da escuna brasileira Évora, o patacho Dona Guilhermina, a barca norueguesa Telenak e o vapor inglês Cavour, fatos que dimensionam a força da tempestade que assolou o litoral. [127]

Em um passado não tão longínquo, o naufrágio do navio Altair se tornou o mais conhecido, pois ainda se encontra preso nas areias da praia, em uma distância de aproximadamente 12 km (doze quilômetros) ao Sul da avenida principal do balneário Cassino/RS. A embarcação começou sua trajetória no porto de "San Pedro" na Argentina e seu destino era a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. O acidente ocorreu no dia 09 (nove) de junho de 1976, quando a embarcação não resistiu às fortes tempestades, que sempre ocorriam durante as estações mais frias do ano. O navio Altair pertencia à empresa "Linhas Brasileiras de Navegação (Libra)" e transportava 21 tripulantes, os quais foram socorridos por

[125]PINHO, Pablo José Mateus do. ***Romualdo Gomes Magriço e o Naufrágio do Rio Apa. As margens do infortúnio nos mares do sul.*** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional em História, Campos e Linguagem da História. Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2017. p. 52.

[126]TORRES, Rodrigo de Oliveira. ***"... E a modernidade veio a bordo": Arqueologia histórica do espaço marítimo oitentista na cidade do Rio Grande/RS***. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas-UFPEL: Pelotas, 2010. p.66.

[127]PINHO, Pablo José Mateus do. ***Romualdo Gomes Magriço e o Naufrágio do Rio Apa. As margens do infortúnio nos mares do sul.*** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional em História, Campos e Linguagem da História. Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2017. p. 58.

pescadores que os trouxeram até a costa. A carga de trigo, um total de 3.040 (três mil e quarenta) toneladas, transportada pela embarcação sofreu danos e grande parte foi perdida.[128]

No período em que ocorreu o naufrágio, o navio Altair estava encalhado acerca de 2 (duas) milhas da costa litorânea, porém a ação das ondas e da maré, no decorrer dos anos, foi conduzindo o navio até a linha de praia, onde se integrou a paisagem. Desde a época em que encalhou, até os dias atuais, o navio Altair desperta a curiosidade de inúmeras pessoas, que se deslocam até o local para contemplá-lo. É considerado um dos pontos turísticos da praia do Cassino/RS e recebe visitantes de diversas localidades do Brasil e do mundo. Os registros fotográficos, a seguir, demonstram as condições em que o navio se encontrava na época do acidente:



Figura 40. Navio Altair e na praia destroços do acidente.
Fonte: Museu Histórico da Cidade do Rio Grande.



Figura 41. Navio Altair e no primeiro plano da imagem de um dos botes que serviram para o resgate da tripulação. Fonte: Museu Histórico da Cidade do Rio Grande.

[128]TORRES, Luiz Henrique. ***História e Historiografia do RS. Navio Altair.*** Disponível em: https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com/2019/11/navio-altair.html. Acesso em: 06 de Jul. de 2021. s/p.

Desde que foram registrados os naufrágios na praia do Cassino/RS, uma lenda "assombrava" os navegadores que chegavam à região. Muitas histórias eram contadas a respeito de navios piratas, pois haviam relatos de que os cadáveres dos naufrágios eram encontrados mutilados na beira-mar e os pertences pessoais dos tripulantes e dos passageiros, bem como as cargas das embarcações naufragadas desapareciam. Ainda, os mortos que apareciam na praia eram enterrados junto ao mar, dessa forma, a causa da morte não era comprovada por profissional legista e a extensa e inóspita costa litorânea impossibilitava a perfeita vigilância por parte das autoridades, motivos que confirmavam a lenda sobre os saques e os ataques dos piratas.

Devido aos inúmeros naufrágios registrados, os quais ocorriam em média uma vez por ano na praia do Cassino/RS, uma medida deveria ser tomada e a construção dos faróis foi uma das soluções encontradas para reduzir o número de naufrágios. O farol da Barra da Lagoa dos Patos foi o primeiro a ser construído na costa brasileira, no ano de 1820 e servia para guiar os navegadores que chegavam ao Porto do Rio Grande/RS. No entanto, uma forte tempestade o derrubou e foi substituído no ano de 1852, onde permanece até os dias atuais.[129]

Somente em 1902 que, perante a câmara, o deputado cujo nome era Boiteux apresentou o projeto para a construção do farol na localidade do Albardão e o Congresso Nacional autorizou a abertura de crédito para a obra. A região foi escolhida, pois a predominância do vento sul-sudeste (carpinteiro da costa) além de causar o naufrágio de embarcações de médio e grande porte, também causava o naufrágio dos barcos pesqueiros. Ao longo da costa litorânea, madeiras e destroços dessas pequenas embarcações eram encontrados corriqueiramente. Além dos problemas relacionados à navegação, notícias sobre assaltos, saques e assassinatos, por disputa de terras, discussões e outros motivos torpes, também eram relatados e causavam medo aos que enfrentavam os dias no Albardão. [130]

Conta-nos o periódico "A Federação: Orgam do Partido Republicano" sobre a expedição que foi realizada pela comissão encarregada para escolher o local em que foi construído o farol do Albardão:

> ALBARDÃO – Costa do mar. Uma extensão proveniente e alongada de terreno, como um espinhaço de cão. É assim chamada pela semelhança que tem com o albardão ou albarda das bestas muares. Com este nome corre a costa, desde a emboccadura do Rio Grande até o Chuy. Sua approximação é perigosa, por causa dos bancos de areia, sobretudo na curva que descreve para o oeste. Forma uma zona

[129]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 23.
[130]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***A federação: Orgam do Partido Republicano (RS).*** Ed.00186, 1902. s/p. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Albard%C3%A3o&pasta=ano%20190&pagfis=13209. Acesso em: 07 de jul. de 2021.

> coberta de dunas, quasi deshabitada, entre o Oceano e a lagôa Mirim (Moreira Pinto).
> Do Cassino a praia do Albardão atira-se para o sudoeste inteiramente nua e deserta; nas vinte e duas léguas que a comissão fez até o marco não se encontrou um unico habitante, uma só casa, uma arvore siquer; as poucas, raras estancias ficam sempre uma, duas, mais leguas, por dentro; é sempre a mesma praia batida, apresentando uma larga faixa que o mar cobre nos grandes temporaes, á qual se segue uma macega, a esta um campestre baixo e em seguida um vasto areal defendido em varios trechos da costa por uma linha de comoros claros. E nada mais: dos vários arroios atravessados, e são todos fracos, um único tem água na verão – o do Baeta, todos os mais seccam e então a praia só da água por meio de cacimbas, que uma só vez serviu-se a expedição. De uma coisa, porem a comissão encontrou vasta fartura, destroços de navios, restos de naufrágios; não faltando naquelles que deram a costa em condições de reconhecer-se a sua identidade; a Galera, Sarita, Julia, Zoe, Horacio, Tapuya, Hans, Dannebrog, e vários outros – rara é a milha que não esteja assignalada por um despojo de origem desconhecida ou ignorada. A quantidade de madeira projectada sobre a praia é de tal ordem que tem fornecido e ainda fornece o único combustível de que se serve quem quer que seja a trilhar a sua orla; a expedição nunca se serviu de outro, pois outro não havia. A natureza do sub-solo do Albardão, pelo menos nas primeiras camadas, é a mesma desde o Cassino: um vasto lençol d água, em qualquer trecho da praia com a maior presteza e facilidade encontra-se água, geralmente potavel a uns dois metros de profundidade.[131]

Pela descrição acima, fica evidente que, a principal característica da região do Albardão diz respeito ao seu ambiente inóspito e distante, fato que justificou a construção do farol nessa localidade. Importante feito para a segurança da navegação e da costa litorânea, e que também o tornou conhecido como o farol mais solitário da costa brasileira. A inauguração do farol do Albardão ocorreu no dia 3 de maio de 1909, uma torre metálica, de plano focal de 37 m (trinta e sete metros) acima do solo e 42 m (quarenta e dois metros) acima do nível do mar, com luz branca que disparava lampejos de 3 (três) em 3 (três) segundos. A latitude é 33 (trinta e três) graus, 12 (doze) minutos, 14 (catorze) segundos ao sul. A Longitude é 52 (cinquenta e dois) graus, 44 (quarenta e quatro) minutos, 25 (vinte e cinco) segundos a Oeste de Greenwich, onde seu alcance era de 18 (dezoito) milhas.[132]

A torre do farol do Albardão precisou passar por reformas, devido à corrosão causada pela maresia. A torre atual foi reconstruída no ano de 1948, com 44 m (quarenta e quatro metros) de altura, um imponente espigão de concreto substituiu a antiga torre e no ano de 1986 passou a ser operado com a assistência de um gerador a diesel. Cabe deixar exposto que, na região do farol do Albardão foi criada a Estação Ecológica do Taim, cujo codinome é

---

[131]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***A federação: Orgam do Partido Republicano (RS).*** Ed.00259, 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=Albard%c3%a3o&pagfis=25992. Acesso em: 09 de jul. de 2021.

[132]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***A federação: Orgam do Partido Republicano (RS).*** Ed.00259, 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Albard%C3%A3o&pasta=ano%20190&pagfis=21482. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

"pantanal gaúcho".[133] Ainda, a região é frequentada, até a atualidade, por pescadores, trilheiros, caminhantes e amantes da natureza, que fazem do farol um ponto turístico a ser contemplado pela sua beleza e pela complexidade da obra em meio à imensidão litorânea. O farol se destaca em meio à paisagem desértica da praia do Cassino/RS e virou um dos seus cartões-postais.

Concomitantemente a construção do farol do Albardão, outro importante farol foi construído na praia do Cassino/RS, se trata do farol Sarita, inaugurado no dia 12 (doze) de outubro de 1909, na região do Albardão. Montado em torre de ferro, a 29m (vinte e nove metros) acima do nível do mar, o plano focal de 26 m (vinte e seis metros) de altura, a luz branca disparava lampejos duplos de 5 (cinco) em 5 (cinco) segundos. A visibilidade de 13 (treze) milhas e as coordenadas geográficas correspondem à latitude 32 (trinta e dois) graus, 32 (trinta e dois) minutos, 01 (um) segundo ao sul e longitude de 52 (cinquenta e dois) graus, 29 (vinte e nove) minutos a oeste do meridiano de Greenwich. O nome foi dado em homenagem à embarcação italiana "Sarita", que naufragou nessa região. Tal qual a torre do farol Albardão, se tornou um marco que quebra a monótona paisagem da praia, sendo assediada pelos viajantes, turistas e aventureiros. Foi substituída por uma torre de alvenaria, no ano de 1952, com 11 m (onze metros) de altura a mais que a torre original.[134] Abaixo, um registro do farol Sarita, no ano de 1952, o qual mostra as duas torres, a atual e a antiga:

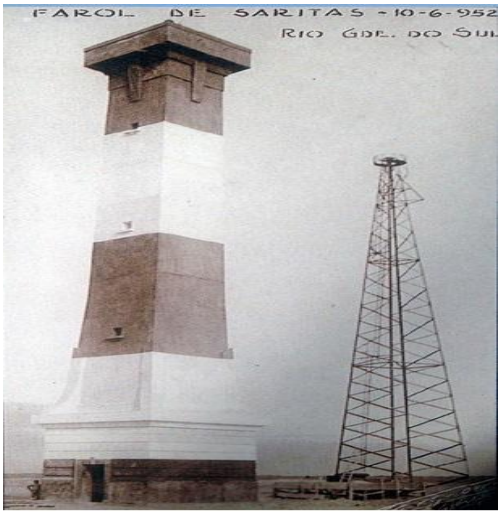


Figura 42. Torres do farol Sarita.
Fonte: "faróis da Solidão", Riocell, 1988. Disponível em: http://faroisbrasileiros.com.br/farois/old%20sarita4.html.

[133]BRASIL, Marinha do Brasil. ***Comando do 5º Distrito Naval. Serviço de Sinalização Náutica do Sul.*** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/ssn-5/node/48. Acesso em: 14 de jul. de 2021.
[134]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***A federação: Orgam do Partido Republicano (RS).*** Ed.00237, 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=Albard%c3%a3o&pagfis=22037. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

Outros faróis foram construídos ao longo da costa litorânea, para auxiliar a navegação e iluminar o cenário "sombrio" e escuro da orla da praia do cassino/RS. São eles, o farol Chuí, construído e inaugurado no ano de 1910, o farol Verga, construído no ano de 1964 e o farol Fronteira Aberta, inaugurado no ano de 1996. Registra-se que, o farol Fronteira Aberta, logo após sua inauguração foi abatido e derrubado pelos fortes ventos que castigam a região. Apesar das melhorias para a navegação, a construção dos faróis não foi suficiente para sanar os riscos de naufrágios e acidentes marítimos, atualmente ainda são registrados acidentes com embarcações, embora, na maior parte dos casos, estejam limitados aos barcos pesqueiros, os quais dependem das condições meteorológicas, alguns se arriscam ao naufrágio pela prática da pesca ilegal em águas raras contíguas a praia.[135]

Dentre náufragos, naufrágios e construção de faróis, a solidão a beira-mar da praia do Cassino/RS também guarda memórias da instalação inusitada de uma infraestrutura em meio às dunas, a qual afrontou a natureza, pois tinha o intuito era de permanecer consolidada mesmo perante o meio ambiente "selvagem" da costa litorânea do extremo Sul do Brasil, que em sua forma dinâmica, entre dunas e o oceano, açudes e riachos, com fortes ventos e tempestades, permaneceu imponente frente às ações antrópicas na região, tal qual aconteceu com o hotel *El Duar*.

O registro da posse do hotel *El Duar* ocorreu no dia 21 de março de 1952, época em que foi incentivada a venda de loteamentos em todo o balneário, por meio de especulação imobiliária, uma vez que a localidade não possuía consolidação fundiária. O proprietário era o Sr. Pedro Lorival Costa, também proprietário do loteamento *Stella Maris*. No entanto, a construção não serviu para o fim desejado, ou seja, como um lugar para atrair o público, um ponto de referência, na praia do Cassino, gerador de lucros. A movimentação das areias das dunas soterrou a construção e, atualmente, apenas as ruínas do hotel *El Duar* resistem abandonadas em meio a paisagem de dunas. Importante ressaltar que, o *El Duar* não foi um lugar frequentado pelos sujeitos, portanto não há registros, teses ou pesquisas sobre sua fundação e história, apenas lembranças aterradas na imensidão litorânea, que serve como ponto turístico para os atuais exploradores e aventureiros que perambulam sobre seus escombros. Abaixo, o registro fotográfico mostra o hotel soterrado pelas dunas:

[135]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 23.



Figura 43. Ruínas do Hotel El Duar em meio as dunas da Praia do Cassino.
Fonte: https://notasdepalomar.wordpress.com/2021/01/20/hotel-el-aduar-praia-do-cassino/.

Outro caso excepcional marcou a história da praia do Cassino/RS, trata-se do ocorrido no ano de 1966, quando o INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – (antigo CNAE – Comissão Nacional de Estudos Espaciais) foi encarregado para coordenar no Brasil a missão intitulada "Eclipse", da agência do Governo Federal dos Estados Unidos responsável pela pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e programas de exploração espacial, *NASA* – Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica - (*National Aeronautics and Space Administration*). A missão tinha como escopo o lançamento de foguetes que iriam efetuar medições da ionosfera[136] e da atmosfera[137] durante o eclipse total do sol. Por conseguinte, 14 (catorze) foguetes foram lançados, no dia 12 de novembro de 1966, para a conclusão dos estudos científicos e o campo escolhido para a realização da maior operação aeroespacial já registrada em solo brasileiro, foi à praia do Cassino/RS[138]. Conforme ilustra a imagem abaixo:

[136]Ionosfera é a parte superior da atmosfera terrestre, onde se realiza a ionização, onde exerce influência na propagação das ondas de rádio para lugares longe do planeta Terra. Ver em: Salby, M. L. (2012). Physics of the Atmosphere and Climate. Reino Unido: Cambridge University Press.
[137]Atmosfera é a camada gasosa que envolve o planeta Terra e é retida pela atração gravitacional. Ver em: SORRE, M. (2006). Object and metod of climatology. Revista do Departamento de Geografia, n. 18, p. 89-94.
[138]BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. ***Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE***. Disponível Em: http://www3.inpe.br/50anos/linha_tempo/66.html. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

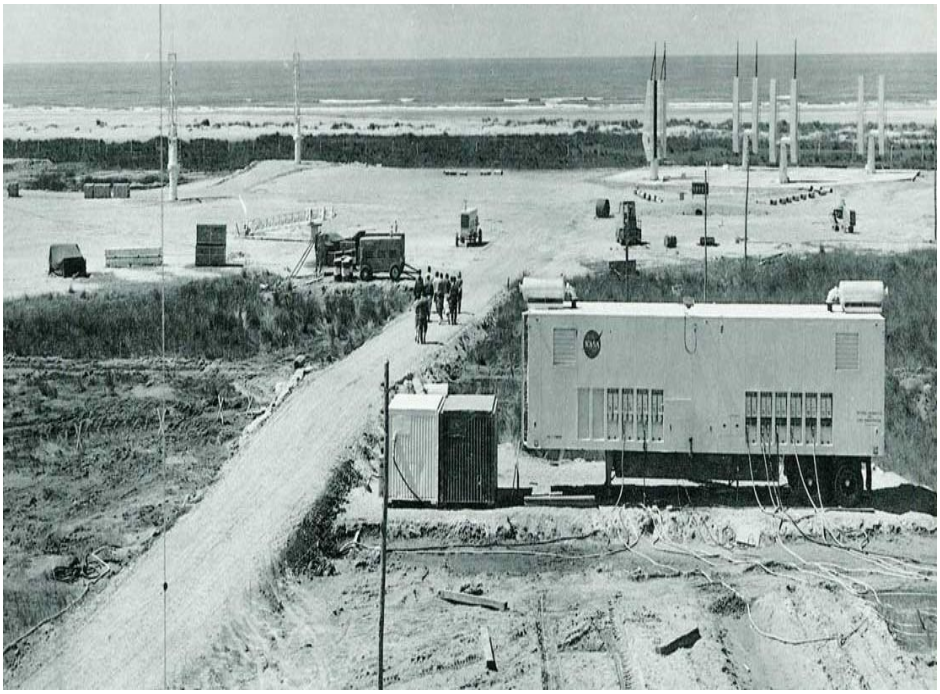


Figura 44. Campo de lançamento de foguetes na praia do Cassino.
Fonte: INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: http://www3.inpe.br/50anos/linha_tempo/66.html.

O projeto eclipse atraiu um grande público para a praia do Cassino/RS, entre técnicos, cientistas brasileiros e estrangeiros, a população local e de cidades vizinhas, que aguardou para registrar e presenciar o acontecimento extraordinário. O prefeito da cidade do Rio Grande/RS, na época, decretou feriado para que todos pudessem observar a missão da *NASA* durante o eclipse total solar, que também gerou grande expectativa e euforia entre os sujeitos que estavam presentes nesse dia inesquecível para os "cassineros". A observação e a experiência realizadas foram retratadas como uma proeza da ciência e da técnica dos brasileiros que compunham a equipe do projeto, que também contava com pesquisadores americanos, holandeses, uruguaios e de outras nações.[139] Abaixo, um registro fotográfico de 4 (quatro) lançadores de foguetes experimentais armados para os testes das rampas, na base do Cassino, um dia antes da missão de sondagem do eclipse solar ser concluída e, em seguida, uma imagem de um dos foguetes que foram lançados:

[139]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. Diário de Notícias. Ed. 00188, 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_04&pesq=PROJETO%20ECLIPSE&pasta=ano%20196&pagfis=42124. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

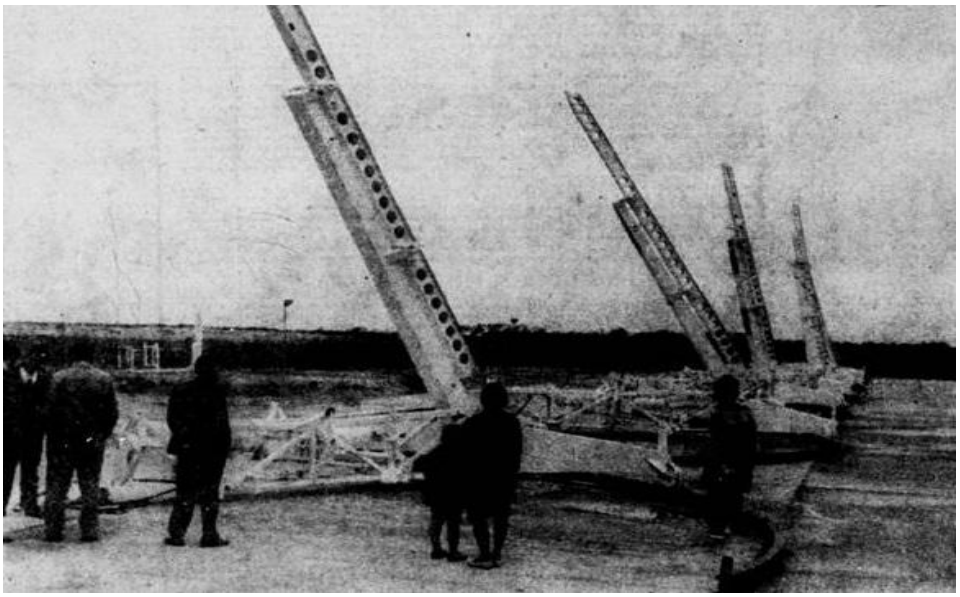


Figura 45. Rampas de lançamento de foguetes na base da praia do Cassino, 1966.
Fonte: Jornal Diário de Notícias. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_04&pesq=PROJETO%20ECLIPSE&pasta=ano%20196&pagfis=42325.

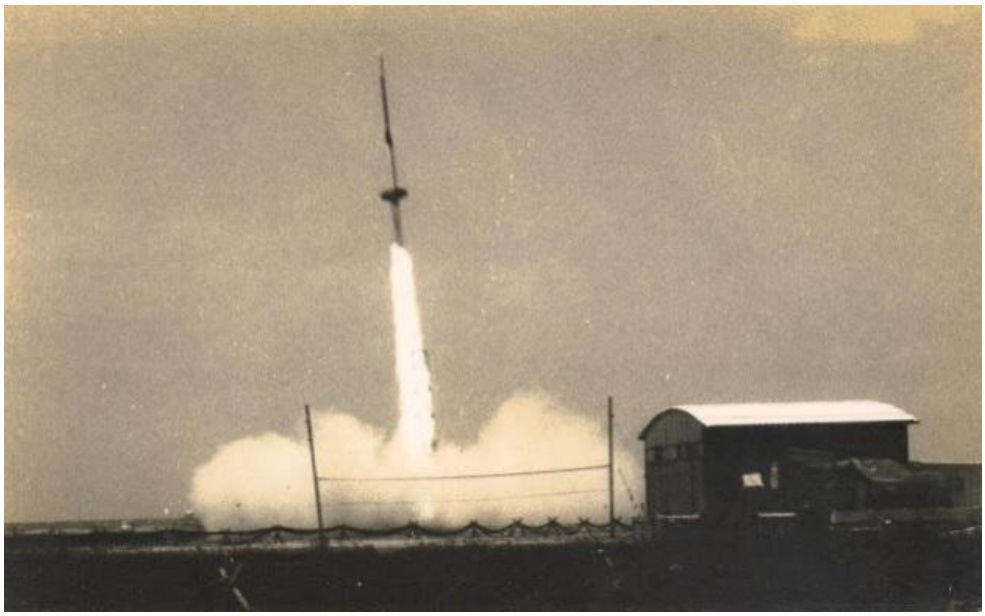


Figura 46. Foguete lançado da base da praia do Cassino.
Fonte: Acervo do museu histórico do Rio Grande.

A praia do Cassino/RS dentre tantos fatos, lendas e episódios marcantes, que se manifestam até os dias atuais, por meio de memórias e de registros históricos, revelou espaço para referências e cultos religiosos, que passaram a compor a cultura local. A visão sobre a praia e o mar, nesse contexto, abarca uma característica simbólica em que os sujeitos por meio de intervenções fazem oferendas e pedem assistência divina, seja para enfrentar os perigos do mar ou para alcançar seus desejos e aspirações. Invocar divindades à beira-mar se tornou um costume na praia do Cassino/RS, tanto para os adeptos dos cultos religiosos de origem

africana (umbanda, candomblé, batuque, entre outras vertentes), quanto para os devotos da concepção religiosa católica.

Tendo em vista o crescente número de centros religiosos na cidade do Rio Grande/RS, nas décadas de 60 e 70, foi organizada a primeira festa de Iemanjá e a Liga de Umbanda nominada como "Liga Espírita de Umbanda Rio-Grandina Mãe Iemanjá", pelo vereador João Paulo Araújo no ano de 1963. Dessa forma, os sujeitos assíduos dos cultos religiosos passaram a arrecadar fundos para comprar a escultura da divindade Iemanjá, a qual foi esculpida em cimento, na década de 70, pelo escultor rio-grandino Érico Gobbi. A escultura foi apanhada pelo valor de 35 (trinta e cinco) mil cruzeiros e após inúmeras especulações, sobre onde colocá-la foi definido que o local seria a praia do Cassino/RS. A escolha do local para alocar a estátua de Iemanjá contou com a intervenção do secretário de Turismo, Renato Albuquerque.

A inauguração ocorreu no dia 01 de fevereiro de 1976 e a Festa de Iemanjá passou a fazer parte do calendário de eventos da cidade do Rio Grande/RS, por meio da Lei de nº 5.291 de 07 de janeiro de 1999. A Festa de Iemanjá ocorre todos os anos, no dia 02 de fevereiro e concentra uma gama de centros religiosos, vindos em excursões de diversas localidades do Brasil, que se instalam em barracas em frente à estátua da Iemanjá e ao longo da costa litorânea, concentrando um público denso que acompanha, desde o início da avenida principal até a beira-mar, os desfiles, as homenagens e os cultos a divindade, que é considerada a "Rainha do mar", protetora e padroeira dos navegantes e amantes da praia. Adverte-se que, a estátua da Iemanjá recebe visitantes, entre devotos, leigos e curiosos, durante todo período do ano e se tornou, além de uma referência religiosa e histórica, um ponto turístico da praia do Cassino/RS.

Para os devotos da religião católica a "Rainha do Mar" ganha o nome de Nossa Senhora dos Navegantes, a homenagem a entidade também é realizada no dia 02 de fevereiro. Na praia do Cassino, a Festa da Nossa Senhora dos navegantes também é uma tradição que transpassou o tempo, ao chegar até o presente, onde a imagem esculturada da entidade parte em uma embarcação encostada no cais do Porto do Rio Grande/RS e segue em procissão marítima até os molhes da Barra, promovendo ampla movimentação de adeptos e fiéis, que acompanham o trajeto do culto soltando ao mar flores e oferendas.[140] Os registros fotográficos, abaixo, elucidam os fatos descritos:

[140]ALVES, Francisco das Neves. ***Caricatura, simbolismos e representações no Rio Grande do Sul: ensaios históricos.*** Coleção Pensar a história Sul rio Grandense. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012. p.46.



Figura 47. Festa de Iemanjá na praia do Cassino/RS.
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em: https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+68207,,festas-religiosas-contam-com-o-apoio-da-prefeitura.html#.YPhIr-hKjIV.



Figura 48. Culto a beira-mar em homenagem a Iemanjá na praia do Cassino/RS.
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em: https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+68207,,festas-religiosas-contam-com-o-apoio-da-prefeitura.html#.YPhIr-hKjIV



Figura 49. Procissão da Nossa Senhora dos Navegantes em direção aos Molhes da Barra.
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Disponível em: https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+68207,,festas-religiosas-contam-com-o-apoio-da-prefeitura.html#.YPhIr-hKjIV.

Além do mais, faz-se *mister* lembrar o verão do ano de 1987 e 1988, pois mais um episódio marcou a história da praia do Cassino/RS. Trata-se do conhecido "verão da lata", fato desacreditado por muitos sujeitos, mas que não diz respeito a uma lenda ou fábula urbana e sim faz parte do folclore dos anos 80. Contam-nos os registros de jornais, documentários e revistas que o fato ocorreu quando a carga suspeita chegou ao Brasil em 13 de setembro de 1987, a bordo da embarcação "*Solana Star*", de bandeira Panamenha, que vinha da Austrália com destino a Miami, nos Estados Unidos e que aportou na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para realizar reparos mecânicos. No entanto, os sete tripulantes da "*Solana Star*" não sabiam que a Agência Americana Anti-Drogas – *DEA* (*Drug Enforcement Administration*) vinha monitorando a embarcação e alertou as autoridades brasileiras sobre a parada nas águas costeiras do Brasil. Os tripulantes, por fim, perceberam que a embarcação seria abordada por fragatas da Marinha brasileira e pelo medo e receio da possível prisão, lançaram a carga, que tinha cerca de 22 (vinte e duas) toneladas de maconha (*Cannabis Sativa)*, ao mar e as 15 mil latas recheadas com aproximadamente 1,5 Kg (um quilo e meio) de maconha (*Cannabis Sativa*) começaram a se alastrar pela costa litorânea brasileira.

Para os tripulantes da embarcação o golpe e a fuga do flagrante foram considerados um feito esplêndido, onde apenas um dos tripulantes foi preso, o cozinheiro cujo o nome era Stephen Skelton, passou um ano preso no Brasil e depois foi extraditado. Mas a tripulação não contava com um detalhe, as latas ao invés de afundar, boiaram e começaram a aparecer junto à beira-mar, desde o litoral sudeste do Brasil até chegar à praia do Cassino/RS, no extremo Sul do Rio Grande do Sul. Muitas latas foram encontradas, principalmente, pelos pescadores e aqueles que sabiam sobre o ocorrido, que se arriscavam em busca das latas, ora pela curiosidade, ora para experimentar a mercadoria. A polícia conseguiu recuperar, aproximadamente, 2.500 (duas mil e quinhentas) latas, o restante ficou a deriva no oceano e também sob a posse de muitos frequentadores da praia, que ao fazerem uso do produto constavam a excelente qualidade da erva, o qual ficou conhecida como o "veneno da lata".

As imagens abaixo retratam alguns episódios do "verão da lata", ainda há sujeitos que guardam lembranças desse verão e contam o caso que se dissemina por gerações. O jornal o Pioneiro, do ano de 1987, publicou um caso ocorrido na praia do Cassino/RS, em que um pescador, cujo nome era José dos Santos, de 50 anos de idade, achou uma das latas a beira-mar e no primeiro momento achou que era erva-mate e chegou a esquentar a água para fazer o chimarrão. O pescador sentiu um cheiro muito forte e desconfiado resolveu dar o conteúdo da

lata para as galinhas que criava no fundo de seu quintal. Somente após alguns dias obteve notícias sobre o caso.[141]



Figura 50. Embarcação "Solana Star" carregada com de 22 toneladas de maconha.
Fonte: History Brasil. Disponível em: https://history.uol.com.br/hoje-na-historia/acontece-o-famoso-episodio-do-verao-da-lata.



Figura 51. O cozinheiro Stephen Skelton sendo entrevistado, logo após ser detido.
Fonte: History Brasil. https://history.uol.com.br/videos/verao-da-lata-caso-de-policia.



Figura 52. As latas e o produto encontrado.
Fonte: History Brasil. Disponível em: https://history.uol.com.br/noticias/verao-da-lata-origem-navio-jogou-toneladas-de-maconha-no-litoral-brasileiro-ha-33-anos

[141]BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. ***O Pioneiro***. Ed.00029, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885959&Pesq=maconha%20da%20lata&pagfis=108767. Acesso em: 25 de jul de 2021.

O “verão da Lata” que além de impressionar os sujeitos por ser um fato único e inusitado ocorreu em meio a uma transformação política e cultural. Nessa época, o Brasil atravessava um período de ditadura e se encaminhava para o modelo democrático de governo. Dessa forma, discussões entorno do consumo dos entorpecentes foram promovidas, porém, o assunto ficou na esfera da segurança pública e não como uma pauta de comportamento e cultura. O “verão da lata” invadiu o folclore brasileiro através de músicas, camisetas, livros e documentários criados em homenagem ao episódio, que deixou de ser um somente um caso de polícia e permanece manifesto no imaginário popular.

Por fim, relatar-se-á um caso marcante, obscuro e violento, que ocorreu entre os anos de 1998 e 1999, que mudou a visão dos sujeitos sobre praia, pois nessa época o local era considerado um lugar de lazer e descanso, ideal para a prática de esportes, para o desfrute em meio à natureza, para a apreciação da paisagem e que estimulava o convívio social. A tranquilidade e a sadia qualidade de vida se faziam presentes no cotidiano dos sujeitos frequentadores da praia, que na ocasião tiveram de enfrentar nova rotina, novas concepções e discussões sobre a segurança pública no local foram promovidas por meio de apelos movidos pelo medo e terror que se instalou na praia do Cassino/RS.

O fato ocorreu entre os meses de dezembro de 1998 e março de 1999, quando um *Serial Killer* saiu do imaginário popular e passou a fazer parte da história da praia do Cassino/RS, pois acreditava-se que esse tipo de sujeito só existia em programas televisivos de suspense e de terror. Um fato que abalou não apenas os moradores do Balneário Cassino, mas que comoveu todo o Brasil.

O pescador Paulo Sérgio Guimarães da Silva, com 29 (vinte e nove) anos, na época, antigo morador da Barra do Rio Grande/RS surpreendeu, negativamente, os sujeitos frequentadores da praia do Cassino/RS, que costumavam observar sua rotina na praia, em que praticava esportes, como a corrida a beira-mar, participava de conversas com pescadores locais e frequentava *trailers* comerciais da orla do Cassino. Aparentemente um sujeito conhecido na praia, sob o codinome de “Titica”, que seguia o cotidiano e os costumes dos moradores locais. Não era possível imaginar que se estaria diante de um dos maiores assassinos em série do Brasil. Após os crimes que cometeu se tornou “o maníaco da praia do Cassino”.

Dentre os primeiros 80 km (oitenta quilômetros) de extensão de praia, que inicia a partir dos molhes da Barra, apenas um pequeno trecho possui iluminação, o qual fica próximo a estátua da Iemanjá, o local obscuro e sem iluminação serviu de palco para os assassinatos. No dia 12 de dezembro de 1998, os moradores do Cassino/RS presenciaram a macabra cena,

em que dois corpos foram encontrados com marcas de tiros, ao lado de um carro na beira-mar. Tratava-se das primeiras vítimas do assassino em série, as quais eram o casal de namorados Felipe Santos, 19 (dezenove) anos de idade e Barbara da Silva, 22 (vinte e dois) anos de idade. Os casais eram o alvo preferido do "maníaco da praia do Cassino", que além de retirar a vida do jovem casal de namorados, interrompeu brutalmente a vida de mais 5 (cinco) pessoas. Apenas Brenda Graebin, com 14 (catorze) anos na época, sobreviveu ao ataque do *Serial Killer*, pois se fingiu de morta após levar um tiro na nuca, porém a violência e a brutalidade do ataque deixaram a vítima tetraplégica.

Segundo o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1999, após ser detido e réu confesso dos assassinatos, Paulo Sergio Guimarães da Silva relatou, com detalhes sórdidos, a maneira como havia assassinado suas vítimas, não esboçou remorso ou culpa, bem como narrou que aguardava a polícia chegar ao local dos crimes para saber a repercussão perante a comunidade local. O promotor de justiça, Márcio Schlee Gomes apontou que o "Titica" é um homicida nato e "frio" de alta periculosidade e deve permanecer preso, em local de segurança máxima, distante da cidade do Rio Grande/RS, para evitar pânico na localidade, sua condenação foi de 180 (cento e oitenta) anos de prisão sob o regime fechado.[142] Abaixo, o registro fotográfico de uma das cenas dos crimes cometidos pelo "Titica" na praia do Cassino:



Figura 53. Cena do primeiro crime cometido pelo *Serial Killer* da praia do Cassino.
Fonte: https://history.uol.com.br/videos/verao-da-lata-caso-de-policia.

A praia do Cassino/RS é um ambiente de encontro entre o oceano, as areias e dunas que se prolongam desde os molhes da Barra até o Chuí, na fronteira do Brasil com Uruguai, equivalente a 220 km (duzentos e vinte quilômetros) de extensão, que abriga uma elevada biodiversidade, composta por centenas de espécies animais e plantas, para além de

[142]BRASIL, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. ***Matador segue recolhido a PASC***. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/noticias/criminal/12042/. Acesso em: 26 de jul de 2021. s/p.

importância ecológica, também abriga contos, mitos e fatos marcantes que formaram a cultura, o folclore e os costumes locais. As memórias por meio dos registros históricos rompem as barreiras entre o passado e o presente constituindo a singularidade do modo de vida dos sujeitos que vivem nessa imensidão litorânea. Dentre os mitos contados, muitos ficam a cargo dos pescadores que passam dias em contato com o ambiente praial, muitas lendas místicas são passadas de geração em geração e englobam o aparecimento de "espíritos" e animais marinhos monstruosos. Para realçar a conexão entre a história passada e o presente, conta-nos o entrevistado " B" uma de suas vivências:

> Muita coisa aconteceu nessa praia, muita gente não acredita, mas eu vi. É o tal de "roda branca". Fomos fazer uma pescaria na Barra, em 1980. Deu um ressacão, não conseguimos sair da praia, ficamos 4 dias na praia, a base de biscoito e "canha" é claro. O mar era muito alto, a maré muito alta. Veio um caminhão pela beira da praia, nos ouvimos o ronco do caminhão. Estavamos nós 3 dentro do fusca, de pneu furado. Saímos de dentro do fusca e pedimos uma carona, realmente nos deram uma carona, só que o caminhão rodou a noite toda. O cara que pegou a carona desembarcou no outro dia, no mesmo lugar onde ele embarcou no caminhão. Nisso, o "roda branca" saiu do caminhão pela beira da praia e desapareceu. Ele veio proteger alguma coisa, não estava ali em vão, são recordações que eu passo de geração em geração, na praia existe o misticismo e muito grande.

Portanto, é perceptível que pelos acontecimentos, fatos, mitos e lendas contadas, a praia do Cassino/RS abarca características singulares que marcaram gerações constituindo os sujeitos locais e que remetem a lembranças e sentimentos que se expandem além do tempo e do espaço. Nesse sentido, torna-se importante traçar uma análise acerca da constituição dos sujeitos no ambiente praial, a visão de mundo constuída através dos processos históricos e do movimento dos sujeitos nesse local ao redor do mundo e, especificamente, no local objeto de estudo desse trabalho.

CAPÍTULO III - A constituição dos sujeitos no ambiente praial e a conjuntura das novas demandas ambientais do século XXI.

Pelo exposto nesse trabalho nos capítulos anteriores tornou-se necessário aprofundar o estudo a respeito da constituição dos sujeitos no ambiente praial, principalmente, na Praia do Cassino/RS. A máxima foi analisar como os sujeitos entraram em contato como esse ambiente em épocas passadas, principalmente, considerou-se a inserção dos sujeitos no ambiente praial de acordo com fatos históricos ocidentais. Verificou-se quais foram as primeiras impressões, concepções e quais os tipos de relações, comportamentos e cultura foram desenvolvidos ao longo dos séculos. Ainda, sobre a constituição dos sujeitos, foram utilizados os principais elementos das obras de Lev Vygotsky, que versam sobre o tema, prioritariamente, os aspectos da teoria Vygotskiana que apontam o sujeito constituído e constituinte nas e pelas relações sociais, ou seja, o sujeito como uma unidade múltipla, que se realiza na relação Eu - Outro, sendo constituído e constituinte do processo histórico sócio-cultural, onde a subjetividade é a interface desse processo. Ademais, as obras de Karl Marx, Friedrich Engels e Antoni Gramsci serviram de aporte para colaborar com a análise crítica a cerca das relações sociais, econômicas, culturais, políticas e educacionais que desenvolveram/desenvolvem a visão de mundo e a constituição dos sujeitos no "universo" praial.

3.1 O encontro dos sujeitos com o ambiente praial.

Para compreender a significância do ambiente praial e qual a conexão existente entre os sujeitos e a relações sociais, econômicas, culturais, políticas e educacionais que envolvem essa "atmosfera", na contemporaneidade, é preciso recorrer ao processo histórico da humanidade nesse ambiente, para que seja possível interpretar como surgiram os vínculos e quais foram as diferentes visões que serviram de modelo para consolidar a relação dos sujeitos com a praia, bem como saber as implicações e modificações das formas de uso do meio ambiente que corroboram com a constituição dos sujeitos e firmam o modo de vida e a cultura no litoral.

Para tanto, partimos da leitura e da interpretação da obra de Alain Corbin, autor francês utilizado como referência no debate sobre a construção da relação entre os sujeitos e as praias. Em seu livro "Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental" apresenta uma análise por meio de poesias, pinturas, romances, relatos de viagens, diários, obras religiosas e

tratados de medicina, para expor sua teoria sobre a invenção da praia no ocidente. Dessa forma, aponta que, a menção mais antiga sobre o ambiente praial está evidenciada pelo cristianismo, especificamente, nos livros de Jó e do Gênese, que atribuem um caráter diluviano ao mar. Assim expõe que, a interpretação bíblica sobre o mar era de um local infinitamente estranho, perigoso e ameaçador, em que os sujeitos deveriam se manter afastados. Segundo as palavras do autor:

> Não existe mar no jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à imagem fechada de paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina; Santo Agostinho, Santo Ambrósio e São Basílio compraziam-se em repeli-lo. [143]

Nesse sentido, a influência da doutrina cristã abominou o mar e suas praias, pois, considerou-os espaços contrários ao paraíso. O medo dos sujeitos em desobedecer ou criticar tal doutrina incentivou essa visão temerosa sobre o ambiente praial, por meio de manifestações históricas, por longos anos (até os séculos XVI, XVII e XVIII). Através das artes e das ciências mais remotas, o mar foi retratado como um abismo marinho e o imaginário dos sujeitos ressaltava a existência de criaturas misteriosas e cabulosas que se escondiam nas águas litorâneas para levar castigo aos sujeitos que oussavam enfrentar os mares e as praias. Poetas, historiadores e religiosos enunciavam os gigantescos monstros que nesse ambiente faziam morada, *v.g* as serpentes marinhas e o leviatã, o monstro do mar. E os banhos de mar eram considerados uma atração imoral e oportuna dos sujeitos sem educação das classes menos abastadas que habitavam o litoral. [144]

Essa visão sobre as praias e oceanos, oriunda da doutrina cristã, ganhou força, ainda tardiamente, por meio de argumentos de alguns autores "catastrofistas", como Alexander Catcott, que no ano de 1768, em sua obra "tratado sobre o dilúvio" apresentou como base de sua argumentação o texto bíblico e novos relatos diluvianos coletados entre os povos da Antiguidade, como os persas, babilônios, assírios, egípcios, entre outros. Na visão do autor, as águas e areias litorâneas não poderiam ser explicadas sem fazer menção ao dilúvio descrito no texto cristão sagrado.[145]

Richard Kirwan, eminente estudioso irlandês que atuou nas campos na geologia, da química e da metereologia, no início do século XVIII, após a Revolução Francesa atribuiu que

---

[143]CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.12.
[144]RAMOS, Daniel da Rocha. ***A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do Espírito Santo.*** Dissertação Mestrado em Arquitetura do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. p.35.
[145]CATCOTT, Alexander. ***A Treatise on the deluge***. 2d ed. London: Printed for the author, by E. Allen, 1768. p.19 e ss.

o ar que infectava a terra era resultado do dilúvio e argumentou que o mal cheiro era originário das matérias em decomposição que se espalharam por causa da retração das águas, quando a superfície da terra esteve coberta pelas carnes mortas e putrefadas dos animais que haviam se afogado durante o dilúvio. Conforme o autor, a exalação desse ar fétido seria o gerador de enfermidades aos seres humanos e concluiu que os sujeitos deveriam morar nas montanhas, por longos anos, reafirmando a visão repulsiva sobre o ambiente litorâneo e praial sobrevinda da doutrina cristã.[146]

Os poetas, os pintores e os artistas eram estimulados por meio da imaginação, das sagas e das histórias dos marinheiros portugueses e espanhóis do século XVI, que colaboravam com a visão temerosa e catastrófica sobre o mar, pelos perigos enfrentados durante suas expedições e pelo enfrentamento de tempestades, em que acreditavam que só se apaziguavam por meio de intervenção divina. As obras literárias e as pinturas representavam o mar como um local condenado e habitado por criaturas ameaçadoras.[147]

Nesse período, o mar e as praias, por abarcarem as marcas do dilúvio e as grandes tempestades enfrentadas pelos navegadores evocavam lembranças perigosas aos sujeitos. Às águas oceânicas atribuía-se um caráter demoníaco associado a loucura, pois o comportamento instável do mar, que passava com relativa rapidez da calma à agitação, tornou-se o emblema do purgatório para os cristãos. Considerado um lugar sem pontos de referência, sem início e sem fim, um elemento indomável símbolo da desordem e do caos. O desejo, o prazer e as emoções dos sujeitos, ao adentrar o litoral, foram bloqueados e repulsivos frente ao discurso católico.[148]

A doutrina cristã e a influência dos relatos e constatações sobre o dilúvio bíblico serviram de argumento para inúmeras teorias e conclusões científicas. Estudiosos, autores, artistas e poetas consolidaram tal conceito e percepção sobre o ambiente praial. Ainda, foi um marco para constituir a visão dos sujeitos, o modo de vida e a cultura de inúmeras gerações que, por firmar essa visão, afastaram-se das praias. A visão sombria constituída sobre o mar induzia ao medo pela ocorrência de um novo dilúvio e se transformou no senso comum de uma época.

---

[146]KIRWAN, Richard**.** ***Metaphysical Essays: Containing the Principles and Fundamental Objects of that science*****.** Vol. I. London, 1809. p. 63.

[147]CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 17.

[148] CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.29.

Essa primeira concepção sobre o mar e as praias foi resultante das correntes e teorias de perfil naturalista e conservador, que apoiadas nas ciências positivistas e metafísicas abrangeram um perfil dogmático, simplista e mecânico sobre as praias e os oceanos. Dessa forma, a reflexão e a crítica não se manifestaram através do reconhecimento do processo histórico da civilização, mas por meio de elementos fragmentados e isolados como expressões do senso comum e perderam com isso o sentido de totalidade da realidade sobre o ambiente praial. Conforme ENGELS, as ciências metafísicas e positivistas afirmam que "as coisas e as imagens no pensamento e os conceitos são objetos isolados de investigação, objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada qual de per si, como algo determinado e perene".[149] As especulações metafísicas preocupadas com sua própria existência não pensam sobre sua gênese e decrepitude, "concentrada em suas condições estáticas, não percebe sua dinâmica; obcecada pelas árvores não consegue ver o bosque".[150]

Para o pensamento metafísico e positivista existe apenas o sim ou o não e ao tomar distância desse entendimento enfrenta apenas uma fonte de confusão e transtornos, isto é, uma coisa existe ou não existe. Dessa forma, "ambas se excluem de modo absoluto, positiva ou negativamente, causa e efeitos se revestem na forma de uma antítese rígida" e quando tais afirmações são apresentadas para a sociedade, parecem ser aceitáveis, pois a metafísica se transformou no método do senso comum, ou seja, pensamentos genéricos acríticos de uma época em determinado ambiente popular.[151]

Em GRAMSCI encontramos a crítica ao senso comum. Para o autor, o senso comum não constitui uma ordem intelectual, na medida em que é imposto autoritariamente, onde os seus principais elementos são providos pelas religiões e teorias que passam a influir sobre o senso comum através de suas noções antropocêntricas, acríticas, materialistas e supersticiosas, que afastam a dialética histórica, por meio da sua lógica formal, dogmática e insaturável de certezas peremptórias.[152]

Denota-se que, nas características acima descritas se enquadra a primeira concepção e visão de mundo sobre o ambiente praial e a costa litorânea, uma vez que, os sujeitos mantiveram uma relação estrita com a natureza, devido aos dogmas e teorias impostas mecanicamente. Nesse período, os sujeitos não faziam a análise das relações econômicas,

[149]ENGELS, Friedrich. ***Anti Duhring***. Ed. Eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Fonte e-book digital disponível em:www.jahr.org. Acesso em: 07 de set. 2018. p. 38.
[150]ENGELS, Friedrich**.** ***Anti Duhring***. Ed. Eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Fonte e-book digital disponível em:www.jahr.org. Acesso em: 07 de set. 2018. p.
[151]ENGELS, Friedrich. ***Anti Duhring***. Ed. Eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Fonte e-book digital disponível em:www.jahr.org. Acesso em: 07 de set. 2018. p.39.
[152]GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do cárcere***. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – Vol.1. 7º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.114 à 143.

políticas, sociais e culturais entre sociedade e natureza e as relações entre os sujeitos. A visão construída sobre o mar e as praias era reducionista da realidade. Os autores dos séculos XVI e XVII, no qual as obras serviram de fontes e referências para inúmeras gerações, pareciam insensíveis as emoções despertadas a beira-mar, ao ignorar o espetáculo natural das ondas e das praias e também da calmaria das águas. Suas percepções sobre o ambiente praial estavam impregnadas de medo e horror. Não faltam episódios na literatura clássica e também na mitologia que reforçam a visão negativa sobre a costa litorânea.

Para a civilização Grega antiga, o imaginário a respeito do mar sempre se mostrou presente, a falta de conhecimento sobre esse ambiente oferecia material de sobra para representações assombrosas a respeito do mar. Os deuses mitológicos, como *Poseidon,* o deus do mar, era considerado instável, violento e vingativo, vivia nas profundezas do oceano provocando tempestades e maremotos como castigo aos homens. Na literatura grega, tal qual é representado no período clássico, a concepção sobre o litoral como um palco privilegiado de violência, dor e perdas formou a visão dos sujeitos. E conforme Alain Corbin, os turistas e viajantes neoclássicos, no final do século XVII, sonhavam em visitar a costa litorânea com intuito de se depararem com as criaturas monstruosas habitantes das praias e dos oceanos.[153]

A visão negativa sobre o mar e o ambiente praial também se fez presente na era moderna, sob o viés das lembranças das catástrofes ocorridas durante a Idade Média, que se estenderam através dos séculos. No final do século XVII e início do século XVIII o medo do oceano era integrado às conversas dos sujeitos, pois os infortúnios estavam relacionados ao mar, como: o itinerário marítimo da peste negra, os naufrágios, as contravenções dos piratas e saqueadores dos naufrágios, os contrabandistas e os bandidos da praia.[154]

A consolidação do ambiente praial como um local de fúria causador de tragédias, medos e traumas repercutiu por meio de relatos de viajantes, pescadores, marinheiros, desbravadores do litoral e de doutrinas e teorias acríticas, que criavam contos e mitos mirabolantes que englobavam gigantescos e estranhos seres marinhos que engoliam embarcações inteiras e de peixes gigantes que atacavam pequenos barcos próximos a costa litorânea, onde inúmeras famílias choravam a perda de seus entes. Ainda, na época do surgimento da navegação a vapor, no ano de 1824, a fumaça do carvão agrava a concepção negativa sobre o mar, pois os enjôos da tripulação e dos viajantes eram referidos de forma exagerada, onde o sinônimo das viagens eram de tortura e de sofrimento humano.

---

[153]CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.21.

[154] CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 24.

Por outro lado, esse ambiente de caráter indomável e maléfico foi capaz de atrair alguns sujeitos curiosos, que descortinaram a cegueira insensível precedida pelo senso comum em relação ao ambiente praial. Nesse sentido, um grupo de poetas franceses, nos meados do século XVI e inicio do século XVII, apoiaram-se em novos estudos científicos que surgiram na área da oceanografia, na Inglaterra, e arriscaram desmistificar a visão negativa, até então preponderante, sobre as praias e o mar. Os chamados poetas barrocos manifestaram a alegria e a satisfação que a presença a beira-mar despertava. Surgiu, nesse período, a modalidade de desfrutar a paisagem. Conforme a ode do poeta Francês barroco Tristan L`hermite, *Le mar*, publicada no final do ano de 1627, a qual veremos um trecho abaixo:

> Nul plaisir ne me peut toucher
> Fors celui de m`aller coucher
> Sur de gazon d`une falaise,
> Oùn mon deuil se laissant charmer
> Me laisse rêver à mon aise
> Sur la majesté de la mer (...)* [155]

Na Europa (frança e inglaterra), as praias começaram a receber um esparso conjunto de sujeitos que integraram essa nova percepção sobre a praia. Tratava-se das classes dominantes e dos sujeitos de vasta exigência moral, que passaram a frequentar as praias com intuito de meditar e relaxar, ou seja, um novo plano de vida de um seleto grupo que buscou junto a natureza momentos de melancolia (sentimento que estava na moda na época) e reflexão, onde o prazer desconhecido em usufruir as paisagens praiais começou a ser propagado. Aponta-se que, esse movimento passou a ganhar maior intensidade na aurora do século XVIII.

Tal fato ocorreu, também, devido as novas ansiedades e patologias que se difundiram entre as classes dominantes, pois eram sujeitos que enfrentavam muitas horas de ócio e assim eram abatidos por uma série de transtornos emocionais como o frenesi, a hipocondria, a melancolia, a ninfomania, entre outros. Com intuito de sanar tais problemáticas, os discursos dos médicos e higienistas passaram a exprimir as virtudes das águas frias do mar, do contato com as ondas e as paisagens da costa litorânea. Os banhos de mar passaram a ganharam destaque e se tornaram a nova moda das classes dominantes. No entanto, essa visão terapêutica e codificada limitava o desfrute dos banhos, pois as prescrições médicas definiam

[155] * "Nenhum prazer pode me tocar, exceto o de me deitar sobre a relva de uma falésia, e abandonando ali meu pesar, deixar-me sonhar à vontade sobre a majestade do mar (...)". L`HERMITE, Tristan. Le Mar: Para Monsieur, irmão de Roy, Paris, Nicollas Caillemont, mdcxvii.i. p.18.

a estação, a hora, o local e a duração dos banhos, tal forma de uso desse ambiente permaneceu até meados do século XVIII.[156]

O avanço das ciências do mar e a difusão das teorias críticas propagaram-se a partir do século XVIII e um misto entre o medo e o fascínio pelas praias começou a tomar conta dos sujeitos, pois a teoria do dilúvio perdeu força perante aos dados e acertos científicos. A inconstância do espetáculo das águas da costa litorânea, nas praias européias, passaram a perfilhar outra percepção, ou seja, foi atribuído-lhe um caráter contemplativo. A curiosidade dos turistas, viajantes e estudiosos inspirou os sujeitos a obter uma nova visão sobre a praia.[157]

A modernidade e o modo capitalista de produção impostos pela Revolução Burguesa e pela Revolução industrial revolucionaram o modo de vida social, devido às inovações tecnológicas e científicas que impulsionaram a construção de cidades, estradas de ferro, indústrias e expansão do comércio. Dessa forma, também consolidaram a nova relação dos sujeitos com o mar, pois, as intempéries, riscos e patologias decorrentes desse modelo levaram os sujeitos a testar novos cuidados com a saúde física e mental. Os banhos frios no mar salgado, antes condenados, se tornaram sinônimos de cura, de terapia, remédio do qual se esperava o alívio das angústias e patologias, principalmente, para os burgueses europeus. Nesse momento, enquanto as classes dominantes procuravam a cura e terapia nas praias, os sujeitos menos abastados vislumbravam a praia de uma maneira diferente, isto é, não se direcionavam as praias em busca de energia e não procuravam combater e enfrentar o mar, apenas "brincavam" na transparência das águas refrescantes.[158]

Esse modelo inédito de comportamento a beira-mar passou por inúmeras transformações no decorrer dos séculos.[159] Ressalta-se aqui, a importância da evolução das teorias críticas e do avanço das ciências como forma de mudar a visão dos sujeitos sobre o ambiente praial, pois foi preciso superar os mecanismos de dominação e controle das correntes reducionistas e metafísicas que evitavam as praias e as consideravam sinônimo de um ambiente vago e vasto, inspirador do horror.

Conforme GRAMSCI, as teorias que não adotam a consciência crítica e coerente dentro de um processo histórico trata de formar, simultaneamente, uma multiplicidade de

---

[156] CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.90 e ss.
[157]CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 69.
[158]MACHADO, Helena Cristina F. ***A construção social da praia. Sociedade e Cultura1***. Cadernos do Noroeste, Série Sociologia. Volume 13 (1), 201-218, 2000. p.201.
[159]MACHADO, Helena Cristina F. ***A construção social da praia. Sociedade e Cultura1***. Cadernos do Noroeste, Série Sociologia. Volume 13 (1), 201-218, 2000. p. 204.

sujeitos conformados, em que a própria personalidade é composta de elementos e preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas, onde se encontram elementos dos homens das cavernas e igualmente dos princípios da ciência mais moderna e progressista, fato que deixou como "herança" uma gama de traços acolhidos sem análise crítica .[160]

A importância em questionar e desenvolver a atividade intelectual para compreender a realidade em que se está inserido é tarefa de todo e qualquer sujeito, pois é através da própria visão de mundo que iremos pertencer a determinados grupos sociais e formar o modo pensar e de agir. Quando simplesmente conformados com determinadas teorias "impostas" mecanicamente pelo ambiente exterior, não se utilizando da consciência crítica, apenas participamos de maneira desagregada, ocasional e automática nas relações sociais e no ambiente que nos circunda.[161] Ao incorporar as novas teorias por meio da consciência crítica foi possível libertar os sujeitos das estratificações consolidadas sobre o mar e suas praias em épocas remotas.

Aponta-se que, não é possível situar, com precisão, quando o desejo de frequentar as praias, sentir o prazer dos banhos nas águas do mar, apreciar as paisagens litorâneas e os passeios nas areias passaram a fazer parte do cotidiano dos sujeitos, ou seja, a desmistificação do ambiente praial como algo repulsivo e temeroso. Esse movimento não ocorreu de forma linear e a visão sobre esse ambiente sempre despertou diferentes opiniões. No entanto, um episódio marcante ocorrido no final do século XVII e no decorrer do século XVIII pesou fortemente para a socialização a beira-mar, trata-se das criações de estações balneares na Europa.

As estações balneares eram estabelecimentos que ofereciam infraestrutura e luxos para os turistas e os novos freqüentadores das praias. Entre suas instalações haviam locais para banhos quentes, salas confortantes com livrarias e serviços disponíveis, como passeios de barco, iatismo, excursões, cavalgadas e caminhadas nos entornos das praias. A noite inúmeras atrações poderiam ser desfrutadas, como bailes, teatros e casas de jogos que permitiam a conversação e diversão dos sujeitos da época. As estações balneares, ao longo dos anos, foram sendo construídas em toda Europa e tornaram-se muito requisitadas e visitadas, pois a cada

[160]GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do cárcere***. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – Vol.1. 7º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.95.
[161]GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do cárcere***. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – Vol.1. 7º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.94 e 95.

ano havia uma inovação nas infraestruturas, onde era possível ter conforto e esplendor para o deleite de todos os benefícios procedentes do ambiente praial.[162]

Nesse período, as praias eram frequentadas pela burguesia européia e a visão desses sujeitos era impregnada de preconceitos, pudor e regras, que foram calcadas nos modelos impostos, um século antes, pelos médicos e higienistas. A visão classista e elitista sobre o ambiente praial era predominante. Os sujeitos das classes dominantes distinguiam suas particularidades dos moradores permanentes do litoral, ou seja, dos sujeitos das classses menos afortunadas. A distinção entre o modo de falar, a postura social, os costumes, a educação e a cultura entre as duas classes eram expostas como forma de exclusão social e distanciamento entre os moradores das cidades e os moradores do litoral. Denota-se que, esse comportamento se prolongou por muitas décadas. Ainda, na contemporaneidade, é possível observar esses traços e heranças passadas refletirem no convívio social em ambientes praiais.

O encontro dos sujeitos com o litoral, até o século XIX, conduziu a visão de praia como recanto das classes dominantes, que usufruíam tanto das belezas naturais, quanto satisfaziam seus prazeres e o desejo de reforçar a legitimidade de seus poderes e investir em locais inéditos e lucrativos, pois, frequentemente, eram os membros da alta nobreza que determinavam a criação de estações balneares e seus atrativos. Tal episódio provocou o efeito de moda, principalmente durante a temporada de verão, quando as classes menos afortunadas partiam para outros locais, devido ao alto custo cobrado para permanecer nas estações balneares.[163]

Observa-se que, apesar da discriminação, a massa trabalhadora também se sentia atraída pelas praias, principalmente, por fazer parte do modo de vida e do sustento de inúmeros grupos que exerciam a pesca como fonte de renda. A visão sobre o ambiente praial precisou agregar outros valores e desejos sociais foi preciso articular o ordenamento do espaço. Para resolver a problemática da época, em torno do uso do ambiente praial, entre burgueses e as classes inferiores, foram criadas repartições e setores a beira-mar. No primeiro setor, que também era separado por gênero, ficavam os membros das classes menos abastadas, as quais não tinham acesso as cabines, aos carros de banho e demais instalações a beira-mar. No segundo setor, mais próximo a beira-mar, as classes dominantes dispunham de cabines equipadas, carros de banho e trilhas que seguiam até o mar, para evitar que seus pés sofressem eventuais cortes e queimaduras, bem como os carros de banhos eram uma

[162]MACHADO, Helena Cristina F. ***A construção social da praia. Sociedade e Cultura1***. Cadernos do Noroeste, Série Sociologia. Volume 13 (1), 201-218, 2000. p. 205.
[163]CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 178.

preferência a ser utilizada, principalmente, pelas mulheres, pois, consideradas “damas” da burguesia, não poderiam ser vistas de trajes de banho pelos homens.[164]

A imagem abaixo, ilustra como eram os carros de banho na Europa, no início do século XIX, as caixas de madeira sobre rodas mantinham o decoro e as exigências da sociedade pudorosa e elitista que escondiam as mulheres para que a sua “pureza” fosse intocável:



Figura 54. Carro de banho, Inglaterra no ínicio do século XIX.
Fonte:.https://commons.wikimedia.org/w/index.php?search=PRAIA+SECULO+XIX&title=Special:MediaSearch&go=Ir&uselang=pt-br&type=image.

Diante o exposto, fica evidente que os movimentos culturais europeus foram indutores do prazer e da vontade de estar a beira-mar e usufruir das praias. No Brasil, os modos de fruição da praia foram absorvidos dos padrões europeus. Os desdobramentos da Revolução Industrial chegaram com rapidez, as novidades do mercado europeu e o novo estilo de vida foram trazidos por imigrantes, turistas, estudantes e viajantes. Houve um amplo projeto das elites nacionais para se adequar as modas européias e novos costumes foram adotados, como a prática de esportes ao ar livre, jogos recreativos e cuidados com o corpo. No decorrer do século XVIII, as praias e o mar ganharam destaque no Brasil, também em um imaginário higienista e civilizado. O sucesso dos banhos frios nas águas das praias européias foi aderido, principalmente, pela burguesia e elite brasileira.[165]

A cidade do Rio Grande, situada no Estado do Rio Grande do Sul, conforme já exposto anteriormente neste trabalho, foi pioneira na criação de uma estação balnear no Brasil. Inaugurada no ano de 1890 pela elite sul-rio-grandense nos mesmos moldes das já celebradas estações balneares da Europa e por sucessivas décadas foi uma espécie de salão ao

[164]CORBIN, Alain. ***Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental***. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 202.
[165]FAUSTO, Boris. ***História do Brasil***. São Paulo: Edusp, 1998. p. 74.

ar livre destinado a apreciação da elite local e de outras partes do Brasil, bem como de países vizinhos. A visão da praia como um lugar destinado a burguesia e aos mais abastados, ou seja, essa visão classista que revelava estratégias de distinção social perdurou por longos anos.

Hodiernamente, sabe-se que, as praias são um dos ambientes costeiros mais frequentados e povoados ao redor do mundo, onde as riquezas de seus recursos naturais não são apenas desfrutadas para o lazer, contemplação e banhos. O desejo social pelos espaços litorâneos se espacializou com a vilegiatura marítima. Diferentes usos são disputados nesses espaços, os sujeitos utilizam-se das praias ora como um local de trabalho, ora como um local de lazer, prática de esportes, turismo, entre outros. As atividades e as ações humanas nas praias são extremamente variadas e impulsionadas pelo sistema capitalista, onde a lógica capitalista da produção do espaço em áreas litorâneas está baseada na transformação desse ambiente em mercadoria e na mudança do padrão do valor de uso para o valor de troca.

No litoral brasileiro, que possui grande extensão, sendo 7.400 km (sete mil e quatrocentos quilômetros, sem considerar os contornos de baías e ilhas) é possível vislumbrar o exposto acima. Sabe-se que, a ocupação mais intensa do litoral se iniciou em um período de 40 (quarenta) anos atrás, impulsionada, principalmente, pela popularização do automóvel, que oportunizou o acesso ao litoral, antes exclusivo para as elites. Tem-se que, cerca de 20% (vinte por cento) da população brasileira vive em cidades costeiras, ou seja, a uma distância não superior a 20 km (vinte quilômetros) do mar.[166] Assim, para compreender a visão dos sujeitos sobre e como se apropriam do espaço litorâneo, não devemos partir da praia e sim das dinâmicas socioculturais e econômicas hegemônicas do capital.

Contudo, o encontro dos sujeitos com o ambiente praial e o imaginário em relação as praias, ao longo dos séculos, ocorreu na forma de um processo lento. Os símbolos e códigos antigos foram suprimidos pela hegemonia de desfrutar as praias para satisfação pessoal, para o desejo social entre o lazer e o desenvolvimento do capitalismo, que tornam as práticas na beira-mar previsíveis, isto é, uma paisagem que atrai os sujeitos, na maior parte dos casos, para o consumo. No entanto, os sujeitos moradores do litoral passaram a criar sua própria cultura, pela maneira de vestir-se, pensar, agir e consumir, em que possuem seus próprios códigos e regras.

No tocante ao trabalho em tela e seus objetivos, no próximo subitem deste capítulo, iremos abordar como os sujeitos se constituíram na praia do Cassino/RS, com intuito de demonstrar quais são as relações sociais, culturais, econômicas, políticas e educacionais que

[166]MUEHE, Dieter. ***Geomorfologia Costeira***. *In*: GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista Da. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 14º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p.259.

se desenvolveram dentro do processo histórico sócio-cultural desses sujeitos. Uma vez que, os sujeitos são compreendidos como um modelo da sociedade, pois nele se reflete a totalidade das relações sociais e conhecer os sujeitos significa conhecer o mundo inteiro em todas as suas conexões.

3.2 A constituição e a visão de mundo dos sujeitos na praia do Cassino/RS.

Para compreender a constituição dos sujeitos na praia do Cassino/RS e as transformações decorrentes desse processo em relação ao ambiente praial, bem como se formou a visão de mundo e o modo de vida que funda a relação desses sujeitos com a natureza, não se possibilita estabelecê-los como seres definidos e limitados apenas à sua individualidade. A intenção é atribuir os sujeitos na praia do Cassino/RS, coletivamente, considerando suas relações sociais, políticas, culturais, econômicas com e no meio ambiente, por meio da historicidade e das suas práxis.

Para tanto, é necessário estabelecê-los como uma cadeia de relações ativas, ou seja, como um processo, em que a individualidade se reflete em vários elementos, quais sejam: o sujeito, os outros sujeitos e a natureza. O sujeito entra em relação com os outros organicamente e não por justaposição, isto é, "na medida em que passa a fazer parte dos organismos, dos mais simples aos mais complexos". O sujeito não entra em relações com a natureza somente pelo fato de ser ele próprio natureza, mas ativamente, por meio da técnica e do trabalho, onde essas relações não são mecânicas, mas ativas e correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o ser individual. Dessa forma, é possível afirmar que, cada um transforma a si próprio, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo "o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante". O sujeito é o ser ativo que modifica o ambiente, onde o ambiente é entendido como "o conjunto de relações de que todo indivíduo faz parte".[167]

[167]GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do cárcere***. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – Vol.1. 7º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.413.

Vygotsky afirma que, o sujeito e sua subjetividade são constituídos por meio e na relação social que ocorre através e na linguagem.[168] Nesse sentido, Marx deixa claro que:

> A produção realizada por um individuo isolado, fora do âmbito da sociedade - fato excepcional, mas que pode acontecer, por exemplo, quando um indivíduo civilizado, que potencialmente possui já em si as forças próprias da sociedade, se extravia num lugar deserto - é um absurdo tão grande como a idéia de que a linguagem se pode desenvolver sem a presença de indivíduos que vivam juntos e falem uns com os outros.[169]

Nesse ínterim, tem-se que, os sujeitos na praia do Cassino/RS são parte de uma totalidade, dentro de sua natureza histórico sócio-cultural, pois o sujeito isolado não existe. O que existe é a pessoa humana constituída como "produto social" em que participa na condição de sujeito. Dessa forma, se constitui o sujeito, isto é, na perspectiva histórico sócio cultural. Conforme explana Marx, "o homem é, no sentido mais literal um *zoon politikon* (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade pode se individualizar".[170] Para Marx, é inaceitável a idéia de constituir os sujeitos como seres isolados, como fazem as ciências naturalistas, onde cada sujeito aparece desligado dos laços naturais, que em épocas históricas antecedentes faziam dele elemento integrante de um conjunto humano determinado e circunscrito[171].

Molon, por meio das obras de Vygotsky, nota que, o sujeito se constitui no confronto eu - outro nas relações sociais, em que viver a realidade social não é um episódio ocasional, mas é o modo de ser do sujeito nas relações sociais. Nesse sentido, o sujeito adquire singularidade na relação com o outro, em relação ao outro, em que o outro é uma complexidade que se mostra e se representa de diferentes maneiras, quais sejam, "o outro corporificado, o outro imaginário, o outro difuso, o outro simbólico, o outro anônimo, o outro generalizado, o outro oculto, o outro e o outro eu". Ser reconhecido pelo outro é ser constituído em sujeito pelo outro, conforme o outro reconhece o sujeito como diferente e o indivíduo reconhece o outro como diferente. "Eu me torno o outro em mim e me constituo a partir do outro". Assim, a subjetividade significa uma constante constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu.[172]

---

[168]VIGOTSKY, Lev Semenovich. ***Construção do pensamento e da linguagem.*** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2000. p. 111 e ss.
[169]MARX, Karl. ***Para uma crítica da economia política.*** Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf. Acesso em: 03 de Set.2018. p. 8.
[170]MARX, Karl. ***Para uma crítica da economia política.*** Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf. Acesso em: 03 de Set. p. 7.
[171]MARX, Karl. ***Para uma crítica da economia política***. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf. Acesso em: 03 de Set. p. 7.
[172]MOLON, Susana Inês. ***Subjetividade do sujeito em Vygotsky***. 2ºed. Petropólis/RJ: Vozes, 2009. p.120.

Gramsci pontua que, o problema em torno da constituição do sujeito por meio de um conceito unitário e abstrato, no qual se pode conceber todo o sujeito, é um resíduo das ciências metafísicas, pois a unidade do gênero humano não é dada pela natureza biológica do homem e tampouco as diferenças biológicas do homem (cor da pele, tamanho do crânio, raças...) são as que possuem importância na história, mas sim, o pensar, a consciência e a força de expressá-lo através da linguagem é o que unifica ou diferencia os sujeitos. Alegar que a "natureza humana" é o conjunto das relações sociais torna-se satisfatório, porque abrange o conceito de que o homem se transforma ininterruptamente com as transformações das relações sociais; e nega o indivíduo isolado, pois as relações sociais são expressas por inúmeros grupos de indivíduos que "se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal".[173]

Considerando o exposto acima, denota-se que, a primeira concepção sobre a praia e a constituição dos sujeitos na praia do Cassino/RS se desenvolveu em meio a um lugar inóspito e "selvagem", uma imensidão litorânea, onde andarilhos, sujeitos que habitavam as terras próximas ao Albardão, curiosos, marinheiros, pescadores, entre tantos outros que desbravam a praia concebiam que este não seria um local apropriado e moldado para banhos e lazer, pois acreditavam ser impossível dominar as forças abruptas da natureza local. Os fortes ventos e as tempestades, as grandes ondulações e as muralhas da areia que barravam o avanço do mar à costa, os naufrágios, os cadáveres a beira-mar, as piratarias, os relatos catastróficos de marinheiros e uma série de episódios cabulosos marcaram a concepção sobre esse ambiente formando a cultura dos sujeitos, onde a praia era julgada como um lugar sombrio e temeroso, visão advinda das doutrinas e das compreensões metafísicas, que também se fizeram presentes nesse local.

No final do século XVIII, foi constituída uma outra visão de mundo em relação a praia. Novos modelos econômicos, políticas e traços sociais do modernismo industrial, advindos da cultura Européia, exerceram grande influência perante as condutas da categoria mais alta da sociedade local, que foi promotora das novas diretrizes em relação ao uso do ambiente praial. O resultado dessa influência originou a estação balnear "Vila Siqueira", onde a praia se transformou em um retiro para as elites e as classes dominantes.

Nesse ponto, a concepção e a relação dos sujeitos com a praia do Cassino/RS espelharam os registros de experiências passadas em outro espaço e tempo, que ressoaram afetando as escolhas, os valores e as relações culturais, sociais, políticas, educacionais e

[173]GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do cárcere***. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – Vol.1. 7º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.. 245.

econômicas dos sujeitos. Pode-se afirmar que, a constituição dos sujeitos na praia do Cassino/RS se desenvolveu em meio a um espaço de disputa de poder e de conflitos de interesses por classes antagônicas, pois, esse modelo seguido gerou como resultado primário o silêncio das vozes que residiam no contexto social das classes dominadas, que dentro desse processo histórico ficaram ausentes, se tornando sujeitos constituídos como produtos passivos, isto é, se desenvolveram a partir da sustentação das condições materiais e ideológicas mediadas e transmitidas pelas classes dominantes.

Por um lado tinha-se a natureza quase intocada, uma extensa praia dotada de grande riqueza e diversidade biológica que inspirava os olhares dos sujeitos que buscavam a harmonia com a natureza e o desvendar dos mistérios que ali se ofertavam, um território invisível pela magnitude, que ultrapassava o alcance do olhar. Por outro lado, existiam as aspirações em prol do desenvolvimento econômico e capitalista, onde os sujeitos das classes dominantes vislumbravam a costa litorânea como canal natural para exportação e importação de mercadorias, bem como para a projeção do desenvolvimento industrial, do comércio e da aplicação de capital em edificações com vistas à estimular o consumo, ou seja, a praia como sinônimo de mercadoria.

Como expõe MARX, uma das tendências fundamentais do modo de produção capitalista é a incontornável força social e econômica que faz com que as atividades decorrentes das mãos e dos cérebros dos sujeitos, que vivem em sociedades em que domina esse modelo de produção, assumam a forma mercadoria, ou seja, para o autor, e aqui corroboramos com sua convicção, " a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer".[174]

Dito de outra forma, tem-se que, o modo de inserção dos sujeitos e as suas participações na realidade histórico sócio-cultural no ambiente praial, foram moldadas em meio as relações sociais capitalistas, fato que colaborou com a constituição dos sujeitos por meio de uma visão classista e elitista, em que os interesses das classes dominantes eram de engendrar novos meios de produção e a visão sobre a praia não era manifesta de forma harmoniosa e sensível, mas referia-se a uma "luta" dos sujeitos com natureza costeira, como se fossem distintos e apartados desse ambiente. Nesse sentido, MARX aponta que, o relacionamento dos sujeitos com seu ambiente está mediado pelas próprias relações inter-

[174]MARX, Karl. ***Últimos escritos econômicos: Anotações de 1879-1882.*** Org. Sávio Cavalcanti. Trad. Hyuri Pinheiro. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p.15.

específicas e que, em meio a estas, são as relações sociais de produção que governam todas as demais relações.[175]

A concepção do ambiente praial como um local para ser explorado, com vistas ao lucro, originou as primeiras interferências antrópicas sobre a zona costeira, os sujeitos não mediram esforços para colocar seus projetos de desenvolvimento econômico em prática, ocasionando a pressão sobre ambiente. A paisagem litorânea começou a ser modificada, um reflexo das relações sociais, políticas e econômicas com o meio ambiente. Denota-se que, a decisão sobre incorporar o modelo de desenvolvimento econômico e cultural, advindos da Europa, foi tomada por um pequeno e determinado grupo de sujeitos, que detinham o poder econômico na época e fizeram circular seus planos e objetivos.

O discurso preliminar de convencimento escolhido, com afinco, pelos detentores do poder para explorar o território costeiro era baseado nos mesmos apresentados na Europa, ou seja, estavam ligados as questões terapêuticas que os banhos de mar iriam propiciar. Frente a esse discurso, não deixaram lacunas para que houvesse questionamentos sobre suas aspirações, pois o higienismo e a salubridade eram temas recorrentes, nesse período, entre as conversas das classes dominantes. Quem iria contrariar essa lógica que transformaria um lugar inóspito e quase desabitado em uma Estação balnear que iria renovar a saúde humana e proporcionar lazer e conforto? Um retrato evolutivo foi apresentado a sociedade, sinônimo de progresso que iria prover lucros aos envolvidos (donos de terrenos, hotéis...), bem como aos cofres públicos.

Os detentores do poder político e econômico se utilizaram da linguagem, que é processo em toda a constituição dos sujeitos, para conduzir suas idéias e interesses legitimando as suas atividades econômicas, por meio de uma relação dialética, que os aproximou da sociedade controlando as suas condutas, e, da mesma forma, os diferenciou desta, pois, por meio de um discurso persuasivo atribuíram um novo significado às relações sociais e a cultura local, mas com vistas a suprir, principalmente, suas necessidades e ambições. Conforme afirma VIGOTSKY, a linguagem é o parâmetro essencial, a partir da qual todas as formas de atividade introduzidas em uma sociedade, determinada pelo trabalho e pelo modo de produção, são explicativas da cultura.[176]

As transformações capitalistas decorrentes da chegada da modernidade, ou seja, a ampliação da ferrovia até a praia, a área industrial junto a zona costeira, a ampliação do Porto

[175]MARX, Karl. MARX, Karl. ***Para uma crítica da economia política.*** Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf. Acesso em: 03 de Set. p.35.
[176]VIGOTSKY, Lev Semenovich. ***Pensamento e Linguagem***. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.182.

e a criação da estação balnear "Vila Siqueira", estimada por um seleto grupo burguês, apesar de deixarem como herança as primeiras marcas de degradação ambiental, acarretaram novas opções de lazer e uma nova cultura local, que impulsionou o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e a implementação de novos estabelecimentos comerciais, para sanar as necessidades e bem-aventuranças das classes sociais dominantes.

Conforme ditam MARX & ENGELS, as idéias das classes dominantes são, em cada período histórico, as idéias dominantes, ou seja, "as idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias, portanto, as idéias de sua dominação". Os sujeitos que constituem a classe dominante determinam todo o âmbito de uma época histórica.[177]

Deste modo, "vendida" a idéia da construção de uma estação balnear na praia do Cassino/RS, que o grande banhado cercado por dunas, de clima rígido e intenso, principalmente, nas estações frias do ano, foi transformado, em pouco tempo, em um grande negócio com vantagens especiais, telefones, encanamento, iluminação, hotéis, comércio local, restaurantes, cabines de banho, salões de jogos e demais comodidades que viraram referência para os banhos de mar civilizados para um determinado grupo social.

Essa lógica capitalista favorecia apenas as elites e os mais abastados, as classes inferiores formadas em sua grande maioria por índios, negros escravos de todas as etnias e demais grupos sociais ficaram ausentes das tomadas de decisão, bem como do contexto social que se estabelecia nesse ambiente. Assim, foram submetidos a ocupar os espaços desfavoráveis, pois a classe burguesa ao considerar o solo como mercadoria, oportunizou as melhores condições a quem obtinha maior poder econômico.

Observa-se a importância em analisar as relações sociais, econômicas e culturais desenvolvidas no transcorrer do processo histórico da relação dos sujeitos com a praia do Cassino/RS, uma vez que, temos como referência a visão de VIGOSTSKY sobre a constituição dos sujeitos, qual seja: Ela ocorre em situações concretas da vida, na prática humana que confere significado à produção material e à produção cultural, as obras humanas e não através de abstracionismos isolados ou reflexos reagentes. Os sujeitos sempre são constituídos e construídos em um contexto social e histórico, onde a cultura é uma especificidade dos humanos. Para o autor, os sujeitos constituem cultura ao mesmo tempo em que são constituídos por ela. [178]

---

[177]MARX, Karl; Engels Friedrich. ***A ideologia Alemã***. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio nogueira. São Paulo: Ed. Grijalbo Ltda. 1977. p. 72.
[178]VYGOTSKY, Lev Semenovich. ***A formação social da mente.*** São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.67.

Importante deixar claro que, VIGOTSKY não abordou em sua teoria um conceito específico para a cultura, mas procurou demonstrar como ela está envolvida no desenvolvimento histórico sócio cultural , ou seja, na constituição dos sujeitos e na transformação dos seres humanos biológicos para os seres humanos sociais (culturais). Dessa forma, o cultural e o social estão implicados um no outro. A cultura é, portanto, produto da vida social e da atividade social humana, algo concreto em processos sociais, que cria formas de comportamento, muda o funcionamento da mente, em que no curso do desenvolvimento histórico dos sujeitos, estes mudam e elaboram novos modos e meios de seu comportamento, especificamente culturais.[179]

As transformações culturais do modelo europeu e do modo de produção capitalista monopolista e burguês modificou a concepção sobre a praia, através da produção de novos efeitos sociais e da nova cultura incorporada. O cenário da praia se transformou em um espaço cotidiano e sociável, uma mercadoria inventada pela modernidade. Tal concepção e as relações sociais e com o meio ambiente ocorreram de forma aristocrática, devido a privilégios destinados apenas ao grupo social dominante.

O bonde que deslocava os sujeitos até a estação balnear era de alto custo e impossibilitava a sua popularização à classe dos trabalhadores. O intuito era manter regramentos e etiquetas, um local restrito a burguesia, que desfilava suas vestes e seu comportamento distinto e elegante, reafirmando seus valores. Os sujeitos das classes dominantes, de todo território nacional, deslocavam-se até a praia do Cassino/RS, na época de veraneio, para apreciar os banhos terapêuticos e a infraestrutura local, com seus hotéis, casa de jogos e demais atrações ofertadas com intuito de movimentar, por meio do turismo, a economia local. As regras para desfrutar a praia estavam todas impostas no folheto “Guia dos banhistas: informações sobre a praia de banhos na villa sequeira”, já explorado em outro momento da pesquisa em tela.

Aponta-se que, a praia planejada com regras específicas sobre como desfrutar de banhos, vendas de terrenos e modos de comportamentos descritos em um folheto, pelo pequeno grupo detentor do poder, como sinônimo de mercadoria e criada para a classe burguesa, desde a inauguração da Estação balnear “Vila Siqueira” no ano de 1890 até 1940 cumpriu com a sua expectativa e sua finalidade.

Nesse período, foram realizadas construções de novas casas, novos estabelecimentos comercias, novos hotéis, frotas de ônibus e novas formas de lazer surgiram, como: Passeios

[179]VYGOTSKY, Lev Semenovich. ***A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores***. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 35 e ss.

de charretes e a cavalos, jogos, festas a beira-mar e demais movimentos que potencializaram o avanço da economia por meio do turismo, bem como com a transformação da paisagem, que converteu a "Vila Siqueira" em um arquétipo das estações balneares européias. Ressalta-se que, o asfaltamento da avenida principal possibilitou a circulação de veículos até a beira-mar, fato que corroborou com a cultura do trânsito de automóveis em toda extensão da praia do Cassino/RS, evidenciado até os dias atuais.

Importante deixar claro que, o processo histórico sócio-cultural sobre a constituição dos sujeitos na praia não obedece uma evolução contínua e sem rupturas, mas buscamos descrever e interpretar nesse trabalho a relação dos sujeitos com o ambiente praial respeitando os fatos históricos que foram decisivos no desenvolvimento da cultura e do modo de vida dos sujeitos, o intuito foi buscar a realidade dos sujeitos na época, mesmo que isso pareça uma utopia.

Outrossim, um considerável esforço a favor do desenvolvimento industrial e do comércio no Brasil foi impulsionado, nas décadas de 60 e 70, com intuito de alavancar a economia e colocar o Brasil no patamar de modernidade dos modelos estrangeiros, que seguiam o sistema capitalista. Nessa época, foi ampliada a concepção e a relação dos sujeitos com a praia do Cassino/RS, pois a idéia de um local regrado, com banhos terapêuticos e de cura para uma classe exclusiva de sujeitos, sofreu transformações, propiciou-se uma outra visão sobre o ambiente praial, onde a sociabilidade e a cultura tomaram novas feições devido a inserção de novos grupos sociais nesse ambiente. O acesso a praia foi facilitado e as classes dominantes migravam em busca de lazer e oportunidades para expansão dos seus ideais em outras regiões do país, que ofertavam praias e comércio mais requintados e lucrativos.

O resultado das atividades industriais e comerciais de toda uma geração e das precedentes criou novos aspectos culturais e costumes locais, conforme as necessidades econômicas, políticas e sociais. A linha de trem até a "mangueira" foi desativada, na década de 60 e ocasionou o melhoramento dos meios de transporte e maior circulação de veículos automotores, fato que deu o início ao processo de popularização da praia. A "vila Siqueira" foi alterando sua configuração inicial, antes criada para um determinado público. Terrenos foram vendidos com preços mais acessíveis e também muitos foram ocupados de forma clandestina, principalmente, em terrenos de marinha[180], fato que conduziu a reestruturação do

[180]Terrenos de marinha são imóveis de propriedade da União, em alguns casos a propriedade pertence aos estados e municípios. São toda obra situada na Costa Marítima Brasileira e na margem dos rios e lagos até onde sofre influência das marés, localizada na faixa de 33 metros. De acordo com o Decreto-lei nº 9.760 de 1946, a referência para essa demarcação não é a configuração atual do mar, mas sim a linha de preamar que considera as marés máximas do ano de 1831. Tomou-se esse ano como referência para dar garantia jurídica as demarcações,

ambiente, para satisfazer as demandas das diferentes classes sociais, com novas praças, áreas de turismo, entre outros. Nessa época a visão sobre a praia era de um local para recreação.[181]

Ademais, o sistema capitalista passou a criar a necessidade de consumo em tempo livre, que se tornou uma cultura de massas e que obtinha como pano de fundo a prática do lazer para as classes inferiores. A cidade do Rio Grande/RS que concentrava um número expressivo de operários seguiu os moldes impostos pelo capitalismo e os passeios a praia, principalmente, durante os finais de semana foram incentivados pelos aparelhos monopolizados da indústria cultural, que passou a criar estabelecimentos de lazer para a classe operária como, as colônias de férias, nas décadas de 60 e 70, ampliando o perfil dos frequentadores da praia, devido aos novos costumes e a inserção de outras culturas no ambiente praial.[182]

Não obstante, a visão da praia como um local para recreação, ocorreu de forma contraditória, isto é, não é possível esquecer das atividades que ocupam tanto o mar quanto a terra, como a zona industrial e portuária e suas conseqüências sobre o meio ambiente que, muitas vezes, inviabilizam a vocação recreativa da praia e também fazem desaparecer usos tradicionais desse local, como a pesca artesanal. Enfatiza-se que, antes da inauguração da Estação balnear "Vila Siqueira", existiam as colônias de pescadores que deram origem ao modo de vida na praia, com a valorização desse ambiente, sobretudo, motivada pelo turismo, abruptamente se transformou em um local de veraneio.[183]

A nova política e a redemocratização do Brasil impôs novas legislações, um fato marcante para os detentores do poder que concebiam a praia como mercadoria, pois os jogos foram proibidos, uma das atrações mais cobiçadas e praticadas pelos sujeitos que procuravam lazer durante as temporadas na praia. Dessa forma, esse episódio contribuiu fortemente com a estagnação da econômica e o turismo no local. Os hotéis que antes recusaram hóspedes, não atingiam nem a metade do público esperado e como reflexo ocorreu a decadência econômica. Frente esse cenário, o pequeno grupo de sujeitos que eram donos dos lotes do balneário

---

pois, caso contrário, o Terreno de Marinha poderia avançar cada vez mais para dentro do continente, ou das ilhas costeiras com a Sede do município, tendo em vista o avanço das mares ao longo dos anos. Ressalta-se que não tem relação alguma com a Marinha do Brasil. Ver em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha.

[181]PINHEIRO, MARIA TEREZINHA GAMA. ***A fundação do Balneário Cassino ao final do Século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do Século XX.*** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1999. p.5.

[182]PINHEIRO, MARIA TEREZINHA GAMA. ***A fundação do Balneário Cassino ao final do Século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do Século XX.*** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1999. p. 21.

[183]PINHEIRO, MARIA TEREZINHA GAMA. ***A fundação do Balneário Cassino ao final do Século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do Século XX.*** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1999. p.19.

começaram a vender terrenos com maior frequencia à classe média, que passou a adquirir seu espaço na praia permanentemente.[184]

O local requintado e frequentado apenas pela maioria burguesa foi sendo transformado e descaracterizado. A praia passou a ser usufruída por novos moradores e visitada por sujeitos de todas as classes sociais. O balneário virou uma espécie de segunda morada para a população da cidade do Rio Grande/RS, que adquiriam terrenos e construíam casas para o desfrute do veraneio. Cabe deixar exposto que, os sujeitos carregavam os traços delineados pela cultura européia, uma seleção classista e elitista, em que a maioria dos moradores era considerada privilegiada por obter imóveis no local. As classes inferiores se deslocavam até a praia, no entanto, deveriam retornar as suas moradas em um lugar distante da brisa e do barulho do mar.

Ressalta-se que, o balneário Cassino, até a década de 90, era um lugar pouco populoso e ermo, o maior movimento e trânsito de pessoas ocorria nas temporadas de verão, devido as altas temperaturas, estimulando o turismo. Houve, nessa época, mudanças na paisagem, nos costumes, no modo de vida e no comportamento social. As antigas casas construídas nos moldes da arquitetura européia foram sendo, gradativamente, substituídas por novas moradas, com estruturas mais modestas. A inserção de classes sociais antagônicas no ambiente praial oportunizou a formação de um modo de vida singular, pois, apesar dos sujeitos constituíram-se em meio as transformações capitalistas, o declínio desse sistema e suas implicações à economia local formaram um ambiente frequentado por sujeitos de costumes e cultura específicos.

O balneário Cassino deixou de ter a característica de segunda residência (entre as décadas de 70 e 2000) e passou a ser ocupado por uma população permanente, composta, principalmente, por aposentados, estudantes e professores universitários, que geralmente são provenientes de outras cidades e procuram estabelecer morada na praia; proprietários de comércio, por contingentes economicamente ativos, como funcionários públicos e trabalhadores fixos no Porto do Rio Grande/RS, por pescadores, bem como a população de baixa renda que se instalou nos terrenos de baixo custo.[185] De acordo com a Secretária Municipal do Cassino, atualmente, a população fixa estimada é de 50 (cinquenta) mil pessoas,

---

184

185 ADELIO, Janaina P. ***Subsídios para um plano de gestão do trânsito de veículos na praia do Cassino, Rio Grande – RS.*** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Rio Grande, 2014. Disponível em: https://gerenciamentocosteiro.furg.br/images/dissertacoes/028-Janaina-Paraguacu-Adelio.pdf. Acesso em: 30 de set. 2022. p. 51.

sendo que, nas temperadas de verão esse número passa a ser de aproximadamente 200 (duzentas) mil pessoas.[186]

Pelas imagens abaixo é possível perceber a praia do Cassino/RS em épocas de baixa temporada e também em época de veraneio. A primeira imagem retrata a praia no período de inverno, com pouco movimento, apenas sujeitos moradores permanentes, que praticam caminhada e ciclismo, bem como um pequeno movimento de veículos na orla, enquanto a segunda imagem representa um episódio da praia durante o veraneio, com um número intenso de veículos circulando a beira-mar e uma multidão que aproveita os dias de calor.



Figura 55. Praia do Cassino/RS, inverno, agosto de 2022.
Fonte: arquivo pessoal.

[186] SECRETARIA MUNICIPAL DO CASSINO**.** Disponível em: https://cassino4estacoes.com.br/balneario-do-cassino-completa-132-anos/. Acesso em: 11 de agosto de 2022.



Figura 56. Verão na praia do Cassino/RS, 2018.
Fonte: http://praiacassino.com.br/blog/praia-do-cassino-cheia-num-domingo-tipico-de-verao/.

Uma das singularidades do modo de vida na praia do Cassino/ RS está diretamente ligado as condições climáticas severas do período de inverno, em que a praia é desfrutada, principalmente, por moradores permanentes do balneário e regiões próximas, os quais se constituíram no local e abarcam os traços histórico sócio-culturais advindos de outras gerações e se expõem ao frio intenso para fazer uso do espaço praial. Denominados pela cultura local como “cassineiros”, esses sujeitos, tal qual faziam as gerações antecedentes, fato que provoca uma interação entre passado e presente, acumulam as experiências transmitidas, no decorrer do tempo, formando sua identidade.

O cenário a beira-mar durante o inverno e as estações mais frias do ano é bastante peculiar, as vestes de praia são trocadas por agasalhos e casacos, os pés na areia são substituídos por botinas e calçados, geralmente, os sujeitos são “chicoteados” pelos grãos de areia que são levados pelos fortes ventos, mas, ainda há aqueles que fazem uso dos banhos frios, uma cultura também herdada de outras épocas.

A imagem abaixo mostra que a cultura dos gaúchos que não abandonam o chimarrão e suas vestimentas típicas também são conservadas por alguns sujeitos no litoral do extremo Sul do Brasil:



Figura 57. Sujeito na praia com vestimenta típica gauchesca – Setembro de 2022.
Fonte: Arquivo pessoal.

A concepção de praia durante os períodos de frio intenso está ligada, prioritariamente, a apreciação e desfrute da paisagem, um espaço ocupado para realização de atividades físicas, contemplação e lazer. As atividades laborais na praia, nessa época do ano, são realizadas pelos pescadores (esportivos e profissionais), por poucos comerciantes que circulam a pé ou de veículos em busca de fregueses, principalmente, durante os finais de semana. Há também os chamados "vagoneteiros", um grupo específico de trabalhadores que aguardam, todo período do ano, turistas para os passeios nas "vagonetas", que são carrinhos movidos à vela que deslizam sobre os trilhos dos molhes da Barra do Rio Grande/RS, também há a presença dos pesquisadores e estudantes que tem o mar e a costa litorânea como objeto de estudos e pesquisa.

São grupos específicos que ocupam a praia durante a baixa temporada, entre eles, destacam-se os grupos dos surfistas (kite, surf, bodyboard), dos apreciadores da paisagem, dos praticantes de caminhadas, corridas e ciclismo, os pescadores (amadores e profissionais) e também há os sujeitos individuais, que realizam cotidianamente passeios de carro ou pé, geralmente acompanhados por seus animais de estimação (cachorros) e o chimarrão, bebida símbolo do Rio Grande do Sul. Esses sujeitos compõe o cenário da praia não somente na temporada de verão e firmam suas relações com o meio ambiente e fazem surgir novas interações sociais, por meio das afinidades e da cultura de utilizar a praia com um fim específico, ou seja, de beneficiar-se do espaço praial para satisfação de suas necessidades cotidianas e em prol da qualidade de vida.

O desfrute da praia do Cassino/RS frente as condições climáticas severas e frias, não surgiu por acaso, desde épocas passadas até a atualidade, esse ambiente inóspito, uma extensa e retilínea faixa de areia com características únicas e diversidade biológica impressionante, sem estabelecimentos comerciais, sem ruas, sem iluminação e infraestrutura é cotidiano dos moradores permanentes e alguns poucos aventureiros (andarilhos e trilheiros) que arriscam o confronto com os fortes ventos e baixas temperaturas, para estar em contato com a natureza, com o desejo de avistar o mar e a paisagem, que a cada dia, devido a dinâmica do ambiente, apresenta uma nova configuração.

Como reflexo do passado, é importante deixar claro, também, que a visão classista e elitista da praia, ainda se faz presente, uma vez que, os grupos e sujeitos individuais citados acima, em sua maioria, pertencem a classes sociais economicamente favorecidas. Pelas observações realizadas para esse trabalho, um período de 4 (quatro anos), foi possível visualizar que as classes menos favorecidas não utilizam-se do espaço praial cotidianamente e em busca de lazer e contemplação. Geralmente, este grupo social se faz presente e usufrui da praia para realização de atividades comerciais, como comércio de utensílios e alimentos (venda de frutas, doces e salgados, entre outros).

Pontua-se que, o espaço praial permanece dividido em classes, pois há uma separação entre os sujeitos das classes inferiores e os sujeitos das classes sociais mais afortunadas. Os menos favorecidos economicamente ocupam lugares específicos, como os molhes da Barra e também próximos a estátua da Iemanjá, localizada no final da Avenida Rio Grande, principal rua do balneário, onde o ônibus faz sua parada mais próxima. Dessa forma, esses sujeitos encaminham-se a pé até a orla. Outro espaço ocupado por esse grupo é a localidade próxima aos bairros Querência, Parque Guanabara e Stella Maris, localizados distante da avenida principal, aproximadamente entre 5 Km a 7 Km (cinco à sete quilômetros) ao sul da estátua da Iemanjá, bairros ocupados por sujeitos em sua maioria de classes de baixa renda.

No período de verão os sujeitos moradores permanentes da praia do Cassino/RS enfrentam uma realidade bastante diversa do seu cotidiano, pois a localidade recebe centenas de turistas que são atraídos pelo clima quente em período de férias, existem também os moradores da cidade do Rio Grande e de cidades vizinhas que possuem imóveis no balneário e, principalmente, entre os meses de novembro e março residem temporariamente na praia do Cassino/RS.

Esses fatos corroboram com a disputa e uso pelo espaço praial, bem como gera uma série de danos, impactos e riscos ao meio ambiente, pois o cenário de praia, nesse período,

passa por transformações abruptas, entre elas o excesso de lixo que fica espalhado pela orla (garrafas de vidro e pet, embalagens descartáveis de todos os tipos, baganas de cigarro e demais descartes impróprios de resíduos sólidos), bem como a intensa movimentação de veículos automotores na orla, que acaba por afetar o ambiente como um todo e também descaracteriza a concepção de praia como um lugar tranquilo para o descanso e lazer. Nessa época é possível visualizar a praia como mercadoria, pois existem uma gama de comércios que buscam satisfazer as necessidades e vaidades dos turistas e frequentadores da praia.

São carros, caminhões, ônibus, carrinhos empurrados por vendedores, sujeitos que caminham pela orla comercializando os mais variados produtos, quiosques puxados por reboques de carros e jipes, *containners* transformados em espaço para o comércio, que transformam a praia em local de trabalho e comércio. Para quem frequenta a praia do Cassino/RS no período de verão esse cenário é cotidiano, entre tantas atrações, torna-se quase impossível conquistar um espaço na areia para apreciar a natureza e desfrutar a brisa marítima. Frequentemente, os carros param lado a lado na faixa de areia, tanto na beira-mar quanto próximos as dunas, disputando o espaço com os banhistas. Cada sujeito possui seu ritual na praia, alguns com volume dos rádios dos veículos em alto tom, outros fazem churrascos (comida típica do Rio Grande do Sul) na orla e outros socializam com amigos e familiares. Por outro lado, sabe-se que esses costumes e cultura adotados, muitas vezes, geram conflitos sociais entre as outras camadas da sociedade que possuem uma visão mais romântica sobre a praia e preferem concebê-la como um local para descanso e desfrute da paisagem.

Pelas imagem aéreas da orla da praia do Cassino/RS é possível visualizar o descrito acima, onde os carros e o comércio disputam o espaço com os guarda-sóis, com as cadeiras, com o trânsito de bicicletas, com as crianças e os adultos, espaços estes que são demarcados, subjetivamente, por linhas e montes de areia, transformando o cenário de praia em uma natureza hierarquizada enquanto produção cultural humana, que afeta o modo de vida local, acarretando uma nova realidade aos “cassineiros”, que pela cultura são sujeitos acostumados com a tranqüilidade de uma praia “solitária” em outras épocas do ano:



Figura 58. Praia do Cassino – verão de 2014.
Fonte: https://folhadomate.com/opiniao/colunistas/mateando/circulacao-de-carros-em-praias-e-dunas-esta-liberada/.



Figura 59. Praia do Cassino – verão 2021.
Fonte: https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/praia-do-cassino-registra-intenso-movimento-durante-o-final-de-semana-18086/.

A descrição do uso e ocupação do espaço praial apresenta dois cenários distintos. O primeiro diz respeito a concepção de praia como um local para desfrute da paisagem e atividades laborais específicas, um ambiente peculiar pelas características físicas e biológicas, em que os sujeitos enfrentam as condições climáticas severas e mantem o contato com a natureza firmando as relações culturais e sociais que os constituem como sujeitos "cassineiros", pelo modo de vida herdado do processo histórico sócio-cultural que se reflete no cotidiano. O segundo cenário está ligado a concepção de praia como um local turístico, que remete a concepção de praia como mercadoria, onde os sujeitos locais, inúmeras vezes,

necessitam alterar seus costumes, pois diante da mudança climática e cultural abrupta, esses sujeitos ficam quase “invisíveis” perante a poluição visual composta por carros, barulhos de motores, música alta, comércios e uma multidão que ocupa o espaço praial para inúmeros fins.

Para a entrevistada “A” em relação a chegada dos turistas no período de verão, aponta-nos que, “no veraneio os impactos são maiores, pois nem todo mundo vem com consciência ambiental, de recolher seus próprios dejetos e rejeitos, seu lixo e também não vem com a intenção de comungar com a natureza”. Na visão da entrevistada “ F” a chegada de turistas modifica o meio ambiente e pondera que “no veraneio a praia é muito mais ocupada e também é possível ver que tem mais lixo. Tem pessoas que poluem o ambiente com som muito alto, todo mundo quer curtir, mas não tem limite, não tem respeito”.

Observa-se que, no transcorrer do tempo, a praia do Cassino/RS foi palco de inúmeros acontecimentos, contos e mitos que foram passados entre gerações, os quais marcaram a história local, a cultura e o modo de conceber a praia e que constituem os sujeitos nesse ambiente, por meio das memórias, símbolos e dos valores herdados. Os episódios marcantes foram cruciais na constituição dos sujeitos na praia do Cassino/RS, uma vez que, atribuíram significado ao processo histórico sócio-cultural sendo incorporados no estilo de vida dos “cassineiros”.

O primeiro destaque diz respeito a construção dos molhes da Barra do Rio Grande, local que virou símbolo turístico e que é frequentado pelos “cassineiros” para os mais diferentes usos, ou seja, como um local para se apreciar a paisagem, para a prática de pesca esportiva e profissional, pois há concentração de peixes residentes e transitórios, até mesmo para a realização de ciclismo, caminhadas e corridas, onde ao final dos 4 Km (quatro quilômetros) de extensão oferece uma vista propicia para vislumbrar os golfinhos e botos que nadam próximos ao canal de navegação, construindo uma relação sensível entre os sujeitos com a natureza marítima. A imagem a seguir apresenta um desses momentos:



Figura 60. Pescaria nos Molhes – 27 de Agosto de 2022.
Fonte: Arquivo pessoal.

Outro acontecimento marcou a vida dos sujeitos na praia do Cassino/RS, foi o naufrágio do navio Altair, que por sua presença física se transformou em um local, também, turístico, que segue fazendo parte do cotidiano dos moradores permanentes da praia. Muitos "cassineiros" realizam caminhadas, corridas e passeios ciclísticos até o local do naufrágio e vangloriam-se por realizar tal feito, pois é uma longa distância percorrida, 12 Km (doze quilômetros). É considerado um "*point*" para os surfistas locais que aproveitam as ondulações que se formam ao redor do navio durante todo o ano. Um local, também, conhecido como refúgio para aqueles que preferem ficar ausentes das movimentações que ocorrem na praia durante a temporada de verão. Abaixo, demonstramos, por meio de imagens fotográficas, o navio Altair na atualidade:



Figura 61. Navio Altair – 18 de Março 2022.
Fonte: Arquivo pessoal.

O episódio da construção da estátua da Iemanjá, na década de 70, também despertou sensibilidades aos sujeitos da praia do Cassino/RS e marca o cotidiano dos moradores permanentes até os dias atuais, pois a presença da impetuosa representação artística está localizada no final da avenida principal do balneário, próxima a entrada principal da praia, fato que justifica a aproximação com os sujeitos, que não deixam de prestar homenagens durante todo ano ao símbolo ali posto. Considerada um ponto turístico e cartão-postal do balneário. Por outro lado, não é possível deixar de observar que existe um fator baseado na cultura elitista e classista quanto ao dia da Festa de Iemanjá (02/02), pois como costume firmado esse dia também abarca uma separação de classes. A praia é tomada, principalmente, por sujeitos da periferia, os umbandistas, os negros e as minorias sociais que se vêem representadas pelas matrizes religiosas africanas. Os moradores permanentes das classes sociais ascendentes, muitas vezes, excluem-se dessa "festa" e pelas memórias, sabe-se que, o dia de Iemanjá é um dia "perigoso" para se estar nas ruas, inclusive o contigente policial aumenta, significativamente, durante as comemorações em homenagem a Iemanjá. Fato que não acontece, por exemplo, em relação a festas católicas, como "As ondas de Natal", vista pelos moradores permanentes da praia, das classes sociais mais favorecidas, como uma festa familiar.[187] Abaixo, a imagem da estátua de Iemanjá, que ocupa um lugar de destaque na praia do Cassino/RS:



Figura 62. Estátua de Iemanjá, setembro de 2022.
Fonte: Arquivo pessoal.

[187] FERREIRA, Felipe Nóbrega. FREITAS. José Vicente de. ***Diálogos Atlânticos: O guia dos banhistas e a invenção da praia na planície costeira do Rio Grande do Sul.*** Revista Braspor, (S.I), T.7, 2018. Disponível em: https://www.redebraspor.org/livros/2018/Braspor%202018%20-%20Artigo%203.pdf. p. 52.

Não somente estes acontecimentos marcaram de forma precisa a visão e a constituição dos sujeitos nesse ambiente, mas também a história do "veneno da lata" ainda é passada de geração em geração e constitui a visão de que a praia além de ser um lugar para relaxar, trabalhar, praticar esportes e apreciar a natureza é também cenário propício para os usuários de *cannabis sativa*, que cotidianamente utilizam-se da praia pra realizar suas "viagens", em grupo ou solitários, esses sujeitos compõem a paisagem praial durante todo o ano.

A praia do Cassino/RS, por sua extensão e pela falta de iluminação apresenta uma peculiaridade, ou seja, é um ambiente pouco desfrutado durante a noite. Desde os tempos remotos há relatos de fatos violentos e criminosos nas areias da praia. O ambiente com o seu sistema de dunas e poucas saídas para o balneário dificulta a visão noturna da orla que se tornou palco de muitas atrocidades no decorrer do tempo. O episódio do *Serial Killer* que capturava suas vítimas durante a noite na praia tornou-se um marco que acarretou medo e angústia aos moradores permanentes da praia do Cassino/RS. De acordo com o relato do entrevistado "B", tem-se que:

> A praia a noite não tem segurança, nenhuma, não aconselho ninguém a ir a praia a noite, principalmente, os casais que querem dar uma curtida na praia. Não aconselho, por falta de segurança, falta iluminação, durante a noite a praia não é um lugar para ir, não tem nada. Tu vai em outras praias, tem iluminação e bares, aqui é uma escuridão total. O caso do Titica por exemplo, ele foi preso e tal, mas ninguém "tá" livre de que isso possa de novo acontecer.

A visão da praia como um local seguro e tranquilo foi afetada e o temor de frequentá-la a noite ainda é latente entre a maioria dos "cassineiros", principalmente, para o gênero feminino que, mesmo durante o dia, não arrisca frequentar os lugares mais afastados da avenida principal, pelo temor de sofrer qualquer tipo de violência. Conta-nos a entrevistada "C" sua visão sobre desfrute da praia durante a noite:

> Durante a noite não freqüento a praia, não me sinto segura. Não apenas a noite, mas existem lugares que a gente não freqüenta mesmo durante o dia, tanto no inverno quanto no verão. Quando vou correr preciso escolher os horários e quando paro de ver movimento eu volto, é complicado. É uma extensão de praia muito grande. No inverno é pior, por ser um lugar pouco habitado, quase deserto, então se tu não cuidar, se acontecer alguma comigo ninguém vai ver, não tem segurança.

São relatados episódios de violência na praia, assaltos, tentativas de estupro, assassinatos e demais manifestações de violência, que corroboram para que os sujeitos da praia do Cassino/RS firmem a cultura de não adentrar a praia a noite, pois entre os suspiros de uma população tranquila que avista a imensidão litorânea e se satisfaz com a beleza cênica e o espetáculo da natureza "selvagem", também há os suspiros de perdas de vidas e enganos, um

fato histórico e que ameaça a sensação de segurança dos moradores permanentes. O relato da entrevistada "E" conta-nos um desses episódios, ocorrido no verão do ano de 2022:

> Fora da temporada não vejo segurança na praia, na temporada de verão, na beira da praia, as vezes vejo um carro circulando, o poder público deixa a desejar. Como sou mulher, não me sinto segura. Meus clientes relataram que foram a praia no verão e foram assaltados por um sujeito armado que levou seus pertences, era por volta das 22 horas, só não levaram o carro, pois as vitimas esconderam a chave. Essas coisas acontecem e a gente não fica sabendo, só quando conhecemos as pessoas que sofrem nos contam esses episódios.

Dentre os que se arriscam na orla a noite, destacam-se os promotores de festas do estilo "lual" e "raves", consideradas um transtorno para a maior parte dos sujeitos "cassineiros", ora pela quantidade de lixos deixados pelos mesmos, que são avistados na manhã seguinte, ora pela preocupação desses eventos em gerar várias formas de violência. O entrevistado "G" comenta que: "no verão, principalmente, tem muitas festas a noite, que vão até de manhã, deixam lixos, copos plásticos, latas e garrafas de cerveja, além de que, após o consumo de bebidas alcoólicas, correm com os carros na beira da praia".

A constituição dos sujeitos na praia do Cassino/RS não obedece a uma ordem estabelecida, mas com certeza a historicidade desse ambiente ofertou um intercâmbio de memórias e lembranças que foram algozes na formação desses sujeitos e nas suas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais. De acordo com MARX e ENGELS, a partir do processo histórico de um determinado local, do processo de vida real, dos sujeitos ativos na história expõe-se o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida, onde os sujeitos ao desenvolvem sua produção material e seu intercâmbio material transformam também, sua realidade, seu pensar e os produtos do seu pensar, ou seja, a relação historicamente criada entre a natureza e os sujeitos, que cada geração transmite a geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pelas novas gerações, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial, que periodicamente se repetem na história. [188]

De acordo com a entrevistada "A" , sobre a relação dos moradores permanentes com a praia, denota que, " nós que moramos aqui o ano inteiro, somos produtos do meio, apesar de sermos dotados de personalidade, índole e caráter, tanto biológico como energético, nós que moramos aqui somos constituídos em união com a praia e o mar".

[188] MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luciano Cavani Martorano, Nélio Schneider, Rubens Enderle. Editora: Boitempo. p. 37.

A praia do Cassino/RS e os sujeitos que nela se constituem/constituíram são dotados de singularidades que não correspondem com as estabelecidas em outros ambientes praiais, pois na imensidão litorânea do extremo sul do Brasil, as ondas, na maior parte do ano, são negras e revoltas, como representavam os antigos relatos diluvianos. Um "abismo horizontal" instável, tal qual o cotidiano dos sujeitos que dela se comprazem. Dotada de histórias e deslumbrante riqueza ecológica, onde a solidão e a solitude se encontram, onde as vozes que se escutam são dos ventos e das tempestades. A praia de paisagem rústica e "selvagem", com larga faixa de areia, garante olhares românticos e sensíveis pelo charme de ser desprovida de grandes construções ao seu redor. Dinâmica por natureza, se transforma a cada estação e nos dias quentes de verão se configura como uma benevolência para os sujeitos desfrutarem de suas belezas e espetáculos, como o nascer do sol e da lua, que se descortinam atrás dos montes de pedras dos molhes da Barra.

Os sujeitos que nela se constituíram e ainda se constituem são testemunhas das maravilhas e também dos descasos com esse lugar, principalmente, pelo Poder público, que não observa e não adota, de forma continua e eficaz, as medidas de enfrentamento aos conflitos socioambientais, aos danos, riscos e impactos que a muito tempo são freqüentes e causam prejuízos tanto a sadia qualidade de vida, quanto a qualidade ambiental, pois existem novas demandas impostas pela conjuntura do século XXI, tal qual verificaremos no próximo capítulo.

3.3 Principais riscos, danos e impactos ambientais na praia do Cassino/ RS.

Para discorrer sobre os riscos, danos e impactos ambientais na praia do Cassino/RS é indispensável abarcar o termo "crise ambiental", que na sociedade contemporânea é empregado nos mais diversos contextos e atende a diferentes percepções e teorias. Há aqueles que se dirigem a crise ambiental para se referir ao esgotamento dos recursos ambientais, outros refletem, a partir do fracasso das políticas urbanas frente o crescimento das populações e também há aqueles que a interpretam sob o contexto de uma crise ética.

Para LEFF, a crise ambiental está relacionada com a intensa utilização dos recursos ambientais na sociedade moderna, dada pela preponderância do desenvolvimento econômico frente à proteção do meio ambiente, ainda aborda a crise ambiental como uma questão ética e a relaciona com a crise de conhecimento e afirma que:

> La crisis ambiental no es tan sólo la mutación de la modernidad a la posmodernidad, un cambio epistémico marcado por el postestructuralismo, el ecologismo y la

> desconstrucción, la emergencia de um mundo más allá de la naturaleza y de la palabra. No es un cambio cultural capaz de absorberse en la misma racionalidad ni de escaparse de la razón. La crisis ambiental inaugura una nueva relación entre lo real y lo simbólico. Más acá de la pérdida de referentes de la teoría, más allá de la identidad del *Logos* con lo real y de la significación de las palabras sobre la realidad, la entropía nos confronta con lo real, más que con una ley suprema de la materia: nos sitúa dentro del límite y la potencia de la naturaleza, en la apertura de su relación con el orden simbólico, la producción de sentidos y la creatividad del lenguaje.[189]

Conforme o sociólogo alemão, BECK, a crise ambiental é proveniente do contexto da sociedade risco[190] e a caracteriza pelos riscos civilizatórios da modernidade, ou seja, os riscos invisíveis e irreversíveis que atingem a sociedade de forma global. Em que, tais riscos são frutos do processo de sofisticação da tecnologia e da ciência, que não consegue encontrar uma maneira adequada de controlar a degradação ambiental decorrente das atividades humanas.

Na visão de FOLADORI, a crise ambiental está intimamente ligada à crise econômica, explica o autor que, o indicador da ocorrência de uma crise econômica é a queda das taxas de lucro, e este evento tornou-se crescente desde a década de 70 e perdura até a atualidade, principalmente, em países capitalistas. A queda da taxa de lucro gera uma série de reveses no modo de produção capitalista, entre eles, o maior problema está relacionado com "a pilhagem de matérias-primas naturais sem preço ou com baixos preços, para baratear o capital constante acelera a formação de monopólios naturais, para que retornem lucros extraordinários". Ao passo que as empresas "externalizam" seus rejeitos e desperdícios e acarretam a poluição do meio ambiente. "O que hoje se considera uma crise ambiental mundial não está separada da economia capitalista". [191]

Dessa forma, tem-se que, a crise ambiental decorre, prioritariamente, das aspirações capitalistas, da atitude humana que explora os recursos ambientais de forma exacerbada, com o fito de lucro e de forma insustentável, mesmo com a consciência de que tais recursos são finitos e podem acabar. O ser humano acredita que possui o poder de definir as regras da

---

[189]LEFF, Henrique**.** ***Racionalidade ambiental: La reapropriacion social de la naturaleza***.Ciudad del Mexico.Ed. Siglo XXI, 2004. p. 30.

[190] Segundo Ulrich Beck, em sua obra "A Sociedade de Risco Rumo a uma outra modernidade", sociedade de industrial ou "de classes", significa a sociedade clássica, ou seja, aquela anteriormente construída sobre "as ideias de soberania do Estado Nacional, automatismo do progresso, classes, princípio do desempenho, natureza, realidade, conhecimento científico ". Difere-se esta, da sociedade de risco, a qual é definida como: a que convive com as incertezas científicas da modernidade e corre riscos invisíveis de maneira globalizada. A sociedade industrial corria riscos previsíveis perante a ciência e que não atingiam a sociedade de forma global. De acordo com o autor, teve seu fim juntamente com o final do século XIX. "sociedade industrial ou "de classes" (na mais ampla vertente de Marx e Weber) gira em torno da questão de como a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de forma socialmente desigual e ao mesmo tempo "legitima". Ver em: BECK, ulrich. Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento.São Paulo: Ed 34 Ltda, 2010.p.10 e ss.

[191]FOLADORI. Guilhermo. ***Limites do Desenvolvimento Sustentável.*** Campinas: Ed. Unicamp, 2011. p.179.

natureza, embora tenha essa vontade deverá repensar, para não receber o ônus de ser compelido pelas catástrofes ambientais, atualmente, recorrentes e visíveis em todo o planeta Terra.

Os riscos, danos e impactos ambientais advindos das explorações capitalistas e que firmam a crise ambiental contemporânea geram uma série de conflitos socioambientais, que decorrem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, onde a base para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos se configura de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Quando há disputa entre espaços, bem como aos atributos da natureza por determinados grupos, com posições sociais desiguais, os impactos que comprometem as distintas práticas socioespaciais estimulam conflitos.[192]

Nesse sentido, as praias e as zonas costeiras também são alvo da crise ambiental e dos conflitos por ela desencadeados, uma vez que, nos últimos séculos a procura pela morada permanente nesse ambiente aumentou, significativamente, ampliando a exploração e pressão perante os recursos ambientais. De acordo com o censo 2010, do IBGE (Intituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que resultou no "Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil" realizado em parceria com a Marinha do Brasil e assinado pela então presidenta da República do Brasil, na época, Dilma Rousseff e publicado no ano de 2011, aprecia-se que, os fatores históricos relacionados a ocupação do território brasileiro e progredindo com a tendência mundial da população em ocupar, predominantemente, áreas próximas ao litoral, no Brasil cerca de 26,58% da população está instalada em municípios costeiros. Parte significativa dessa população está conectada a atividades, direta ou indiretamente, ligadas ao turismo, a pesca e serviços que atendem a dinâmica econômica gerada por esses municípios e outros próximos a zona costeira. Por outro lado, a ocupação do litoral e as atividades antrópicas, nesses locais, exercem pressão sobre a fauna, a flora e todo ecossistema praial, causando riscos, impactos e danos ambientais.[193]

A zona costeira e a praia do Cassino/RS por mais de 200 (duzentos) anos tem satisfeito os interesses econômicos e sociais de seus habitantes, devido, principalmente, à sua riqueza ecológica, pois a região integra uma posição estratégica e abrange uma rede de

[192]ACSELRAD, Henri. ***Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental.*** Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 103-119, 1 jan. 2010. p. 105.
[193]BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. ***Atlas geográfico das zonas costeiras e Oceânicas do Brasil.*** Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 117.

relações ambientais que envolvem as Américas e o oceano Atlântico como um todo. A preservação dos seus ecossistemas possui significância mundial.[194]

No entanto, desde que começaram as explorações capitalistas a pressão sobre o meio ambiente cresce gradativamente.[195] Os primeiros registros de impactos ambientais na região, bem como a integridade e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades ao redor, datam a partir do século XIX.[196] Neste período, nenhum tipo de manejo ecológico havia sido constatado. Por outro lado, era visualizada a perda da biodiversidade, principalmente, quanto às espécies de peixes que, paulatinamente, foram reduzidas e algumas, atualmente, se encontram a margem da extinção, devido à inserção de barcos a motor e das redes sintéticas a partir de meados do século XX, causando conflitos entre a pesca industrial e a pesca artesanal. [197]

A construção dos molhes da Barra do Rio Grande/RS é apontada como a primeira significativa interferência antrópica no ambiente praial, pois gerou impactos irreversíveis na circulação dos fluxos de água do sistema da Lagoa dos Patos, provocando variações na salinização do estuário. Tais variações promovem impactos nos processos ecológicos, na estrutura das comunidades marítimas e na pesca, a baixa salinidade da água altera o nicho espacial das espécies que necessitam de águas salgadas.[198]

Quanto as atividades e operações do Porto do Rio Grande/RS, salienta-se que, são essenciais e contribuem intensamente com o desenvolvimento econômico local e do país, mas são consideradas extremamente complexas e se encontram interpoladas em sistemas econômicos, sociais e ambientais ainda mais intricados.[199] Dentre as atividades portuárias, muitas são consideradas potencialmente poluidoras ao meio ambiente, pois geram impactos, riscos e danos, *v.g,* a perda considerável das espécies de aves marinhas com frequência, principalmente, dos pinguins em migração, pois, as lavagens de tanques de navios próximos à

---

[194]VOOREN, C.M. ***Aves Marinhas e costeiras***. *In: Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil.* Rio Grande/RS: Ed. Conscientia, 1998. p. 174 .

[195]SEELIGER, Ulrich; COSTA. César Serra Bonifácio. ***Lições ecológicas e Futuras tendências. In: O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações.*** Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 147.

[196]SEELIGER, Ulrich. ***O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações***. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 12.

[197]SEELIGER, Ulrich; COSTA, Cesar Serra Bonifácio. ***Impactos Naturais e humanos***. *In: Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil.* Rio Grande/RS: Ed. Conscientia, 1998. p. 226.

[198]MÖLLER, Osmar; FERNANDES, Elisa***. Hidrologia e hidrodinâmica***. *In: O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações.* Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 21 e ss.

[199]KITZMANN, Dione & ASMUS, Milton. ***Gestão Ambiental Portuária: Desafios e Possibilidades.*** RAP–Revista de Administração Pública. Vol. 40. Nº 6, 2006, p.1046.

costa e ao estuário liberam substâncias tóxicas na água e tais espécies são particularmente vulneráveis a esses poluentes.[200]

Entretanto, na praia do Cassino/RS, as atividades portuárias de dragagens[201] são as que geram maiores incertezas e conflitos entre o Porto e a população local. As dragagens de aprofundamento e de manutenção são realizadas no canal de acesso à navegação da Barra, as quais permitem a entrada de navios com maiores calados no Porto do Rio Grande/RS e são realizadas desde 1830, onde o material dragado, nessa época, serviu de aterro ao longo das margens e de áreas rasas para a expansão industrial e residencial da cidade do Rio Grande/RS.[202] O aterro estreitou a embocadura do Saco da Mangueira, que é " uma enseada semifechada ligada ao estúario da Lagoa dos Patos", dessa forma, acarretou o aumento das velocidades de correntes que aprofundaram a embocadura que era de 1m (um metro) para 10m (dez metros), ou seja, o aterro bloqueou a circulação de retorno na margem junto a cidade do Rio Grande/RS e diminuiu a renovação das águas próximas à margem, que recebem efluentes domésticos, pluviais e industriais, na maioria das vezes, sem qualquer tipo de tratamento.[203]

Outrossim, a construção dos molhes da Barra, também, modificou as características sedimentares naturais causando assoreamentos significativos. Dessa forma, nos últimos 60 (sessenta) anos, tem sido dragados 46.000.000m^3 (quarenta e seis milhões de metros cúbicos) de sedimento do canal de navegação. Evidencia-se que, são necessárias dragagens cada vez mais volumosas, devido o canal de acesso estar sujeito, periodicamente, a assoreamentos (30.000 m^3 por mês) por sedimentos lamosos extremamente finos, fato que, inevitavelmente, requer dragagens anuais de manutenção ou de aprofundamento.[204]

Dentre os riscos e impactos ambientais provenientes das dragagens no canal, estão incluídos: a alteração das condições hidráulicas e sedimentológicas do escoamento que podem alterar os padrões de circulação e mistura da água, de salinidade, de turbidez, entre outros; alteração das condições do local de lançamento do material dragado; poluição por substâncias

---

[200]SEELIGER, Ulrich. & COSTA, Cesar Serra Bonifácio. ***Impactos Naturais e humanos***. *In:* Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil. Rio Grande/RS: Ed. Conscientia, 1998. p. 222.

[201]A dragagem portuária é definida pela legislação como obras realizadas com o intuito de ampliar e efetivar a logística dos Portos. O art. 53, § 2º, inciso I, da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, especifica: "I - dragagem: a obra ou serviço de engenharia que consiste na limpeza, desobstrução, remoção, derrocamento ou escavação de material do fundo dos rios, lagos, mares, baias e canais".

[202]SEELIGER, Ulrich. & COSTA, Cesar Serra Bonifácio. ***Impactos Naturais e humanos***. *In:* Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil. Rio Grande/RS: Ed. Conscientia, 1998. p. 197.

[203]BAUMGARTEN, MGZ; Et Al. ***Nutrientes na coluna da água e na água intersicial de sedimentos de uma enseada rasa estuarina com aportes de origem antrópica(RS-Brasil).*** Rio Grande: Atlântica, 2001. p. 43.

[204]CALLIARI, L. J. Et Al. ***Fine grain sediment transport and deposition in the Patos Lagoon–Cassino beach sedimentary system. Continental Shelf Research***, v. 29, n. 3, p. 515–529, 2009. p. 521.

tóxicas existentes no material de dragagem, sua suspensão e movimentação durante a dragagem, alteração da qualidade da água; impactos indiretos sobre hábitats da fauna aquática, que podem causar riscos a pesca, ao turismo e aos ecossistemas da região.[205] Ainda há na região a proliferação da macrofauna bentônica, estudos constatam que a espécie *Heleobia australis* (caramujo), que anteriormente não existia na região, passou a aparecer em grande número, pois se desenvolve em locais onde existe lama depositada, tal fato acarreta desequilíbrio ecológico. [206]

Sem embargo, o grande conflito sobre as dragagens estão ligados a deposição do material dragado, ou seja, o descarte da lama fluída. Desde o ano de 1954 são registradas ocorrências desse material na praia. Associava-se a ocorrência de lama na praia devido às tempestades "geradas pela passagem de frentes frias e ciclones extratropicais, provenientes do quadrante Sul, que remobilizam o material lamítico depositado na ante-praia lançando-o sobre a zona de arrebentação e o prisma arenoso praial".[207]

A presença de lama-fluída na praia acarreta odores, altera a qualidade da água, atinge a fauna aquática e as aves marinhas, prejudica o turismo e o desenvolvimento socioeconômico da região e as atividades esportivas marítimas. Desde 1998, esse episódio foi crescente, nesse período, foram encontradas espessuras de 1,20 m e 1,65m de lama em uma extensão de 14 km causando impactos nesse trecho da praia. Constata-se que, a deposição de lama na costa litorânea é um padrão anormal e transitório.[208]

No ano de 2008, as discussões sobre a presença de lama-flúida na praia do Cassino/RS receberam espaço na mídia e dividiram opiniões entre estudiosos, ambientalistas, a população local e os responsáveis pela administração do Porto do Rio Grande/RS, pois o episódio tornou a ocorrer na praia, em uma faixa de 7km de extensão. Alguns sujeitos apontavam que a deposição indevida do material dragado era o fator responsável pelos episódios de lama na praia, outros afirmavam ser um fenômeno natural, passagem que gerou conflitos socioambientais e incertezas quanto as operações do Porto, bem como quanto a qualidade ambiental do local.

---

[205]VON, IHERING. ***Die Lagoa Dos Patos***. Deutsche Geografische blätter, vol.10. 2005. s/p.

[206]CALLIARI, Lauro; et al. ***Lama na praia do cassino: influência das dragagens : estudo de caso a grande deposiçãode1998'.*** Rio Grande: FURG, 2015. Disponível em: http://www.praia.log.furg.br/Publicacoes/2010/2010d.pdf. Acesso em: 21 de Jun. 2015. s/p

[207]CALLIARI, Lauro; et al. ***Lama na praia do cassino: influência das dragagens : estudo de caso a grande deposiçãode1998***. Rio Grande: FURG, 2015. s/p. Disponível em: :http://www.praia.log.furg.br/Publicacoes/2010/2010d.pdf. Acesso em: 21 de Jun. 2015. s/p.

[208]CALLIARI, Lauro; et al. ***Lama na praia do cassino: influência das dragagens : estudo de caso a grande deposiçãode1998'.*** Rio Grande: FURG, 2015. Disponível em: http://www.praia.log.furg.br/Publicacoes/2010/2010d.pdf. Acesso em: 21 de Jun. 2015. s/p

Abaixo, a imagem demonstra o episódio de acúmulo de lama-fluída na praia do Cassino/RS, no ano de 2008, em que salva-vidas tentavam retirar as redes de pesca que ficaram presas na lama na beira-mar:



Figura 63. Salva-vidas envoltos pela lama-fluída.
Fonte: https://www.nsctotal.com.br/noticias/fenomeno-faz-lama-invadir-a-praia-do-cassino.

Esse cenário tornou ocorrer com bastante intensidade nos anos de 2014, 2016 e 2018. Gerou a indignação da população local, que organizou movimentos sociais como o "S.O.S. Cassino", que promoveu discussões com o Poder Público e a administração portuária em busca de explicações para os eventos de acúmulo de lama-fluída na praia do Cassino/RS. Foram organizadas interferências e passeatas divulgadas na mídia, com intuito de cessar as dragagens ou requerer processos sustentáveis. Ressalta-se que, na atualidade há indícios de lama na praia, porém em menores proporções. As discussões sobre esse fato ainda são latentes e geram conflitos, dúvidas, incertezas científicas e populacionais quanto a origem da lama-fluída na praia do Cassino/RS. Apesar das incertezas, essas ocorrências são uma realidade e geram impactos, riscos e danos a fauna, a flora e ao ambiente costeiro, compromete o desenvolvimento de atividades e uso do espaço praial. A seguir, demostramos, por meio de imagens, esses episódios de conflitos e da presença de lama-flúida na orla da praia do Cassino/RS:



Figura 64. Manifestação do movimento contra a lama-fluída na praia "S.O.S Cassino", no ano de 2018.
Fonte: https://globoplay.globo.com/v/7239036/.



Figura 65. Manifestantes formam a frase "lama não" durante protesto na praia em 2018.
Fonte: https://globoplay.globo.com/v/7239036/



Figura 66. Lama na praia, 2014 (esquerda) e 2021 (direita)
Fonte: Arquivo pessoal.

Pelos cenários demostrados fica perceptível que, a partir do século XX as atividades antrópicas estavam direcionadas para a intensificação do transporte marítimo e o aumento do esforço da pesca, que tiveram como resultado modificações ecológicas e uma nova realidade ambiental. O crescimento demográfico acelerado e as crescentes demandas econômicas causaram um declínio gradativo dos recursos ambientais e as atividades antrópicas podem estar no limite de promover riscos irreversíveis na natureza da costa e do mar desta região, pois os impactos tendem a acumular. As interferências negativas sob a biodiversidade podem reduzir severamente a capacidade dos ecossistemas responderem, com soluções viáveis, tanto as mudanças naturais, quanto aos impactos de origem antrópica.[209]

Outro fator que afeta a biodiversidade e impacta acarretando riscos e danos ao meio ambiente costeiro são as interferências antrópicas no sistema de dunas costeiras da praia do Cassino/RS. De acordo com os diversos estudos realizados nesse ambiente por (LIMA e VIEIRA, 2009; RODRIGUES e VIEIRA, 2012; ARAÚJO et al., 2018), anfíbios (LOEBMANN e FIGUEIREDO, 2004; OLIVEIRA et al. 2013b), répteis (QUINTELA et al., 2006; SANTOS et al., 2012), aves (VOOREN e CHIARADIA, 1990; GIANUCA et al., 2013;

[209]SEELIGER, Ulrich. ***O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações***. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010. p. 29.

DIAS et al., 2016), mamíferos (OLIVEIRA et al., 2013a; QUINTELA et al., 2013) e vegetação (CORDAZZO e SEELIGER, 2005), pontua-se que, os principais impactos estão relacionados com: o avanço da urbanização e construções irregulares, extração de areias (limpeza pública, construções civis para aterro e obras,..), deposição de lixos, tráfego intenso de veículos, tráfego motorizado sobre as dunas (especialmente motocicletas), presença de animais domésticos, pastoreio de dunas por vacas e cavalos e intensa visitação e pisoteio desordenado por seres humanos, sobretudo nas meses mais quentes do ano.

Esses impactos afetam diretamente a biodiversidade do sistema de dunas na praia do Cassino/RS. De acordo com o Decreto 51.797 de 8 de Setembro de 2014, que declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Rio Grande do Sul, existem 4 (quatro) espécies animais e uma espécie vegetal, além de uma espécie de ave migratória, que se alimenta nos arroios que cortam as dunas, na lista de espécies ameaçadas de extinção, principalmente em função da urbanização do litoral, fragmentação de *habitat* e presença de espécies exóticas (predadores não-naturais) e caça. São elas: O Tuco-tuco-das-dunas (*Cetnomys flamarioni*) e o Maçarico-de-papo-vermelho (*Calidis canutos*), classificados como "Em Perigo" (EN); a lagartixa-das-dunas (*liolaemus occipitalis*) e o Capotiraguá (*Blutaparon portulacoides*), considerados "Vulnerável" (VU); e o Tatu- molita (*Dasypus hibrydus*), apresentado como "Dados Insuficientes" (DD).[210]

A seguir, serão apresentados alguns registros fotográficos, realizados durante o período de 4 (quatro) anos, que confere as saídas de campo e o método de observação da área de estudo para realização do trabalho em tela, que demonstram a interferência antrópica sobre o sistemas de dunas na praia do Cassino/RS. Ressalta-se que, pelas observações realizadas são corriqueiros os eventos de inteferência antrópica nesse ambiente:

[210]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Decreto N.º 51.797, de 8 setembro de 2014***. Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/dec%2051.797.pdf. Acesso em: 23 de set. 2022.

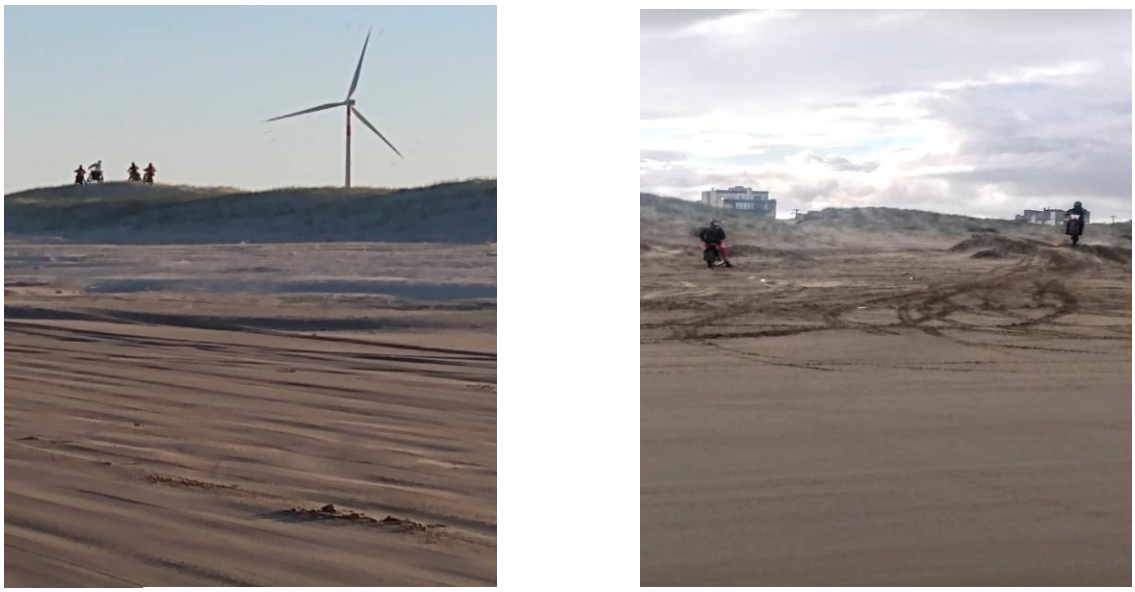


Figura 67. Trânsito de motocicletas sobre as dunas costeiras - imagens de julho de 2019 e maio de 2022, respectivamente.
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 68. Veículo estacionado sobre as dunas – 29 de agosto de 2022.
Fonte: arquivo pessoal.

As dunas são parte integrante do sistema costeiro maior, nesse sentido, atividades antrópicas em ambientes vizinhos podem interferir diretamente na sua função ecológica. Tal qual a instalação do parque eólico no corredor do bairro Bolaxa, situado na entrada do balneário Cassino/RS, empreendimento da construtora Odebrecht, denominado Central Eólica Cassino, assim, quem chega a praia do Cassino/RS, ao direcionar a visão para o Sul, observa a estrutura construída (aerogeradores), que apesar de gerar energia elétrica utilizando fontes renováveis de energia, também causa impactos no ambiente praial como: impacto na qualidade visual da paisagem inteferindo negativamente; impactos sobre a avifauna, como aos morcegos-de-cauda-grossa (*Tadarida brasilienses*) e insetos voadores, que compõe a

biodiversidade do sistema de dunas; impactos relativos a interferência eletromagnética, entre outros. Fato que gera conflitos entre população local, ambientalistas e pesquisadores a respeito da instalação do parque eólico e os benefícios e danos que o empreendimento acarreta.[211] Abaixo, imagens dos aerogeradores na praia do Cassino/RS:

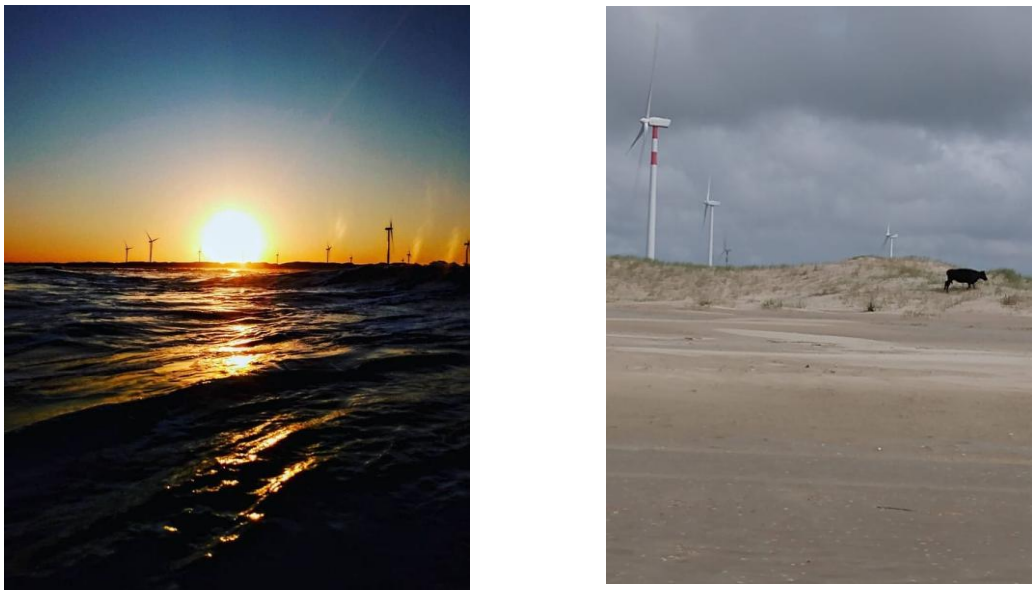


Figura 69. Imagens do Parque eólico na praia do Cassino/RS.
Fonte: Arquivo pessoal. Imagens, respectivamente, de setembro de 2022 e julho de 2022.

Além do mais, no último meio século, reflorestamentos, construções, pecuária extensiva e descarte indevido de resíduos sólidos alteraram as características naturais das dunas costeiras. Na década de 1950 a construção da rodovia BR 471 represou a água doce no banhado do Taim e elevou o lençol freático nas dunas adjacentes. As dunas secas com vegetação esparsa diminuíram e as dunas com *hábitats* úmidos aumentaram. Os reflorestamentos com eucaliptos (*Eucalyptus saligna* e *Eucalyptus grandis*), a partir da década de 1970, ocuparam extensas áreas de dunas alterando ou eliminando as características naturais de grande parte dos *hábitats* secos e úmidos. As plantações de pinheiros, na década de 1980, próximas a praia, exigiu a drenagem dos banhados atrás das dunas. Em conseqüência, o nível do lençol freático baixou significativamente e agravado pela intensa pastagem de gado, a cobertura de *Panicum* foi reduzida, ocorrência que compromete a estabilidade das dunas frontais. Aponta-se que, a destruição física e estética das dunas, por falta de conhecimento da

[211]PIEPER, Daniela da Silva; Et AL. ***Os conflitos socioambientais na instalação do Parque Eólico do bolaxa e a negligencia com os direitos da comunidade do entorno: O papel da Educação Ambiental***. In: Revista: Delos Desarollo Local Sostenible. 2016. s/p.

dinâmica e dos conceitos ecológicos são causadoras de impactos, riscos e danos tanto para natureza quanto para a sociedade.[212]

O impacto global de descarte indevido de lixo (resíduos sólidos) no mar e nas orlas, também afeta a praia do Cassino/RS. De acordo com o projeto Lixo Marinho, do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, que desenvolve monitoramento no ambiente praial desde 2016, com intuito de entender a distribuição, as concentrações, características e os impactos do lixo presente no mar e adjacências, tem-se que, foram coletados mensalmente 19.457 itens em 27 meses, no período entre 2017 a 2019. Salienta-se que, foram encontrados descarte de resíduos sólidos em todos os locais da praia (beira-mar, dunas e base das dunas, linha de costa) e em todas as estações do ano, com maior freqüência e abundância na estação de verão, especialmente, em locais urbanizados.[213]

Com os resultados do panorama de lixo na praia do Cassino/RS, afirma-se que, 88% (oitenta e oito por cento) do lixo coletado foi de plásticos, fragmentos (*pellets*, fios de *nylon*, madeiras, isopor...) bitucas de cigarro, embalagens, canudos e emaranhados de pesca. Ainda, foram registradas ocorrências de lixo internacional, provavelmente oriundos da atividade turística e portuária. O lixo de origem religiosa (oferendas), como velas, pentes, garrafas de vidro, flores de plástico, entre outros, também está presente na praia. Quanto a presença de microplásticos, o projeto destaca que foram encontrados em grande quantidade.[214]

Os impactos, riscos e danos advindos do descarte indevido de lixo na praia afetam a saúde humana, as atividades de turismo, navegação e pesca, bem como o ambiente praial e a biodiversidade como um todo, acarretando também a poluição visual. A matéria-prima para produtos plásticos é facilmente confundida com alimentos ingeridos pelos animais marinhos. As tartarugas marinhas são bastante afetadas, em um único animal foram encontrados 544 (quinhentos e quarenta e quatro) pedaços de plásticos. Algumas espécies de peixes, aves e invertebrados (camarões e siri-azul) também se alimentam de plásticos largados na praia e no mar. A ingestão de plásticos por animais marinhos causa asfixia e contaminação por compostos químicos tóxicos, levando-os, muitas vezes, ao óbito. De forma geral, a praia do

[212]SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. ***Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.*** Rio Grande: Ecoscientia, 2004. p. 61.
[213]RAMOS, Bruna; Et Al. ***Panorama do lixo na Praia do Cassino, RS***. figshare. Online resource. https://doi.org/10.6084/m9.figshare.15149061.v2 . Rio Grande, 2021. p.3 e ss.
[214]RAMOS, Bruna; Et Al. ***Panorama do lixo na Praia do Cassino, RS***. figshare. Online resource. https://doi.org/10.6084/m9.figshare.15149061.v2 . Rio Grande, 2021. p.3 e ss.

Cassino/RS possui mais de 2 mil pedaços de lixo por Km (quilômetro).[215] Abaixo apresentamos algumas imagens que retratam a presença do lixo na praia:



Figura 70. Acúmulo de lixo na beira-mar – 05 de out. de 2022.
Fonte: Arquivo pessoal.

Outra ocorrência que gera conflitos, riscos, danos e impactos na praia do Cassino/RS é o tráfego de veículos na orla, integrado a cultura, aos fatores geomorfológicos e políticos dos sujeitos, desde o século XIX. Os sons da natureza, o barulho do mar e dos ventos, o "cantar" das aves, dividem espaço e muitas vezes são "abafados" pelos sons automotivos. O tráfego de veículos na praia aumentou significativamente no decorrer dos anos, principalmente, na área que compreende os primeiros 21 Km (vinte e um quilômetros) de extensão de praia, ou seja, entre os Molhes da Barra e o local do naufrágio do navio Altair, onde o maior índice e constância ocorre na temporada de verão.[216]

Os impactos, riscos e danos sobrevindos do tráfego de veículos na praia são objeto de estudos de inúmeros trabalhos científicos e alguns pesquisadores enfatizam que a faixa de praia do Cassino/RS é, provavelmente, a mais impactada por veículos no mundo, fato que compromete a biodiversidade da região, pois "para qualquer espécie animal e vegetal, a

[215]RAMOS, Bruna; Et Al. ***Panorama do lixo na Praia do Cassino, RS***. figshare. Online resource. https://doi.org/10.6084/m9.figshare.15149061.v2 . Rio Grande, 2021. p.3 e ss.
[216]ADELIO, Janaina P. ***Subsídios para um plano de gestão do trânsito de veículos na praia do Cassino, Rio Grande – RS.*** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Rio Grande, 2014. Disponível em: https://gerenciamentocosteiro.furg.br/images/dissertacoes/028-Janaina-Paraguacu-Adelio.pdf. Acesso em: 30 de set. 2022. p. 48.

relação com o seu meio ambiente é basicamente a que ela estabelece em bloco com o meio abiótico e com o resto das espécies vivas, como uma interdependência dinâmica.” [217]

O resultado do trânsito de veículos na praia é o desequilíbrio na dinâmica natural, já latente e visível no caso da praia do Cassino/RS, que causa uma série de conflitos socioambientais e discussões acerca dessa cultura. Divide opiniões entre os sujeitos, principalmente, entre aqueles que são favoráveis ao tráfego de veículos na praia e os sujeitos que mantem uma postura em prol da qualidade do meio ambiente e requerem áreas restritas para o trânsito de pedestres.[218]

Salienta-se que, o tráfego de veículos na praia do Cassino/RS ocorre de forma desordenada e a faixa de praia está sendo severamente modificada em um processo de degradação que danifica o *habitat* de espécies importantes para a sobrevivência do ecossistema. Algumas espécies animais e vegetais, que ocupam a faixa de areia e as dunas, não conseguem atingir a fase adulta devido a circulação de veículos no ambiente praial. Ademais, ocorrências de incidentes, colisões, atropelamentos e congestionamentos são frequentes, desde o século XX, fato que gera um quadro típico de rodovias ou ruas arteriais em pleno ambiente praial.[219]

Há iniciativas oficiais que buscam sinalizar o trânsito sobre a areia da praia, que demonstram a conivência do poder público do município em relação à circulação de veículos na faixa de praia. No entanto, enfatiza-se que, a fiscalização municipal na orla é quase nula nos períodos mais frios do ano, sendo que, no período de verão esse cenário se modifica, mas ainda é necessário um melhor ordenamento, uso do espaço, fiscalização e ações contínuas que visam minimizar os impactos e riscos inerentes este fato. Abaixo, as imagens demonstram as placas de sinalização, porém há ausência de consciência coletiva, individual e de ações específicas do Poder Público :

---

[217]FOLADORI, Guillermo. ***O capitalismo e a crise ambiental***. *In*: Revista Raízes, ano XVIII, número 19, pgs 31-36. 1999. p.31.

[218]LOPES, M.N; CHAVES, et al. ***Estudo do impacto ambiental sobre a biodiversidade da praia do Cassino causado por veículos automotores.*** Caxambu, Anais do VII Congresso de Ecologia do Brasil, 2007. p. 1.

[219]VIEIRA, H.; CALLIARI, L. J.; OLIVEIRA, G. ***Estudo do impacto da circulação de veículos em praias arenosas através de parâmetros físicos: um estudo do caso***. ENGEVISTA, São Paulo, v. 6, n. 3 p. 54-63, 2004. p. 55 e ss.





Figura 71. Placa em rua de acesso a praia. Out de 2021.
Fonte: Arquivo pessoal.

Com intuito de fornecer alguma segurança aos pedestres na praia, no período de verão, há tentativas de canalizar os fluxos por meio de barreiras de areia amontoadas com o uso de máquinas pesadas, em uma atividade com enorme potencial erosivo e com conseqüências ao sistema de circulação superficial das águas.[220] Essa tentativa pontual de organizar o trânsito, além de acarretar impactos ao meio ambiente, não cumpre com as expectativas para a qual foram propostas e se tornam ineficazes, pois existe imprudência de muitos condutores de veículos que ignoram as barreiras de areias e ultrapassam a faixa destinada aos pedestres. Essa postura gera riscos e danos tanto a natureza, quanto a segurança dos sujeitos usuários da praia.

De acordo com a entrevistada "E", em relação a circulação de veículos na praia, aponta-nos que, " principalmente na temporada de verão, a questão dos carros me incomoda, pois quem está na praia corre risco, não há bom senso, a restrição que colocam com areia para que fiquem só as pessoas, não é respeitada."

Quanto à força da natureza e sua dinâmica, resta que parece ser ignorada frente a tentativa de ordenamento de uso do espaço praial, uma vez que, as ondas que atingem a praia do cassino/RS são habitualmente associadas a expressivas elevações do nível do mar gerando intensos processos erosivos e grande movimentação sedimentar. Ainda, existem ocorrências de marés meteorológicas, registradas desde 1977, que atingem a orla por meio de ondas com enorme força e massa de água.[221] Fenômeno natural que causa transtornos, danos e riscos aos sujeitos que insistem em tentar dominar e afrontar os ciclos da natureza. De acordo com a

[220]VIEIRA, H.; CALLIARI, L. J.; OLIVEIRA, G. ***Estudo do impacto da circulação de veículos em praias arenosas através de parâmetros físicos: um estudo do caso***. ENGEVISTA, São Paulo, v. 6, n. 3 p. 54-63, 2004. p. 55 e ss.
[221]MELO FILHO, Eloi et al. ***Indícios da ocorrência de um tsunami meteorológico na Praia do Cassino, RS***. Vetor, v. 15, n. 2, p. 1-13, 2005. Disponível em: http://www.semengo.furg.br/2004/21_2004.pdf. Acesso em: 05 de out. 2022. p. 2.

entrevistada “ C”, “falta educação ambiental, as pessoas não tem conhecimento sobre as ressacas, as dinâmicas da praia, é preciso conscientização, muitas pessoas não sabem o que são impactos ambientais e como a natureza funciona”. As imagens abaixo, revelam as citadas a cima:



Figura 72. Maré metereológica atinge carros na beira-mar em 14 de mar. de 2020.
Fonte: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/14/tsunami-meteorologico-atinge-o-litoral-sul-e-arrasta-veiculos-na-praia-do-cassino.ghtml.



Figura 73. Maré metereológica atinge carros na orla no verão de 2016.
Fonte: http://www.clicsul.net/portal/sul-mare-subiu-e-causou-estragos-na-praia-do-cassino-neste-domingo-09.



Figura 74. Maré metereológica atinge carros na orla no verão de 2014.
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=NxPMwZdxlhw.

Em linhas gerais, os problemas relacionados ao trânsito de veículos na praia do Cassino/RS estão ligados ao número significante de veículos na orla, que ultrapassam a capacidade de carga do ambiente e geram riscos, danos e impactos a biodiversidade, como: alteração no comportamento das aves marinhas e costeiras, remobilização de grandes quantidades de areias pelos pneus, perda da vegetação e fauna das dunas, perda de invertebrados bentônicos pela compactação dos sedimentos, riscos de acidentes com pedestres, acidentes entre veículos, poluição por gases tóxicos emitidos pelos veículos, entre tantos outros que afetam diretamente a função ecossistêmica do ambiente praial, reduzindo a qualidade do meio ambiente e a sadia qualidade de vida.[222] Todo ecossistema tem uma certa capacidade de carga, isto é, ele pode manter e reproduzir um certo número de indivíduos. Quando a população cresce demais, rompendo o equilíbrio dinâmico do sistema, se produz uma crise ambiental.[223]

A erosão costeira, embora possa ser considerada um processo natural, transforma-se em impacto ambiental quando afeta áreas de interesses econômicos e sociais. A recente tendência de aumento do nível do mar em escala global faz com que as ondas e correntes afete áreas que não eram atingidas em poucas épocas atrás. As edificações em áreas inadequadas,

---

[222]ADELIO, Janaina P. ***Subsídios para um plano de gestão do trânsito de veículos na praia do Cassino, Rio Grande – RS.*** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Rio Grande, 2014. Disponível em: https://gerenciamentocosteiro.furg.br/images/dissertacoes/028-Janaina-Paraguacu-Adelio.pdf. Acesso em: 30 de set. 2022. p. 60 e ss.

[223]FOLADORI, Guillermo. ***O capitalismo e a crise ambiental***. *In:* Revista Raízes, ano XVIII, número 19, pgs 31-36. 1999. p.31.

como por exemplo, sobre ou próxima a formação de dunas, altera o processo natural da dinâmica dos sedimentos costeiros entre praias e dunas. Esse processo de erosão mostra-se crescente, na extensão da praia da praia do Cassino/RS, principalmente na região próxima ao Hermenegildo, onde muitas moradias foram construídas sobre o campo de dunas. A imagem abaixo ilustra tal ocorrência:



Figura 75. Erosão costeira no Hermenegildo.
Fonte: https://marsemfim.com.br/balneario-do-hermenegildo-rs-e-destruido/.

Dentre os impactos já descritos nesse capítulo, atenta-se que, o despejo de esgoto clandestino também se faz presente na praia do Cassino/RS e afeta diretamente a qualidade da praia, não apenas na questão da balneabilidade, mas, prioritariamente, pelo aporte de nutrientes que causam a eutrofização nos arroios, que modificam sua ecologia e, consequentemente, a quantidade de nutrientes que chegam na zona de arrebentação. Ainda, o sistema coletor de esgoto, implementado no ano de 2002, atende apenas os moradores e comércios da região central do balneário. Os demais moradores constroem fossas sépticas ou jogam seus rejeitos nas valas de escoamento pluvial ou diretamente nos sangradouros que deságuam na praia, ou seja, no mar.[224]

Pelo exposto, é imperativo discorrer no próximo capítulo sobre quais são os principais instrumentos legais que tratam sobre a gestão de praia no Brasil, as ações, as estratégias, práticas e os mecanismos de atuação política perante a nova fase neodesenvolvimentista que abate o Brasil com governos de extrema direita que valorizam as medidas em prol do capitalismo e as medidas protetivas para o meio ambiente ficam em segundo plano.

[224]ADELIO, Janaina P. ***Subsídios para um plano de gestão do trânsito de veículos na praia do Cassino, Rio Grande – RS.*** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Rio Grande, 2014. Disponível em: https://gerenciamentocosteiro.furg.br/images/dissertacoes/028-Janaina-Paraguacu-Adelio.pdf. Acesso em: 30 de set. 2022. p. 46.

CAPÍTULO IV - Instrumentos legais: Gestão ambiental pública das praias no Brasil.

No presente capítulo, destacam-se, os principais instrumentos e normas que norteiam as políticas públicas e a legislação ambiental, a qual define as regras e a imposição de limites para minimizar a degradação ambiental da costa litorânea. Apenas recentemente o meio ambiente foi de fato estudado como objeto jurídico, voltado para a proteção e preservação, da costa litorânea. Passou-se a exigir do Estado e seus entes – União, estados e municípios, que os limites e as normas estabelecidas sejam cumpridas, tornando necessária a implementação de políticas públicas voltadas a salvaguardar o meio ambiente e o ser humano. Nesse sentido, tornou-se necessário abarcar os principais instrumentos que definem a gestão ambiental pública das praias, bem como analisar criticamente a aplicação das políticas públicas e ações do Poder Público frente a proteção e preservação das características naturais do ambiente praial, principalmente, as normas e ações do poder-dever público administrativo da Praia do Cassino/RS.

4.1 Legislação Brasileira que versa sobre a proteção e gestão ambiental das praias.

No tocante a legislação e os instrumentos que visam a proteção da costa litorânea, internacionalmente, dois documentos foram significativos e passaram a influenciar à construção das normativas brasileiras que versam sobre o mar, o litoral e os seus recursos naturais. Quais sejam: A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar realizada em Montego Bay, na Jamaica, em de 10 de dezembro de 1982 e a Agenda 21 global, consolidada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a qual o Brasil foi signatário com o advento do Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, deixa claro em seu preâmbulo que, os problemas dos espaços oceânicos estão estreitamente inter-relacionados e devem ser considerados como um todo, bem como deve se estabelecer uma ordem jurídica que promova os usos pacíficos dos mares e oceanos, a utilização equitativa e eficiente dos seus recursos, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho.[225] A Agenda 21, em seu artigo 17, prevê que o gerenciamento da zona costeira

[225]BRASIL, ***Decreto nº 1.530, de 22 de Junho de 1995***. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982**.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1530.htm. Acesso em: 19 de out.2022. s/p.

e adjacências deve ocorrer de forma integrada e visar a sustentabilidade dos recursos naturais costeiros, com a adoção de medidas preventivas e de precaução na elaboração e implementação de projetos com avaliação prévia e observação sistemática dos impactos decorrentes de grandes projetos e predizer situações futuras.[226]

No Brasil, a Carta Magna de 1988, que orienta e proporciona as diretrizes e balizes do ordenamento jurídico, acolheu a Lei nº 6.938 de outubro de 1981, em quase toda sua totalidade, ou seja, a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, a qual desenvolve a instituição de um Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e cria conceitos, princípios, objetivos, responsabilidade, enfim, toda a sistemática indispensável para a aplicação da política nacional ambiental. Dessa forma que, no capítulo VI, Título VIII, Da Ordem Social, encontra-se o artigo 225 "caput" da Constituição Federal de 1988, que dita o seguinte texto:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e á coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.[227]

A proteção ambiental passa a ter uma nova ênfase, não visa apenas o desenvolvimento econômico e a exploração dos recursos naturais de forma excessiva. Agora o meio ambiente é considerado um direito fundamental, de terceira geração (direitos difusos e coletivos) essencial à qualidade de vida. Busca-se então, um enlaço entoado entre a sociedade e a natureza para que seja alcançado o equilíbrio ecológico, entre desenvolvimento e proteção ambiental, para a preservação do meio ambiente às atuais e vindouras gerações.

No tocante a proteção ambiental da zona costeira, a nível constitucional, no artigo 225, no parágrafo 4º, encontra-se classificada como patrimônio nacional, entre outros ecossistemas.[228] Os usos desses espaços e de seus recursos naturais devem ser realizados na forma da lei, em condições que assegurem a preservação do meio ambiente. O conceito de patrimônio nacional tem o significado de domínio notável, isto é, de um conjunto de poderes outorgados à sociedade que, independente de qualquer outro título, condiciona ou submete todos os outros direitos sobre as coisas, inclusive a propriedade privada ou pública.

---

[226]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Agenda 21 Global***. Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. p.196

[227]BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Org. Alexandre de Moraes. 16º Ed. São Paulo: Atlas, 2000. s/p.

[228] BRASIL, Constituição Federal de 1988. ***Constituição da República Federativa do Brasil***. Org. Alexandre de Moraes. 16º Ed. São Paulo: Atlas, 2000. s/p.

Tratando especificamente das praias, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 20, no rol dos Bens da União, inclui as praias marítimas[229], mas é na legislação infraconstitucional que se encontra o disposto sobre a proteção e gestão do ambiente praial. Instituído pela lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988[230] e regulamentado por meio do Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004[231], que dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima[232], surge o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM e da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA.[233]

Denota-se que, anteriormente a Constituição Federal de 1988, foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, isto é, um órgão deliberativo e de assessoramento instituído em 12 de setembro de 1974 e reinstituído em 2019, pelo Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019, cuja finalidade é de coordenar as ações relativas a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM[234], a qual foi aprovada pelo Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2015.[235] A PNRM é consolidada por Planos e Programas plurianuais e anuais decorrentes, preparados pela CIRM, que se desdobram em projetos específicos e compõem os documentos básicos de trabalho. Esses projetos são aprovados pela CIRM e os recursos necessários são repassados pelos diversos órgãos, mediante convênio e para as Instituições executoras (Universidades, Institutos de Pesquisa e organizações governamentais ligadas aos recursos do mar), conforme o desenvolvimento das várias fases. A CIRM é

---

[229]BRASIL, Constituição Federal de 1988. ***Constituição da República Federativa do Brasil***. Org. Alexandre de Moraes. 16º Ed. São Paulo: Atlas, 2000. s/p.

[230]BRASIL, ***Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988***. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 18 de jan.2022,

[231]BRASIL. ***Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004***. Regulamenta a lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm. Acesso em: 16 de jan.2022.

[232]O conceito de orla marítima foi instituído pelo Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que expõe: como a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar.

[233]BRASIL, ***Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988***. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 18 de jan.2022.

[234]BRASIL, ***Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019***. Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9858.htm. Acesso em: 18 de jan.2022.

[235]BRASIL, ***Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2015***. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5377.htm. Acesso em: 19 de jan. de 2022.

constituída de acordo com o Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019, cujo art. 4º foi modificado pelo Decreto de nº 10.475, de 27 de agosto de 2020.[236]

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e sob a responsabilidade da CIRM está sua elaboração e atualizações necessárias. Um dos principais objetivos do PNGC é o ordenamento dos usos da zona costeira tendo em vista a conservação e proteção dos recursos costeiros e marinhos.[237] Nesse sentido, o processo de gerenciamento costeiro deve ocorrer de forma integrada, descentralizada, participativa e contínua, um processo dinâmico e que evolui ao longo do tempo, com intuito de alcançar a sustentabilidade das áreas costeiras e marinhas. Ressalta-se que, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, por meio da Resolução nº 005 de 03 de dezembro de 1997, aprovou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II – PNGC II, onde a responsabilidade de implementação e formulação dos planos locais (Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro – PMGC) e regionais (Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro- PEGC) de gerenciamento costeiro foi atribuída aos estados e municípios costeiros.[238]

No artigo 2º, do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, fica exposto que:

> Subordinando-se aos princípios e tendo em vista os objetivos genéricos da PNMA, fixados respectivamente nos arts. 2º e 4º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o PNGC visará especificamente a orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.[239]

O conceito de praia encontra-se no Plano Nacional de Gerenciamento costeiro - PNGC, no artigo 10, que dita:

> As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os

---

[236]BRASIL, Marinha do Brasil. ***Comissão Interministerial para os Recursos do Mar***. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/ptbr/institucional#:~:text=A%20CIRM%20%C3%A9%20%C3%B3rg%C3%A3o%20deliberativo,23%20de%20fevereiro%20de%202005%3B. Acesso em: 26 de out.2022. s/p.

[237]BRASIL, ***Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988***. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 18 de jan.2022.

[238]OLIVEIRA, Marcia Regina Lima & NICOLODI, João Luiz. ***A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público***. In: Revista da Gestão Costeira Integrada 12(1):89-98. Disponível em: https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-308_Oliveira.pdf. Acesso em: 20 de out. 2022. p. 92.

[239]BRASIL, ***Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988***. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 18 de jan.2022.

> trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.[240]

Ainda, no artigo 10, parágrafo 3º, da lei supracitada, tem-se que:

> Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subseqüente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.[241]

A legislação ao classificar as praias como "bem de uso comum do povo" as torna um bem difuso e insuscetível de apropriação, mas apresenta a possibilidade de gerenciá-las, em que são pertencentes a cada pessoa e concomitantemente a todos, não havendo possibilidade de identificar seu titular, sendo seu objeto indivisível. Mostra-se uma dimensão democrática e redistributiva, pois se adapta com a noção de ter acesso universal e igual para todos ao desfrute de uma qualidade de vida ajustada com desenvolvimento da personalidade de cada ser humano, visando também que seja alcançada pelas futuras gerações. As praias como "patrimônio público" devem ser, imprescindivelmente, asseguradas e protegidas, considerando seu uso coletivo. E desta forma, são titulares do meio ambiente praial, a sociedade, o Poder Público e também todos que ainda não existem e aqueles que poderão existir.

Importante ressaltar que, a Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, em seu artigo 54, prevê penalidades a quem "dificultar ou impedir o uso público das praias".[242] O Código civil brasileiro, instituído pela lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, no seu Capítulo III, que versa sobre os bens públicos, no artigo 100, prevê que: "Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar", isto é, as praias não podem ser vendidas ou transmitidas.[243]

O PNGC, dentre as suas significativas considerações e normas, ainda prevê no artigo 6º, parágrafo 2º, o licenciamento ambiental para as áreas costeiras através de análise de

---

[240]BRASIL, ***Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988***. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 18 de jan.2022.

[241]BRASIL, ***Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988***. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 18 de jan.2022.

[242]BRASIL, ***Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998***. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 21 de jan. 2022.

[243]BRASIL, ***lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002***. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil. Acesso em 22 de jan. de 2022.

Estudo de Impacto Ambiental e relatório de impacto ambiental - EIA-RIMA, para qualquer parcelamento ou remembramento do solo que venha causar qualquer alteração das características naturais da Zona Costeira. O princípio universal da precaução deve ser sempre observado, quando houver motivos razoáveis de que a atividade possa causar risco ao meio marinho, à saúde pública, à biota ou constitua entrave a atividades de lazer público em praias brasileiras, obedecendo aos programas anteriormente referidos, sob comando da CIRM (Comissão Interministerial para os Recursos do Mar).[244]

Conforme a legislação e as normas brasileiras o órgão competente responsável pela gestão dos bens da União, no qual estão incluídas as praias, é a Secretária do Patrimônio da União – SPU, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A Secretária do Patrimônio da União, dentre suas competências visa disciplinar a utilização dos bens de uso comum do povo, por meio da adoção de medidas e providências necessárias a fiscalização de seu uso.[245]

Embora a gestão e fiscalização das praias constarem como competência da Secretária do Patrimônio da União – SPU, na maioria dos casos, essas atividades ficam a cargo do poder municipal, fato que gera conflitos e sobreposições de competência entre diferentes níveis de governo. Destaca-se que, o governo estadual atua na contratação de serviços em alguns estados, tal como os guarda-vidas. A sobreposição de competências também acaba por ocorrer nos diferentes instrumentos de ordenamento e planejamento costeiro, tendo como exemplo, o Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro- ZEEC[246] (200 milhas náuticas) e o Plano de Gestão da Zona Costeira- PGZC do município, que são instrumentos do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e tem incidência na mesma área do Plano Diretor. O Projeto ORLA, instrumento do gerenciamento costeiro no Brasil, possui como objetivo o planejamento participativo das áreas da União e as áreas de competência do município, o qual também está regido no Plano Diretor. Tal circunstância pode permitir o vazio administrativo.[247]

---

[244]BRASIL, ***Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988***. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 18 de jan.2022.

[245]BRASIL, Mistério da Economia. ***Secretaria do Patrimônia da União – SPU***. Disponivel em: https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento/unidades/spu. Acesso em: 21 de out. 2022.

[246]O Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro – ZEEC, visa orientar o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão. Inclui 4 etapas, quais sejam: diagnóstico físico-natural, diagnóstico socioeconômico, diagnóstico socioambiental e zoneamento ou uso planejado.

[247]SCHERER, Marinez***. Gestão de Praias no Brasil: Subsídios para uma Reflexão***. *In:* Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management, vol. 13, n. 1, pp. 3-13, 2013. p.5 e ss.

Com o intuito de estabelecer a gestão dos espaços litorâneos de forma contínua, integrada e descentralizada, orientada para o uso racional dos recursos naturais, a Lei nº 13.240 de 30 de dezembro de 2015, autorizou a União a transferir a gestão patrimonial das praias aos municípios, por terem maior propriedade e proximidade com os conflitos e demais problemáticas, somada à falta de efetivo da União para atender um litoral com muitos de quilômetros de extensão, no artigo 14 da lei citada acima fica instituído que:

> A União é autorizada a transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos.[248]

No parágrafo 1º do referido artigo, consta que a transferência prevista deve ocorrer mediante assinatura do termo de adesão com a União. Para tanto, a Portaria SPU nº 113 de julho de 2017 (ampliada pela Portaria da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - Portaria SCGPU nº 44, de 31 de maio de 2019) estabelece o modelo do Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas – TAGP, que uma vez assinado possibilita aos municípios auferirem diretamente as receitas patrimoniais originadas das áreas sob sua gestão. Por outro lado, devem se comprometer com a fiscalização patrimonial e com a elaboração do planejamento integrado desses espaços, através do Plano de Gestão Integrada – PGI[249] do Projeto Orla, em até 3 (três) anos. Cabe deixar exposto que, o TAGP inclui aspectos somente patrimoniais, não existe qualquer alteração de competência relacionada a outros aspectos, a exemplo do ambiental. [250]

Salienta-se que, tanto o TAGP como o Projeto ORLA foram constituídos para contribuir, em escala nacional, para a efetividade das diretrizes gerais de ordenamento do uso e ocupação do ambiente praial, mas não existe uma plataforma oficial atualizada para

---

[248]BRASIL, ***Lei nº 13.240 de 30 de dezembro de 2015***. Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nº s 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13240.htm. Acesso em: 25 de jan. 2022.

[249]O Plano de Gestão Integrada – PGI é um importante instrumento de planejamento que auxilia o Município nas tomadas de decisão e relações com os outros entes federados, e permite ainda um melhor conhecimento e controle do seu território, de forma a favorecer o estabelecimento de convênios entre as prefeituras,universidades e institutos de pesquisa, no âmbito da caracterização, fiscalização e controle socioeconômico e ambiental, e de ferramentas para avaliação e monitoramento da gestão da Orla Marítima. Ressalta-se que é um produto resultante do desenvolvimento do Projeto Orla.

[250]BRASIL, Ministério da Economia. ***TAGP e Normativos***. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/tagp-e-normativos/tagp-e-normativos. Acesso em: 26 de out. 2022. s/p.

acompanhar e verificar o estágio de implementação do Projeto ORLA nos municípios, tampouco, para o acompanhar os seus PGIs.[251]

Os municípios que aderirem ao TAGP, o qual é facultativo, devem enviar a Secretária do Patrimônio da União – SPU relatórios anuais de gestão de praias, ou seja, necessitam um ambiente que centralize informações sobre o TAGP e gestão de praias dentro do site oficial do município. Para interlocução sobre os assuntos de gestão de praias junto a SPU, o prefeito necessita designar um Gestor Municipal de Utilização de Praias, preferencialmente, um profissional integrante do quadro permanente do município.[252]

Em relação ao Projeto ORLA, foi criado a partir de 2001 para contornar as demandas de ordenamento do uso e da ocupação da orla marítima no Brasil. Desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e pela Secretária de Patrimônio da União – SPU, que constitui a Coordenação Nacional do Projeto ORLA, que atualmente também contempla o Ministério do Turismo – Mtur. O escopo do Projeto ORLA é compatibilizar as políticas patrimoniais, urbanas e ambientais através da gestão costeira integrada na esfera municipal e busca o fortalecimento da capacidade de atuação dos distintos atores do setor público e privado, frente uma gestão integrada e participativa.[253]

Trata-se, portanto, de uma política estratégica que visa contribuir com a qualificação das tomadas de decisões no âmbito local e cumprir a função socioambiental e de proteção da orla marítima. Nesse sentido, o Projeto ORLA insere uma ação sistemática de planejamento local, agrupando normas ambientais e urbanas na política de regulamentação do espaço praial por meio de um processo inclusivo de alocação de recursos.[254]

A articulação política e institucional do Projeto ORLA foi desenvolvida na esfera do Grupo de Integração para o Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO (extinto no ano de 2020 pelo Decreto nº 9.759/2019), no campo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar- CIRM. Para o desenvolvimento do Projeto ORLA foram realizados estudos-piloto de forma efetiva, os quais toaram sua implementação e posterior publicação no Decreto Federal nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004. Esclarece-se que, apesar da extinção da composição do

---

[251]CRISTIANO, Samanta da Costa; Et Al. ***Municipalização da Gestão de Praias Marítimas Brasileiras***. In: Gestão Ambiental e Sustentabilidade em Áreas Costeiras e Marinhas: Conceitos e Práticas v. 2. Disponível em: https://gaigerco.furg.br/images/Arquivos-PDF/parte-II_ch25r_.pdf. Acesso em: 26 de out. 2022.p. 15.

[252]BRASIL, Ministério da Economia. ***TAGP e Normativos***. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/tagp-e-normativos/tagp-e-normativos. Acesso em: 26 de out. 2022. s/p.

[253]MARRONI, E. V.; ASMUS, M. L. ***Gerenciamento costeiro: uma proposta para o fortalecimento comunitário na gestão ambiental.*** 1. ed. Pelotas: USEB, 2005. p. 123.

[254]CRISTIANO, Samanta da Costa; et al. ***Municipalização da Gestão de Praias Marítimas Brasileiras***. In: Gestão Ambiental e Sustentabilidade em Áreas Costeiras e Marinhas: Conceitos e Práticas v. 2. Disponível em: https://gaigerco.furg.br/images/Arquivos-PDF/parte-II_ch25r_.pdf. Acesso em: 26 de out. 2022.p. 9.

GI-GERCO, este foi reafirmado como um grupo técnico de assistência da CIRM, cujo o caráter é temporário e possui validade de 1 (um) ano. Apesar das modificações na legislação, o GI-GERCO ainda é formalmente instituído pelo PNGC. [255]

De acordo com o Plano de Ação Federal da Zona Costeira – PAF –ZC, desenvolvido pelo GI-GERCO como um instrumento legal previsto no Decreto Decreto Federal nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004 e publicado no ano de 2005, com intuito de organizar o planejamento de ações estratégicas para políticas públicas supervenientes na zona costeira e buscar responsabilidades compartilhadas de desempenho e execução estabelecendo o referencial de atuação da União, o Projeto ORLA é sua prioridade. No entanto, salienta-se que, o PAF-ZC necessita de atualizações, tal qual ocorreu com o III PAF-ZC 2015-2016 e o IV PAF-ZC 2017-2019, mas desde o ano de 2020 não existe vigência desse instrumento, tampouco há previsão de um novo PAF-ZC, tendo em vista a desarticulação do GI-GERCO.[256]

O Projeto ORLA é o principal instrumento de gestão pública das praias no Brasil e visa o resgate do uso democrático do ambiente praial, de caráter eminentemente participativo. O principal fundamento relacionado a sua finalidade é o de Gestão Costeira Integrada – GCI, que pode ser conceituada como um processo contínuo, dinâmico e que evolui ao longo do tempo, pelo qual são realizadas decisões e ações para o uso sustentado das áreas costeiras e marinhas. Envolve uma avaliação pertinente da realidade e possui como objetivo a construção de planos de ações na forma de projetos e programas que possibilitam gerenciar os sistemas costeiros e seus recursos. Fala-se "integrada", pois deve integrar diferentes setores econômicos com atividades na zona costeira, ainda deve integrar distintos níveis de gestão governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada. [257]

Para a implementação e efetividade do Projeto ORLA foram criados 5 (cinco) manuais de orientação, que apresentam a estrutura conceitual e os arranjos políticos-institucionais, como aporte para avançar na descentralização da gestão da orla para a esfera municipal. Esses documentos ganham destaque, pela relevância de seus conteúdos, quais sejam: Para a construção dos procedimentos técnicos para a gestão da orla, existe o manual intitulado como "Fundamentos para gestão integrada". O "Manual de gestão", por sua vez, orienta, através de linguagem técnica, o diagnóstico, a classificação e a caracterização da

[255]BRASIL, Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. ***Resolução nº 05 da CIRM de 13 de dezembro de 1997.*** Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II). Brasília, DF: Marinha do Brasil, 1997. s/p.

[256]OLIVEIRA, Marcia Regina Lima & NICOLODI, João Luiz. ***A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público***. In: Revista da Gestão Costeira Integrada 12(1):89-98. Disponível em: https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-308_Oliveira.pdf. Acesso em: 20 de out. 2022. p. 94.

[257]ASMUS, Milton & POLETTE, Marcus. ***Meio Ambiente Marinho e Impactos Antrópicos.*** *In:* Introdução as Ciências do Mar. Org. Jorge Pablo Castello & Luiz Carlos Krug. Pelotas: Ed.Textos, 2015. p. 512.

situação atual e a composição de cenários de usos desejados e as possíveis ações para alcançá-los, bem como este manual é utilizado para a capacitação de gestores, a qual ocorre em três etapas, sendo elas: Primeira etapa - oficina I, coordenadas por instrutores especializados apoiados por membros da Coordenação Estadual (Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU); Segunda Etapa - consolidação das informações geradas, que servirão como subsídio para a elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI e for fim, a oficina II, voltada para a consolidação das propostas de ação, definição de estratégias para execução, avaliação e cronograma de implementação do Plano de Gestão Integrada -PGI.[258]

O manual intitulado "Subsídios para um projeto de gestão" engloba os estudos preliminares, que deram subsídios para a elaboração do projeto, analisando a sua base legal, seus antecedentes institucionais e mencionando seus fundamentos teóricos. Por sua vez, o manual " Guia de implementação do Projeto ORLA", detalha o fluxo de atribuições, atividades e encaminhamentos do Projeto, com intuito de contribuir para a organização de uma agenda institucional nas três esferas do governo e destacar os mecanismos de envolvimento e participação da sociedade no processo de gestão.[259] O manual "Implementação em Territórios com Urbanização Consolidada" tem a intenção de contribuir para a garantia da função socioambiental da propriedade ao longo da costa litorânea urbanizada. Ainda visa contribuir para a prática do diálogo entre os atores envolvidos.[260]

O último manual lançado pelo Projeto ORLA, no ano de 2022, foi nomeado como "Manual para Elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla" e possui como escopo atualizar e aprimorar o desenvolvimento do processo de consolidação e execução do Projeto. Ressalva-se que, o Projeto ORLA foi concebido para ser prático e duradouro, sem esquecer de abarcar conceitos e conteúdos relevantes para a compreensão teórica de todo seu arcabouço.

Quanto a participação pública no Projeto ORLA, a comunidade local representa fonte de informação que parte da realidade dos sujeitos e contribui ativamente no processo de construção coletiva. A sensibilização para a participação dos movimentos sociais e demais representações da sociedade civil deve alcançar os gestores públicos responsáveis pela elaboração e execução de Políticas públicas. Ao desenvolver o Projeto ORLA, os municípios devem promover a participação da sociedade civil nos processos de decisão, por meio de um

---

[258]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Projeto Orla: Fundamentos para gestão integrada***. Brasilia: MMA/SQA, 2002. p. 2.
[259]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Projeto Orla:Maual de Gestão***. Brasilia: MMA/SQA, 2006. p. 5.
[260]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Projeto Orla: Implementação em territórios com urbanização consolidade.*** Coord. de Kazuo Nakano. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. p. 9.

processo de mobilização que sensibiliza, informa, envolve e compromete os atores com o Projeto, por meio de oficinas e audiências públicas. [261]

A Educação Ambiental no Projeto ORLA se apresenta como extensão do caráter participativo, ou seja, alenta-se que as atividades de Educação Ambiental sejam realizadas em resposta aos problemas ambientais detectados durante as etapas de implementação do Projeto. Através de estratégias de Educação Ambiental, em locais chave das orlas, torna-se possível promover o fortalecimento da população local em prol do Projeto, bem como impulsionar cidadãos comuns a transformarem-se em parceiros no controle e na fiscalização das causas de degradação ambiental. As praias são locais nos quais as atividades educacionais proporcionam resultados positivos, não somente para o bem-estar social, mas também para a promoção do turismo sustentável e de geração de negócios.[262]

Aponta-se que, o intuito do capítulo em questão foi apresentar os principais instrumentos de gestão pública das praias no Brasil e esclarece-se que pela limitação das linhas não é possível descrever todas as etapas e processos de forma detalhada e minuciosamente, tendo em vista as inúmeras etapas e trâmites para o processo de execução do Projeto ORLA. Abaixo, por meio do quadro esquemático é possível visualizar, de forma resumida, as fases para a sua implementação:



Quadro 5 – Quadro esquemático fases de implementação do Projeto Orla.
Fonte: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Projeto Orla: Manual para elaboração do Plano de Gestão Integrada. Brasília: MMA/SQA. p.101.

[261]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Projeto Orla: Manual para elaboração do Plano de Gestão Integrada.*** Brasília: MMA/SQA. p. 99.
[262]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Projeto Orla: Manual para elaboração do Plano de Gestão Integrada.*** Brasília: MMA/SQA. p.137.

Passados mais de 20 (vinte) anos de experiências e implementação do Projeto ORLA em diversos municípios do Brasil, denota-se que, o desafio da gestão pública das praias é permanente. A realidade de muitos municípios costeiros, sobretudo os mais urbanizados, não corresponde a qualidade ambiental e urbana desejada. Perdem-se inúmeras oportunidades para a realização de explorações sustentáveis das potencialidades socioambientais, econômicas e turísticas. Tais problemáticas estão associadas à ausência de uma gestão efetiva, bem como a falta de clareza de responsabilidades e atribuições das instituições que atuam nesse ambiente.

Contudo, no próximo subitem do capitulo em questão, iremos abordar quais são as ações e medidas de gestão pública ambiental existentes na praia do Cassino/RS e se as mesmas comtemplam o arcabouço jurídico ambiental e estão em consonância com os princípios e políticas públicas que visam a utilização sustentável dessa parte do território.

4.2 Os instrumentos legais e a gestão ambiental pública na praia do Cassino/ RS.

De acordo com a legislação municipal do Rio Grande/RS, a Secretaria de Município do Cassino - SMC é inteiramente responsável pela administração do balneário Cassino e isso inclui o ambiente praial. Ademais, essa secretaria também exerce funções de planejamento urbano e alguns tipos de obras de infraestrutura, atividades realizadas em outros bairros do município e de outras secretarias, como a Secretaria do Município de infraestrutura e a Secretaria do Município de Controle e Serviços Urbanos. Desde o ano de 2012, essas competências foram instituídas pelo artigo 26 da Lei Municipal de nº 7265, de 4 de julho de 2012, que dita, em relação a gestão da praia, os seguintes termos:

> **Artigo 26** – Compete a Secretaria do Cassino
> I -a implantação e gestão de programas e projetos que objetivem o desenvolvimento urbano da área delimitada relativa ao Cassino;
> III- a execução dos serviços públicos nas vias e logradouros;
> IV- o apoio aos eventos e ações turísticas e de preservação ambiental;
> V- a manutenção da limpeza e da iluminação pública do Cassino;
> VI - a manutenção dos serviços públicos na orla marítima do Município;
> [...]
> IX- a fiscalização de obras e posturas no Cassino;
> X- a ordenação do comércio ambulante e temporário no Cassino;
> XI- a execução do zoneamento de uso da orla marítima, concedendo licença respectiva;
> XII- a alienação de domínio útil de terrenos de marinha e acrescidos, localizados no Cassino, em conformidade com a legislação que rege a matéria;[263]

[263]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Lei Municipal de nº 7265, de 4 de julho de 2012***. Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do Poder executivo municipal e o quadro de cargos em comissões e funções de direção, chefia e assessoramento e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2012/727/7265/lei-ordinaria-n-7265-2012-dispoe-

O Plano Diretor do Município do Rio Grande/RS, instituído pela Lei de nº 6.585, de 20 de agosto de 2008, no Capítulo III – Da Política Ambiental Municipal, em seu artigo 39 e parágrafo único, explana os objetivos em defesa do meio ambiente de qualidade, conforme o artigo supracitado fica exposto que:

> Art. 39. São objetivos da Política Ambiental Municipal qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da resolução dos conflitos referentes à degradação do meio ambiente e saneamento. Parágrafo único. O Patrimônio Ambiental abrange os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras remanescentes dos ecossistemas originais indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem, que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar condições de equilíbrio, essenciais à qualidade de vida.[264]

O artigo 40, do Capítulo em questão, aponta as diretrizes da Política Ambiental Municipal, em um extenso rol que visa a implementação de planos de ações com intuito de preservar e proteger os ecossistemas locais. Abaixo, estão listados alguns Incisos que demostram as propostas e orientações previstas na legislação:

> Art. 40. Constituem diretrizes da Política Ambiental Municipal:
> VII - Garantir a produção e divulgação do conhecimento sobre o meio ambiente por um sistema de informações integrado;
> [...]
> XIII - Promover a educação ambiental como instrumento para sustentação das políticas públicas ambientais, buscando a articulação com as demais políticas setoriais;
> [...]
> XXIV - Elaborar Plano de uso da praia do Cassino.
> Parágrafo único. Estas diretrizes devem orientar planos e projetos municipais, tais como Plano Ambiental Municipal, Projeto Orla, Agenda 21 e outros.[265]

---

sobre-a-estrutura-organizacao-e-funcionamento-do-poder-executivo-municipal-e-o-quadro-de-cargos-em-comissao-e-funcoes-de-direcao-chefia-e-assessoramento-e-da-outras-providencias. Acesso em 13 de fev. de 2023.

[264]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Lei de nº 6.585, de 20 de agosto de 2008***. Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano muncipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2008/658/6585/lei-ordinaria-n-6585-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-do-rio-grande-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-desenvolvimento-urbano-municipal#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20PLANO%20DIRETOR,PROPOSI%C3%87%C3%95ES%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20MUNICIPAL. Acesso em: 14 de fev. 2023.

[265]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Lei de nº 6.585, de 20 de agosto de 2008***. Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano muncipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2008/658/6585/lei-ordinaria-n-6585-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-do-rio-grande-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-desenvolvimento-urbano-municipal#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20PLANO%20DIRETOR,PROPOSI%C3%87%C3%95ES%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20MUNICIPAL. Acesso em: 14 de fev. 2023.

O artigo 42 do Plano Diretor do Município do Rio Grande/RS versa sobre o Projeto ORLA. Abaixo o texto da Lei e demais artigos referentes a proteção do meio ambiente:

> **Art. 42**. O Projeto Orla do Município do Rio Grande, é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria do Patrimônio da União(SPU/MP) e a Prefeitura Municipal do Rio Grande, com a finalidade de promover o disciplinamento de usos e de ocupação na orla marítima e estuarina do município, compatibilizando os mais diferentes interesses políticos, sociais, econômicos e ambientais. Parágrafo único. São objetivos do Projeto Orla do Município do Rio Grande, além da valorização da paisagem e dos atrativos turísticos, proteção do meio físico e dos recursos naturais;
> I - Fortalecimento da capacidade técnica dos gestores e aumento da autonomia municipal, a partir da organização da base de informação; II - Garantia efetiva do acesso público às praias e manutenção de sua função social; III - Possibilidade de solução de conflitos de uso e reversão de processos de degradação ambiental; IV - Geração de novas oportunidades de negócios compatíveis com a conservação e utilização sustentável da biodiversidade local, e a manutenção da qualidade ambiental da orla; V - Desenvolvimento de diferentes setores da economia, manutenção de recursos naturais estratégicos e implantação de infra-estrutura de interesse para o crescimento socioeconômico regional.[266]

Na Subseção IV - das áreas de proteção do ambiente natural, no artigo 93, parágrafo 2º, tem-se que:

> § 2º. Na orla ao longo da Área Urbana de Ocupação Intensiva, poderão ser mantidas as áreas com ocupações consolidadas e as áreas de proteção ambiental existentes, indicadas no Mapa 06, sendo que somente serão admitidas obras e alterações que estejam previstas no Projeto Orla do Município do Rio Grande.[267]

Segundo o artigo 178, passado a prazo máximo de 2 (dois) anos da vigência do Plano Diretor do Município (2008), o Plano de Uso da Praia do Cassino, o Plano Ambiental Municipal e a Agenda 21 deverão ser elaborados e encaminhados, em que a participação da sociedade civil e das associações representativas, de forma direta, deverá ser garantida.[268]

---

[266]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Lei de nº 6.585, de 20 de agosto de 2008***. Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano muncipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2008/658/6585/lei-ordinaria-n-6585-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-do-rio-grande-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-desenvolvimento-urbano-municipal#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20PLANO%20DIRETOR,PROPOSI%C3%87%C3%95ES%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20MUNICIPAL. Acesso em: 14 de fev. 2023.

[267]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Lei de nº 6.585, de 20 de agosto de 2008***. Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano muncipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2008/658/6585/lei-ordinaria-n-6585-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-do-rio-grande-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-desenvolvimento-urbano-municipal#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20PLANO%20DIRETOR,PROPOSI%C3%87%C3%95ES%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20MUNICIPAL.

[268]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Lei de nº 6.585, de 20 de agosto de 2008***. Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano muncipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2008/658/6585/lei-ordinaria-n-6585-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-do-rio-grande-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-desenvolvimento-urbano-

O Plano de Uso da Praia é produzido pela Secretária de Município do Cassino, durante as temporadas de verão e possui o formato de um guia para comerciantes e usuários da praia. O objetivo é de ordenar o uso e ocupação da faixa de praia e especificar as atividades permitidas e a gestão ambiental dessas atividades. Quanto a Agenda 21 local, aponta-se que, apesar de passados 15 anos da vigência do Plano Diretor do Munícipio, ainda não foi implementada a nível local.

O Plano Ambiental Municipal foi implementado no ano de 2007 e passou pelo processo de revisão e atualização no ano de 2019, por meio de um convênio firmado entre a prefeitura e a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A Edição revisada e ampliada foi aprovada no ano de 2022. Destaca-se que, o principal objetivo da Revisão do Plano Ambiental foi de estabelecer um processo de gestão ambiental integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas, como forma de contribuir com a qualidade de vida e proteção do patrimônio histórico, cultural, natural e étnico.[269]

Conforme a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, por meio do Relatório de Gestão de Praias Marítimas Urbanas do município do Rio Grande/RS, realizado em 11 de novembro de 2020, a data de adesão ao Projeto Orla e a realização da Oficina I ocorreram em 05 de julho de 2004, a Oficina II foi realizada em 09 de julho de 2004. Quanto ao Comitê Gestor da Orla foi instituído em 17 de janeiro de 2005 e composto pelos atores a seguir: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Especial do Cassino, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social, IBAMA, FURG, NEMA, CONDEMA, União Rio Grandina de Associações de Bairros – URAB, Sociedade de Engenheiros e Arquitetos de Rio Grande - SEARG, Centro de Indústrias do Rio Grande – CIRG, Centro Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e a Colônia de Pescadores Z1.[270]

O Termo de Adesão à Gestão das Praias Marítimas – TAGP foi assinado em 28 de novembro de 2018, conforme publicado no Diário Oficial da União, com a mediação do Órgão Estadual de Meio Ambiente, que no Rio Grande do Sul é a Fundação Estadual de Proteção - FEPAM e da Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU/SPU. Uma cópia

---

municipal#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20PLANO%20DIRETOR,PROPOSI%C3%87%C3%95ES%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20MUNICIPAL. Acesso em: 14 de fev. 2023.

[269]TAGLIANI, Paulo Roberto; Et Al. ***Plano Ambiental do Município do Rio Grande***. Ed. Rev. e amp Org. Paulo Roberto Armanini Tagliani. Rio Grande/ RS. Ed. FURG, 2022. s/p.

[270]BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria do Patrimônio da União (SPU). ***Relatório de Gestão de Praias Marítimas Urbanas***. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/rio-grande_relatorio_gestao_praias_2020.pdf. Acesso em 22 de fev. de 2023.s/p.

do TAGP foi enviada à Câmara de vereadores em 16 de setembro de 2019. Salienta-se que, a vigência permanece pelo período de 20 anos a partir da publicação no Diário Oficial da União.[271]

De acordo com o Relatório de Gestão de Praias Marítimas Urbanas do município do Rio Grande, fica explícito que o município possui o Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima – PGI, em que a audiência pública para legitimá-lo ocorreu em 22 de dezembro de 2014, mas não foi incorporado à legislação municipal.[272] Ressalta-se que, conforme a legislação deveria ser oportunizado ao público informações e a publicização do Plano de Gestão de Praias Marítimas Urbanas – PGI, no entanto não encontra-se disponível em nenhum dos sites oficiais do município, fato que não colabora e tampouco atende a demanda imposta do Projeto Orla, que visa a transparência e o acesso a informação.

Sabe-se que, a administração municipal organizou a produção do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - PGI e identificou três unidades de gestão em Rio Grande, quais sejam: a Unidade 1 - Matriz Ilhas, Unidade 2 - Matriz Urbana e a Unidade 3 - Matriz Praia e Estação Ecológica do Taim. Dentre as ações previstas no PGI do município do Rio Grande/RS e de acordo com o Relatório de Gestão de Praias Marítimas, apresentado à SPU, apenas uma ação foi implementada, qual seja: O Projeto de Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, pertencente a Unidade 2 de gestão – Matriz urbana. Aponta-se que, a adesão ao Projeto Orla foi em vista ao ordenamento da orla municipal do Rio Grande/RS.[273]

No que diz respeito às ações e/ou campanhas educativas para o uso responsável e seguro da praia, apenas consta o Curso de Boas Práticas oferecido pela Secretária de Meio Ambiente aos vendedores ambulantes na temporada de verão, por meio de distribuição de cartilhas visando orientação e cumprimento das condições e restrições da autorização ambiental para uso da faixa de praia.[274]

---

[271]BRASIL, ***Diário Oficial da União***. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/arquivos/2019/extrato-tagp-rs_rio_grande_extrato_de_adesao . Acesso em: 24 de fev. 2023.

[272]BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria do Patrimônio da União (SPU). ***Relatório de Gestão de Praias Marítimas Urbanas***. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/rio-grande_relatorio_gestao_praias_2020.pdf. Acesso em 22 de fev. de 2023. s/p.

[273]BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria do Patrimônio da União (SPU). ***Relatório de Gestão de Praias Marítimas Urbanas***. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/rio-grande_relatorio_gestao_praias_2020.pdf. Acesso em 22 de fev. de 2023. s/p.

[274]BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria do Patrimônio da União (SPU). ***Relatório de Gestão de Praias Marítimas Urbanas***. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/rio-grande_relatorio_gestao_praias_2020.pdf. Acesso em 22 de fev. de 2023. s/p.

Em relação à proteção ambiental da praia do Cassino/RS, tem-se que, não existem unidades de conservação – UC e a única Área de Preservação Permanente- APP diz respeito ao cordão de dunas. De acordo com a Lei Municipal de nº 5.261, de 18 de setembro de 1998, as dunas e o conjunto ecológico que formam são considerados patrimônio ambiental, cultural e paisagístico. O artigo 3 º da referida lei dita que:

> As dunas e o ecossistema ao qual pertencem são consideradas RESERVAS ECOLÓGICAS, conforme a Lei 4771/65, a Lei 6938/81 e a Resolução 004/85 do CONAMA, bem como "áreas de preservação permanentes", nos termos da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 4116/86.[275]

Com relação ao trânsito de veículos na orla da praia do Cassino/RS, apesar de causar inúmeros impactos ambientais e a sadia qualidade de vida, a legislação municipal afirma ser um ato cultural e habitual da população. Dessa forma, por meio da Lei Municipal nº 8.114, declara que o costume de veículos na beira da praia é um bem integrante do patrimônio cultural imaterial do município.[276] Salienta-se que, tal legislação municipal confronta a legislação estadual que prevê, por meio da Lei de nº 9.204, de 11 de janeiro de 1991, a proibição de veículos nas praias balneárias do Estado do Rio Grande do Sul.[277]

Enfatize-se que, os projetos e programas voltados para a proteção e conscientização ambiental na praia do Cassino/RS são realizados, na maioria dos casos, por ONG´S e pesquisadores da Fundação Universidade do Rio Grande – FURG, que através de estudos, pesquisas e projetos atuam em prol de um ambiente praial de qualidade.

Nessa seara, destacamos o Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA, uma organização não-governamental, associação privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, a qual foi fundada em 1987 na cidade do Rio Grande/RS. O NEMA atua em parceria com organizações institucionais como: FURG, ICMBIO, Projeto Tamar, CIRM, a administração ambiental do município do Rio Grande/RS, entre outros. Os projetos, mais relevantes, realizados na praia do Cassino/RS são: Mamíferos Marinhos do

---

[275]BRASIL, Rio Grande do Sul. ***Lei Municipal de nº 5.261 de 18 de setembro de 1998.*** Considera as Dunas e o Conjunto Ecológico que formam, Patrimônio Ambiental, Cultural e Paisagístico do Município do Rio Grande e dá outras providências. Disponível em: https://camara-municipal-de-riogrande.jusbrasil.com.br/legislacao/523643/lei-5261-98#art-1. Acesso em: 24 de fev.de 2023.

[276]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. . ***Lei Municipal de Nº 8.114 de 5 de junho de 2017***. Declara o costume de uso de veículos na beira da praia do Cassino, como bem integrante do Patrimônio cultural imaterial do Município do Rio Grande. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2017/812/8114/lei-ordinaria-n-8114-2017-declara-o-costume-do-uso-de-veiculos-na-beira-da-praia-do-cassino-como-bem-integrante-do-patrimonio-cultural-imaterial-do-municipio-do-rio-grande. Acesso em: 25 de fev. de 2023.

[277]BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. ***Lei de Nº 9.204, de 11 de janeiro de 1991.*** Proíbe a circulação de veículos nas praias balneárias do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=17505&hTexto=&Hid_IDNorma=17505#:~:text=Sistema%20LEGIS&text=LEI%209.204%2C%20DE%2011%20DE,do%20Rio%20Grande%20do%20Sul. Acesso em: 24 de fev. de 2023.

Litoral Sul, que visa a conservação, manejo e pesquisa dos mamíferos marinhos e ambientes associados; Tartarugas Marinhas no Litoral do Rio Grande do Sul, que tem a intenção de diminuir a mortalidade das tartarugas marinhas e promover a pesca responsável e práticas sustentáveis com as comunidades costeiras; Dunas costeiras, destina-se para a conservação das dunas costeiras através de ações de monitoramento, educação ambiental (plantio de mudas nativas, mutirões de limpeza, trilhas interpretativas) e manejo (fixação de áreas instáveis e recuperação de áreas degradadas); Ondas Que Te Quero Mar, procura abordar a educação ambiental para comunidades costeiras, ou seja, é uma proposta de Educação Ambiental para a zona costeira do Rio Grande do Sul.[278]

O Projeto Lixo Marinho desenvolvido por pesquisadores da FURG, do Instituto de Oceanologia, contribui, desde o ano de 2016, com o monitoramento do lixo na praia do Cassino/RS, os objetivos do projeto são entender as concentrações, distribuição e características de resíduos sólidos presentes no mar e adjacências, bem como seus impactos. Um dos objetivos do projeto é divulgar as informações obtidas para o público em geral, a comunidade científica e os tomadores de decisões. O Projeto também realizou alguns campanhas de sensibilização com turistas e moradores, por meio de ações de coleta de lixo.[279]

Por sua vez, o projeto Caminho Marinho é uma iniciativa que visa a conexão entre Pesquisa, Extensão e Ensino, em que atua na conservação das tartarugas marinhas na praia do Cassino/RS. O projeto realiza o monitoramento populacional das tartarugas marinhas, principalmente, na região dos molhes da Barra, desde o ano de 2016. A equipe conta com atuação de pesquisadores e acadêmicos, de diversas áreas do conhecimento, como voluntários e também estagiários. O trabalho realizado pelo projeto inspira e motiva o desenvolvimento da pesquisa monográfica, de dissertação e tese, com intuito de expandir o conhecimento acerca da importância em manter o equilíbrio ecossistêmico.[280]

Dentre os serviços prestados pelo Poder Público municipal na praia do Cassino/RS, especificamente no período de veraneio, estão: fornecimento de guaritas para salva-vidas; limpeza da praia no período matinal, atividade realizada com ajuda de tratores; implementação de banheiros químicos; demarcação com montes de areia, as quais delimitam os espaços entre o trânsito de pessoas e o trânsito de veículos, atividades realizadas, também, com o apoio de tratores e realizada pela Secretária Municipal do Cassino; sinalização e

[278]NEMA, ***Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental.*** Disponível em: https://www.nema-rs.org.br/. Acesso em: 23 de fev.2023. s/p.
[279]PROIETTI, Maíra. ***Projeto lixo Marinho***. Disponível em: https://peld.furg.br/images/stories/pdf/reuniao-outubro-2019/13_Lixo_Marinho.pdf. Acesso em: 23 de fev.2023. s/p.
[280]PROJETO CAMINHO MARINHO. ***Pesquisar para conhecer, estender para compartilhar e ensinar para multiplicar***.Disponível em: https://www.caminhomarinho.org/. Acesso em: 25 de fev. de 2023. s/p.

segurança para o trânsito de veículos, feita pela Secretaria de Município de Mobilidade Urbana e Acessibilidade - SMMUA-PMRG e a brigada militar .[281]

Apesar da legislação municipal estabelecer medidas e apoiar a criação de projetos e políticas públicas para enfrentamento das causas ambientais, bem como as secretarias municipais possuírem seus papéis estabelecidos na gestão ambiental pública da praia do Cassino/RS, não há integração entre as políticas e planos municipais, também não existe um planejamento de longo prazo e tão pouco objetivos definidos de gestão ambiental pública da praia. Portanto, no próximo subitem do presente capítulo, iremos fazer uma análise crítica acerca da legislação e da gestão ambiental pública nas praias, especificamente, na praia do Cassino/RS.

4.3. O Poder Público Municipal e a gestão ambiental pública da praia do Cassino/RS.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, no Brasil, ocorreu em meio a décadas de um regime militar autoritário e limitador de liberdades. Realizado de maneira truncada, com sérios problemas de efetividade, marcado por avanços e recuos mútuos e complementares do modelo liberal, calcado no plano racionalista, dogmático e individualista. No período contemporâneo, embora haja o reconhecimento de uma importante e renovada gama de direitos e medidas protetivas ambientais, muitas persistem negligenciadas na prática pelo Poder Público.

O Poder público, diante a proteção do meio ambiente, ocorre por meio da atuação administrativa, que tem a incumbência de cumprir suas atividades em defesa da efetividade dos princípios constitucionais e demais normativas que versam sobre as questões ambientais, ou seja, não deve apenas apresentar participação ativa na economia, mas precisa intervir sobre esta, com a finalidade de equilibrar proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico. No entanto, o cumprimento do marco jurídico e regulatório, pela administração pública, mostra-se obscuro, muitas vezes por falta de conscientização ambiental, carência de condições de infraestrutura, falta de pessoal capacitado nos órgãos públicos, entre outras problemáticas.

Importante ressaltar que, a legislação brasileira, desde a década de 50, versa na intenção de dar proteção e *status* jurídico ao meio ambiente. Todavia, no período atual, ocorreu uma série de novos retrocessos relacionados a legislação e aplicação das normativas

[281]GUIA DE ATIVIDADES: ***faixa de praia verão 2019/2020***. Elaboração: André Luiz de Oliveira Barbosa; et al. Colaboração: Rossana Chiaffitelli; et al. Projeto Gráfico, Ilustração e Diagramação Cristiane Simões Netto Costa, Leon Barreto Gonçalbes Rosa. Rio Grande: FURG, 2019. p. 5.

ambientais, pois o governo Federal do Estado brasileiro esteve sob o comando de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), vinculado a um governo de extrema-direita, que por convicção e interesses estritamente capitalistas deslegitimizou a política ambiental. Fato que também ocorreu pela defasagem na esquerda brasileira e dos críticos da teoria marxista que fazem a compreensão da relação sociedade-natureza.

Ao longo dos anos de história dos governos anteriores diferentes tipos de titulares da política ambiental apresentaram diferentes tipos de gestão ou de ideologia e de líderes com características distintas, mas, a prática política nunca foi a favor do desmonte da política ambiental. Sob o governo de Bolsonaro, ineditamente, ocorreu a pauta antiambientalista, em que retrocessos e esvaziamentos, principalmente, no Ministério do Meio Ambiente e nos órgãos colegiados foram realizados, como a transferência da Agência Nacional das Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, um dos órgãos mais antigos em termos de proteção ambiental no Brasil, foi o primeiro a ser diluído, onde seu corpo de conselheiros foi reduzido pela metade e como consequências ocorreram sucessivos cortes de verbas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.[282]

Em meio a problemas ambientais reais, como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, incêndios em alta escala no Pantanal, no Cerrado e na Amazônia e o vazamento de óleo, que atingiu impactando, aproximadamente, 900 (novecentas) praias brasileiras, em 11 estados litorâneos, o governo Bolsonarista recusou-se a compactuar com a ciência, através de uma atitude negacionista que relativizou dados científicos e agiu em desacordo com os protocolos de gestão em prol da qualidade ambiental.[283]

A política ambiental foi esvaziada ou subjugada aos interesses econômicos e a ética enviada ao exílio. Trata-se de um governo de Estado autoritário, em que a ordem política é desmatar, oprimir, mentir, enfim, segue os caminhos do neoliberismo e do fascismo em contramão da emancipação social, econômica e política, bem como não atribui qualquer indício ou incentivo ao exercício de cidadania. Dentre tantas barbáries do governo Bolsonaro, em relação as causas ambientais e dos sujeitos que compõe o quadro político em prol da proteção ambiental é possível citar: a flexibilização das multas por crimes ambientais; a destruição da floresta amazônica; a suspenção do bilionário Fundo da Amazônia, que

[282]HARCAR, Nathalia. ***Uma análise sobre a política bolsonarista (anti)ambiental.*** *In:* OPEL- Observatório Político e Ambiental. Disponível em: https://observatoriodoconhecimento.org.br/uma-analise-sobre-a-politica-bolsonarista-antiambiental-por-nathalia-harcar/**.** Acesso em: 24 de fev. 2023. s/p.
[283]MOTRIVIVÊNCIA, (Florianópolis), v. 31, n. 60, p. 01-18, outubro-dezembro, 2019. s/p.

financiava inúmeros projetos de proteção da floresta e sua biodiversidade; perseguição aos fiscais ambientais; assassinatos de indígenas; liberação de veneno em alimentos, através da permissão do registro de centenas de agrotóxicos proibidos em diversos países; incentivo aos garimpeiros para invadir as terras indígenas e o sucateamento e cortes na Ciência e Tecnologia, que incidem sobre as Universidades e Institutos de educação federais.[284]

No ano de 2023, o Governo Federal encontra-se sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que em sua campanha para eleger-se enfatizou a necessidade de fazer uso das pautas ambientais e fez acenos importantes sobre a proteção ambiental no Brasil, com intuito de combater as políticas destrutivas ambientais do governo autoritário de Jair Bolsonaro. Ademais, o atual Presidente da República, formou nova aliança com Marina da Silva, uma forte representante do debate ambientalista no Brasil, fato que corrobora com uma pauta governamental de incentivo a proteção e preocupação com as questões ambientais, considerando a participação cidadã e a política ambiental transversal e integrada.

Todavia, se considerarmos a constituição do Congresso Nacional e do Senado Federal o cenário em prol das pautas ambientais não se torna otimista, uma vez que, no Congresso grande parte dos deputados federais não estão alinhados aos projetos ambientais. O cenário mostra-se menos promissor quando sabe-se que foi eleito, com grande número de votos, o deputado Federal Ricardo Salles, ex-Ministro do Meio Ambiente durante o governo Bolsonaro, uma figura que foi responsável pelo desmonte das instituições de proteção ambiental, investigado por crime ambiental, exonerado do cargo de Ministro depois de inúmeros escândalos e acusações de envolvimento com tráfico ilegal de madeiras, bem como foi autor da frase repugnante "passar a boiada", em que se aproveitou do momento pandêmico que o mundo enfrentava para promover o desmanche da política ambiental brasileira.[285]

Nesse viés, pontua-se que, quando o governo federal está sob a égide de um líder que atua frente a ideais capitalistas, individuais e autoritários, advindos de um modelo estritamente neoliberal e com fortes resquícios de um governo ditatorial e fascista, o discurso ambiental, as normativas e regras que visam a proteção do meio ambiente são utilizadas para suprir interesses próprios e do mercado. Ademais, utilizam-se da existência de uma grande quantidade de leis, em confluência concentrada entre sistemas jurídicos e políticos, em que a

---

[284]SILVA, Maurício Roberto da; Et al. ***A política de devastação e autoritarismo de Bolsonaro, 'o exterminador do Brasil': 'future-se' para o abismo, sofrimento e adoecimento de Brasil e a urgente resistência ativa.*** Revista. Motrivivência**.** Florianópolis, v. 31, n. 59, jul. 2019 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422019000300001&lng=pt&nrm=iso, Acesso em: 23 de fev. de 2023. p. 6

[285]HARCAR, Nathalia. ***Uma análise sobre o combate à política (anti)ambiental bolsonarista.*** *In:* OPEL-Observátório Político e Ambiental. Disponível em: https://observatoriodoconhecimento.org.br/uma-analise-sobre-o-combate-a-politica-antiambiental-bolsonarista-por-nathalia-harcar/. Acesso em: 23 de fev. 2023. s/p.

legislação ambiental aparece como uma produção de textos em que a alusão expõe uma realidade normativo-jurídica, mas que sua aplicação se manifesta com finalidade política de caráter não especificamente normativo-jurídico, isto é, se acolhe, em primeira instância, ao aplicar as normas ambientais, os interesses políticos, individuais e econômicos. [286]

Quanto a atuação do Poder Público municipal, nas causas relativas a proteção do meio ambiente, as problemáticas em torno de uma gestão efetiva também são corriqueiras. Denota-se que, em grande parte dos casos, a administração pública local mostra-se vulnerável as pressões dos atores econômicos, uma vez que, prioriza atender os interesses, por exemplo, das grandes empreiteiras e de empresas do setor imobiliário, onde as políticas ambientais são relegadas a segundo plano. Sobretudo, existem os conflitos de interesse entre os diversos setores do poder local, no que diz respeito aos objetivos e aos contornos das políticas ambientais, que são fragmentadas e divididas em diversos setores do poder municipal, desvinculadas das demais políticas públicas de viés econômico, social e setorial. A atuação do Poder Público municipal se restringe, na maioria dos casos, a exercer a gestão ambiental pública de espaços verdes urbanos e a fiscalização das fontes fixas de poluição. Dessa forma, a resolução de problemáticas fundamentais para se alcançar o equilíbrio ecológico e a sadia qualidade de vida, como saneamento básico e o ordenamento do uso e a ocupação do solo, ficam a cargo de órgãos não integrados e dotados de lógicas distintas.[287]

No tocante a gestão ambiental pública da costa litorânea o marco jurídico encontrou respaldo nas convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, a legislação constitucional e a adoção de políticas públicas advindas de todas as esferas do Poder Público. O Projeto ORLA, ganha destaque, pois é o principal instrumento de planejamento e gestão de praia do Brasil. Considera-se uma ação governamental de êxito, ao mobilizar diversos cidadãos em torno de seus objetivos, com metodologia validada e aplicada ao longo dos seus 22 (vinte e dois) anos de existência. Porém, ainda apresenta entraves, principalmente, em relação às estratégias pouco consolidadas e a falta de implementação dos Planos de Gestão, bem como o complexo processo de atuação desse instrumento, que dificulta a avaliação de sua implementação, que deve ser repassada a cada um dos diversos atores institucionais, nas três esferas de governo.[288]

---

[286]NEVES, Marcelo. ***A Constitucionalização Simbólica***. 3ª edição – São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 29 e ss.

[287]COSTA, Heloísa S. Moura & BRAGA, Tânia Moreira. ***Entre a concialiação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental.*** *In:* Conflitos Ambientais no Brasil. Org. Henri Acselrad. Rio de janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004. P.203 e ss.

[288]SCHERER, Marinez. ***Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão***. Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management.v. 13, n. 1, p. 3-13, 2013.p. 13.

Com vistas a assegurar a proteção ambiental e efetivar a gestão ambiental pública da praia do Cassino/RS, o Poder Público municipal adotou o Projeto ORLA, enquanto uma política pública e com a finalidade de cumprir seu poder-dever acabou por engajar-se numa produção incansável de normas ambientais, que mesmo oferecendo os elementos necessários para a construção de um espaço compartilhado, no qual o processo democrático seja levado a sério e a proteção ambiental seja efetiva, parece que esqueceu do seu principal escopo, ou seja, uma gestão eficiente do meio ambiente praial, de forma integrada, transparente e participativa. A falta de concretização e execução dos textos legislativos perante a realidade social discrepante acaba por configurar-se numa nítida demonstração de incapacidade de ação.

A única ação, prevista no Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – PGI, que foi implementada, diz respeito a Revitalização Ambiental da Orla do Saco da Mangueira na cidade do Rio Grande/RS, entre o período de 2010 a 2020. Durante o governo do prefeito Fábio Branco (2009/2012) foi assinado e licitado o contrato de execução do Estudo de Concepção da Revitalização da Orla do Saco da Mangueira, com a empresa ENGEPLUS Engenharia e Consultoria Ltda, que apresentou a necessidade de regularização fundiária, remoções, obras e aterros, alegando que o principal objetivo do projeto é a recuperação do corpo hídrico do Saco da Mangueira. Cabe salientar que, esta área se encontra estrategicamente localizada na parte central da cidade, com vistas para a Lagoa dos Patos, ao lado do centro do município do Rio Grande/RS.

Aponta-se que, um dos focos principais do Projeto ORLA, de acordo com o órgão federal, é o uso da zona costeira para fomentar o turismo. No município do Rio Grande/RS a área escolhida para execução da ação prevista no PGI, não contempla este fundamento. Foi escolhida a área que abrange a matriz urbana, fato que permite questionar os motivos pelos quais foi escolhida essa área, ao invés da área que abrange a praia do Cassino/RS. Tendo em vista que, o turismo na praia do Cassino/RS ocorre em todas as épocas do ano e no período de veraneio esse movimento intensifica-se, consideravelmente, devido a busca dos sujeitos pelo desfrute do ambiente praial, que proporciona lazer, entretenimento e sociabilidade sob a presença do calor e do mar. Esse segmento do turismo é responsável por novas gerações de renda, empregos e riquezas, em contrapartida também é responsável pela aceleração do uso, ocupação e degradação da praia, sendo necessária aplicação dos instrumentos de gestão ambiental para minimizar os riscos, impactos e danos ambientais.[289]

[289]SCHERER, Marinez. ***Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão***. Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management.v. 13, n. 1, p. 3-13, 2013.p. 1.

De acordo com o estudo de caso apresentado por BARBOSA, que teve como objetivo explorar e analisar o processo de Revitalização da Orla do Saco da mangueira, exposto no Projeto Orla do município do Rio Grande/RS, o entorno do Saco da Mangueira é praticamente todo ocupado, sendo na margem norte/oeste de forma desordenada e na margem leste/sul encontra-se instalado o Distrito Industrial de Rio Grande – DIRG, local que possui atividades com elevado potencial contaminante e poluidor. No entanto, o Estudo de Concepção do projeto incluiu apenas a margem norte/oeste e a justificativa do estudo é de um discurso de conservação e preservação do corpo hídrico em prol do meio ambiente ecologicamente equilibrado, para legitimar a execução de toda a obra, consequentemente, acarretaram em remoções de moradias e realocação de famílias daquele território.[290]

Questionamentos sobre a não inclusão da margem leste/sul do Saco Mangueira no Estudo de Concepção também são viáveis, pois não deveria a área ser igualmente detentora do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado? Sendo que, ali se concentram as atividades de grande potencial econômico, bem como as atividades potencialmente poluidoras ao meio ambiente. Ainda, de acordo com BARBOSA, os estudos técnicos sobre a obra são de difícil acesso e encontram-se na sede Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, apenas para consulta local, não existe uma versão digitalizada para consulta pela população e por pesquisadores.[291]

O autor aponta que, o Estudo de Concepção apresenta problemáticas e contradições para alcançar seu objetivo geral, ou seja, a recuperação do corpo hídrico do Saco da Mangueira. O discurso utilizado para a realização da obra parece fornecer identificação de áreas de risco e ambientalmente sensíveis para justificar as remoções de moradias de população de baixa renda na área norte/oeste, fato que produz desigualdade e injustiça ambiental, visto que tais remoções não são eficientes quando se trata da recuperação do corpo hídrico, pois os principais focos de poluição da lagoa encontram-se na margem leste/sul, onde estão instaladas as indústrias do DIRG.[292]

---

[290]BARBOSA, André Luiz de Oliveira. ***Discursos Ambientais e a Legitimação das remoções em Rio Grande/RS: Um Estudo de Caso do Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira.*** Dissertação de Mestado. Programa em Educação Ambiental. Universidade Federal de Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2021. p. 94

[291]BARBOSA, André Luiz de Oliveira. ***Discursos Ambientais e a Legitimação das remoções em Rio Grande/RS: Um Estudo de Caso do Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira.*** Dissertação de Mestado. Programa em Educação Ambiental. Universidade Federal de Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2021. p.80.

[292]BARBOSA, André Luiz de Oliveira. ***Discursos Ambientais e a Legitimação das remoções em Rio Grande/RS: Um Estudo de Caso do Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira.*** Dissertação de Mestado. Programa em Educação Ambiental. Universidade Federal de Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2021.p. 87.

Outo fator que acarreta problemáticas e retrocesso na forma de conduzir a gestão ambiental pública da costa litorânea, por meio do Projeto ORLA do município do Rio Grande/RS, foi a exclusão do Comitê Gestor do Projeto Orla - COMGEPRO, criado através dos Decretos de nº 8.739 e 8.740 de 17 de janeiro de 2005, o qual integrava 18 (dezoito) membros entre titulares e membros suplentes da sociedade civil, que eram responsáveis pela implementação e acompanhamento do Plano de Ação do Projeto Orla. Essa exclusão origina o afastamento da participação popular na tomada de decisões e deixa apenas essa responsabilidade aos técnicos da prefeitura municipal, caso que ocorreu com a Revitalização da Orla do Saco da Mangueira.[293]

Essas posturas ocorrem, em inúmeros casos, devido a lógicas internas ao capitalismo, conforme MARX, a ideologia dominante do sistema capitalista não permite a formação de uma esfera pública de debate e tampouco abre espaço para outras formas de se ver mundo. É um processo material e objetivo que muitas vezes promove a expropriação de terras e formas de vida. Por meio da narrativa capitalista promete-se eficiência e justiça, mas a busca é pela mercadorização (coisificação) das instâncias sociais, com intuito de que o individualismo e a competição sejam uma necessidade de sobrevivência e não uma escolha entre tantas outras com retornos análogos.[294]

Para SANTOS, a participação popular na tomada de decisões está consumida por forças antidemocráticas, onde velhas e novas oligarquias detêm o sistema político e o poder público fazendo-os agir a serviço de seus interesses. Constata-se que, nunca foi tão manifesto que vivemos em sociedades de política democrática, mas que são socialmente fascistas. É preciso que a política seja feita com a participação dos cidadãos e que estes não concentrem suas forças somente para eleger quem os representará politicamente. [295]

Não há de se olvidar que, além da falta de comprometimento do Poder Público em realizar e ofertar esferas públicas para a concretização da participação popular frente as tomadas de decisões ambientais, a sociedade brasileira é excludente e desigual, grande parte da população brasileira permanece como massa de manobra e está acostumada a fazer reclamações e não a fazer reivindicações.[296] A participação popular frente as decisões que os

---

[293]CONCEIÇÃO, R. A. ***O Projeto Orla enquanto instrumento de política pública para a Zona Costeira: Um estudo de caso na cidade do Rio Grande.*** Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduação Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2015. p..71.

[294]MARX, Karl. ***Últimos escritos econômicos: anotações de 1879 -1882.*** Org. Sávio Cavalcante. Trad. Hyury Pinheiro. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 24.

[295]SANTOS, Boaventura de Sousa. ***A difícil democracia, reinventar as esquerdas***. 1º Edição, São Paulo: Boitempo, 2016. pgs. 104, 106 e ss.

[296]DEMO, Pedro. ***Cidadania pequena: polêmicas do nosso tempo***. I. Reimpressão-Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. p.39.

afetam diretamente fica restrita a uma minoria. Carvalho assinala que, "a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política".[297]

O ensinamento de FREIRE colabora ao apontar para a relevância da educação que visa conscientizar os sujeitos para que atuem politicamente a favor de seus direitos, assim alega que, os homens se humanizam quando trabalham em conjunto e que estes devem assumir a responsabilidade de dar ao mundo direção. Expressar a palavra diz respeito a assumir, conscientemente, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais sujeitos, ou seja, o povo. Cabe ao povo explicitar a palavra de comando no processo histórico-sócio cultural. E se a direção racional desse processo é política, então educar através da conscientização é politizar. "Não há cultura do povo sem política do povo".[298]

Segundo QUINTAS, outro fator que dificulta a participação popular, no processo de gestão ambiental, é o efeito de impotência perante a magnitude e à desfavorável correlação de forças subjacentes. Quanto às problemáticas ambientais que precisam ser discutidas com a comunidade local, tem-se como exemplo, a ocupação desordenada do litoral que resulta em destruição de dunas, aterramento de manguezais, expulsão de comunidades e privatização de praias, entre outros impactos e danos ao meio ambiente praial. Esse fator envolve grandes interesses de grupos econômicos e políticos. Nesses casos os sujeitos sentem-se incapazes de reagir, perante a força dos atores sociais responsáveis pelos riscos, impactos e danos ao meio ambiente.[299]

Nesse sentido, pontuamos que, a falta de aplicação efetiva das normativas e demais instrumentos legais em prol da gestão ambiental pública da costa litorânea, do município do Rio Grande/RS, principalmente no tocante as regras que visam a participação popular nas tomadas de decisões, permite ativar o grau de desconfiança perante o Poder Público administrativo municipal, pois as normas de proteção ambiental não deveriam ser apenas leis de uma ordem jurídica formal, nem tão pouco a representação e um gerenciador dos interesses dos agentes políticos.

Outrossim, as fragilidades da atuação administrativa municipal frente a gestão ambiental da praia não se esgotam apenas quando se trata do déficit da participação popular nas tomadas decisões. A legislação municipal e as políticas públicas adotadas para concretizar

---

[297]CARVALHO, José Murilo de. ***Cidadania no Brasil. O longo Caminho***. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.11.
[298]FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido***. 75º Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.p. 29.
[299]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. In: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Junior. Vol 2. Brasília: MMA – Departamento de Educação Ambiental, 2007. p. 140.

a gestão ambiental pública da praia, no município do Rio Grande/RS, apresentam-se politicamente corretas e bem intencionadas, mas desprovidas de efeitos eficazes e efetivos, desviam-se de seus objetivos de tornar real a proteção do meio ambiente.

Uma demonstração do dito acima se refere ao uso de maquinários pesados para criar montes de areais na beira-mar, a custas de grandes movimentações de sedimentos, para o controle do trânsito de veículos, pois tal feito não considera a dinâmica do ambiente e acarreta impactos ambientais, por ser considerada uma atividade de grande potencial erosivo e com efeitos negativos ao sistema de circulação superficial das águas, além do fato desses montes de areia sequer oferecer sinalização plena, pois não possuem condições de aderência, tão pouco oferecem segurança aos usuários da praia, que disputam o espaço com os veículos automotores. [300] Ademais, a falta de consciência ambiental, por parte da população, também mostra-se atuante, quando por meio do método de observação feito para esse trabalho, registra-se que muitos usuários da praia, que utilizam os veículos automotores na orla, não respeitam a sinalização ofertada pelo Poder Público, pois os veículos ultrapassam as barreiras de areia que seriam próprias para separar os espaços entre veículos e a circulação de pessoas. Abaixo as imagens demonstram esses episódios. O primeiro registro mostra a operação das máquinas na praia do Cassino/RS, ação diária durante a temporada de verão e que muitas vezes é executada sem qualquer medida de prevenção e precaução para evitar impactos ao meio ambiente. O segundo registro demonstra a falta de consciência populacional em relação aos impactos ao meio ambiente e o uso do espaço praial.

[300]VIERA, Heitor; et al. ***O Estudo do Impacto da Circulação de Veículos Motorizados na Praia do Cassino Através de Parâmetros Físicos***. *In*: XVII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Anexo%20IV%20%20O%20ESTUDO%20DO%20IMPACTO%20DA%20CIRCULACAO%20DE%20VEICULOS%20MOTORIZADOS%20NA.pdf. Acesso em: 09 de mar. de 2023. p. 934.



Figura 76. Operação de máquinas na orla adentram o cordão de dunas.
Fonte: Arquivo pessoal. Fev.2023



Figura 77. Veículos ultrapassam a área delimitada pelos montes de areia.
Fonte: Arquivo pessoal. Fev. 2023

Para que ocorra a gestão ambiental pública da praia, sem prejuízos e danos ao meio ambiente, é necessário que os órgãos do município também sejam capazes de conscientizar, capacitar e instruir seus funcionários, por meio de programas de Educação ambiental e boas práticas na gestão dos recursos naturais, que possuem o escopo de promover mudanças na conduta das atividades desempenhadas e na formação de hábitos e ações ambientalmente

responsáveis. Da mesma forma, é necessária uma equipe técnica adequada, a disposição de materiais de trabalho, instalações, incentivo da chefia, entre outras demandas imprescindíveis para que os órgãos do município sejam atuantes na busca pela sustentabilidade ambiental.

Ainda, sobre o trânsito de veículos na praia do Cassino/ RS, aponta-se que, na atualidade, não há qualquer tentativa por parte do Poder Público municipal, de coibir, também não existe a intenção de delimitar determinadas áreas para o uso do espaço praial sem a presença de veículos automotores. Tampouco existem ações de educação ambiental que visam conscientizar a população local e os turistas, sobre os danos e impactos gerados pelo tráfego de veículos, principalmente, quando muito próximos ao cordão de dunas e também quando próximos demais da beira-mar. A conivência do Poder Público municipal quanto à produção de impactos advindos do trânsito de veículos fica explícita ao considerarmos a lei municipal que confronta a legislação estadual que proíbe o trânsito de veículos nas praias do Rio Grande do Sul. Em seu texto consta que é uma questão cultural e que o trânsito de veículos é um bem integrante do patrimônio cultural imaterial do município.

Deixa-se registrado que, durante o período de isolamento social originado pela pandemia do COVID-19, o Poder Público municipal, com intuito de evitar a disseminação da doença, por meio do decreto nº 17.232 de 02 de junho de 2020, interditou os acessos à orla marítima para bloquear a circulação de veículos. A partir do método de observação, foi possível verificar que algumas características naturais do ambiente praial passaram a se regenerar, *v.g* o aparecimento de conchas e espécies de aves marinhas, bem como a própria reestruturação da vegetação e da faixa de praia que sofre severamente pelo tráfego de veículos. Nesse sentido, o entrevistado "D" pontuou que:

> Na época da pandemia foi possível desfrutar a praia de forma diferente, ou seja, sem carros. A sociedade desfrutou da praia de uma maneira nunca vivida antes. Várias pessoas com quem falei amaram essa experiência e até sonham com a praia sem carros, alguns relataram que era um cenário paradisíaco, uma praia linda. Mas muito difícil vai ser termos uma praia sem carros, quem sabe algumas áreas de exclusão de veículos.

O Poder público municipal exerce algumas ações de gestão ambiental pública da praia do Cassino/RS, como a limpeza matinal da praia e a instalação de banheiros químicos com a ajuda de maquinários pesados. No entanto, essas atividades são realizadas apenas na temporada de verão, sendo indispensável destacar que, são ações descontinuadas, pontuais e não são definidas democraticamente. São atividades que possuem seu valor, mas não são capazes de criar consciência ambiental populacional e promover mudanças de condutas nos sujeitos, além de não alcançar um grande público. São processos isolados e que não visam a participação dos usuários da praia na tomada de decisões, isto é, uma abordagem acrítica e

não dialética sobre as problemáticas no ambiente praial, que não integra os aspectos sociais, econômicos, políticos e educacionais.

Sabe-se que, uma das principais problemáticas, a nível mundial, que geram impactos ao ambiente praial e atingem a fauna e flora, severamente, é o descarte de resíduos sólidos nas praias. Na praia do Cassino/RS, o Poder Público municipal, com a intenção de minimizar a ocorrência de resíduos sólidos, deixados por sujeitos que não possuem consciência ambiental, parece que também minimiza suas ações, pois faz apenas a distribuição de lixeiras (latas de metal, tonéis cortados pela metade) na praia, na temporada de verão, fato que não colabora com uma gestão que visa a conscientização populacional. E conforme os estudos e pesquisas científicas do Projeto lixo Marinho, do Instituto de Oceanologia da Universidade Federal do Rio Grande, as lixeiras dispostas não são adequadas, pois os recipientes existentes são baixos e sem proteção contra a ação do vento, bem como são distribuídas de forma irregular com distâncias consideráveis entre uma e outra.[301]

Por conseguinte, muitas ações de gestão ambiental na praia do Cassino/RS ficam a cargo de pesquisadores científicos, estudantes, ONG´s e demais envolvidos em projetos e programas que tem o intuito de preservar as características ambientais da praia, em conformidade com usos sustentáveis e adoção de estratégias que visam a conscientização populacional em prol de assegurar o equilíbrio ecológico. A importância da atuação dos atores da coletividade se dá na medida em que ocorre o fracasso da atuação do Poder Público frente as demandas ambientais na praia do Cassino/RS, na maioria dos casos, não é o órgão ambiental municipal, tampouco as grandes organizações ou os sistemas funcionais da sociedade que apontam para a resolução das causas ambientais. São as partes atingidas, os profissionais concernidos, estudantes e outros grupos sociais que atuam contra as ameaças e danos causados. Aponta-se que, a atuação da coletividade mostra-se capaz de influenciar, decisivamente, frente a atuação do Poder Público municipal nas causas ambientais de forma a se fazer cumprir as normas e regras que visam o ordenamento e a gestão ambiental da praia do Cassino/RS.

As fragilidades em relação à gestão ambiental pública da praia também afetam as questões relacionadas a segurança pública. Constata-se que, existem poucas saídas e entradas de acesso a orla. Há apenas uma passarela sob as dunas, que permite a circulação dos sujeitos. Tendo em vista que, a praia do Cassino/RS possui uma enorme extensão, há necessidade de realizar obras que visam a construção de vias de acesso a orla para o trânsito de pedestres,

[301]PROIETTI, Maíra. ***Projeto lixo Marinho***. Disponível em: https://peld.furg.br/images/stories/pdf/reuniao-outubro-2019/13_Lixo_Marinho.pdf. Acesso em: 23 de fev.2023. s/p.

bem como há pouco iluminação pública. Durante o período noturno, a praia torna-se um lugar perigoso, principalmente, fora da temporada de verão em que o movimento diminui, consideravelmente e a segurança pública é quase nula. Inúmeras ocorrências de vítimas de assaltos, roubos, estupros e demais formas de violência são registradas, onde a maioria ocorre no período noturno. O gênero feminino é o mais afetado pela falta de segurança e iluminação pública na praia do Cassino/RS, pois o ambiente inóspito, principalmente, fora da temporada de verão é propíscio para que ocorra eventuais formas de violência contra as mulheres.

Considerando o cenário e as fragilidades da gestão ambiental pública da praia do Cassino/RS, bem como as lideranças políticas que possuem uma visão antropocêntrica em relação a natureza e buscam apenas lucros, onde estão pautadas em ideologias políticas neoliberais e com influência de governos de extrema-direita, denota-se que, há necessidade de engendrar e adequar a gestão ambiental pública da praia de forma integrada e participativa. Nesse sentido que, a Educação Ambiental crítica no âmbito da gestão ambiental pública torna-se um elemento fundamental, pois visa exceder a visão técnica, monodisciplinar e dogmática advinda do modelo e das políticas conservadoras.

Para a enrevistada “A” , em relação a atuação do poder público e a necessidade de um processo de “Educação Ambiental” , dita que: “ sabe-se que é difícil a atuação do poder público. A Educação Ambiental é essencial, a gente convive com a vida marinha, com os pássaros e toda biodiversidade, é preciso conscientizar adultos e crianças.”

No ponto vista da entrevistada “C”, é necessária a atuação do poder público na questão que diz respeito ao ordenamento do espaço praial, assim expõe:

> não tem regra, cada um faz o que quer, totalmente desordenado. É preciso conscientização, educação ambiental, principalmente no veraneio, o poder público tem que regulamentar, impor regras, mas a Educação Ambiental é o fator mais importante, pois é preciso entender como funciona a praia, para que as pessoas cumpram seus deveres é preciso que elas entendam, de fato, o que as regras significam, como funciona o meio ambiente para que possam cuidar a praia com consciência. Sem conscientização não tem eficácia de regras.

O entrevistado “D” fala-nos que: “é preciso cobrar do poder público a proteção da praia, fazer parcerias, trabalhar junto com o poder público, mas sempre cobrando uma postura, porque eles que tem que executar as normas”. Em relação a Educação Ambiental, pontuou que:

> A Educação Ambiental é importante, fundamental, mas tem que haver mais ações no processo de gestão, nas escolas há intervenções, existe a Educação Ambiental formal, mas não dá pra “jogar” a responsabilidade apenas em cima das crianças. É preciso Educação Ambiental em conjunto com o poder público, os adultos também precisam participar desse processo, assim como a universidade também tem que ser mais proativa, pesquisas com mais ação, precisa sair do plano apenas teórico, é preciso implementar a Educação Ambiental prática na gestão da praia. Não há como

> separar a Educação Ambiental da gestão, mas na prática sabemos que isso não acontece.

Portanto, no capítulo que segue, torna-se *mister* abordar os elementos teóricos, práticos e epistemológicos da Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública, uma vez que, o objetivo dessa pesquisa visa a busca dos elementos necessários para uma construção mais abrangente sobre o que é uma praia, considerando a constituição dos sujeitos nesse ambiente e a relevância da sua articulação com a Educação ambiental crítica, tornando mais fácil o processo de gestão desse território. Dessa forma, possibilita-se partir de uma perspectiva dialética da compreensão do homem e das suas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais, além de gerar explicações para compreender as conflituosas relações estabelecidas na praia, que exercem influência nas decisões e escolhas dos sujeitos e na forma como concebem sua visão de mundo nesse espaço, que também engloba os mecanismos que o capital dispõe para consolidar seus modelos e estratégias.

CAPÍTULO V – A Relevância da Educação Ambiental Crítica na Gestão Ambiental Pública da Costa Litorânea

Nesse capítulo, apresentamos os principais elementos teóricos e práticos da Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública. Também foram expostas as principais ações que foram essenciais para a consolidação da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental pública no Brasil. O capítulo também foi dedicado a tratar dos da Educação Ambiental em sua vertente crítica e que visa a conscientização com vistas a emancipar os sujeitos para que participem de forma efetiva nas políticas públicas, normas e regras que prevêem a participação cidadã em seus textos. Ainda, foi contextualizado o cenário da Educação Ambiental Crítica na gestão pública da costa litorânea, para cumprir com os objetivos desse trabalho. E por fim, foram revisitados alguns aspectos já discutidos durante a pesquisa, com intuito de reunir os elementos necessários para a construção de uma leitura ressignificada e mais abrangente do conceito de praia.

5.1 A Educação Ambiental Crítica no processo de gestão Pública.

As discussões em torno da Educação Ambiental surgiram a partir de um cenário coligado, sobretudo, pelo desinteresse com a proteção do meio ambiente e a sadia qualidade de vida. Tal fato ocorreu devido à obsessão em se obter o crescimento econômico e satisfazer

as necessidades do sistema e das políticas capitalistas, a qualquer custo, abandonando as questões essenciais para a sustentabilidade socioambiental. O desenvolvimento econômico capitalista levou a sociedade contemporânea a conviver com a crise ambiental. Essencialmente, tal crise se configurou sob o prisma do esgotamento dos modelos de desenvolvimento econômico e industrial capitalistas. Houve necessidade de entender a crise ambiental sob um olhar transdisciplinar e de um enfoque mais sociológico e filosófico dos riscos e danos ao meio ambiente. O intuito foi apresentar ao público que a racionalidade, no âmbito do meio ambiente, excede a visão técnica, monodisciplinar e dogmática.[302] Nesse ínterim que, agentes políticos, pesquisadores e demais atores sociais preocupados com as questões ambientais iniciaram diálogos comprometidos a respeito do tema.

A necessidade de vincular educação e meio ambiente sobreveio, historicamente, no âmbito internacional, por meio de conferências, congressos e dos movimentos sociais que tenderam à inserir a Educação Ambiental no ordenamento legal, por meio de políticas públicas. O marco das discussões sobre o tema foi a I Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo na Suécia, no ano de 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU. Posteriormente, no ano de 1975 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu em Belgrado, antiga Iugoslávia, um Encontro Internacional em Educação Ambiental, em que foi elaborado o documento chamado Carta de Belgrado, o qual estabeleceu a estrutura e princípios orientadores para futuros programas e políticas de Educação Ambiental. Em Tbilisi (ex-URSS), no ano de 1977 ocorreu a I Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, também promovida pela ONU. Esses eventos impulsionaram a adoção de programas, ações e políticas públicas que englobam a Educação Ambiental em todo o mundo, pois o consenso da comunidade internacional foi de direcioná-la para todos os espaços que educam os sujeitos.

Observa-se que, questionamentos e explicações sobre a concepção de Educação Ambiental foram consolidados durante o processo histórico de seu desenvolvimento e influenciaram de forma decisiva, desde que se iniciaram as discussões sobre esse conceito, até a atualidade. Diversas são as correntes e teorias desenvolvidas para compreender sua dimensão e possibilidades de ação político-pedagógica. Nesta pesquisa tratamos sobre a Educação Ambiental na sua vertente não-formal, isto é, nosso enfoque é direcionado a descrever e analisar as ações, vertentes e teorias que abordam a Educação Ambiental no

[302]LEFF, Enrique. ***Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza.*** Trad. Luís Carlos Cabral, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 107.

processo de gestão ambiental, principalmente, na costa litorânea. Tendo em vista que não será possível apontar, historicamente, todo processo de desenvolvimento da Educação Ambiental e suas variadas perspectivas.

Temos como fundamento nesse trabalho a Educação Ambiental crítica, de caráter inovador, transformador, criativo e emancipatório, ou seja, essa concepção não está relacionada apenas com os aspectos biológicos da vida, mas considera, prioritariamente, a ampliação da cidadania, em que prepara os sujeitos para exigir e construir uma sociedade com justiça social, autogestão e ética nas relações sociais e com o meio ambiente, através de uma atitude reflexiva e dialética, pois o intuito é emancipá-los por meio da consciência crítica e da práxis para que tenham uma visão totalizadora sobre a realidade que os circunda.

A Educação Ambiental crítica deve ocorrer por meio de uma linguagem realista dos processos históricos, pois, "ter uma concepção de mundo criticamente coerente sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções" não emancipa os homens e torna-os obsoletos com relação a sua posição social, e dessa forma, "incapazes de completa autonomia histórica".[303]

Conceber a Educação Ambiental crítica é compreender por meio da historicidade uma visão de conjunto que permite aos sujeitos descobrir a estrutura significativa da realidade em que se defronta numa dada situação, é utilizar-se do método dialético que, em curtas linhas, significa o modo de pensar as contradições da realidade, o modo de compreender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. ENGELS ressalta que, somente por meio da dialética é possível encarar as coisas, substancialmente, em seus atrelamentos, "em sua filiação e concatenação, em sua dinâmica, em seu processo de gênese e caducidade". Assim, não se distanciando da ação dessas influências e de seus retrocessos e avanços se torna possível chegar a uma exata concepção de mundo e do seu desenvolvimento, bem como o desenvolvimento da humanidade.[304]

No que tange à Educação Ambiental crítica na gestão pública no Brasil, faremos um conciso resgate histórico, que iniciou após a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA convidar o professor Pedro Demo, especialista em educação e participação social, para elaborar uma proposta educativa na área ambiental, a qual foi finalizada no ano de 1984 e ampliou a concepção de Educação Ambiental, por meio de elementos participativos e de

[303]GRAMSCI, Antonio. ***Cadernos do cárcere***. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – Vol.1. 7º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p.95.
[304]ENGELS, Friedrich. ***Anti Duhring.*** Ed. Eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Fonte e-book digital disponível em:www.jahr.org. Acesso em: 07 de set. 2018 p. 39 e 42.

qualidade de vida. Após alguns anos, a SEMA organizou cursos de especialização em Educação Ambiental para técnicos e integrantes de instituições ambientais e professores universitários, bem como exerceu ações de capacitação de educadores e gestores ambientais e realizou seminários com a proposta de ampliar a interdisciplinaridade sobre as questões atinentes ao meio ambiente.[305]

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu no inciso VI, do artigo 225, a necessidade de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente".[306] Por conseguinte, com vistas a atender as determinações da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, que prevê no seu artigo 2º, inciso X, a educação ambiental em todos níveis de ensino e também a educação ambiental comunitária, que objetiva capacitar os sujeitos para participação ativa na defesa do meio ambiente e em consonância como o texto da Lei Maior[307], no ano de 1991, foi criado o Grupo de Trabalho na Divisão de Educação Ambiental – DIED, que elaborou as Diretrizes da Educação Ambiental, documento dividido entre bases conceituais, critérios e princípios para operacionalização da Educação Ambiental. Três linhas de ação foram propostas: capacitação desempenhadas em programas para técnicos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e para professores do Ensino Fundamental; Pesquisa de instrumentos e metodologia; e Desenvolvimento de ações educativas no processo de gestão ambiental. Ademais, como forma de descentralizar a operacionalização das ações educativas no processo de gestão ambiental, foram criados, por meio da Portaria de nº 77/1992, os Núcleos de Educação Ambiental - NEA, vinculados diretamente ao gabinete das superintendências estaduais. [308]

Com a consolidação dos NEA`s, o IBAMA em conjunto com o MEC criou a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. No mesmo período (1994), o IBAMA propôs a criação de um programa nacional para a educação ambiental, foi então que surgiu o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA. Para o desenvolvimento do trabalho foram envolvidos técnicos do IBAMA,

---

[305]LOUREIRO, Carlos Frederico B. & SAISSE, Maryane. ***Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública Brasileira: Uma análise da SEMA ao ICMbio***. Revista de Educação Pública, v. 23, n. 52, p. 105-129, 2014. p.108.

[306]BRASIL, Constituição Federal de 1988. ***Constituição da República Federativa do Brasil***. Org. Alexandre de Moraes. 16º Ed. São Paulo: Atlas, 2000. s/p.

[307]BRASIL, ***Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.*** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 18 mar. de 2023. s/p.

[308]LOUREIRO, Carlos Frederico B. & SAISSE, Maryane. ***Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública Brasileira: Uma análise da SEMA ao ICMbio***. Revista de Educação Pública, v. 23, n. 52, p. 105-129, 2014. p. 109 e ss.

MEC e MMA. Para operacionalizar o PRONEA, as principais diretrizes eram de promover o exercício da cidadania, assumir a desigualdade social como fator determinante dos problemas ambientais e um papel ativo dos técnicos do IBAMA no enfrentamento das desigualdades como condição para alcançar o meio ambiente como um bem de uso comum do povo.[309] O PRONEA ganhou uma nova versão no ano de 2005, resultado de vasta consulta nacional e propõe uma constante atividade de transversalidade para internalizar, através de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a Educação Ambiental no conjunto do governo e na sociedade como um todo.

No contexto da 2º Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente/Rio 92, surge o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovado no Forúm Global. Em sintonia com este Tratado oportunizou-se a criação da Rede Brasileira de Eduacação Ambiental – REBEA, fruto de articulações entre universidades, movimentos socioambientais e organizações não-governamentais. O tratado criado durante a Rio 92, pontua os princípios, para quem é dirigido, os grupos envolvidos e os recursos que serão disponibilizados, destacamos, um dos planos de ação que corroboram para o processo de Educação ambiental na gestão ambiental pública:

> Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

Sob o governo federal de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1996, o presidente do IBAMA iniciou uma nova reforma e a Educação Ambiental se transformou em um dos Programas do IBAMA, qual seja: o Programa de Educação Ambiental e Divulgação Técnico Cientifica – PEA. No ano de 1997, o MMA instituiu um Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, com intuito de atender demandas, principalmente, as previstas no PRONEA, para fortalecer e consolidar as estratégias desse Programa.[310]

O notável desenvolvimento da Educação Ambiental no campo legal ocorreu com a promulgação da Lei de nº 9.795 de 27 de abril de 1999 - A Política Nacional de Educação Ambiental –PNEA. O texto da lei afirma que, a Educação ambiental é essencial em todos os níveis do processo educativo, nas vertentes formal (ensino formal) e não-formal que,

---

[309]LOUREIRO, Carlos Frederico B. & SAISSE, Maryane. ***Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública Brasileira: Uma análise da SEMA ao ICMbio***. Revista de Educação Pública, v. 23, n. 52, p. 105-129, 2014. p.111.

[310]LOUREIRO, Carlos Frederico B. & SAISSE, Maryane. ***Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública Brasileira: Uma análise da SEMA ao ICMbio***. Revista de Educação Pública, v. 23, n. 52, p. 105-129, 2014. p.114.

conforme a legislação são “as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”.

A câmara do Conselho Nacional de Educação e dos técnicos do CONAMA foram responsáveis pela regulamentação da PNEA, assim surge o Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002. Outro feito importante foi a criação por Lei do Plano Plurianual – PPA 2000-2003, em que a Educação Ambiental foi incluída pela primeira vez, por meio do Programa intitulado 0052 Educação Ambiental, cujo objetivo era promover capacitação, mobilização e conscientização dos diversos segmentos da sociedade. O Programa foi imprescindível para a consolidação da Educação Ambiental na gestão ambiental federal e sua formação por um conjunto de ações, sob responsabilidade do MMA, IBAMA, Banco do Brasil e Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em função das novas diretrizes e sintonizado com o PRONEA, o Programa 0052 foi reformulado e passou a ser intitulado Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, composto por ações de responsabilidade da Diretoria de Educação Ambiental, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Agência Nacional de Águas, Coordenação Geral de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)[311]

Denota-se que, esse conjunto de regulamentos, normativas e iniciativas do governo, do parlamento e da sociedade, entre tantos outros, oportunizou a efetividade da institucionalização da Educação Ambiental no processo de gestão ambiental pública, bem como incentivou o diálogo, a inserção e transversalidade da Educação Ambiental em demais legislações que versam sobre a questão ambiental.

A Educação Ambiental na Gestão Pública, como espaço de ensino e aprendizagem, obteve suas primeiras conceituações através do entendimento do IBAMA, a partir dos anos 90, com o apoio de pesquisadores e educadores de universidades, organizações da sociedade civil e de outras instituições[312]. A vertente desse entendimento é de caráter crítico e fica esclarecido, atualmente, que a Educação Ambiental crítica na gestão pública significa constituir processos sociais político-institucionais e ações educativas que “fortaleçam a

[311]BRASIL, Ministério da Educação**.** ***Programa Nacional de Educação Ambiental***. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf. p.28. Acesso em: 22 de Abr. de 2023.

[312]QUINTAS, José da Silva. ***Educação Ambiental no Processo de Gestão Pública: A construção do Ato Pedagógico.*** Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACAO_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf. Acesso em: 21 de mar. 2023. p.15.

participação dos sujeitos e grupos em espaços públicos, o controle social das políticas públicas e a reversão das assimetrias no uso e apropriação de recursos naturais", onde a referência são os marcos regulatórios da política ambiental brasileira.[313]

O intuito é contribuir, do ponto de vista pedagógico, na minimização dos conflitos socioambientais, por meio da efetivação de uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade, ou seja, apresentar os fundamentos necessários para problematizar as contradições e questionar as condicionantes sociais que são produzidas historicamente e que implicam para a reprodução social e provocam a desigualdade e os conflitos socioambientais. Outro fator importante é trabalhar a autonomia dos agentes sociais frente às relações de expropriação, opressão e dominação próprias do sistema capitalista e implantar a transformação mais abrangente possível do padrão societário dominante, no qual são definidas as situações de riscos e danos ambientais e também da condição humana. Sendo assim, essa vertente da Educação Ambiental não separa as relações humanas e as relações com a natureza, pois ambas compõem as relações sociais configuradas historicamente.[314]

Quintas esclarece que, ao se falar em Educação Ambiental crítica na gestão pública, não se trata de uma nova Educação Ambiental, mas, de outra concepção de educação que adota o espaço da gestão ambiental como componente estruturante na organização do processo de ensino aprendizagem, edificado com os sujeitos nele envolvidos, para que exista de fato "controle social sobre decisões, que via de regra, afetam o destino de muitos, senão de todos, destas e de futuras gerações".[315]

Loureiro instrui que, a base epistemológica da Educação Ambiental na gestão pública se refere "à possibilidade de negação teórico-prática e de superação dialética das relações alienadas inerentes ao modo de produção capitalista. Essas mesmas relações sociais constituem o metabolismo do capital, mediando à vida social em sua totalidade" e se fundamenta na explicitação das estruturas de produção (pela expropriação do trabalho e uso intensivo e expansivo da natureza) e "reprodução (pela dominação de Estado, hegemonia

---

[313]LOUREIRO, Carlos Frederico B. ***Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política***. São Paulo: Cortez, 2012. p. 89.

[314]LOUREIRO, Carlos Frederico B. & LAYRARGUES, Philippe Pomier. ***Educação Ambiental Crítica e Movimento de Justiça Ambiental: Perspectivas de Aliança Contra hegemônica na Construção de uma Alternativa Societária.*** In: Conflitos Ambientais e Urbanos, debates, lutas e Desafios. Organizadores: Carlos RS Machado et. al. Porto Alegre: Evangraf, 2013.p. 97.

[315]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. *In*: Encontros e caminhos Formação de Educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Júnior – Vol. 2. Brasília: MMA, 2007. p. 136.

ideológica e opressão social) do capitalismo, na postura teórico-prática transformadora, no posicionamento político comprometido com as lutas populares por emancipação".[316]

Segundo Quintas, a Educação Ambiental na gestão pública, se utiliza do adjetivo "Crítica", pois "discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui". Fala-se em "transformadora", porquanto "ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade em construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente". E "emancipatória", "por tomar a liberdade como valor fundamental e buscar a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos".[317]

Apesar das fragmentações, desmontes, a limitação da participação popular nas decisões que abarcam as questões ambientais e as tensões referentes ao papel do Poder Público na gestão ambiental do meio ambiente, no decorrer do processo histórico das políticas ambientais brasileiras, tem-se que, a Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública é uma realidade no Brasil. Nesse sentido, é imperioso observar a expressão concebida pelo educador Paulo Freire, o "inédito viável", que se refere às possibilidades futuras e o rompimento de barreiras para alcançar algo inédito, que não se trata de uma utopia e sim de algo que pode se transformar em realidade[318], pois diante dos processos truncados e dos retrocessos da política ambiental brasileira é possível observar, nas ultimas décadas, a interiorização de práticas e lutas de resistência em prol da sustentabilidade, por meio da Educação Ambiental crítica na gestão pública.

Através de seus elementos epistemológicos e pela práxis se oportuniza uma nova forma de conceber o mundo e os sujeitos como uma coletividade, onde resulta um novo processo cultural que não reserva apenas aos grandes intelectuais a transformação da realidade, mas tende a se tornar popular de caráter concretamente global e que transforma a mumificada cultura popular por meio da reflexão e da ação para que atuem conscientemente e participem da vida pública reivindicando seus direitos. Para tanto, é preciso questionar e desenvolver a atividade intelectual para compreender a realidade em que se está inserido, sendo tarefa de todo e qualquer cidadão, pois é através da própria visão de mundo que iremos pertencer a determinados grupos sociais e formar o modo pensar e de agir.

---

[316]LOUREIRO, Carlos Frederico B. ***Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política***. São Paulo: Cortez, 2012.p. 45.
[317]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. *In*: Encontros e caminhos Formação de Educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Júnior – Vol. 2. Brasília: MMA, 2007. p.142.
[318]FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do oprimido***. 75º Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. p.148 e ss.

Cabe advertir, segundo o pensamento de Quintas, que a Educação Ambiental na gestão pública é estabelecida em um espaço de disputas e conflitos, bem como organizado por meio do processo decisório sobre a destinação dos recursos ambientais na sociedade. Dessa forma, demanda profissionais habilitados que dominem conhecimentos e metodologias específicas para o desenvolvimento de processos de ensino aprendizagem em conjunturas sociais diferenciadas. E precisam ser capazes de dialogar com as diferentes áreas de conhecimentos implicadas nos processos decisórios sobre a destinação dos recursos ambientais na sociedade.[319]

A Educação Ambiental crítica na gestão pública estende suas estratégias e ações para as comunidades locais que sofrem os impactos da crise ambiental. Inúmeras são as possibilidades de ação política-pedagógica, como a realização de projetos, oficinas, palestras, entre outras ações que consideram os saberes e conhecimentos tradicionais e os demais conhecimentos históricos e socialmente construídos. Portanto, no próximo item iremos apontar as ações de Educação Ambiental crítica no processo de gestão ambiental da costa litorânea, para contribuir com o objetivo desse trabalho.

5.2 Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública da costa litorânea.

A gestão ambiental pública é um processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos), um espaço de disputa dentre atores sociais que atuam sobre os meios físico-natural e construído. O objetivo é garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, por meio de ações integradas e contínuas. De acordo com as palavras de QUINTAS, a gestão ambiental pública comtempla um "processo de mediação, define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade, os custos e benefícios decorrentes da ação destes agentes."[320]

O Estado brasileiro, neste espaço complexo de interesses, conflitos e disputa, deve criar condições e praticar a gestão ambiental pública, não apenas exercendo seu papel técnico, mas envolvendo a população no processo de tomada de decisões sobre as assimetrias ambientais, para evitar que apenas os atores sociais com grande influência e visibilidade

[319]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. *In*: Encontros e caminhos Formação de Educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Júnior – Vol. 2. Brasília: MMA, 2007. p.136.

[320]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. *In:* Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Junior. Vol 2. Brasília: MMA – Departamento de Educação Ambiental, 2007. p. 135.

decidam sobre a destinação dos recursos naturais e a qualidade do meio ambiente. Trata-se de garantir o controle social na gestão ambiental pública ao incorporar a participação de vastos setores da sociedade, tornando transparente os processos decisórios sobre as questões ambientais. [321]

A Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública também se constitui nas complexidades das questões ambientais e da educação. O principal componente em comum com a gestão ambiental pública é o exercício da cidadania, em seu caráter ativo, frente as questões ambientais. O seu papel e finalidade é que seja capaz de articular conhecimentos, saberes, informações e fazeres para a construção de uma nova consciência global e local, coletiva e individual, subjetiva e objetiva, teórica e prática para a superação das dicotomias e fragmentações da apropriação capitalista, através de processos educativos reflexivos, críticos e transformador, ou seja, não devem ser pontuais, e sim necessitam de estratégias para que aconteçam de forma contínua, isto é, possui caráter permanente, bem como deve envolver toda a sociedade.

Apesar da complexidade em articular com as demais políticas públicas e entre a teoria e prática, bem como as conexões entre o local e o global, o processo de institucionalização e de consolidação da Educação Ambiental crítica na gestão pública intensificou-se nas últimas décadas. Esse processo é resultado de um movimento histórico promovido por agentes sociais vinculados aos mais diferentes setores da sociedade, mensageiros de discursos ancorados em práticas distintas e às vezes antagônicas, que exprimem o modo como compreendem, produzem e apreendem as questões ambientais e atuam no enfrentamento dos problemas contemporâneos por meio da educação.[322]

Diversas são as áreas de atuação e as estratégias de ação da Educação Ambiental crítica na gestão pública, ou seja, por meio de programas/projetos, oficinas, palestras, entre outras ações de caráter crítico, participativo, transversal, emancipador e transformador. As ações acontecem na esfera Federal, Estadual e Municipal, bem como há ações desenvolvidas por movimentos sociais, ONG`s, empresas particulares e estatais.

Como exemplo, desde o ano de 1993, o IBAMA entendeu que o processo de licenciamento ambiental, um dos principais instrumentos da gestão ambiental, deveria estar

---

[321]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. *In:* Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Junior. Vol 2. Brasília: MMA – Departamento de Educação Ambiental, 2007. p. 140.

[322]LOUREIRO, Carlos Frederico B. & LAYRARGUES, Philippe Pomier. ***Educação Ambiental Crítica e Movimento de Justiça Ambiental: Perspectivas de Aliança Contra hegemônica na Construção de uma Alternativa Societária.*** In: Conflitos Ambientais e Urbanos, debates, lutas e Desafios. Organizadores: Carlos RS Machado et. al. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.103.

alinhado com a Educação Ambiental. O primeiro Termo de Referência – TR foi criado no ano de 1999, para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental como condicionantes no licenciamento ambiental.[323]

A atuação dos movimentos sociais ambientalistas, em consonância com a Educação Ambiental crítica no processo de gestão ambiental, também são ações que ganham destaque, uma vez que interagem com as comunidades locais, através de um abordagem dialógica com vistas a colaborar com o processo de conscientização, pois esses movimentos surgem como questionadores da racionalidade econômica e das tecnologias dominantes e acabam por povoar a cena política com novos valores, perspectivas e métodos ao evidenciar demandas de participação social e de luta pelo poder, ao abrir novos espaços de confrontação e negociação relacionados à apropriação da natureza.

Como destaque da eficiência das ações político-pedagógicas que visam o controle social contra as atividades antrópicas que geram a destruição do meio ambiente, citamos a chegada dos integrantes do MAM e do MST (Movimento Sem Terra) no município de São José do Norte/RS, no ano de 2018, fato que intensificou a realização de audiências públicas, assembléias populares e intervenções sociais e culturais em diversos espaços, não institucionais e institucionais contra a atividade de mineração. A atuação em conjunto com a população local gerou a alteração do Plano Diretor Municipal, que agora dita que são "proibidas atividades de mineração de porte médio, porte grande e porte excepcional para todos os tipos de mineração, em todas as zonas do Município".[324]

Para além dos exemplos supracitados, denota-se que, no Brasil registra-se uma série de ações, programas e projetos que são desenvolvimentos por meio da Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública e tendo em vista que a legislação prevê a adoção dessas ações para o gerenciamento costeiro, imprescindivelmente, para os interesses desse trabalho, abordaremos algumas ações, programas e projetos que evidenciam a Educação Ambiental crítica na gestão da costa litorânea.

Conforme a determinação do Decreto de nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, em seu artigo 6º deixa dito: "Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e

---

[323]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. *In*: Encontros e caminhos Formação de Educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Júnior – Vol. 2. Brasília: MMA, 2007. p. 138.

[324]BRASIL, Estado do Rio Grande do sul. Prefeitura Municipal de São José do Norte. ***Plano Diretor***. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-sao-jose-do-norte-rs. Acesso em: 13 de março de 2021.

implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados" e, conforme o inciso II, inclui a criação de tais programas para:

> II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;[325]

No âmbito do Projeto ORLA, instrumento do gerenciamento costeiro, a Educação Ambiental atua como extensão do seu caráter participativo, que incentiva o desenvolvimento de programas e estratégias de Educação Ambiental, principalmente, na etapa de implementação do Projeto, em resposta as problemáticas ambientais identificadas. O intuito é promover o fortalecimento dos sujeitos em lugares estratégicos da orla, para que apoiem o Projeto e atuem como parceiros na fiscalização e no controle da degradação do meio ambiente, ao considerar seus conhecimentos tradicionais. A gestão do ambiente praial possui como pressuposto a visão e o comportamento dos sujeitos nesse espaço, pois em muitos casos, quando a gestão é realizada somente sob o ponto de vista técnico e com a participação de atores isolados os resultados tendem a não ser práticos.[326]

O manual do Projeto ORLA intitulado "Manual para Elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla" indica e propõe ações e medidas com vistas a oferecer soluções para a minimização das problemáticas ambientais, com base nos panoramas identificados e discutidos durante as Oficinas de Capacitação, tais ações devem ser inseridas no Plano de Gestão Integrada – PGI, que por sua vez pode ser considerado como o produto do Projeto Orla construído de forma participativa e condicionante ao TAGP. Dessa forma, a Educação Ambiental também pode ser incluída como resposta aos problemas identificados, para promover o pensamento crítico e o protagonismo social, em diferentes setores da população, direcionados a proteção do meio ambiente.

Salienta-se que, apesar do Projeto ORLA incentivar a criação de ações e programas de Educação Ambiental na costa litorânea, não deixa explícita as possíveis estratégias de ação com vistas a corroborar no processo de gestão, tampouco aborda os princípios e objetivos da Educação Ambiental. Dentre os 5 (cinco) manuais do Projeto ORLA, o termo "Educação Ambiental" está presente apenas em um deles, ou seja, no "Implementação em territórios com

---

[325]BRASIL. ***Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002***. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em 22 de abr. de 2021.

[326]OLIVEIRA, M. R. L. & NICOLODI, J. L. ***A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público.*** Revista da Gestão Costeira Integrada. v. 12, n. 1, p. 89-98, 2012. p.90 e ss.

urbanização consolidada", quando aponta sobre a articulação entre o Plano Diretor e o Projeto Orla, que tem como exemplo o Plano Diretor de Fortaleza/CE. Conforme transcrito abaixo:

> O Plano de Gestão Integrada do Projeto Orla orienta os objetivos da Zona Especial delimitada junto às praias. Tais objetivos são definidos nos seguintes termos:
> [...]
> II – Melhorar a qualidade socioambiental da orla marítima e da balneabilidade das praias, em especial para o lazer, turismo, valorização do patrimônio histórico e educação ambiental.[327]

O compromisso do Projeto ORLA é buscar a participação ativa da sociedade em relação a gestão ambiental pública das praias e os seus manuais assumem um papel educacional ao trabalhar importantes temas como a sustentabilidade desses ambientes, mas não aprofunda sobre a abordagem epistemológica, metodológica e prática da "Educação Ambiental crítica" para auxiliar nos objetivos previstos pelo Projeto ORLA, ou seja, tem um caráter generalista. A inserção de informações mais detalhadas e de forma estratégica, sobre a Educação Ambiental crítica no processo de gestão ambiental, seriam de grande valia, pois iria estimular e orientar os municípios, de forma articulada, para a construção e desenvolvimento de programas, projetos e ações político-educacionais. Existe negligência quanto a dinâmica social e a inserção de atividades de Educação Ambiental no processo de gestão ambiental pública proposta pela Projeto ORLA, uma vez que, priorizam-se as ações de caráter físicos-territoriais, ou seja, estético-paisagísticos, que não atingem os reais problemas e conflitos socioambientais e socioeconômicos.

No que concerne aos Planos de Gestão Integrada da orla Marítima- PGI, buscamos identificar nos sites oficiais do Governo Federal quais municípios já apresentaram seus planos aprovados e publicados, com intuito de identificar se há ações, programas e projetos que comtemplam a Educação Ambiental na gestão da costa litorânea, no entanto, no site oficial do Ministério do Meio Ambiente apenas consta que, 17 estados brasileiros possuem seus PGI´s elaborados, quais sejam: Amapá, Pará, Maranhão, Sergipe, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.[328] No site oficial do Ministério da Economia tem-se que são 55 (cinqüenta e cinco) municípios que possuem seus planos concluídos.[329]

---

[327]BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. ***Projeto Orla: Implementação em territórios com urbanização consolidade.*** Coord. de Kazuo Nakano. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. p.59.

[328]BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ***Municípios: PGI Elaborados.*** Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/component/k2/item/945.html?Itemid=887. Acesso em: 23 de fev. de 2013.

[329]BRASIL. Ministério da Econômia. ***Projeto Orla.*** Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/arquivos-anteriores-privados/projeto-orla/projeto-orla. Acesso em: 23 de fev.de 2013.

Ressalta-se que, há grande dificuldade em acessar os PGI`s elaborados e aprovados, uma vez que, os sites oficiais de todas as esferas do poder público, em grande parte dos casos não dispõem os arquivos em que estão os planos. A legislação e os instrumentos de gestão ambiental pública prevêem planejamento participativo e acesso a informação através da publicização dos conteúdos e da transparência, pois o controle social é necessário em regimes democráticos.

A prefeitura de Itapema do Estado de Santa Catarina disponibiliza em seu site oficial o Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima e no quadro de ações e medidas estratégicas apresenta os problemas no ambiente praial, a linha de ação e as ações medidas que devem ou deverão ser desenvolvidas. No tocante a poluição sonora no período de verão, a poluição e perda da qualidade ambiental, os riscos de acidentes no trânsito de bicicletas e veículos elétricos no calçadão da Orla, a degradação de vegetação de mata ciliar e Área de Preservação Permanente, prevê ações de comunicação e Educação Ambiental. No entanto, destaca-se que, tais ações são pontuais, como a colocação de placas educativas e sinalização. [330]

A Educação Ambiental aparece no plano de Itapema como atividade continuada em espaços distantes da Orla marítima, ou seja, priorizam-se as ações de Educação Ambiental fora do ambiente de praia. Nesse caso, ocorrem no Parque das Capivaras, localizado ao lado do Rio Perequê, que recebe alunos da rede municipal de ensino e a comunidade, a partir de trilhas guiadas, as quais explanam a importância dos ecossistemas ali associados, a flora, a fauna e principalmente, o Rio Perequê.[331]

O Balneário de Camboriú/SC, em seu PGI, no quadro de ações e medidas estratégicas aponta campanha de Educação Ambiental e conscientização, mas não específica quais são as estratégias possíveis.[332] Em Vila Velha/ES, o PGI registra programa de Educação Ambiental de forma contínua, no trecho que comtempla assoreamento dos rios e baías, com a intenção de sensibilizar os ocupantes do entorno para não destinação de resíduos nos canais. No trecho que comtempla a Orla, quanto aos impactos ambientais em água e terra, o plano prevê campanha de Educação Ambiental para usuários, turistas, moradores e tripulantes de embarcações, com intuito de conscientizar a população. Por fim, o plano visa à criação de um

[330]BRASIL, Estado de Santa Catarina. Preitura de Itapema. ***Plano de Gestão Integrada da Orla***, 2019. p. 76 e ss.
[331]BRASIL, Estado de Santa Catarina.Prefeitura de Itapema. ***Plano de Gestão Integrada da Orla***, 2019. p.97.
[332]BRASIL, Estado de Santa Catarina. Prefeitura Balneário Camboriú. ***Plano de Gestão Integrada da Orla***, 2019. p.75

centro de Educação Ambiental, uma estrutura física para a realização de palestras, oficinas e mais atividades e eventos para a conscientização ambiental da população.[333]

O PGI do município de Recife/PE, no trecho referente a Orla dita a necessidade de implementar equipamento para Educação Ambiental, com a finalidade de educar para a convivência com os tubarões e preservar a vida marinha local, bem como visa desenvolver ações de Educação Ambiental na Orla, para desenvolver senso de responsabilidade ambiental, redução de descarte de resíduos, reduzir vetores de doenças e contribuir para a preservação da biodiversidade.[334]

Denota-se que, nos PGI`s analisados, apesar de haver previsões de ações de Educação Ambiental, não há informações sobre como serão realizadas as atividades, quais são as estratégias, qual vertente será utilizada e os temas geradores para abordar a Educação Ambiental, nem mesmo se sabe se há educadores ambientais envolvidos e se os gestores estão capacitados para exercer tais ações. Tampouco se sabe se tais atividades estão sendo ou foram desenvolvidas e quais os resultados esperados ou obtidos. Há poucos dados e informações disponíveis na esfera pública, bem como há poucos trabalhos científicos que abordam a questão relacionada com a Educação Ambiental crítica na gestão pública no âmbito do Projeto Orla. Outro fator que acarreta tais problemáticas é a falta de recursos humanos e financeiros nos municípios, que dificultam a implementação dos Planos de Gestão Integrada.

Ademais, salienta-se a necessidade de inclusão, nos manuais do Projeto ORLA ou até mesmo um novo manual que comtemple as estratégias de ação, conceitos, métodos e teorias sobre os processos de Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública da costa litorânea, com vistas a potencializar as atividades propostas nos PGI`s e capacitar os gestores para promover o efetivo envolvimento das populações locais como atores no processo de ensino e aprendizagem e não apenas como ouvintes, para que os mesmos tenham consciência da realidade que os circunda e tenham uma relação mais adequada com o meio ambiente. Outro fator de grande relevância é a articulação com os órgãos governamentais e não-governamentais, instituições e demais atores que já realizam propostas de Educação Ambiental na gestão das praias, para fortalecer e aprimorar as ações de forma contínua e em sua vertente crítica, transformadora e emancipatória.

A Educação Ambiental crítica na gestão ambiental pública é o principal instrumento para promover a sensibilização e conscientização populacional em prol da sustentabilidade do

[333]BRASIL, Estado do Espírito Santo. Prefeitura de Vila Velha. ***Plano de Gestão Integrada da Orla,*** 2022. p. 302 e ss.
[334]BRASIL. Estado de Pernambuco. Prefeitura da cidade do Recife. ***Plano de Gestão Integrada da Orla do Recife,*** 2022, p.128 e ss.

meio ambiente, através de ações educativas emancipadoras e coletiva. Conforme QUINTAS, "o espaço da gestão ambiental pública proporciona elementos de reflexão e ação essenciais para a organização e realização do ato pedagógico." É necessário abrir espaço para a discussão em torno das concepções, nos planos em que a Educação Ambiental aparece como proposta, isto é, precisa-se de uma concepção pedagógica, metodológica e epistemológica para direcionar e contextualizar a organização e implementação dos processos de ensino-aprendizagem, em prol de uma intervenção qualificada.[335]

O ambiente praial necessita fundamentalmente de qualidade ambiental, para tanto também necessita de um processo de gestão responsável, em que os diferentes atores tenham o conhecimento sobre o ambiente. Para além de valor cênico e recreacional, há inúmeras espécies de fauna, flora e vegetação que dependem da dinâmica natural dos ecossistemas da praia e respeitar os ciclos ecológicos é fundamental para a sobrevivência da biodiversidade. Colocar em risco esse ambiente também acarreta danos aos sujeitos, seja na vertente econômica, social e de qualidade de vida, que afetam, principalmente, as culturas e os povos tradicionais. No entanto, a gestão ambiental pública desses ambientes não corresponde ao crescente uso desordenado desses espaços para as mais variadas atividades e tampouco aos problemas relacionados a crise ambiental que acarretam uma série de intempéries ambientais, como as mudanças climáticas, que geram elevação dos níveis do mar e eventos climáticos extremos.[336]

Apesar do extenso arcabouço jurídico relacionado a gestão ambiental pública e os demais instrumentos que visam o ordenamento desses ambientes, de forma participativa, contínua e integrada, aponta-se que, são políticas e instrumentos desarticulados entre os diferentes segmentos governamentais e não-governamentais, algumas vezes apresentam sobreposição de competências, isto é, há um descampasso entre os arranjos institucionais. Ainda, quando executados ou implementados não abarcam o devido processo participativo, tampouco se fazem valer do processo efetivo em articulação com a Educação Ambiental crítica. A falta de conhecimento em relação a forma de trabalhar com as ações político-pedagógicas minimizam o papel da Educação Ambiental crítica, que se apresenta, na maior parte dos casos, apenas em situações pontuais, sem considerar o processo de conscientização e

---

[335]QUINTAS, José da Silva. ***Educação Ambiental no Processo de Gestão Pública: A construção do Ato Pedagógico.*** Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACAO_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf. Acesso em: 21 de mar. 2023. p.16.

[336]SCHERER, Marinez. ***Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão***. Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management.v. 13, n. 1, p. 3-13, 2013.. p. 4.

sensibilização para a construção democrática na gestão ambiental pública das praias, principalmente, quanto a tomada de decisões.

Não obstante, o conhecimento e os conceitos técnicos são imprescindíveis quanto se trata da gestão ambiental das praias, mas não devem ser a única solução para enfrentar os desafios decorrentes dos inúmeros riscos, danos e impactos nesses ambientais. Aponta-se tal fator, pois o conceito de praia extritamente técnico e naturalista delimita seu entendimento e as formas apropriadas para execução da gestão ambiental, tendo em vista que, cada um desses ambientes apresentam características ambientais e morfodinâmicas próprias, usos e atividades diferentes, bem como possuem cultura própria adquirida através da constituição dos sujeitos nesses ambientes por meio do processo histórico civilizatório. Entende-se que, é necessário atribuir ao conceito da praia, oportuno na legislação, os fatores políticos, sociais, culturais, econômicos e educacionais que englobam esse "universo", como forma de não afastar a dialética histórica, por meio da lógica formal.

Referir-se a praia como apenas um suporte material físico, químico e biológico que abriga atividades humanas, limita as possíveis estratégias da gestão ambiental, principalmente, seu caráter participativo, pois na medida em que se oportuniza ampliar esse conceito, através de uma visão que engloba os sujeitos como parte integrante desse ambiente, possibilita-se inclusive antever as atitudes da sociedade em relação à tomada de decisões. A pretensão não é contrariar as outras formas de conceber a praia, mas sim de expandir tal conceito, ou seja, ressignificar com o intuito de repensar novos valores e saberes.

Portanto, com vistas a cumprir o objetivo dessa pesquisa, no próximo item, foram revisitados alguns aspectos já trabalhados nessa pesquisa, que tratam sobre a constituição dos sujeitos no ambiente praial, bem como sobre a Educação Ambiental crítica na gestão pública. Apresentaremos a reunião de elementos para a reflexão almejada acerca de uma leitura ressignificada da concepção de praia, considerando a constituição dos sujeitos nesse ambiente e a relevância da articulação com a Educação Ambiental crítica na gestão pública.

5.3 Concepção de praia para além das exposições técnicas.

Ao retomar a história da concepção de praia é possível verificar que foi constituída, inicialmente, a partir de representações dogmáticas e da crença em dogmas. A visão sobre o ambiente praial e as relações dos sujeitos com esse "espaço" foram reveladas sob a "sombra" de contos e mitos religiosos. Sobre o real curso da relação, das ações e da constituição dos sujeitos nesse ambiente restaram representações artificiais imaginárias e fragmentadas,

advindas de uma visão de mundo metafísica. A concepção de praia foi transmitida e adotada pelos sujeitos por meio de teorias que refletiam os ideais dominantes cristãos, que apartaram os sujeitos da sua relação com a natureza praial. Conforme MARX e ENGELS, a visão religiosa, que por muito tempo dominou o curso da história dos sujeitos e suas relações com o meio ambiente, colocou a produção religiosa de fantasias no lugar da produção real dos meios de vida e da própria vida dos sujeitos.[337]

Perderam-se na trajetória histórica dos sujeitos, em relação às praias, as visões dos sujeitos originários do litoral, dos povos tradicionais que em épocas remotas fizeram das praias seu modo de vida. Pouco se sabe sobre os valores culturais, os elos de pertencimento, o despertar dos sentidos que os constituiu por meio das relações estabelecidas, sejam elas trabalhistas, sociais, culturais, políticas ou educacionais. Após a concepção diluviana, que condenou esse ambiente como um espaço "vazio", a história contada partiu de uma visão limitada e abarcou apenas um ponto de vista, ou seja, a praia como invenção da modernidade, como mercadoria determinada pela sociedade capitalista e disposta a satisfazer necessidades humanas, onde o foco foi/é a geração de lucro, uma história de dominação e exploração do meio ambiente.

De acordo com MARX, o dinheiro é "o valor universal e auto-suficiente de todas as coisas" e por conseguinte, destitui a natureza e os sujeitos do seu próprio valor. Ao perceber a natureza sob o império da propriedade privada e do dinheiro significa a degradação prática da natureza.[338] É inevitável a percepção de que o sistema capitalista é o grande responsável pela degradação da natureza e o dinheiro é o artifício da sociedade burguesa, que subjulga tanto os sujeitos quanto a natureza.

Na contemporaneidade, a visão de praia como mercadoria, com o fito de lucro, se faz cada vez mais latente, o ambiente praial comporta relações de dominância que são desempenhadas, principalmente, pelos atores do capital especulativo, da indústria, do comércio, do turismo e do setor imobiliário que aspiram transformar as praias em espaços urbanos consolidados. Esses ambientes passam a sofrer impactos cada vez mais severos que alteram suas características naturais, a biodiversidade e suas funções ecológicas. A concepção de praia, calcada no modelo capitalista, torna esse espaço que deveria ser comum a todos os sujeitos, em um lugar a ser "consumido" de forma seletiva, onde as classes dominantes passam a ter privilégios em relação a sua ocupação e uso.

---

[337]MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. ***A Ideologia Alemã***. Trad. Luciano Cavani Martorano, Nélio Schneider, Rubens Enderle. Editora: Boitempo. 2007. p. 58.
[338]MARX, Karl. ***A Questão Judaica***. 5º ed. São Paulo: Centauro, 2000. p. 36.

A história da constituição dos sujeitos e a concepção de praia não pode apenas referir-se as formas como o capital transformou esse ambiente em um espaço de disputas e conflitos. Fragmentar a história como algo separado da vida comum, como algo externo e supraterreno, separa a relação dos sujeitos com a natureza.

Há sujeitos que possuem relações com esse ambiente que estão além da lógica capitalista, da sua função turística e sazonal, isto é, constituem-se e são constituídos no ambiente praial, onde definem/definiram sua própria cultura nesse espaço, que possuem especificidades quanto a forma como se vestem, sua linguagem, opções de entretenimento e gastronômicas, bem como suas relações com os demais sujeitos e o ambiente que os circunda.

Não obstante, a falta de clareza e de efetividade das normas e instrumentos que objetivam e planejam a proteção e a gestão ambiental pública das praias, em inúmeras vezes, acabam por apresentar discursos pautados apenas sob a visão técnica, que apontam para um viés individualista, onde sobressai o interesse das classes dominantes. As tomadas de decisões, em relação ao ambiente praial, na maior parte dos casos, representam a competição pelo uso do espaço por determinados grupos, onde são raros os casos em que se oportuniza uma tematização discursiva e um processo político-pedagógico crítico e contínuo que envolva os sujeitos que fazem parte desse território.

A legislação vigente tem a intenção de conceder proteção ao meio ambiente, de forma justa e igualitária, como exemplo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGCII) procurou estabelecer os pilares para a continuidade de ações, a consolidação dos avanços obtidos e a garantia do aprimoramento dos seus instrumentos. Dentre os princípios fundamentais desse Plano, salienta-se o item 2.5:

> A gestão ambiental deverá ser integrada entre os ambientes terrestres e marinhos da Zona Costeira, com a construção e manutenção de "mecanismos transparentes e participativos de tomada de decisões, baseada na melhor informação e tecnologia disponível e na convergência e compatibilização das políticas públicas, em todos os níveis da administração".[339]

O Projeto ORLA, principal instrumento da gestão ambiental pública das praias, também não foi omisso quando não considerou apenas conteúdos técnicos em sua abordagem, mas ressaltou a necessidade da participação cidadã nas atividades que intentam a efetiva gestão do ambiente praial. Por outro lado, as propostas para englobar os sujeitos no processo de gestão, bem como aproximar as três esferas de poder governamental e demais atores envolvidos por meio de uma gestão democrática, transparente e dialógica, parece sucumbir

[339]BRASIL. MMA, Ministério do Meio Ambiente. ***Política Nacional de Gerenciamento Costeiro II***. Ver em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/0.PNGC-II97%20Resolucao05_97.CIRM.pdf. Acesso em: 21de Jul de 2017.

diante a falta de um processo contínuo, transparente, crítico e reflexivo. Ainda há falhas quanto a complexidade metodológica do Projeto, que enfrenta diversas fases para sua implementação. Fato que torna a gestão ambiental pública das praias em um processo burocrático, moroso e lento, que poucas vezes considera os interesses da coletividade e dos sujeitos que tem a praia como modo de vida e possuem posições sociais desiguais.

Os interesses políticos afastam os sujeitos do seu direito e dever de proteger o meio ambiente. Para alcançar maior êxito, com vistas ao crescimento econômico e ao lucro, o sistema político, seus governantes e agregados agem por meio de propostas sedutoras e definem de que forma irão se utilizar dos recursos naturais e do meio ambiente. As necessidades dos sujeitos, em relação à qualidade do meio ambiente, para que se concretizem dependem, sempre, se irão fornecer ganhos egocêntricos para o sistema político, ou seja, sobressaem os interesses particulares em detrimento do público. A gestão ambiental pública das praias se transforma em uma típica forma de abuso por parte do sistema político, pois favorece a clássica estruturação das vantagens, ou seja, a oligarquização do poder político, a concentração de privilégios, a manipulação de massas, as mordomias, etc.

Ademais, a gestão ambiental pública das praias, muitas vezes é pressionada externamente por um poder administrativo não domesticado juridicamente e pelo impulso da produtividade econômica. A atuação administrativa precisa renunciar a posição de superioridade em face de seu domínio técnico e tratar de harmonizar internamente seus planos de ação e de perseguir seus objetivos e metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar, orientado para o entendimento e o consenso entre todos envolvidos e com o respaldo dos sujeitos que englobam o espaço praial. O planejamento, a concepção ou representação do ambiente praial torna-se uma redução da realidade, conforme a percepção de quem o realiza.

Nesse viés, tem-se que, o conceito de praia e a visão de mundo em torno desse espaço apresentam algumas percepções. No âmbito das ciências naturais, de acordo com seus interesses, o conceito de praia abrange as suas características físicas, químicas, biológicas, morfodinâmicas e geológicas. Conforme KING, a praia é um ambiente sedimentar costeiro de composição variada, formada, predominantemente, por areia e condicionada pela interação dos sistemas de ondas incidentes sobre a costa.[340] De acordo com KOMAR, a praia é uma acumulação de sedimentos inconsolidados de diversos tamanhos, como areia ou cascalho que se estende em direção à costa, do nível médio de maré baixa até alguma alteração fisiográfica,

[340]KING, Lester C.A. ***A Geomorfologia do Brasil Oriental.*** Revista Brasileira de Geografia, v.18 p. 147-266, 1956. p. 149.

como uma falésia, um campo de dunas ou mesmo até o ponto de fixação permanente da vegetação.[341]

Para SHORT, a praia é conceituada como um depósito de sedimentos que são acumulados pela ação das ondas que estão localizadas na linha de costa e que necessitam de uma base, geralmente rochosa, para residir, as ondas e os sedimentos para moldá-la em que a maioria é afetada pelas marés.[342] Ainda, definições mais recentes são encontradas para esse ambiente, tal qual pontuam VALENTIN & MUELBERT quando afirmam que se pode considerar como praias arenosas "uma área do litoral aberta para o mar, com sedimento inconsolidado e constantemente trabalhado pelas ondas." [343]

A legislação brasileira tendo em vista o ordenamento e o gerenciamento costeiro integrado aborda os aspectos físico-naturais e socioeconômicos para o conceito de praia. Conforme o exposto na Lei de Nº 7.661 de 16 de maio de 1988, a qual institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGCII, em seu artigo 10, dita que:

> As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.[344]

Ainda, no § 3º do artigo 10, da lei supracitada, encontra-se o seguinte texto:

> Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subseqüente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece outro ecossistema.[345]

Ressalta-se que, alguns autores sobrepujaram ao conceito de praia alguns aspectos sociais e econômicos, como PIQUERAS que define praia como "um bem econômico escasso, complexo e irreproduzível, um elemento natural, um espaço de equilíbrio ecológico e ambiental, frágil em si mesmo".[346] Para JAMES, o aspecto sociocultural é incluído no

---

[341]KOMAR, P.D. ***Beach. Processes and sedimentation. Prentice*** – Hall. Inc., Englewood Cliffs, New Jesey, 429, 1976. p.89.

[342]SHORT, A. D. ***Coastal Processes and Beaches. Nature Education Knowledge***. v.3 n.10. Disponível em: http://www.nature.com/scitable/knowledge/library/coastal-processes-andbeaches-26276621. Acesso em: 24 de ago. de 2021. p.15.

[343]VALENTIN, Jean Louis & MUELBERT, José Henrique. ***Ambientes Marinhos***. In: Introdução as ciências do mar. Org. Jorge Pablo Castello e Luiz Carlos Krug. Pelotas: Ed. Textos, 2015. p.326.

[344]BRASIL, lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 17 de Out. de 2021.

[345]BRASIL, lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm. Acesso em: 17 de Out. de 2021.

[346]PIQUERAS, V. Y. ***Las playas en la gestión sostenible del litoral. Cuadernos de Turismo***, v. 4, p. 89-110, 1999. Disponível em: https://revistas.um.es/turismo/article/view/22881/22151. Acesso em 24 de ago. de 2021. p. 97.

conceito e justifica que, não são apenas os fatores físicos e geológicos que determinam seu conceito, tendo em vista seu uso e ocupação (recreativo ou comercial), assim o autor explica que "os ambientes praiais são sistemas ambientais multidimensionais alinhados dentro de um sistema costeiro maior, e composto pela interação dos sistemas naturais, socioculturais e de gestão." [347]

Pelo exposto sobre os conceitos de praia, denota-se que, há uma determinada limitação teórica e política que compreende a praia como um espaço unicamente normativo ou como um suporte material de atividades humanas em um espaço físico. Outros aspectos essenciais para descrever esse espaço não são considerados, estão submergidos sob um ponto de vista naturalista e técnico, que torna este conceito insuficiente, principalmente, quando se quer inserir uma efetiva particpação cidadã frente a gestão ambiental pública das praias. Fato que ignora a constituição dos sujeitos nesse ambiente, ou seja, afasta a dialética histórica, por meio da lógica formal e não considera as relações entre os sujeitos e deles com a natureza. Neste trabalho, a intenção não é contestar ou contrariar as outras formas de conceber a praia, mas sim de expandir tal conceito, ou seja, ressignificar com o intuito de repensar novos valores e saberes.

Entende-se que, para que ocorra maior integração social na aplicabilidade das políticas políticas que visam a participação cidadã e a gestão ambiental pública das praias é indispensável considerar a constituição e a visão de mundo dos sujeitos sobre esse ambiente, que se manifesta no plano real, na vida em sociedade.

No tocante a Educação Ambiental, LOUREIRO ressalta que "a educação ambiental não é um campo homogêneo e que reflete a diversidade das concepções teóricas que fundamentam os também diversos educadores e educadoras ambientais", o autor esclarece que ao se referir à Educação Ambiental em uma abordagem crítica, parte-se de um princípio de grande importância para a construção do processo democrático e autônomo da gestão ambiental: "os sujeitos são entendidos como indivíduos historicamente determinados, constituídos e se constituindo socialmente em ações políticas com vistas à transformação societária."

Nesse viés, apontamos que a falta de uma proposta robusta, no Projeto Orla, em relação a Educação Ambiental crítica no processo de gestão ambiental pública das praias, faz pensar ser indispensável articulá-la a construção mais abrangente do conceito de praia, com vistas a possibilitar uma nova forma de conceber o mundo e os sujeitos como uma

[347]JAMES, R. J. From ***beaches to beach environments: linking the ecology, human-use and management of beaches in Australia Ocean & Coastal Management.*** v.43 p.495-514, 2000. p.497.

coletividade, onde resulta um novo processo cultural que unifica o movimento prático e teórico, que não reserva apenas aos intelectuais a concepção sobre esse espaço, mas tende a se tornar popular de caráter concretamente global e que transforma a mumificada cultura popular por meio da reflexão e da ação para que atuem conscientemente e participem da vida pública reivindicando e implementando seus direitos.

A contribuição da Educação Ambiental crítica, nesse processo, visa à preservação incessante do litoral. Para tanto, é necessário que uma parcela significativa da sociedade assuma para si o conhecimento ecológico e o dinamismo dos diferentes ambientes costeiros, pois o intuito é promover a defesa e a exploração de seus recursos sem o prejuízo da sua integridade.

QUINTAS esclarece que, as relações de interação dos sujeitos entre si e com o meio físico-natural assumem características específicas que decorrem dos contextos históricos e sociais, isto é, as relações sociais no e com o meio ambiente são capazes de explicar as múltiplas e diversificadas práticas de uso e apropriação dos recursos naturais.[348] LOUREIRO, por sua vez, explica-nos que:

> Se entendermos que somos entes biológico-sociais definidos na atividade metabólica com o mundo, transformando-o e sendo transformado (trabalho), e nas relações com o outro (interação, intersubjetividade), conseqüentemente, o modo como existimos na natureza depende de uma série de mediações na relação "eu-natureza". Isto quer dizer que o modo como damos significado ao senso de pertencimento à natureza, como nos comportamos, bem como os efeitos da nossa espécie na dinâmica ecológica, não é uma escolha exclusivamente individual, como se fosse à manifestação de uma essência pronta e prévia à existência, independente da cultura e da relação espaço-tempo. É uma escolha complexa, individual/coletiva, subjetiva/objetiva, material/simbólica, que se estabelece dentro de condições históricas e que, conseqüentemente, depende da intencionalidade, das motivações, dos desejos, do grupo social a que se pertence, da estrutura econômica e do conhecimento disponibilizado, enfim, do tipo de sociedade em que vivemos.[349]

Considerando o exposto pelos autores acima, para colaborar com a construção de uma concepção mais abrangente sobre a praia, considerar-se-à o revelado na pesquisa sobre a constituição dos sujeitos na praia do Cassino/RS, um ambiente singular e com características próprias de cultura moldada pelos acontecimentos históricos e das relações sociais estabelecidas. Ademais, as entrevistas realizadas com os sujeitos que fazem desse lugar seu modo de vida, em que manifesta a cultura local, ou seja, uma relação com o ambiente praial que possibilita-os constituir-se e serem constituídos, permanentemente, diante sua relação

---

[348]QUINTAS, José Silva. ***Educação Ambiental na Gestão Pública***. *In*: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Junior. Vol 2. Brasília: MMA – Departamento de Educação Ambiental, 2007. p. 136.

[349]LOUREIRO, Carlos Frederico B. ***Emancipação.*** *In:* Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Junior. Vol 2. Brasília: MMA – Departamento de Educação Ambiental, 2007. p.161 e ss.

com a praia e com demais sujeitos que dela se comprazem. Conforme iremos expor abaixo, iniciando com a concepção de praia pela visão da entrevistada “A”, que ao ser questionada sobre o conceito de praia e a sua visão, deixou dito:

> Considero que sou uma cassineira de coração. A praia do Cassino tem um valor afetivo muito grande pra mim, porque aqui passei toda minha infância (fala entre lágrimas), sempre esperava o verão chegar para ficar com minha avó. A praia do Cassino me desperta muitas sensações boas e esse sentimento ainda brota em mim todos os dias, toda vez que volto da cidade, onde trabalho. Chego na avenida a energia já muda. É um sentimento que invade e transborda de dentro pra fora. É como se ao estar em contato com a praia gerasse ali uma limpeza no meu campo emocional. E brota, mesmo que lá do inconsciente, muitas lembranças boas, que é a memória afetiva. Possuo um apego com a praia do Cassino que é visceral, a praia do meu coração, um lugar em que eu construí memórias e que irei levar além dessa vida. A praia não é apenas um território, é muito mais do que isso. Ela está delimitada geograficamente, mas é um local que desperta sentimentos, um espaço para interir com a natureza, um ritual com a natureza. É comtemplação, seja com o meio ambiente e toda vida que ela comporta ou seja observando as pessoas que estão ali, ou então com as relações de amizade e familiares. A praia tem um poder e um significado curativo.

O entrevistado “B” ao ser questionado sobre o conceito e a visão de praia nos explicou que:

> A praia do Cassino pra mim é tudo, é a minha vida, freqüento a praia diariamente, eu amo a praia, só de olhar o mar já é aquela relação de amizade entre eu e o mar. Nasci e me criei na beira da praia. Não seria ninguém longe do mar, da praia. Acho que o povo deveria ser mais educado com a praia, o povo não tem responsabilidade nenhuma, acham que só os órgãos públicos devem ter obrigação e responsabilidade. Temos que fazer a nossa parte. Conceituar a praia em termos de responsabilidade é indispensável, diante de tantos animais e natureza morta, que são causados pelas nossas ações. Falta educação.

De acordo com a entrevistada “ C” , o conceito e a visão sobre a praia, diz respeito a:

> A praia do ponto vista técnico eu conceituo como uma faixa de areia com declive suave que encontra um corpo hídrico, não só o oceano, mas também águas salobras. Como sujeita eu conceituo a praia como parte muito importante do balneário, é um lugar de lazer, para relaxar, um lugar para praticar esporte, a praia é um lugar em que as pessoas se divertem e também descansam, a praia é quase como uma terapia. A praia desperta paz, seja entre amigos ou sozinha, mesmo com o tempo ruim ou com sol.

Já no ponto de vista do entrevistado “D”, a visão e o conceito de praia estão relacionados com:

> Minha alegria na infância era passar o verão na praia, a tristeza era voltar para a cidade e passar 8 meses longe da praia, antigamente utilizava-se menos a praia no inverno, tenho essa impressão. Minha família sempre foi muito praieira, todos os dias 9:00 horas da manhã tínhamos que ir para praia, era a maneira como os pais cuidavam os filhos. Meu pai sempre gostou de pescar na beira-mar e isso me despertou a curiosidade de estar na praia e ter um relação com as espécies de peixes que ali nós pescávamos. A relação com a natureza, com as gaivotas e com todo

> ambiente praial me levou até mesmo a escolha da minha profissão. A praia é um lugar de múltiplos usos, onde a questão da recreação, da comtemplação é muito importante para as comunidades costeiras, a praia é sinônimo de sustento para muitas famílias com relação a pesca, coleta de mariscos e catadores de lixos. A praia é um lugar que mistura vivência e trabalho. Eu particularmente não consigo ficar muito longe da praia. Tem a questão de lazer e prática de esportes, a praia é minha válvula de escape. O contado direto com o ambiente natural desperta a contemplação, todos os dias pela manhã eu olho o mar, tenho uma relação muito grande com a praia, de forma diária.

Segundo o exposto pelos sujeitos entrevistados é possível verificar que alguns fizeram menções em relação ao conceito técnico de praia, no entanto, percebe-se também que os sujeitos apresentam percepções sobre esse ambiente como um lugar que desperta sentidos e sentimentos, que não são apenas o de exploração e dominação da natureza, do viés puramente capitalista. O caráter sensível e de pertencimento foi exposto pelos participantes através das memórias que carregam e das relações tanto com o ambiente praial, como as relações sociais que se estabeleceram nesse local. A concepção de praia sob o ponto de vista dos sujeitos entrevistados está além do que é explicito na lesgislação, que é a base para a criação das públicas políticas que visam a gestão ambiental pública desse espaço.

Dentre as concepções apresentadas pelos entrevistados é nítido que a praia pode e deve ser concebida para além da visão técnica. Os sujeitos da pesquisa transcederam a estreita forma de conceber esse ambiente. Atrelaram em seus depoimentos a sua conexão direta com o meio ambiente, como sendo e fazendo parte do meio natural. Entre os participantes as frases expostas como: “a praia do Cassino pra mim é tudo, é a minha vida”, “possuo um apego com a praia do Cassino que é visceral... um lugar em que eu construí memórias e que irei levar além dessa vida”; “a praia é quase como uma terapia”, ou então, “, a praia é minha válvula de escape” e “falta educação” remetem a uma concepção de praia que engloba aspectos e valores amorosos, estéticos, culturais, sociais, educacionais, de acolhimento, de respeito e tantas outras emoções que legitimaram a construção e a constituição da identidade dos sujeitos e a sua visão e a relação com esse ambiente.

Nesse sentido, para ressignificar a concepção de praia de forma mais abrangente considerou-se a percepção e a constituição dos sujeitos na praia, pois foi possível analisar que existe uma relação de pertencimento com o local, a concepção de praia pela visão dos sujeitos possibilita resgatar a relação sociedade-natureza para além da tendência capitalista. As sensações e prazeres que o contato com a natureza desperta e firma memórias, que são passadas para próximas gerações. Dessa forma, os sujeitos moradores do litoral criam sua cultura, seus costumes e “rituais” que englobam a natureza praial como fator sensível e indispensável na trajetória do meio e modo de vida, em prol de justiça social e ambiental.

Desde que os sujeitos apropriaram-se do ambiente praial, sob o estímulo do sistema capitalista, a degradação, o cenário de crise e injustiça ambiental se tornam cada vez mais visíveis, como: a perda de espécies de fauna e flora, as interferências antrópicas na dinâmica e no sistema ecológico, que por meio de construções arquetônicas e instalação de portos e indústrias, acarretam danos irreversíveis na dinâmica do meio ambiente, bem como descaracteriza a paisagem natural e o uso do ambiente para o lazer, o descanso e a contemplação; o acúmulo de lixo, o descaso dos órgãos públicos, os processos erosivos, a desapropriação entre tantas outras ações, que impactam e modificam as praias. Nesse sentido, que visamos, também, incorporar à concepção ressignificada desse ambiente, esses processos capitalistas que geram a degradação ambiental.

Portanto, a forma ressignificada e mais abrangente do conceito de praia é: um ambiente natural dinâmico de riqueza e biodiversidade ecológica que, ao longo do processo histórico sócio-cultural civilizatório, abriga povos tradicionais que inspiram a constituição dos sujeitos por longas gerações e que formam culturas e relações de pertencimento que despertam sentidos e provocam conexões harmônicas entre sociedade e natureza. Pela posição estratégica, entre o continente e o mar, é alvo de atividades antrópicas que degradam seus ecossistemas e funções ecológicas. Como bem de uso comum do povo, suas características naturais devem ser preservadas, assim é um ambiente propício ao desenvolvimento de processos político-pedagógicos de Educação Ambiental crítica de caráter emancipatório, transformador e contínuo, como suporte a gestão ambiental pública.

Dessa forma, pelo exposto nessa pesquisa, ao considerar a constituição dos sujeitos no ambiente praial e a relevância da articulação com a Educação Ambiental na gestão pública da costa litorânea, especificamente, na praia do Cassino/RS, se possibilitou alcançar os elementos necessários para uma construção mais abrangente sobre a concepção de praia, fato que torna mais fácil o processo de gestão desse território. Possibilita inclusive antever as reações e as atitudes da sociedade em relação à tomada de decisões e fortalecer os processos participativos, integrados e contínuos da gestão ambiental pública das praias.

CAPÍTILO VI - Considerações finais

O processo histórico sócio-cultural sobre a relação dos sujeitos com as praias e a visão de mundo sobre esse ambiente perpassou por inúmeras etapas, muitas foram as formas de conceber e se relacionar com o litoral. Monstros marinhos, medo do mar, restos mortais do dilúvio, alucinações de marinheiros e a visão imposta por dogmas, teorias acríticas e

metafísicas, bem como as aspirações capitalistas foram algozes na constituição dos sujeitos nesse ambiente.

No entanto, o ambiente praial composto por exuberante beleza cênica, dotado de biodiversidade marinha e terrestre, que fornece serviços ecológicos de extrema relevância para a preservação e equilíbrio dos ecossistemas, no decorrer do processo civilizatório, foi percebido sobre outro viés, ou seja, a visão e o sistema capitalista adentraram esse território e o conceberam como mercadoria, com o fito de lucro, onde as explorações dos recursos naturais levam os ambientes praias a exaustão ambiental, isto é, atualmente, as praias sofrem com os riscos, danos e impactos advindas da crise ambiental imposta pelo sistema capitalista.

Para minimizar tais intempéries ambientais, o poder público, por meio da administração pública, prevê a aplicação de uma série de leis, normativas e instrumentos com intuito de oferecer proteção jurídica ao meio ambiente, mas não se pode olvidar que a gestão ambiental pública das praias ainda chegue caminhos morosos, onde há déficits na implementação dos planos, programas e políticas públicas, bem como há falta de pessoal capacitado e uma efetiva gestão ambiental que contempla a participação cidadã e visa práticas transparentes integradas e contínuas que abarcam as necessidades das comunidades locais. Em muitos casos sobressaem os interesses capitalistas do sistema político, que se utilizam das normas para suprir suas próprias necessidades.

Diante este cenário, foi possível perceber que a gestão ambiental pública das praias está assentada em regras e interesses técnicos, de cunho individualista. A tomada de decisões decorrem da influência calculista de determinados grupos sociais, que pertencem as classes dominantes. As ideologias técnocratas afastam os sujeitos do seu direito e dever de proteger o meio ambiente, bem como os afastam de seu modo de vida, muitas vezes, apropriam-se do território dos sujeitos originários do local, isto é, deslocam os povos tradicionais para outros espaços, interrompendo sua cultura e impossibilitando que os sujeitos constituam-se dentro das relações entre sociedade e natureza.

Ademais, o conceito de praia, de acordo com a legislação brasileira, apresenta-se também calcado sob a visão técnica, fato que consideramos, insuficiente, pois esta limitação, não considera a constituição dos sujeitos e a visão de mundo da coletividade sobre esse ambiente, pelo exposto na pesquisa, conclui-se que, não há como conceituar a praia sem inserir os sujeitos que nesse local se constituíram e continuam a se constituir, pois o sujeito é um produto sócio-cultural que se desenvolve frente suas relações com o meio ambiente e com os demais sujeitos firmando culturas, modo e meio de vida e relações de pertencimento com o local.

Portanto, a leitura ressignificada e mais abrangente do conceito de praia, exposta nessa pesquisa, que também leva em conta a Educação Ambiental crítica como fator determinante para o processo de gestão ambiental pública das praias, visa contribuir para empoderar os sujeitos frente a gestão ambiental pública da costa litorânea, em que, são considerados parte do meio natural em que desenvolvem seu processo de vida, pois de acordo com Fiodor Dostoievski, tudo depende do ambiente, do meio em que o sujeito se encontra, tudo consiste no meio ambiente, o sujeito em si, não é nada.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental.** Estudos Avançados, v. 24, n. 68, p. 103-119, 1 jan. 2010.

ADELIO, Janaina P. **Subsídios para um plano de gestão do trânsito de veículos na praia do Cassino, Rio Grande – RS.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Rio Grande, 2014. Disponível em: https://gerenciamentocosteiro.furg.br/images/dissertacoes/028-Janaina-Paraguacu-Adelio.pdf.

ALVES, Francisco das Neves. **Caricatura, simbolismos e representações no Rio Grande do Sul: ensaios históricos.** Coleção Pensar a história Sul rio Grandense. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2012.

ALVES, Francisco das Neves. **Náufragos e Naufrágios no Litoral do Rio Grande.** Rio Grande: FURG, 2001.

ASMUS, Milton & POLETTE, Marcus. **Meio Ambiente Marinho e Impactos Antrópicos.** In: Introdução as Ciências do Mar. Org. Jorge Pablo Castello & Luiz Carlos Krug. Pelotas: Ed.Textos, 2015.

BARBOSA, André Luiz de Oliveira. **Discursos Ambientais e a Legitimação das remoções em Rio Grande/RS: Um Estudo de Caso do Projeto de Revitalização da orla do Saco da Mangueira.** Dissertação de Mestado. Programa em Educação Ambiental. Universidade Federal de Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2021.

BAUMGARTEN, MGZ; Et Al. **Nutrientes na coluna da água e na água intersicial de sedimentos de uma enseada rasa estuarina com aportes de origem antrópica(RS-Brasil).** Rio Grande: Atlântica, 2001.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira. **Almanak Literário e Estatístico**. Ed.00014: Rio Grande do Sul, 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=829447&pesq=ESTA%C3%87AO%20BALNEAR&pasta=ano%20190&pagfis=4308

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **O Pioneiro**. Ed.00029, 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885959&Pesq=maconha%20da%20lata&pagfis=108767.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **Diário de Notícias**. Ed. 00188, 1966. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093726_04&pesq=PROJETO%20ECLIPSE&pasta=ano%20196&pagfis=42124.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **A federação: Orgam do Partido Republicano (RS).** Ed.00237, 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=Albard%c3%a3o&pagfis=22037.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **A federação: Orgam do Partido Republicano (RS).** Ed.00259, 1912. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=Albard%c3%a3o&pagfis=25992.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **A federação: Orgam do Partido Republicano (RS).** Ed.00186, 1902. s/p. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Albard%C3%A3o&pasta=ano%20190&pagfis=13209.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira. **A Federação: Orgam do Partido Republicano.** Ed.00255, 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=Esta%C3%A7%C3%A3o%20balnear%20Vila%20Siqueira&pasta=ano%20189&pagfis=825.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **A Opinião Pública**. Ed. 00008, 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123340&pesq=Praia%20do%20casino&pasta=ano%20191&pagfis=468.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **A Opinião Pública**. Ed.00059, 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=123340&pesq=Praia%20do%20casino&pasta=ano%20191&pagfis=672.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **Estado do Rio Grande: Companhia Editora Rio Grandense.** Ed.00104, 1929. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093203&pesq=praia%20do%20Casino&pasta=ano%20192&pagfis=1842.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Brasileira. **Jornal Echos do Sul**. Ed. 00029.1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=825379&pesq=Villa%20Siqueira&pasta=ano%20189&pagfis=2.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **Mascara**. Ed.0005, 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=174181&Pesq=praia%20do%20casino&pagfis=194.

BRASIL, Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca Digital Nacional. **Mascara**. Ed.00003, 1918. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=174181&Pesq=praia%20do%20casino&pagfis=102.

BRASIL, Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. **Resolução nº 05 da CIRM de 13 de dezembro de 1997.** Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II). Brasília, DF: Marinha do Brasil, 1997.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Org. Alexandre de Moraes. 16º Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL**, Decreto nº 1.530, de 22 de Junho de 1995**. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982**.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1530.htm.

BRASIL. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm.

BRASIL. **Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004**. Regulamenta a lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm.

BRASIL, **Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2015**. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5377.htm.

BRASIL, **Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019**. Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9858.htm.

BRASIL, **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/arquivos/2019/extrato-tagp-rs_rio_grande_extrato_de_adesao_.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras e Oceânicas do Brasil.** Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BRASIL, **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>.

BRASIL, **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm.

BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. **Lei Nº 9.204, de 11 de janeiro de 1991.** Proíbe a circulação de veículos nas praias balneárias do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=17505&hTexto=&Hid_IDNorma=17505#:~:text=Sistema%20LEGIS&text=LEI%209.204%2C%20DE%2011%20DE,do%20Rio%20Grande%20do%20Sul.

BRASIL, **Lei nº 13.240 de 30 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nº s 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13240.htm

BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. . **Lei Municipal Nº 8.114 de 5 de junho de 2017.** Declara o costume de uso de veículos na beira da praia do Cassino, como bem integrante do Patrimônio cultural imaterial do Município do Rio Grande. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2017/812/8114/lei-ordinaria-n-8114-2017-declara-o-costume-do-uso-de-veiculos-na-beira-da-praia-do-cassino-como-bem-integrante-do-patrimonio-cultural-imaterial-do-municipio-do-rio-grande.

BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. **Lei Municipal de nº 7265, de 4 de julho de 2012**. Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento do Poder executivo municipal e o quadro de cargos em comissões e funções de direção, chefia e assessoramento e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2012/727/7265/lei-ordinaria-n-7265-2012-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacao-e-funcionamento-do-poder-executivo-municipal-e-o-quadro-de-cargos-em-comissao-e-funcoes-de-direcao-chefia-e-assessoramento-e-da-outras-providencias.

BRASIL, Estado do Rio Grande do Sul. **Lei de nº 6.585, de 20 de agosto de 2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor participativo do Município do Rio Grande e estabelece as diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano muncipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/lei-ordinaria/2008/658/6585/lei-ordinaria-n-6585-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-do-rio-grande-e-estabelece-as-diretrizes-e-proposicoes-de-desenvolvimento-urbano-municipal#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20PLANO%20DIRETOR,PROPOSI%C3%87%C3%95ES%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20URBANO%20MUNICIPAL

BRASIL, Estado do Rio Grande do sul. Prefeitura Municipal de São José do Norte. **Plano Diretor**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-sao-jose-do-norte-rs.

BRASIL, Estado de Santa Catarina. Preitura de Itapema. **Plano de Gestão Integrada da Orla**, 2019.

BRASIL, Estado de Santa Catarina. Prefeitura Balneário Camboriú. **Plano de Gestão Integrada da Orla**, 2019.

BRASIL. Estado de Pernambuco. Prefeitura da cidade do Recife. **Plano de Gestão Integrada da Orla do Recife.** 2022.

BRASIL, Estado do Espírito Santo. Prefeitura de Vila Velha. **Plano de Gestão Integrada da Orla,** 2022.

BRASIL, Marinha do Brasil. **Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/ptbr/institucional#:~:text=A%20CIRM%20%C3%A9%20%C3%B3rg%C3%A3o%20deliberativo,23%20de%20fevereiro%20de%202005%3B.

BRASIL, Marinha do Brasil. **Comando do 5º Distrito Naval. Serviço de Sinalização Náutica do Sul.** Disponível em: https://www.marinha.mil.br/ssn-5/node/48. Acesso em: 14 de jul. de 2021.

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE**. Disponível Em: http://www3.inpe.br/50anos/linha_tempo/66.html.

BRASIL, Mistério da Economia. **Secretaria do Patrimônia da União – SPU**. Disponivel em: https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento/unidades/spu.

BRASIL. Ministério da Econômia. **Projeto Orla.** Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/arquivos-anteriores-privados/projeto-orla/projeto-orla.

BRASIL, Ministério da Economia. **TAGP e Normativos**. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/tagp-e-normativos/tagp-e-normativos.

BRASIL, Ministério da Educação**. Programa Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf. p.28.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Municípios: PGI Elaborados.** Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/component/k2/item/945.html?Itemid=887.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Portaria, MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Portarias/p_mma_444_2014_lista_espécies_ameçadas_extinção.pdf.

BRASIL, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Matador segue recolhido a PASC**. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/noticias/criminal/12042/.

BRASIL, **Lei Nº 7.661 de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Gerenciamento Costeiro II**. Disponível em:http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/0.PNGCII97%20Resolucao05_97.CIRM.pdf.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: Implementação em territórios com urbanização consolidade.** Coord. de Kazuo Nakano. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: Fundamentos para gestão integrada**. Brasilia: MMA/SQA, 2002.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: Manual de Gestão**. Brasilia: MMA/SQA, 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Orla: Manual para elaboração do Plano de Gestão Integrada.** Brasília: MMA/SQA.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Secretaria do Patrimônio da União (SPU). **Relatório de Gestão de Praias Marítimas Urbanas**. Disponível em:

https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/rio-grande_relatorio_gestao_praias_2020.pdf.

BRASIL, **lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil.

BRASIL, **Lei 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm.

BRASIL, Rio Grande do Sul. **Decreto Estadual n° 51.797, de 08 de setembro de 2014.** Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL, Rio Grande do Sul. **Lei Municipal de nº 5.261 de 18 de setembro de 1998**. Considera as Dunas e o Conjunto Ecológico que formam, Patrimônio Ambiental, Cultural e Paisagístico do Município do Rio Grande e dá outras providências.Disponível em: https://camara-municipal-de-riogrande.jusbrasil.com.br/legislacao/523643/lei-5261-98#art-1.

BRASIL, **Resolução CONAMA nº 341 de 25 de setembro de 2003**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Resolucao/2003/res_conama_341_2003_ocupacaodunas.pdf.

BUGONI, L. **Seabird bycatch in the Brazilian pelagic longline fishery and a review of capture rates in the southwestern Atlantic Ocean**. Endangered Species Research. v. 5, p. 137–147, 2008.

CALLIARI, Lauro; et al. **Lama na praia do cassino: influência das dragagens : estudo de caso a grande deposiçãode1998**. Rio Grande: FURG, 2015. s/p. Disponível em: :http://www.praia.log.furg.br/Publicacoes/2010/2010d.pdf.

CALLIARI, L. J. Et Al. **Fine grain sediment transport and deposition in the Patos Lagoon–Cassino beach sedimentary system. Continental Shelf Research**, v. 29, n. 3, p. 515–529, 2009.

CALLIARI, L. J. ; KLEIN, A. H. F. **Características Morfodinâmicas e Sedimentológicas das Praias Oceânicas entre Rio Grande e Chuí. RS.** *In*: Pesquisas em Geociências. 20 (1): 48-56, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, R. V., DA SILVA, K. G., CRIVELLARO, C. V. L. **Gestão ambiental das dunas costeiras – conservação e manejo.** Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental. Rio Grande: NEMA, 2008.

CATCOTT, Alexander. **A Treatise on the deluge**. 2d ed. London: Printed for the author, by E. Allen, 1768.

CONCEIÇÃO, R. A. **O Projeto Orla enquanto instrumento de política pública para a Zona Costeira: Um estudo de caso na cidade do Rio Grande.** Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduação Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2015.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORDAZZO, C. V. & SEELIGER, U. **Guia ilustrado da vegetação costeira no extremo sul do Brasil**. Editora da FURG. Rio Grande. 2º Ed. 275 pp, 1995.

COSTA, Heloísa S. Moura & BRAGA, Tânia Moreira. **Entre a concialiação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental.** In: Conflitos Ambientais no Brasil. Org. Henri Acselrad. Rio de janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

CRISTIANO, Samanta da Costa; Et Al. **Municipalização da Gestão de Praias Marítimas Brasileiras**. In: Gestão Ambiental e Sustentabilidade em Áreas Costeiras e Marinhas: Conceitos e Práticas v. 2. Disponível em: https://gaigerco.furg.br/images/Arquivos-PDF/parte-II_ch25r_.pdf

DAVIES. J. L. **Geographical Variation in Coastal Developmcnt.** 2º cd: Longman Londres, 1980.

DEMO, Pedro. **Cidadania pequena: polêmicas do nosso tempo**. I. Reimpressão-Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

DIAS, R. A.; BASTAZINI, V. A. G.; GIANUCA, A. T. **Bird-habitat associations in coastal rangelands of southern Brazil Bird-habitat associations in coastal rangelands of southern Brazil**. Iheringia - Serie Zoologia, v. 104, n. June, p. 200–208, 2014.

ENGELS, Friedrich. **Anti Duhring.** Ed. Eletrônica: Ridendo Castigat Mores. Fonte e-book digital disponível em:www.jahr.org. Acesso em: 07 de set. 2018.

ENKE, Rebecca Guimarães. **Balneário Vila Siqueira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)**. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em História. Unisinos, São Leopoldo, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FERREIRA, Felipe Nóbrega. FREITAS. José Vicente de. **Diálogos Atlânticos: O guia dos banhistas e a invenção da praia na planície costeira do Rio Grande do Sul.** Revista Braspor, (S.I), T.7, 2018. Disponível em: https://www.redebraspor.org/livros/2018/Braspor%202018%20-%20Artigo%203.pdf. Acesso em: 12 de jun. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Ed.17º. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1987.

FOLADORI, Guillermo. **O capitalismo e a crise ambiental**. *In*: Revista Raízes, ano XVIII, número 19, pgs 31-36. 1999.

FOLADORI. Guilhermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

GIANUCA, N. M. **Invertebrados Bentônicos da Praia.** In: SEELIGER, U. ; ODEBRECHT, C., et al (Ed.). Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil Rio Grande - RS: Ecoscientia. p.127-130, 1988.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, Reforma e Imperialismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – Vol.1. 7º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista Da. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos.** 14º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

GUIA DE ATIVIDADES: **faixa de praia verão 2019/2020**. Elaboração: André Luiz de Oliveira Barbosa; et al. Colaboração: Rossana Chiaffitelli; et al. Projeto Gráfico, Ilustração e Diagramação Cristiane Simões Netto Costa, Leon Barreto Gonçalbes Rosa. Rio Grande: FURG, 2019.

GUIA DOS BANHISTAS**: informações sobre a praia de banhos na Villa Sequeira**. Rio grande: tipografia da livraria rio grandense, 1890.

HARCAR, Nathalia. **Uma análise sobre o combate à política (anti)ambiental bolsonarista.** *In*: OPEL- Observátório Político e Ambiental. Disponível em: https://observatoriodoconhecimento.org.br/uma-analise-sobre-o-combate-a-politica-antiambiental-bolsonarista-por-nathalia-harcar/.

HOEFEL, F. G. **Morfodinâmica de praias arenosas oceânicas: uma revisão bibliográfica**. Itajaí: Ed. da Univali. 1998.

JAMES, R. J. **From beaches to beach environments: linking the ecology, human-use and management of beaches in Australia Ocean & Coastal Management.** V. 43 p.495-514, 2000.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique**. Racionalidade ambiental: La reapropriacion social de la naturaleza**.Ciudad del Mexico.Ed. Siglo XXI, 2004.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Trad. Luís Carlos Cabral, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

L`HERMITE, Tristan. ***Le Mar: Para Monsieur, irmão de Roy***, Paris, Nicollas Caillemont, mdcxvii.i.

LOPES, M.N; CHAVES, et al. **Estudo do impacto ambiental sobre a biodiversidade da praia do Cassino causado por veículos automotores.** Caxambu, Anais do VII Congresso de Ecologia do Brasil, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Emancipação.** *In*: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Junior. Vol 2. Brasília: MMA – Departamento de Educação Ambiental, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. & LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação Ambiental Crítica e Movimento de Justiça Ambiental: Perspectivas de Aliança Contra hegemônica na Construção de uma Alternativa Societária.** *In*: Conflitos Ambientais e Urbanos, debates, lutas e Desafios. Organizadores: Carlos RS Machado et. al. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. & SAISSE, Maryane. **Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública Brasileira: Uma análise da SEMA ao ICMbio**. Revista de Educação Pública, v. 23, n. 52, p. 105-129, 2014.

KIRWAN, Richard. **Metaphysical Essays: Containing the Principles and Fundamental Objects of that science.** Vol. I. London, 1809.

KITZMANN, Dione & ASMUS, Milton. **Gestão Ambiental Portuária: Desafios e Possibilidades.** RAP–Revista de Administração Pública. Vol. 40. Nº 6, 2006.

MACHADO, Helena Cristina F. **A construção social da praia. Sociedade e Cultura1**. Cadernos do Noroeste, Série Sociologia. Volume 13 (1), 201-218, 2000.

MARQUES, Juliano de Leon Viero. **O caso do Prince of Wales na perspectiva da imprensa rio-grandina (1861-1862).** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGRS: Porto Alegre, 2010.

MARRONI, E. V.; ASMUS, M. L. **Gerenciamento costeiro: uma proposta para o fortalecimento comunitário na gestão ambiental.** 1. ed. Pelotas: USEB, 2005.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. 5º ed. São Paulo: Centauro, 2000.

MARX, Karl. **Para uma crítica da economia política.** Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/criticadaeconomia.pdf.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luciano Cavani Martorano, Nélio Schneider, Rubens Enderle. Editora: Boitempo. 2007.

MARX, Karl. Últimos escritos econômicos: anotações de 1879 -1882. Org. Sávio Cavalcante. Trad. Hyury Pinheiro. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MEDEIROS, L. Et Al. **Origin and foraging ecology of male loggerhead sea turtles from southern Brazil revealed by genetic and stable isotope analysis.** Marine Biology, v. 166, 2019.

MELO FILHO, Eloi; et al. **Indícios da ocorrência de um tsunami meteorológico na Praia do Cassino, RS**. Vetor, v. 15, n. 2, p. 1-13, 2005. Disponível em: http://www.semengo.furg.br/2004/21_2004.pdf.

MÖLLER, Osmar; FERNANDES, Elisa**. Hidrologia e hidrodinâmica**. *In:* O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010.

MUEHE, Dieter. **Geomorfologia Costeira**. In: GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista Da. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 14º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

NEMA, **Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental.** Disponível em: https://www.nema-rs.org.br/.

NEVES, Hugo. **A insegurança e os naufrágios na Barra do Rio Grande (1822-1889)**. *In*: ALVES, Francisco das Neves. **Náufragos e Naufrágios no Litoral do Rio Grande.** Rio Grande: FURG, 2001.

NEVES, Marcelo. **A Constitucionalização Simbólica**. 3ª edição – São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011.

NEVES, L. P. D. **Variação espaço-temporal da macrofauna bentônica na Praia do Cassino, extremo sul do Brasil**. Mestrado Pós-Graduação em Oceanografia Biológica, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

NOBRE, C.A; et al. **Aspectos da climatologia dinâmica do Brasil**. INEMET, volume especial, 1986.

OLINTO, Beatriz Anselmo. **"Uma cidade em tempo de epidemia" Rio Grande e a gripe espanhola.** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Florianópolis, 1995.

OLIVEIRA, M. R. L. & NICOLODI, J. L. **A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público.** Revista da Gestão Costeira Integrada. v. 12, n. 1, p. 89-98, 2012.

PEREIRA DA SILVA, R. **Comportamento Morfodinâmico dos Sangradouros entre a praia do Cassino e Chuí.** Trabalho de conclusão de curso. Oceanologia. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 1995.

PEREIRA, Maria Cecília. **Memórias de um balneário: Patrimônio edificado do Cassino**. 2. Ed. Rio Grande: SALISGRAF, 2005.

PIQUERAS, V. Y. **Las playas en la gestión sostenible del litoral.** *Cuadernos de Turismo*, v. 4, p. 89-110, 1999. Disponível em: https://revistas.um.es/turismo/article/view/22881/22151. Acesso em 24 de ago. de 2021.

PINHEIRO, Maria Terezinha Gama. **Fundação do Balneário Cassino no final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX.** Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Geografia). UFSC. Florianópolis, 1999.

PINHO, Pablo José Mateus do. **Romualdo Gomes Magriço e o Naufrágio do Rio Apa. As margens do infortúnio nos mares do sul.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional em História, Campos e Linguagem da História. Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Rio Grande, 2017.

PIEPER, Daniela da Silva; Et AL. **Os conflitos socioambientais na instalação do Parque Eólico do bolaxa e a negligencia com os direitos da comunidade do entorno: O papel da Educação Ambiental**. In: Revista: Delos Desarollo Local Sostenible. 2016.

PROJETO CAMINHO MARINHO. **Pesquisar para conhecer, estender para compartilhar e ensinar para multiplicar**.Disponível em: https://www.caminhomarinho.org/.

PROIETTI, Maíra. **Projeto lixo Marinho**. Disponível em: https://peld.furg.br/images/stories/pdf/reuniao-outubro-2019/13_Lixo_Marinho.pdf.

PUCINELLI, da Silva. **Evolução geomorfológica e Morfodinâmica das Praias Estuarinas e Oceânicas Adjacentes ao Molhes da Barra do Rio Grande, RS**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre – RS, 2003.

QUINTAS, José Silva. **Educação Ambiental na Gestão Pública**. In: Encontros e caminhos Formação de Educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Org. Luiz Antonio Ferraro Júnior – Vol. 2. Brasília: MMA, 2007.

QUINTAS, José da Silva. **Educação Ambiental no Processo de Gestão Pública: A construção do Ato Pedagógico.** Disponível em:

https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/EDUCACAO_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_AMBIENTAL_PUBLICA.pdf. Acesso em: 21 de mar. 2023.

RAMIRES, Paula Florêncio. **Dimensão Humana da Qualidade Ambiental: Balneário Cassino, Rio Grande RS**. Dissertação de Mestrado. ICHI- Instituto de Ciências Humanas e da Informação Programa de Pós-Graduação em Geografia. FURG: Rio Grande, 2011.

RAMOS, Bruna; Et Al. **Panorama do lixo na Praia do Cassino, RS**. figshare. Online resource. https://doi.org/10.6084/m9.figshare.15149061.v2 . Rio Grande, 2021.

RAMOS, Daniel da Rocha. ***A* invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do Espírito Santo.** Dissertação Mestrado em Arquitetura do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

RAMOS, Érica Souza. **Uma Leitura Turística da Formação da Vila Sequeira através da imprensa do século XIX.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) do Curso de Turismo Binacional. Universidade Federal do Rio Grande – FURG: Santa Vitória do Palmar, 2014.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**, Campinas; Práxis, 1996.

SARILHO, K. A. **Diagnóstico Sócio-ambiental do Balneário Cassino e Áreas Adjacentes - Rio Grande-Rs: Subsídio ao Gerenciamento Costeiro Integrado Local.** 368 p. (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SALVATORI, Elena et al. **Crescimento Horizontal da Cidade do Rio Grande**. Revista do IBGE, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n1.pdf. Acesso em: 06 de jun. de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia, reinventar as esquerdas**. 1º Edição, São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHERER, Marinez. **Gestão de praias no Brasil: subsídios para uma reflexão**. Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management.v. 13, n. 1, p. 3-13, 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DO CASSINO**.** Disponível em: https://cassino4estacoes.com.br/balneario-do-cassino-completa-132-anos/.

SEELIGER, Ulrich. **O Estuário da Lagoa dos Patos: Um século de Transformações**. Rio Grande/RS: Ed. FURG, 2010.

SEELIGER, Ulrich; COSTA, Cesar Serra Bonifácio. **Impactos Naturais e humanos**. *In*: Os Ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil**.** Rio Grande/RS: Ed. Conscientia, 1998.

SEELIGER, Ulrich; CORDAZZO, César; BARCELLOS, Lauro. **Areias do Albardão: um guia ecológico ilustrado do litoral no extremo sul do Brasil.** Rio Grande: Ecoscientia, 2004.

SILVA, Maurício Roberto da; Et al. **A política de devastação e autoritarismo de Bolsonaro, 'o exterminador do Brasil': 'future-se' para o abismo, sofrimento e adoecimento de Brasil e a urgente resistência ativa.** Revista. Motrivivência**.** Florianópolis, v. 31, n. 59, jul. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80422019000300001&lng=pt&nrm=iso,

SHORT, A. D. **Coastal Processes and Beaches. Nature Education Knowledge**. v. 3 n.10. Disponível em: http://www.nature.com/scitable/knowledge/library/coastal-processes-andbeaches-26276621. Acesso em: 24 de ago. de 2021.

TAGLIANI, Paulo Roberto; Et Al. **Plano Ambiental do Município do Rio Grande**. Ed. Rev. e amp Org. Paulo Roberto Armanini Tagliani. Rio Grande/ RS. Ed. FURG, 2022. s/p.

TOMAZELLI, L. J. ; VILLWOCK, J. A. **O Cenozóico no Rio Grande do Sul: Geologia da Planície Costeira.** In: HOLZ, Michael, DE ROS, Luis Fernando (Ed). Geologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2000, p.375-406. Recebido em 18 de outubro de 2018. Revisão aceita em 01 de dezembro de 2018.

TOMAZELLI, L. J. **Morfologia, Organização e Evolução do Campo Eólico Costeiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil.** Pesquisas 21 (1): 64-71 p. 1994.

TORRES, Luiz Henrique. **História e Historiografia do RS. Navio Altair.** Disponível em: https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com/2019/11/navio-altair.html. Acesso em: 06 de Jul. de 2021.

TOMAZELLI L. J. & VILLWOCK J. A. **Mapeamento Geológico de Planícies Costeiras: o Exemplo da Costa do Rio Grande do Sul.** GRAVEL v. 3 p. 109-115, 2005.

TOMAZELLI, L. J. **O regime de ventos e a taxa de migração das dunas eólicas costeiras do Rio Grande do Sul, Brasil**. Pesquisas, 20 (1), 18 – 26, 1993.

TORRES, Rodrigo de Oliveira. **"... E a modernidade veio a bordo": Arqueologia histórica do espaço marítimo oitentista na cidade do Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas - UFPEL: Pelotas, 2010.

TOZZI, H. A. M. & CALLIARI, L. J. **Morfodinâmica da Praia do Cassino, RS.** Pesquisas, 27: (1). 29-42p. 2000. p. 32.

VALENTIN, Jean Louis; MUELBERT, José Henrique. **Ambientes Marinhos**. In: Introdução as Ciências do mar. Org. Jorge Pablo Castello e Luiz Carlos Krug. Pelotas: Ed. Textos, 2015.

VIERA, Heitor; et al. **O Estudo do Impacto da Circulação de Veículos Motorizados na Praia do Cassino Através de Parâmetros Físicos**. In: XVII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Anexo%20IV%20%20O%20ESTUDO%20DO%20IMPACTO%20DA%20CIRCULACAO%20DE%20VEICULOS%20MOTORIZADOS%20NA.pdf.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Construção do pensamento e da linguagem.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2000**.**

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VILLWOCK, J. A. E TOMAZELLI, L. J. **Geologia Costeira do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto de Geociências, CECO/UFRGS,1994.

VOOREN, C.M & A. CHIARADIA. **Seazonal Abundance and Behaviour of Costal Birds on Cassino Beach, Brazil.** Ornitologia Neotropical, 1:9 - 24 1990.